



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



GILMAR RIBEIRO PEREIRA

SABER, PODER E RESISTÊNCIA:

**Beleza negra e a construção identitária de negras/os
racializadas/os**

**TRÊS LAGOAS – MS
2025**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



GILMAR RIBEIRO PEREIRA

SABER, PODER E RESISTÊNCIA:

**Beleza negra e a construção identitária de negras/os
racializadas/os**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Letras (Área de Concentração: Estudos Linguísticos)
do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal
de Mato Grosso do Sul - UFMS, como requisito final
para obtenção do título de Doutor em Letras.
Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.^a Dra. Celina Aparecida Garcia de
Souza Nascimento

TRÊS LAGOAS / MS
AGOSTO/ 2025

GILMAR RIBEIRO PEREIRA

**SABER, PODER E RESISTÊNCIA:
Beleza negra e a construção identitária de negras/os racializadas/os**

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Prof.^a Dra. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL)

Prof.^a Dra. Cíntia Santos Diallo
Universidade Estadual de Dourados (UEMS/Dourados)
Titular - Externo

Prof. Dr. Gabriel Santos Nascimento
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Titular – Externo

Prof.^a Dra. Icléia Caires Moreira
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL)
Titular - Interno

Profa. Dra. Michelle Sousa Mussato
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL)
Titular - Externo

Prof. Dr. Fabrício Tetsuya Parreira Ono
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL)
Suplente Interno

Profa. Dra. Amanda Braga
Programa de Pós-Graduação em Linguística/PROLING/UFPB
Suplente externa

TRÊS LAGOAS - MS
AGOSTO/2025



13ª **Semanada** Consciência Negra **do IFMS**

20 a 24 de **Novembro**

Dedico este trabalho à memória de minha mãe negra, cujo legado de resistência e amor moldou meu caráter e me ensinou a importância da fraternidade. E a todos/as os/as jovens negros/as que, com incansável coragem, desafiam diariamente o racismo estrutural da sociedade brasileira, inspirando transformações necessárias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), câmpus de Três Lagoas, por possibilitar o acesso a novos horizontes de conhecimento, os quais foram proporcionados durante o percurso do Doutorado.

Agradeço igualmente ao Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, câmpus de Três Lagoas, pelo afastamento concedido há dezesseis meses, o qual foi fundamental para a conclusão da minha pesquisa.

Meus agradecimentos são dirigidos também aos jovens negros e negras que participaram do evento “Beleza Negra” no IFMS/câmpus Três Lagoas, pela confiança e liberdade concedidas para o desenvolvimento deste trabalho desde as primeiras interlocuções.

À minha orientadora, a professora Dra. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, pela disponibilidade, dignidade, solidariedade, respeito, cooperação e competência. Muito do que aprendi não veio somente dos livros, mas das observações e intervenções pautadas pelo saber, fazer e ser da professora. A ela, minha profunda admiração.

Agradeço à professora Dra. Icléia Caires Moreira e ao professor Dr. Gabriel Nascimento, que se colocaram à disposição para trazer preciosas contribuições a esta pesquisa ao participarem da banca examinadora. Sou grato pela primorosa leitura e pela aceitação do convite, assim como pela contribuição ao meu crescimento acadêmico e profissional, propiciando espaços para a construção e a transformação de saberes, poderes e resistências.

Agradeço também às professoras Dra. Cíntia Santos Diallo e à Dra. Michelle Sousa Mussato, que se dispuseram a fazer parte da banca examinadora, pelas precisas contribuições finais para a tese.

Aos amigos Thiago Donda e Adilson Silva, companheiros de luta que souberam ouvir-me nos momentos de angústia. E, em especial, a Preto Tommaselli, parceiro de resistência e de convicções éticas e étnicas, cujas reflexões sempre foram ouvidas com atenção para aprender a tratar de questões étnico-raciais tão complexas.

À amada Roselaine Aparecida Justimiano Peruci Pereira, pela paciência ao longo dessa jornada. A cada momento, aprendo mais com seu ser iluminado, que o torna mais sensível ao mundo ao seu redor.

À minha filha Julia, que me ensina a amar plenamente e a exercitar a paciência. Durante o mestrado, suas brincadeiras interrompiam a escrita, mas sinalizavam o momento de exercer a

paternidade. Com o tempo, ela se tornou uma adolescente incrível e solidária, que inclusive leu alguns de meus textos e ofereceu valiosas contribuições.

Por fim, agradeço a Deus pela oportunidade de despertar a cada manhã, refletir e seguir adiante. Ao meu Orixá Ogum, guerreiro que alimenta minha força e protege meu corpo contra as adversidades, permitindo-me uma mente livre e saudável. Gratidão a todos os seres celestiais. Axé.

PEREIRA, Gilmar Ribeiro. *Saber, poder e resistência: Beleza Negra e a construção identitária de negras/os racializadas/os*. 2024. 184 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas/MS.

RESUMO

Esta pesquisa justifica-se pela produção de discursos em torno da beleza, com ênfase no concurso "Beleza Negra" no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), câmpus de Três Lagoas, que promove intervenções por meio de ações afirmativas e de promoção da igualdade humana, discutindo as minorias identitárias e suas exclusões étnico-raciais. Nesse sentido, toma-se como base a Lei n.º 10.639/2003, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, e a Resolução n.º 003/2004, que trata do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – posteriormente alterada pela Lei n.º 11.645/2008, que inclui a história dos povos indígenas. Parte-se do pressuposto de que os sujeitos negros são marcados pelo racismo estrutural/institucional e pela hegemonia discursiva do branqueamento. Para tanto, parte-se da hipótese de que o concurso da beleza negra pode potencializar, esteticamente, a desconstrução das formas de regulação do corpo, tematizado e folclorizado, no sentido de questionar o dispositivo de negatividade construído historicamente pelo branqueamento no espaço pesquisado. As questões investigadas são: a) Como o conceito de "Beleza Negra" dialoga com a Lei n.º 10.639/2003 e com os documentos oficiais do IFMS, no que diz respeito às ações afirmativas e às relações étnico-raciais? b) De que maneira os/as jovens estudantes negros/as se reconhecem como maioria enquanto população negra e em quais condições se identificam como minorizados/as em seus direitos étnico-raciais? e, c) Como se dá a relação entre língua e Beleza Negra na constituição do dito/não dito, nas/das diferenças, da identidade, da cultura e das relações étnico-raciais? O objetivo geral é problematizar como ocorre o concurso "Beleza Negra", realizado durante a Semana da Consciência Negra, e como os/as estudantes e o/a professor/a se sentem ao participar desse concurso, enquanto ação pedagógica. Os objetivos específicos são: 1) Rastrear se as ações “ditas” afirmativas institucionais tencionam um discurso antirracista no espaço escolar; 2) Levantar se a beleza negra possibilita saberes estético-corpóreos de ressignificação da cultura afro-brasileira e africana; e, 3) Discutir de que maneira a beleza negra proporciona manifestações de empoderamento de desconstrução do corpo negro regulado; e, 4) analisar e interpretar gestos, marcas e interdiscursos, bem como imaginários oriundos da atividade de extensão do concurso “Beleza Negra”. Para tanto, ancora-se no aporte teórico-metodológico dos trabalhos

arqueogenealógicos de Foucault (2014), em diálogo com a Análise do discurso, ao mobilizar as noções de discurso, formação discursiva, saber/poder e resistência, entrelaçando com o olhar transdisciplinarizado desconstrutivo de Coracini (1991). Além de integrar a abordagem decolonial, valendo-se de Quijano (2005), Castro-Gómez (2007) e Mignolo (2017), bem como das epistemologias negras, com destaque para Fanon (2005), Gomes (2006), Almeida (2019), Kilomba (2019), Devulsky (2021), Bento (2022) e Carneiro (2023). A coleta foi por meio de entrevistas dialogadas narrativas (Rocha; Daher; Sant’ Anna, 2004) com os jovens negros/as estudantes e o professor do IFMS, que participaram do concurso “Beleza Negra”. Os resultados indicam que os jovens negros/as veem o concurso como ressignificação da cultura afro-brasileira e africana; e se sentem empoderados na luta contra o racismo estrutural por meio de um aprendizado decolonial e antirracista. Esta tese está organizada em três seções: a seção I, condições de produção, aborda os sentidos de (re)existências contra o racismo, o discurso do branqueamento e as ações afirmativas; a seção II trata de questões sobre a análise do discurso, os dispositivos de saber-poder, a formação discursiva e práticas discursivas foucaultianas. A seção III analisa e reflete sobre os dizeres dos discentes negros/es/os e do professor participante do concurso, observando seus discursos e efeitos de sentido. Por fim, as Considerações finais tratam dos resultados das narrativas dos participantes do concurso “Beleza Negra”. Espera-se que esta pesquisa contribua para maior visibilidade das narrativas negras, para o reconhecimento da diversidade estética e para a valorização da identidade afro-brasileira.

Palavras-chave: Beleza negra; Étnico-racial; Análise do Discurso; Saber-Poder.

PEREIRA, Gilmar Ribeiro. *Knowledge, power, and resistance: Black Beauty and the construction of black identity of racialized Black people*. 2024. 184 f. Thesis (Ph.D. in Letters) – Federal University of Mato Grosso do Sul, Três Lagoas/MS.

ABSTRACT

This research is justified by the production of discourses around beauty, with an emphasis on the “Black Beauty” contest at the Federal Institute of Mato Grosso do Sul (IFMS), Três Lagoas campus, which promotes interventions through affirmative action and the promotion of human equality, discussing identity minorities and their ethnic-racial exclusions. In this regard, it takes as its basis Law n.º 10.639/2003, in accordance with the National Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations, and Resolution n.º 003/2004, which addresses the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture – subsequently amended by Law n.º 11.645/2008, which includes the history of indigenous peoples. We start from the assumption that black subjects are marked by structural/institutional racism and the discursive hegemony of whitening (branqueamento). Thus, we hypothesize that the Black Beauty contest can aesthetically enhance the deconstruction of body regulation forms, which are thematized and folklorized, with the aim of questioning the negativity device historically constructed by whitening in the researched setting. The research questions are: a) How does the concept of “Black Beauty” dialogue with Law n.º 10.639/2003 and the official documents of the IFMS regarding affirmative actions and ethnic-racial relations? b) In what way do Black students recognize themselves as the majority in terms of population, and under what conditions do they identify as minoritized in their ethnic-racial rights? c) How is the relationship established between language and Black Beauty in the constitution of the said/unsaid, within/of differences, identity, culture, and ethnic-racial relations? The general objective is to problematize how the “Black Beauty” contest, held during Black Awareness Week, takes place, and how the students and the teacher feel when participating in this contest as a pedagogical action. The specific objectives are: 1) To trace whether the institutional “said” affirmative actions tension an anti-racist discourse in the school environment; 2) To ascertain whether Black Beauty enables aesthetic-corporeal knowledges that resignify Afro-Brazilian and African culture; 3) To discuss the ways in which Black Beauty provides manifestations of empowerment in the deconstruction of the regulated Black body; and, 4) To analyze and interpret gestures, marks, and interdiscourses, as well as imaginaries originating from the extension activity of the “Black Beauty” contest. To this end, the study is anchored in the theoretical-methodological framework

of Foucault's archaeogenealogical works (2014), in dialogue with Discourse Analysis, mobilizing the notions of discourse, discursive formation, knowledge/power (*saber/poder*), and resistance, intertwined with the deconstructive transdisciplinary perspective of Coracini (1991). We also integrate the decolonial approach, drawing upon Quijano (2005), Castro-Gómez (2007), and Mignolo (2017), as well as Black epistemologies, with emphasis on Fanon (2005), Gomes (2006), Almeida (2019), Kilomba (2019), Devulsky (2021), Bento (2022), and Carneiro (2023). Data collection was carried out through dialogical narrative interviews (Rocha; Daher; Sant' Anna, 2004) with the Black students and the teacher from the IFMS who participated in the "Black Beauty" contest. The results indicate that the Black youth view the contest as a resignification of Afro-Brazilian and African culture and feel empowered in the struggle against structural racism through a decolonial and anti-racist learning process. This thesis is organized into three sections: Section I, conditions of production, addresses the meanings of (re)existence against racism, the discourse of whitening, and affirmative actions; Section II deals with issues concerning discourse analysis, knowledge/power devices, discursive formation, and Foucauldian discursive practices. Section III analyzes and reflects on the statements of the Black students/participants and the participating teacher of the contest, observing their discourses and effects of meaning. Finally, the Final Considerations address the results of the narratives of the "Black Beauty" contest participants. This research is expected to contribute to greater visibility of Black narratives, the recognition of aesthetic diversity, and the valorization of Afro-Brazilian identity.

Keywords: Black Beauty; Ethnic-racial; Discourse Analysis; Knowledge-Power.

PEREIRA, Gilmar Ribeiro. *Saber, poder y resistencia: Belleza Negra y la construcción identitaria de las personas negras racializadas*. 2024. 184 f. Tesis (Doctorado en Letras) – Universidad Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas/MS.

RESUMEN

Esta investigación se justifica por la producción de discursos en torno a la belleza, con énfasis en el concurso “Belleza Negra” del Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), campus Três Lagoas, que promueve intervenciones mediante acciones afirmativas y de promoción de la igualdad humana, discutiendo las minorías identitarias y sus exclusiones étnico-raciales. En este sentido, nos basamos en la Ley n.º 10.639/2003, de acuerdo con las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación de las Relaciones Étnico-Raciales, y la Resolución n.º 003/2004, que trata de la enseñanza de la Historia y la Cultura Afrobrasileña y Africana - posteriormente modificada por la Ley n.º 11.645/2008, que incluye la historia de los pueblos indígenas. Partimos de la premisa de que los sujetos negros están marcados por el racismo estructural/institucional y por la hegemonía discursiva del blanqueamiento (*branqueamento*). Para ello, planteamos como hipótesis que el concurso de belleza negra en el IFMS/campus Três Lagoas puede potenciar, estéticamente, la deconstrucción de las formas de regulación del cuerpo, tematizadas y folclorizadas, en el sentido de cuestionar el dispositivo de negatividad construido históricamente por el blanqueamiento y, posiblemente, en el espacio investigado. Las cuestiones investigadas son: a) ¿Cómo dialoga el concepto de “belleza negra” con la Ley n.º 10.639/2003 y con los documentos oficiales del IFMS en lo que respecta a las acciones afirmativas y las relaciones étnico-raciales? b) ¿De qué manera los jóvenes estudiantes negros se reconocen como mayoría dentro de la población negra y en qué condiciones se identifican como minorizados en sus derechos étnico-raciales? c) ¿Cómo se da la relación entre lengua y Belleza Negra en la constitución de lo dicho/no dicho, en las diferencias, en la identidad, en la cultura y en las relaciones étnico-raciales? El objetivo general es problematizar cómo se desarrolla el concurso “Belleza Negra”, celebrado durante la Semana de la Conciencia Negra, y cómo se sienten los estudiantes y el profesor al participar en este evento como acción pedagógica. Los objetivos específicos son: 1) Investigar si las acciones institucionales “afirmativas” pretenden un discurso antirracista en el espacio escolar; 2) Determinar si la belleza negra permite conocimientos estético-corporales de resignificación de la cultura afrobrasileña y africana; 3) Discutir de qué manera la belleza negra proporciona manifestaciones de empoderamiento de la deconstrucción del cuerpo negro regulado; y 4)

Analizar e interpretar gestos, marcas e interdiscursos, así como imaginarios derivados de la actividad de extensión del concurso “Belleza Negra”. Para ello, la investigación se basa en el aporte teórico metodológico de los trabajos arqueogenealógicos de Foucault (2014) en AD. Movilizando, en el análisis, las nociones de discurso, formación discursiva, saber/poder y resistencia, y entrelazándolas con la transdisciplinariedad de los discursos deconstructivos de Coracini (1991). Además, integramos el enfoque decolonial, valiéndonos de Castro-Gómez (2007), Quijano (2005) y Mignolo (2017), así como de las epistemologías negras, con especial atención a Almeida (2019), Bento (2022), Carneiro (2023), Devulsky (2021), Fanon (2005), Gomes (2006) y Kilomba (2019). La recopilación se realizó mediante entrevistas narrativas dialogadas (Rocha; Daher; Sant’ Anna, 2004) con los jóvenes estudiantes negros y la profesora del IFMS Três Lagoas que participaron en el concurso “Beleza Negra” (Belleza negra). Los resultados parciales indican las repercusiones de las acciones afirmativas; los jóvenes negros ven el concurso como una reinterpretación de la cultura afrobrasileña y africana, y los empodera en la lucha contra el racismo estructural a través de un aprendizaje descolonial y antirracista. Esta tesis se organiza en tres secciones: la sección I, condiciones de producción: aborda los significados de las (re)existencias contra el racismo, el discurso del blanqueamiento y las acciones afirmativas; en la sección II, se abordaron cuestiones sobre el análisis del discurso, los dispositivos de saber-poder, la formación discursiva y las prácticas discursivas foucaultianas. En la sección III, reflexión sobre las palabras de los estudiantes negros y del profesor que participaron en el concurso, observando sus discursos y efectos de sentido. Por último, en las consideraciones finales, tratamos los resultados de las narrativas de los participantes en el concurso “Beleza Negra”. Esperamos que esta investigación contribuya a una mayor visibilidad de las narrativas negras, al reconocimiento de la diversidad estética y a la valorización de la identidad afrobrasileña.

Palabras clave: Belleza negra; Étnico-racial; Análisis del Discurso; Saber-Poder.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD - Análise do Discurso Francesa

AAD - Análise Automática do Discurso

BDBTD - Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações

COPENE - Congresso Brasileiro de Pesquisadores

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

CEP - Parecer Consubstanciado - Plataforma Brasil

CF- Constituição Federal

COVID-19 – Coronavírus 2019

EPCT - Educação Profissional, Científica e Tecnológica

FECITEL - Feira de Ciência e Tecnologia de Três Lagoas/MS

FFLCH-USP - Antropologia Visual do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

FNB - Frente Negra Brasileira

G1 - Jornal Nacional

GOV.BR – Governo Federal

INHIS-UFU - Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e + representa outras identidades e orientações que não estão explicitamente na sigla, garantindo abertura para inclusão

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NAPNE - Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

ONU - Organização das Nações Unidas

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PDI - Planejamento de Desenvolvimento Institucional

PDP - Portal do domínio público

PROPP/UFMS - Conselho de Ética e da Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação/Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

SEPPIR - Secretaria de Política e Promoção da Igualdade Racial

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento

TEN - Teatro Experimental Negro

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFF-RJ - Universidade Federal Fluminense

LISTA DE FIGURAS

Foto 1: do ato oficial de inauguração, em 2012. Foto de arquivo da instituição.....	36
Foto 2: do ato oficial de inauguração, em 2012. Foto de arquivo da instituição.....	37
Foto 3: reproduzida pelo pesquisador, em 2021.....	37
Foto 4: reproduzida pelo pesquisador, em 2023.....	38
Imagem 5: "A Redenção de Cam", de Modesto Brocos (1895)	45
Foto 6: O entregador Max Ângelo Alves dos Santos foi agredido pela professora Sandra Mathias Correia, em São Conrado, com golpes com uma coleira de cachorro - Gabriel de Paiva/Agência O Globo.....	48
Foto 7: Corpo do representante de vendas que morreu enquanto trabalhava em supermercado no Recife foi coberto com guarda-sóis e isolado por caixas e tapumes improvisados.....	52
Foto 8: Corpo do representante de vendas que morreu enquanto trabalhava em supermercado no Recife foi coberto com guarda-sóis e isolado por caixas e tapumes improvisados.....	52
Foto 8: Arquivo do IFMS/Três Lagoas (2023)	126
Foto 9: Arquivo do IFMS/Três Lagoas (2023)	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
I- DO PACTO DO BRANQUEAMENTO À (RE)EXISTÊNCIA NEGRA: UM OLHAR NO RACISMO INSTITUCIONAL COMO DISPOSITIVO DE PODER.....	30
1. O tecido da história Afro-brasileira.....	31
1.1.Memórias ocultas: o aquilombar na/pela baixada preta	35
1.2. Racismo enquanto mito	42
1.3. Pacto e o discurso do branqueamento.....	46
1.4. Ações afirmativas: às relações étnico-raciais e suas reparações históricas	57
1.5. Descolonizando o lugar de fala do branco.....	63
1.6. Saberes estético-corpóreos	65
1.7. Do Transatlântico para a Raiz: a Beleza Negra	71
II- FIOS QUE SE ENTRELAÇAM: UM CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO: ANÁLISE DO DISCURSO E A CONSTRUÇÃO DO DISPOSITIVO DE RACIALIDADE	89
2. Um percurso teórico-metodológico: noções sobre a origem da AAD.....	89
2.1. Os estudos discursivos foucaultianos: a relevância da investigação arqueológica	91
2.2. A Genealogia do Poder: da disciplina à Biopolítica - Faces complementares do Biopoder.....	97
2.3. Por um discurso decolonial e antirracista	103
2.4. A entrevista dialogada: Como é? Por quê? Para quê?	107
III - AS DISPORÁS DO CONCURSO “BELEZA NEGRA”: AS RESSIGNIFICAÇÕES DE UM POVO.....	111
3. As tranças um caminho para o aquilombar	111
3.1. Subjetividades: o olhar de si, corpo e a beleza	113
3.2. O florescer do Baobá: as ações afirmativas e suas resitências étnico-raciais.....	123
3.3. O encontro com o desconhecido: o cuidado de si e o cuidado do outro.....	142
À GUIA DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
MEMORIAL DESCRITIVO.....	167

APÊNDICE A. Roteiro da entrevista dialogada com os discentes negros/as do concurso “Beleza Negra”,	no	IFMS/campus	Três Lagoas.....	172
APÊNDICE B. Roteiro da entrevista dialogada com o docente Preto Tommaselli idealizador do concurso	“Beleza Negra”,	no	IFMS/campus	Três Lagoas.....
				173
ANEXO A. Referência:	Autorização	para	realização	de pesquisa.....
				174
ANEXO B. Parecer	Consubstanciado	do	CEP.....	175

INTRODUÇÃO

A escolha pelo tema da população negra na pesquisa está profundamente conectada à minha trajetória pessoal, que vim de uma família miscigenada, com raízes afro-brasileiras, realidade comum no Brasil, na qual muitas famílias carregam heranças indígenas, africanas e influências nordestinas. Na infância e adolescência, testemunhei diversas vezes manifestações racistas por parte do meu pai, que, apesar de viver próximo a um bairro conhecido como "baixada preta", mantinha discursos de desprezo em relação aos negros. Paradoxalmente, mesmo sendo nordestino e casado com uma mulher negra, o que o colocava em uma posição social vulnerável diante das desigualdades impostas pela elite, ele se via em uma posição de privilégio por ser branco, reforçando assim seu preconceito.

Portanto, ao longo da minha carreira como professor de história procurei assumir uma postura antirracista, que culminou com a proposta de mestrado intitulada "A Diversidade Cultural e o Currículo Escolar: a resignificação das relações étnico-raciais na Escola Estadual João Dantas Filgueiras", concluída entre 2013 e 2015. Todavia, ampliou-se as lutas e resistências como professor do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul/câmpus Três Lagoas, em 2012, que iniciou um projeto, cuja temática dizia respeito à consciência negra, de forma a cumprir a obrigatoriedade da Lei n.º 10.639/2003, de acordo com as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" (Brasil, 2005, p. 35).

Esta ação afirmativa incide sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (LDB), inscrita sob o número n.º 9.394/96, mais especificamente em seus artigos 26-A e 79-B (Brasil, 2006, p. 19), tornando obrigatória, no ensino de História, a abordagem da História da cultura afro-brasileira e africana. Posteriormente, pela Lei n.º 11.645/2008 também foi inserida a pauta indígena no pleito educativo. Desde então, o ensino da história e da cultura indígena se tornou obrigatório nas escolas, sendo tratado nas áreas como Educação Artística, Literatura e História do Brasil¹. No entanto, isso não impede que outras áreas abordem o assunto de forma transversal, nesse caso, o curso de linguagem pode contribuir muito para com essa tarefa étnico-racial.

Tais ações são possibilitadoras do reconhecimento da identidade da população negra no espaço do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul. Por conseguinte, as marcas da diversidade étnico-racial e cultural são intensificadas a partir dos debates sobre diferenças sociais, étnicas,

¹ FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED. Bahia: 1 jul. 2015. Disponível em: <https://petpedagogia.ufba.br/lei-no-1164508-programa-de-indio>. Acesso em: 27/07/2022.

raciais e culturais (Gusmão, 2003) e é nesse campo pedagógico que os/as jovens negros/as vão rompendo as “túnicas” corpóreas da identidade da branquitude, em busca de sua afirmação por meio de um processo étnico-racial (Braga, 2021).

A efetividade das ações afirmativas com a consciência negra, no IFMS/câmpus Três Lagoas, iniciou-se no ano de 2011, a partir da coordenação de seu idealizador, Professor Dr. Guilherme Tommaselli², colocando em prática a Lei n.º 10.639/2003. E, no ano de 2016, surgiu, concomitante à Semana da Consciência Negra, o concurso “Beleza Negra”, no IFMS/Três Lagoas, também idealizado e organizado por Tommaselli, com o intuito de quebrar os estereótipos sobrepostos ao corpo negro, que sempre foi visto, ao longo de toda a história, como algo que “é tematizado via folclorização, exotismo ou negação” (Gomes, 2017, p. 79), marcas contínuas e descontínuas de uma suposta democracia racial.

Sendo assim, o “Beleza Negra”³, no IFMS/Três Lagoas, ao longo dos anos, tem dado sentidos outros para esses/as jovens negros/as, de forma que os seus (des)contínuos são reforçados no cabelo crespo e solto em forma de cachos caracolados, nas vestimentas mais coloridas que dão tons africanizados, no reconhecimento de instrumentos musicais como pandeiro, cavaquinho, berimbau, cuíca, entre outros; em músicas que trazem a identidade negra como o *rap*, o samba e o *hip hop* e no sentir com os pés no chão da dança de roda.

Nesse cenário, essas são resistências de expressões ancestrais afro-brasileira e africana, em uma ecologia de saberes (Souza-Santos, 2016) de sentir e viver no mundo como sujeitos que se descobrem/deslocam, ao reconhecer a importância de estar e para que estão. É o elixir do discurso da beleza negra, discurso esse de desconstrução do branqueamento ou de superação da invenção colonialista de negação da identidade de negritude e racialização.

Nesta tese, partimos do pressuposto de que os sujeitos negros, parte minoritarizada da população brasileira, se encontram marcados pelo racismo estrutural/institucional e pela hegemonia da discursividade do branqueamento. Assim, temos como hipótese que o desfile/concurso “Beleza Negra”, no IFMS/câmpus Três Lagoas, pode potencializar a desconstrução da estética das formas de regulação do corpo, tematizado e folclorizado no sentido de indagar o dispositivo de negatividade construída esteticamente pelo branqueamento ao correr da história e quiçá no espaço pesquisado.

² Professor Dr. Guilherme Tommaselli (área de atuação: Sociologia) é o idealizador do projeto “Beleza Negra”, no IFMS/câmpus Três Lagoas, que também se reconhece como Preto Tommaselli, assumindo uma postura antirracista de corpo e razão.

³ O uso das iniciais maiúsculas é motivado pelo fato de que o concurso “Beleza Negra” resulta em um grande peso de luta e resistência social, política, econômica e cultural, na ressignificação das relações étnico-raciais.

As questões pesquisadas são: a) Como o concurso “Beleza Negra” dialoga com a Lei n.º 10.639/2003 e com os documentos oficiais do IFMS, consoante às ações afirmativas e das relações étnico-raciais? b) De que maneira os/as jovens estudantes/as negros/as se reconhecem como maioria enquanto população negra e em quais condições se identificam como minorizados/as nos seus direitos étnico-raciais? c) De que modo acontece a relação entre a língua e a Beleza Negra na constituição do dito/não dito, das diferenças, da identidade, da cultura e das relações étnico-raciais desses/as jovens-discentes negros/as?

O objetivo geral busca discutir e refletir como acontece o concurso “Beleza Negra”, que ocorre concomitantemente na Semana da Consciência Negra, e como os estudantes e o professor se sentem ao participar desse concurso, enquanto ação pedagógica. Os específicos são: 1) problematizar se as ações ditas afirmativas institucionais tencionam um discurso antirracista no espaço escolar; 2) rastrear se a beleza negra possibilita saberes estético-corpóreos de ressignificação da cultura afro-brasileira e africana; 3) levantar as marcas linguísticas que revelam de que maneira a Beleza Negra proporciona manifestações de empoderamento de desconstrução do corpo negro regulado; 4) analisar e interpretar gestos, marcas e interdiscursos, imaginários oriundos da atividade de extensão do concurso “Beleza Negra”.

Para tanto, a pesquisa ancora-se no aporte teórico da Análise do Discurso de origem francesa, dentro do qual estão situados Pêcheux (1990), considerado o pioneiro na institucionalização dessa disciplina; Jean-Jacques Courtine (2009), que teve papel relevante na reformulação dessa área de conhecimento; Michel Foucault (2014), que faz uso da chamada arqueogenealogia a partir das noções de discurso, formação discursiva, saber/poder e resistência (por isso o interesse, em particular, em mobilizar nossas análises no trabalho desse autor). Incorporamos também à análise às contribuições do pensamento decolonial de Quijano (2005), Castro-Gómez (2007) e de Mignolo (2017). Dialogando com essas referências, incorporamos as perspectivas epistemológicas negras, particularmente de Fanon (2005), de Gomes (2006), de Almeida (2019), da Kilomba (2019), da Devulsky (2021), da Bento (2022) e da Carneiro (2023).

Assim, o trabalho se apoia no referencial das noções discursivas, valendo-se da abordagem arqueogenealógica foucaultiana que integra estratégias/ferramentas que articulam suas fases arqueológica e genealógica, questões que abordaremos mais adiante.

Por conseguinte, a metodologia da Análise do Discurso (doravante AD), nesse caso, pode fazer uma investigação das propriedades do discurso, inclusive no campo ideológico da subjetivação do sujeito. Nessa perspectiva, a AD não pode ser vista como algo operacional ou tecnicista, pois analisa os dispositivos que se apresentam no meio sócio-histórico e ideológico, daí a corrente francesa ter, nas suas investigações, as preocupações em torno do objeto/sujeito

buscando também delinear as suas singularidades de formas diferentes, ou seja, possíveis buscas de captura dos gestos, marcas, interdiscursos, deslizos, memórias e conceitos; tudo aquilo que é produzido pelos sujeitos nos seus assujeitamentos.

Dessa forma, podemos inferir que não há discursos únicos, nem sujeitos únicos, uma vez que todos eles são atravessados ou inter-relacionados por outros discursos e sujeitos. Para tanto, no sentido de romper com a colonialidade e com as formas racistas, faremos uso também dos estudos da decolonialidade que, segundo Mota Neto (2016, p. 17), “[...] expressa um nível de subversão [...], que envolve não apenas a libertação política de uma nação, mas também todas as relações de poder implicadas na cultura, no conhecimento, na educação, nas mentalidades e na organização socioeconômica”, no sentido de romper com os paradigmas hegemônicos e conservadores que designam o continuísmo das relações de “saber-poder” (Foucault, 2014). Esse contexto histórico foi imposto durante o processo de colonização e, dessa maneira, impôs estruturas de conhecimento a partir dos preceitos europeus e moldados pelas forças do cristianismo.

Portanto, Mota Neto (2016), ao apresentar a inflexão decolonial, abre caminho para construção de um currículo escolar que reconheça os/as jovens negros/as emergentes do “Beleza Negra”, do IFMS/Três Lagoas, nas suas próprias condições sociais, culturais e étnico-raciais. Ainda assim, entendemos que o movimento “Beleza Negra” é uma intervenção política de qualificar as vozes daqueles que sempre foram postos à margem da história e da própria escola, ou seja, as vozes do dito e do não dito nas relações de saber e poder (Foucault, 2014).

Tal inclusão e ressignificação são uma tomada de consciência fraternizada e solidária que emana de suas ancestralidades em que o eu e o outro da negritude tornam-se um só, pois reabilitam os seus valores negados historicamente (Gomes, 2017), portanto, “o corpo negro não separa do sujeito” (Gomes, 2017, p. 94), mas potencializa-se uma estética-corpórea de (in)flexão decolonial.

Essas temáticas estão relacionadas às (in)diferenças sociais, às (in)tolerâncias, pois estão calcadas numa relação de poder, ou seja, para que “o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (Foucault, 2012, p. 44-45), em um sentido mais amplo, em que o poder produz verdades que vão modulando as condições de existências dos seres que são constituídos por suas histórias e ideologias. Notamos, portanto, que esses discursos não surgem ao acaso, ou seja, neles concerne a subjetividade que efetiva o sujeito, pois o mesmo ocorre com a subjetividade que é promovida pelo discurso que circula produzindo relações de saber e poder.

Em um outro sentido, de insurgências e resistências ao poder, podemos correlacionar a ação pedagógica “Beleza Negra” no IFMS/câmpus Três Lagoas à desconstrução do saber dominante e enaltecimento dos saberes da cultura afro-brasileira e africana. Portanto, a tese busca apresentar como são possíveis as desconstruções da colonialidade, por meio de produções de transgressões e com críticas aos discursos de colonialismo, permeando para uma decolonialidade de inversão a força enigmática da modernidade (Mota Neto, 2016).

Para tanto, no processo desta investigação, o instrumento de coleta, o recurso da entrevista dialogada (Rocha; Daher; Sant’ Anna, 2004), o qual possibilitou captar gestos, marcas, sentidos possíveis, falas e discursos que, na interação entre entrevistador e entrevistados, vão desabrochando uma produção textual discursiva de acontecimentos. Por sua vez, segundo Gregolin (2008), os acontecimentos estão ligados a um presente e a uma memória, em uma inter-relação com o processo histórico que, por meio das singularidades dos enunciados, provocam efeitos de sentido.

Portanto, a pesquisa constituiu como participantes: um (1) docente negro (contudo fiz uso de forma parcial de seus dizeres) e vinte seis (26) discentes jovens negros/as, do IFMS/Três Lagoas, entre os anos dois mil e dezesseis a dois mil e vinte três (2016-2023), que participaram do evento “Beleza Negra”. A entrevista dialogada com o professor foi composta por seis (6) temas, enquanto a dos discentes por oito (8); os contatos com os/as entrevistados/as foram ocorrendo gradualmente com aqueles/as ali presentes no próprio espaço escolar. Com relação aos discentes dos anos anteriores, convidamos a eles para ir até a instituição, onde realizamos as entrevistas. Dessas vinte e seis (26) entrevistas, utilizamos doze (12), além dos depoimentos do professor.

Entretanto, o pesquisador fez recortes das entrevistas coletadas, sendo que analisou de cada ano um/a (1) ou dois/duas (2) entrevistados/as discentes dos anos dois mil e dezesseis a dois mil e vinte três (2016-2023); entretanto, a pesquisa privilegia as experiências dos/das jovens negros/as participantes, cujos relatos revelam processos emergentes de construção identitária, em contraste com a posição já estabilizada do professor organizador no que tange à consciência racial. Todavia, ao longo da pesquisa, buscamos apresentar as regularidades, bem como as dispersões dos ditos, para a composição do nosso *corpus* e, por meio dele, procuramos fazer o nosso gesto de interpretação. Desse modo, a escolha de doze (12) entrevistas foi a que mais apresentou regularidades.

Portanto, o estudo justifica-se por examinar como o concurso “Beleza Negra” opera como dispositivo pedagógico de ressignificação identitária, articulando dimensões individuais

(autoaceitação) e estruturais (combate ao racismo institucional), com potencial para informar políticas educacionais antirracistas.

Na sequência abordaremos sobre levantamento do material bibliográfico produzido, com aproximações ou distanciamentos da temática de pesquisa que envolvem dissertações, artigos científicos e teses que se tornaram livros, utilizando como critérios as relevâncias, as implicações, as áreas de conhecimento, de semelhanças/diferenças, de condições cronológicas e de condições de produções (Carvalho; Silva, 2014), no trato intitulado “Estado da Arte”⁴.

Porquanto, ciente da diversidade do tema “Beleza Negra”, procuramos rastrear adotando palavras-chave como: beleza; beleza negra; discurso e beleza; raça; moda; estética; corpo negro e feminismo negro. Mediante essa questão, a cartografia da pesquisa perpassa por quatro (4) portais: o Portal do domínio público – PDP⁵; a Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações – BDTD⁶; o portal *Scielo* de artigos⁷; o repositório de teses da Universidade Federal da Bahia – UFBA⁸.

Sendo assim, o material bibliográfico selecionado foi: três (3) artigos de revistas científicas, de Santos (2000), Lima e Santos (2014) e Souza (2020); um (1) artigo publicado em livro, dos autores Domingues e Tolentino (2020); uma (1) dissertação, de Paixão (2013). Foram consultadas ainda as publicações de teses que se tornaram livros, totalizando duas (2) obras: Xavier (2021) e Braga (2021). Entretanto, dessa pesquisa, foram selecionadas produções que se aproximam de determinados conceitos, como beleza, beleza negra, discurso negro e moda; todavia, nenhuma delas aborda a “Beleza Negra” como uma ação pedagógica de desconstrução colonial, a exemplo do que é realizado no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul/câmpus Três Lagoas, onde tal temática é desenvolvida no Ensino Médio Técnico e Tecnológico de forma integrada e em concomitância com a Semana da Consciência Negra.

Em destaque ao último, em buscas virtuais não foi encontrado algo como “concurso de beleza negra” no campo da educação, principalmente no trato da ressignificação da cultura afro-brasileira e africana, bem como no reconhecimento da identidade de ser negro/a e que abordasse questões em torno das relações étnico-raciais no Ensino Médio.

⁴ O estado da arte “vai além de um mero inventário de pesquisas, constituindo-se como uma análise reflexiva que traça o desenvolvimento histórico das investigações em determinado campo, apontando tanto a evolução dos questionamentos científicos quanto os problemas ainda não solucionados” (Marcuschi, 2008).

⁵ PORTAL DOMÍNIO PÚBLICO. Gov.br. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>. Acesso em: 01/11/2022.

⁶ BIBIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 01/11/2022.

⁷ SCIELO BRASIL. Disponível em: <https://www.scielo.br/?lng=pt>. Acesso em: 01/11/2022.

⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/>. Acesso em: 01/11/2022.

Iniciamos por meio de um levantamento de pesquisa pelo artigo com o título – “O negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza”, de Jocélio Teles dos Santos (2000), que é resultado de pesquisa desenvolvida para o curso de Antropologia Visual do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da FFLCH-USP, em 1996. Por conseguinte, o artigo foi indicado/recebido pelo departamento de Antropologia – Universidade Federal da Bahia e publicado em Estudos afro-asiáticos, o qual procura compreender a expansão de salões de beleza na cidade de São Paulo/SP. Esse artigo, que tem como foco o corpo negro, reforça a identidade e a estética negra, no quesito do corpo e do cabelo. Portanto, inicialmente faz uma (re)leitura das matérias produzidas em jornais, no sentido de identificar como os discursos são produzidos nesse espaço, no qual o corpo negro é visto como belo.

Esta pesquisa perpassa também por uma pequena coleta etnográfica nos/dos salões de beleza que, ao olhar do autor, são lugares de discursos de sujeitos múltiplos. Assim, para sua surpresa, “os salões de beleza, sem perder suas condições mercadológicas, atribuem-se como ‘salão de beleza étnico’, e não de beleza ‘black’” (Santos, 2000, p. 10). Na esteira desse artigo abordam-se questões em torno da diversidade étnico-racial, pois são elementos que podem contribuir para a tese em construção, uma vez que abordamos a “Beleza Negra”, identificando como esses discursos circulam nesses espaços, sejam eles em salões de beleza, sejam na ação pedagógica à “Beleza Negra”, IFMS/ Três Lagoas. Concluimos que, nesses dizeres, há uma ressignificação da identidade, bem como um reconhecimento étnico-racial.

Em meio a esse empoderamento preto, apresentamos um trabalho de uma ex-aluna negra, por codinome “Quitéria”⁹, orientanda desse pesquisador de 2017, do Ensino Médio Técnico e Tecnológico do IFMS/câmpus Três Lagoas, que pesquisou e participou da Feira de Ciência e Tecnologia de Três Lagoas/MS (Fecitel, 2017) com a temática: “Tire o seu preconceito do caminho, que eu quero passar com o meu Black Power”¹⁰. A pesquisa foi premiada em terceiro lugar por sua relevância social e étnico-racial.

Por meio de uma pesquisa etnográfica, Quitéria (2017) buscou compreender o crescimento de salões de beleza negra em Três Lagoas/MS, com o objetivo de analisar/debater a seguinte questão: o que levava as mulheres negras a recorrerem a um espaço estético corpóreo negro? Quitéria (2017) afirma que as mulheres negras que faziam a transição do cabelo liso para o cabelo crespo, caracolado ou rastafári, se afirmavam enquanto mulheres negras e se

⁹ Utilizamos o codinome “Quitéria” com o objetivo de preservar o nome da discente.

¹⁰ FEIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO IFMS. Três Lagoas: 2017. Disponível em: <http://sistemas.ifms.edu.br/semanadetecnologia/anais/>. Acesso em: 21/12/2022.

tornavam mulheres negras empoderadas, melhorando sua autoestima, sua autoimagem e reconhecendo sua identidade étnico-racial.

O trabalho acadêmico de Eleonora Vaccarezza Santos, mestranda em Psicologia Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), com orientação do professor Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima (2014) da UFS, apresentou um recorte do estudo realizado para a dissertação intitulado “As representações sociais da estética negra: um estudo sobre beleza e feiura no Brasil”, publicado nos anais do VIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores (Copene/UFGA). Os autores procuram desmistificar os conceitos de beleza e feiura, porém com um olhar voltado para a população negra no Brasil, questionando reportagens que mencionam se “negros enquanto modelos na passarela: devem ter cotas ou não” (Lima; Santos, 2014).

Para tanto, o levantamento da investigação/pesquisa fez uso de ferramentas metodológicas como entrevistas com perguntas semiestruturadas pelo Facebook que, na essência, buscavam encontrar discursos acerca dos conceitos de beleza e feiura masculina sobre o corpo negro. Assim, conseguiram a participação de várias pessoas que contribuíram por meio dessa rede social. Após a coleta, o material de pesquisa foi selecionado e tabulado. Lima e Santos (2014) perceberam que ainda havia um olhar estereotipado: presença de discursos racistas; invisibilidade da Beleza Negra como um todo; presença de demarcações de padrões de beleza homogêneas, isto é, o corpo negro ainda disseminado como algo estranho para muitos.

Contudo, para os autores, isso significou o continuísmo de “uma invisibilidade da beleza negra como um todo, [...] em nosso país” (Lima; Santos, 2014, p. 10). Em seu texto, eles trazem abordagens úteis para este trabalho, ao explorar como símbolos e construções sociais marcaram o corpo da população negra como feio, buscando despersonalizar sua identidade. Portanto, essa temática dialoga diretamente com a proposta de pesquisa “Beleza Negra”, IFMS/ Três Lagoas”, cuja pretensão é quebrar essas marcas e cicatrizes históricas, afirmando que os/as jovens negros/as são belos/as e, assim, criando condições para que superem tais estereótipos (de)marcados historicamente.

Por outro lado, Joyce Gonçalves Restier da Costa Souza (2020), mestra em relações étnico-raciais pelo Programa de Pós-graduação em relações étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), faz uma discussão em torno do tema “Corpos em busca do belo: as mulheres negras e a beleza na eugenia da era Vargas”, publicado na revista *Desigualdade & Diversidade*. A escrita desse trabalho nos leva a perceber o recorte histórico do período da Era Vargas (1930-1945), apresentando um olhar de que as mulheres negras somente são reconhecidas como belas quando se aproximam do branqueamento, tais como: bom comportamento, uso da língua portuguesa de forma normativa

e, ainda, alisamento do cabelo. Para a autora, tais significações determinam o apagamento da “Beleza Negra”, da negritude e reforça o imaginário da hipersexualização (Sousa, 2020), lançando as seguintes perguntas: Por que na Era Vargas (1930-1945) difundia-se uma beleza somente de mulheres branca e de classe média? Onde estaria a beleza das mulheres negras? (Sousa, 2020).

Nessa trilha, sua pesquisa identificou as práticas de eugenia em relação à miscigenação durante o Governo Vargas (1930-1945). Nesse período, o Estado brasileiro enfatizou políticas de branqueamento com o objetivo de clarear a população brasileira. O que se percebe, sutilmente, é a submissão da população negra aos mandos e desmandos dos brancos, ou seja, a “Casa Grande”¹¹ sobrevive no pós-abolição, enquanto, a “Senzala” se reconfigura. Segundo Souza (2020), as reconfigurações em forma de luta e resistência incansável contra o racismo gerou a Frente Negra Brasileira (FNB)¹², que possibilitou à população negra dispositivos, habilidades e competências de comportamentos sociais e culturais que se pudessem aplicar tanto em espaço público quanto em privado (Sousa, 2020). Contudo, em determinados momentos, as resistências afloram por conta do surgimento do Teatro Experimental Negro (TEN)¹³, que deu espaço e visibilidade a concursos de “Beleza Negra”, o que possibilitou destacar autores(as), poetas, cantores(as) e misteres negros ou misses negras (Souza, 2020). Mesmo assim, apesar de tais imaginários e discursos serem ainda construídos a partir do branqueamento, nesses deslizos, os/as negros/as tinham a oportunidade de demonstrar seus talentos étnico-raciais.

Dessa forma, esse trabalho acadêmico é pertinente devido às significações de que o Estado Varguista (1930-1945) adotava uma política de embranquecimento, que se aproxima das práticas racistas, ao invés de o Estado ter políticas públicas de inclusão social e étnico-racial para com a população negra. Isso nos remete ao fato de que o “Beleza Negra”, IFMS/ Três Lagoas faz jus à Lei n.º 10.639/2003, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Resolução n.º 003/2004 para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como forma de reparar a dívida que o Estado brasileiro tem para com a população negra, sendo a escola lócus de saber-poder que contribui muito para com essa tarefa (Foucault, 2012).

¹¹ FREIRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. 44ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

¹² A Frente Negra Brasileira “[...] foi uma entidade extremamente representativa dos desejos e aspirações para população negra da década de 30. Ela desempenhou, na história do negro brasileiro, um lugar que o Estado não ocupou em relação à população negra: ofereceu escola, assistência na área de saúde e social, e teve uma atuação política muito marcante” (Gomes; Munanga, 2006, p. 120).

¹³ O Teatro Experimental Negro “[...] nasceu para formar atores e dramaturgos afro-brasileiros” (Filho, 2006, p. 127).

Neste “sufar”, os ventos nos levam para “Dos discursos ao concurso: beleza negra na cultura intelectual brasileira”, dos autores Thiago Lenine Tito Tolentino, Professor Dr. no Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (INHIS-UFU), e Petrônio Domingues, professor Dr. do departamento de História da UFS, artigo publicado em 2020, no *e-Book* “Escravos, libertos e livres: histórias de luta e resistência no Brasil e na Argentina”.

O presente artigo faz, inicialmente, uma discussão de como a África foi (re)inventada ao olhar dos colonizadores fazendo dela algo pejorativo, selvagem, incivilizado e inferiorizado. Em alguns momentos, os articulistas fazem uso da teoria de Michel Foucault (1996) para tratar questões sobre as noções de formações discursivas e de relações de saber e poder. Cabe ainda ressaltar que os autores fizeram uma abordagem metodológica por meio da História descontínua, fazendo sobressair o não dito dos oprimidos. Portanto, trata-se de um texto que contextualiza uma África produtora de saberes, valores, crenças, língua, cultura e como isso o vincula ao Brasil nas marcas da escravidão e também do pós-abolição.

Assim, os autores trazem um arcabouço de intelectuais, sejam eles brancos racistas, brancos antirracistas e negros intelectuais. A esses últimos, atribuem como “beleza negra intelectual brasileira” aqueles que se destacaram na pintura, na escultura, na engenharia, na imprensa negra (jornais/revistas), na vida política, na literatura e na arte, o que resultou, durante os séculos XVIII e XIX, formas de resistências na luta contra a escravização e na luta contra o racismo no pós-abolição.

Domingues e Tolentino (2020) relatam também que, em um determinado momento, a divulgação da “beleza negra intelectual brasileira entre os séculos XVIII e XIX”, teve seus flashes curtos e efêmeros na imprensa trazendo denúncias de racismo, desigualdades sociais e de violência policial, além de momentos de lutas e resistências e que se destacaram nos concursos de imprensa. No entanto, isto não quer dizer que os negros foram reconhecidos publicamente como intelectuais produtores de conhecimento.

No entanto, para Domingues e Tolentino (2020, p. 321), “[...] dos discursos ao concurso: beleza negra na cultura intelectual brasileira” tornou-se mais um passo da população negra no longo caminho, cujo pesado passado teimava em se atualizar, em busca de conquistas no campo das representações e dos direitos de cidadania no Brasil, ou seja, uma incansável luta contra o racismo. Nessa perspectiva, entendemos que o concurso “Beleza Negra” no IFMS/ Três Lagoas, é uma potência de autoestima e de transvalorização e que a escola e a academia também são “lugares negros/as”, pois reforça a luta antirracista contra o epistemicídio intelectual negro. Assim, em todo esse percurso de produções de artigos científicos identificou-se uma

preocupação em tornar visível a história da população negra no Brasil, no quesito beleza negra, por meio de resistências, lutas e alteridade.

Por fim, caminhamos para a dissertação de Humberto Pires da Paixão (2013), intitulada “Saber, poder e sujeito no dispositivo da moda”, obtendo o título de mestre em linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Essa dissertação, propriamente dita, não aborda a população negra, mas faz referência à moda, com conceitos como “europeizado”, “midiático”, “consumista” e de “padrão”, ou seja, faz uma dura crítica à hegemonia da moda. Sendo assim, optou-se por essa obra por conta de/sobre nossas pesquisas perpassarem por discussões de beleza e por também utilizar como método de investigação a AD, de orientação francesa, sobre as noções de formações discursivas do pensador Michel Foucault que Paixão (2013), em seu trabalho, em determinados momentos, utiliza a obra “Arqueologia do Saber” de Foucault (2009).

Por meio dos dispositivos de Biopoder, o pesquisador tenta capturar “os enunciados, os atravessamentos, as escansões, as brechas, as contradições, enfim, todo um universo discursivo posto em ação” (Paixão, 2013, p. 11). Portanto, tal amparo teórico-metodológico se aproxima das nossas investigações que implica nas reflexões das noções de formações discursivas do saber-poder-objetivação/subjetivação da Biopolítica e do cuidado de si, relevante para a esta pesquisa na caracterização da “Beleza Negra”, no IFMS/Três Lagoas.

Também buscamos aporte teórico nas teses que se tornaram livros publicados pelas autoras Giovana Xavier (2021) e Amanda Braga (2021). Iniciamos com Giovana Xavier, mulher negra, historiadora, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ), engajada em movimentos sociais feministas. No seu livro “História social da beleza negra”, faz uma análise temporal escavando a história das mulheres negras nos Estados Unidos pós-Guerra Civil (1865). Por meio da historiografia social, enquanto método, a autora observou a evolução/permanências da sociedade ao longo dos tempos. Assim, identificou como essas mulheres negras foram inseridas no jogo da estética dos cosméticos, como propagandas de perfumes, *shampoo* para alisar os cabelos, sabonetes de clareamento da pele e vestimentas com simbologias de branqueamento que ficou marcada como “boa aparência” (Xavier, 2021).

Esse processo impacta os corpos negros, induzindo à negação da identidade étnico-racial como mecanismo de adaptação às estruturas racistas e sexistas da sociedade. O livro ainda traz, em seu bojo, fotografias, textos de propagandas, relatos e depoimentos de mulheres negras, bem como anúncios em jornais que abordavam concursos de Miss Negra; inclusive, no final do livro, a autora traz discussões e críticas severas às práticas de eugenia no Brasil, nos períodos de 1900-1950, para com a Beleza Negra. Trata-se de uma obra seminal, muito bem escrita e pesquisada,

que assume um lugar de destaque nesse campo de pesquisa, pois identifica os dispositivos que foram e que ainda são impostos aos negros/as como controle de branqueamento.

E, por último, não podendo ficar de fora, a obra de Amanda Braga (2021), “História da beleza negra no Brasil – discursos, corpos e práticas” que atua como professora-adjunta do departamento de Língua Portuguesa e Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, sendo que sua tese também se tornou livro, em que utilizou, como método de investigação, a AD de linha francesa, fazendo uso dos trabalhos de Michel Foucault em uma releitura da obra “A arqueologia do saber” na busca de compreender o dito, a preservação dos discursos na manutenção da memória enquanto arquivo e a circulação dos discursos de uma época para com a outra em uma construção cultural (Braga, 2021). Já com relação a Jean-Jacques Courtine, a pesquisadora fez uso da “historicidade dos signos e das expressões corporais” (Braga, 2021, p. 28).

Portanto, salientamos que a literatura se apresenta em desmistificar os conceitos de não beleza que se constitui ao longo da história em figuras depreciativas, estereotipadas e hipersexualizadas, em discursos que registram o corpo negro feminino. Em sua espessa reflexão com ilustrações, “navegou” por conceitos de construções do corpo feminino da pré-história, da Europa moderna, da África inventada. Em uma (trans)fronteira, atravessou o pequeno “rio” Atlântico, onde identificou que o corpo e a Beleza Negra da mulher brasileira são vistos e tidos como algo de estetização regulada e não emancipada, de períodos (de)marcados pela escravização e pós-abolição (1888). Logo, esse livro oferece para esta tese elementos sobre o contexto histórico do povo negro e de como foram tratados os sentidos de “beleza”, bem como, a discussão em torno do gênero em relação à apropriação do corpo da mulher negra.

Com base no mapeamento completo do Estado da Arte, complementaremos autores(as) negros/as que nos elucidaram nessa empreitada da construção da tese, como: Almeida (2019); Bento (2022); Bernardes (2021); Carneiro (2023); Fanon (2005; 2008); Gomes (2017); Kilomba (2019); Mbembe (2022); Muniz (2018); Nascimento (2021); Silva e Góes (2021); Ribeiro (2019); Tommaselli (2020); Nogueira (2021); Silva (2021); Costa (2006); Munanga (2009).

Há que se destacar também, que se tratando da cultura afro-brasileira e africana, a referente Lei de n.º 10.639/2003, preconiza o uso das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (Brasil, 2004). Assim, por meio dessas vozes que são silenciadas no campo acadêmico, reconhecemos que essas pessoas de notório saber, experiências, falantes e correntes, podem

potencializar os saberes, no sentido de revitalizar e ressignificar as vozes que foram e são silenciadas nesse processo político-cultural e étnico-racial (Carneiro, 2023).

Por conseguinte, entre aproximações e distanciamentos, tais textos nos proporcionaram ampliar as lentes sobre o objeto de investigação e nos instigam a realizar novas buscas, para que possam se tornar ferramentas/dispositivos que contribuam com novos diálogos e reflexões sobre a “Beleza Negra”, até porque, nesse “profundo túnel”, nem tudo está perfeitamente visível à luz do dia. Para Foucault (2008), um enunciado pode estar à vista, mas isso não garante sua completa compreensão, pois seus aspectos essenciais e demarcações não se mostram de maneira óbvia. Tal compreensão requer uma mudança de perspectiva e uma postura analítica específica que permita apreendê-lo em suas particularidades. Sendo assim, foi por meio dessa conversão ótica que procuramos esboçar e empreender até aqui, e por meio do arquivo apresentado da/sobre “Beleza Negra”, um fluir incessante e inesgotável.

Por fim, o desdobramento da tese será guiado pelos seguintes percursos: iniciar-se-á pela indicação do Estado da Arte, numa cartografia de pesquisas que se aproximam deste estudo. A primeira seção aborda “do pacto do branqueamento à (re)existência negra: uma análise do racismo institucional como dispositivo de poder”; na segunda, o “vento sopra” para “um caminho teórico-metodológico: fios que se entrelaçam: Análise do Discurso e a construção do dispositivo de racialidade”; na terceira seção, no lançar do “voo dos ventos” nos deparamos com “as diásporas do evento “Beleza Negra”: as ressignificações de um povo silenciado”; na guisa das considerações, apresentamos os apontamentos finais; memorial descritivo; por fim, as referências bibliográficas, memorial, apêndice e anexos. Na sequência trataremos da primeira seção sobre a luz da temática, “do pacto do branqueamento à (re)existência negra: uma análise do racismo institucional como dispositivo de poder”.

I- DO PACTO DO BRANQUEAMENTO À (RE)EXISTÊNCIA NEGRA: UM OLHAR NO RACISMO INSTITUCIONAL COMO DISPOSITIVO DE PODER

Este capítulo tem como objetivo tecer algumas noções sobre as “condições de produção” que, segundo Orlandi (2001), configuram-se como elemento fundamental para a compreensão dos processos de significação. Distanciando-nos de uma noção meramente contextual, a abordagem proposta pela autora posiciona tais condições como determinantes internas à própria atividade discursiva, definindo os limites do dizível.

Entendemos que as condições de produção compreendem uma rede complexa de fatores inter-relacionados. Inicialmente, consideramos a dimensão da situação imediata, que abarca os elementos observáveis da enunciação, como os interlocutores, o tempo e o espaço da interação. Contudo, a análise aprofunda-se necessariamente na instância sócio-históricas e ideológicas, na qual se insere na formulação da memória (Orlandi, 2001). Portanto, as condições de produção são atravessadas pela história, pela memória discursiva e pelas relações de poder. O sujeito não fala de um lugar neutro, mas a partir de posições já definidas social e historicamente. Ademais, a noção de interdiscurso é incluída, entendida como o conjunto de vozes sociais preexistentes que permeiam qualquer novo enunciado. Nenhum discurso surge de forma autónoma, mas antes se constrói em constante diálogo com esse campo discursivo já estabelecido.

Portanto, a análise das condições de produção, na concepção de Orlandi (2001), requer a investigação da articulação entre a “situação comunicativa imediata, as determinações histórico-ideológicas e o campo do interdiscurso (Orlandi, 2001, p.32). O foco desloca-se, assim, do conteúdo manifesto do texto para a explicitação dos fundamentos que tornam certos sentidos possíveis e legítimos em detrimento de outros.

Assim sendo, podemos relacionar condições produção, com nossa pesquisa em sentido estrito e sentido amplo. Num contexto estrito, compreendemos como algo formalizado nos enunciados como, por exemplo, a democracia racial. Por outro lado, quando atribuímos ao sentido amplo, há um desdobramento na sociedade, em contextos sociais, históricos e ideológicos. Na sociedade brasileira não há um “paraíso racial”, mas sim um racismo que se prolifera como marcas de um passado caracterizado pela escravização e por uma relação de saber-poder produzido pelas instituições sociais, incidindo diretamente na forma como a população negra é representada, enquanto minoritarizada nos seus direitos étnico-raciais e nas suas ações de resistência ao longo do processo histórico.

O capítulo é composto por sete (7) subseções, perpassando por caminhos que tratam sobre memórias das pessoas negras; como o racismo se constitui; a constituição dos discursos do branqueamento; as conquistas de políticas públicas de reparação à cultura afro-brasileira e africana; o descolonizar da fala; os saberes estéticos-corpóreos e, por fim, os “porões” do transatlântico.

1. O tecido da história Afro-brasileira

Assim, tomamos como início algumas reflexões/debates sobre a historicidade e significados de beleza e o “Beleza Negra” e sobre como tais questões são vistas, (re)apresentadas e instituídas como valores sócio-históricos e ideológicos. Destacamos que, recentemente, a mídia/ ou meios de comunicações (plataforma YouTube, TV aberta, revistas e jornais digitais) têm dado ênfase à representatividade negra. Nesse cenário, estreou em maio de 2023¹⁴ o filme “A pequena sereia” (Wall Disney), que tem como protagonista a artista negra Halle Bailey, porém antes do filme chegar aos cinemas foi lançado um trailer com objetivo de divulgar a obra cinematográfica. No entanto, as repercussões no Brasil não foram muito positivas, ou seja, ocorreram vários “*dislikes*” no YouTube (aproximadamente seiscentos mil) quando foi lançado o *trailer* do filme.

Tal situação nos permite observar com olhar clínico que as protagonistas, na maioria das vezes, são “princesas brancas”; o que reforça sua representatividade com o propósito de manter os seus privilégios. Portanto, fazem uso dos *dislikes* para desabrochar seus incômodos e suas subjetividades racistas, ou procuram desviar, por meio dos seus dizeres, ao afirmarem “não sou racista”, “mas acho que não tem princesa e sereia preta”¹⁵! Aqui encontramos a ideia de qual corpo deve se cultuar como belo/a, o eurocêntrico, ou seja, “da concepção ocidental de sujeito – racional, pensante consciente” (Coracini, 2003, p. 26). Portanto, ao apresentarem discursos como esses de questionamento do/da belo/a, notamos que exalam as facetas do racismo. A branquitude se nega a reconhecer a performance desse corpo neste imaginário de “princesa negra”. Por mais que não exista sereia, atravessa-se, entretanto, a fronteira que é justamente a cor/pele e da/sobre mulher negra figurante.

¹⁴ OFUXICO. POR FLAVIA CIRINO. Brasil: 11Set. 2022. Disponível em: <https://ofuxico.com.br/preconceito/halle-bailey-e-alvo-de-ataques-racistas-e-trailer-de-a-pequena-sereia-ganha-deslikes/>. Acesso em 03/12/2022.

¹⁵ OFUXICO. POR FLAVIA CIRINO. Brasil: 11Set. 2022. Disponível em: <https://ofuxico.com.br/preconceito/halle-bailey-e-alvo-de-ataques-racistas-e-trailer-de-a-pequena-sereia-ganha-deslikes/>. Acesso em: 03/12/2022.

Não tão longe, o escritor realista brasileiro Machado de Assis, em uma propaganda da Caixa Econômica Federal, organizada para comemorar o seu centenário, foi retratado como um personagem branco (Geledés, 2011)¹⁶. Notoriamente, uma instituição a serviço do Estado produz uma linguagem de racismo institucional, na qual a classe dominante pretende incluir um intelectual pensante negro como branco. Declarando um nítido epistemicídio, produzido pela branquitude, no sentido de se apropriar do apagamento da sua memória, já que não há documentos que provam que Machado de Assis era branco (Geledés, 2011)¹⁷.

Em resistência, a Secretaria de Política e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) do Governo Federal fez frente para que fossem retiradas do ar as imagens nas quais o escritor aparenta ser branco e, como forma de retratação fossem produzidas imagens de Machado de Assis como um homem intelectual negro.

Em continuidade, de forma sorrateira, o racismo do branqueamento faz com que haja uma regulação do corpo; nesse sentido, Novaes ([...] 2011), esclarece que:

[...] O corpo humano [...] parece ter se tornado transformável, mutável ou criável por meio das proezas das novas técnicas. E não apenas a parte externa, mas também a interna, explorada e visualizada até suas profundezas, permitindo expor ao olhar de todos, como um “espetáculo” vivo (Novaes, [...] 2011, p. 480).

É construção social, em que o discurso produz efeitos da imagem do eu e do outro que determina o branco como ideal, como um projeto de perfeição, que invade a vida social e provoca efeitos culturais no sentido do que é “belo ou bela”, apropriado e aceitável. Segundo Steyn (2004, p. 123-124), “a branquitude como constructo ideológico extremamente bem-sucedido do projeto modernista de colonização é, por definição (em termos literais: por ter o poder de definir o eu e o outro), um constructo de poder”. Ou seja, o branqueamento que perpassa pela consciência e pelo corpo do/da sujeito/a negro/a impondo-lhes um imaginário de um saber outro de condições subalternizada do ser.

Contudo, a modernidade e a escravização determinaram o gosto estético do corpo, assim inferiorizando o corpo negro, atos da violência do racismo estrutural que impõem a beleza negra às outras afirmações simbólicas, ou seja, à lógica da branquitude, que está atrelada a um pacto, como afirma a psicóloga Bento (2022), e tal pacto cria sentidos e marcas de autopreservação e de perpetuação de suas gerações, para que se mantenham os privilégios, as posições socioeconômicas e, claro, com políticas invioláveis.

¹⁶ GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Brasil: 21Set. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/caixa-economica-federal-tira-ar-anuncio-que-retrata-machado-de-assis-como-um-homem-branco/>. Acesso em: 29/05/2024.

¹⁷ *Ibid.*, 2011.

Assim é construída a objetivação da negação da cor de pele, e tornam positivo o branqueamento enquanto belo/perfeito. Daí, ao longo da história europeizada, eles dominarem o “Saber”, pois são discursos que se homogeneízam e cristalizam a sistematização das coisas como devem ser. Isto é, os discursos regulam, formulam, demarcam, caracterizam, ordenam no expecto do seu próprio controle (Foucault, 2014).

Assim, Foucault (2014, p. 21) ressalta que: “coisas ditas uma vez e que se conserva, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza”, a pronúncia da ordem dos ditos da branquidade. Para tanto, nessa tese, procuramos desmistificar os sentidos outros de beleza, constituídos ao longo da história eurocêntrica, que demarcaram passividades, gestos, memórias e conceitos. Tais sentidos estabelecem que a beleza é um discurso de regularidades, ou de assujeitamento dos sujeitos que estão imersos em um discurso que, por sua vez, assegura o poder (dito) da branquitude e, conseqüentemente, silencia (o não dito) os marginalizados e os excluídos que permanecem à margem da invisibilidade.

Mediante essa perspectiva, Braga (2021) relata que quando se trata da estética negra, a percepção de olhar de um branco com relação ao negro, contudo, tem-se uma impressão. Enquanto negros com negros, ao ditar seus olhares, têm-se outras impressões. São olhares que vão além dos subterfúgios produzidos pela escravidão, em (des)contínuos dos corpos, marcas, gestos, interdiscursos e imaginários, ou seja, o encontro de atravessamento do outro, de uma beleza negra em sua plena negritude. Ainda no que diz respeito a essas questões, é manter-se vivo como herdeiros de uma cultura étnico-racial, no sentido de ressignificar de forma positiva sua identidade, sua religião, suas crenças e sua posição sociopolítica que, ao longo da história, foram destruídas e negadas (Gomes, 2017). Em uma identidade que emana de suas ancestralidades e, que eu e outro da negritude tornam-se um só, pois reabilitam os seus valores negados historicamente, portanto “o corpo negro não separa do sujeito” (Gomes, 2017, p. 94). Entretanto, Coracini (2003), em seus escritos, nos alerta sobre o fato de que não há identidades únicas, ou, monominais, de que as identidades “surfam”, isto é, atravessam o Eu e os outros, nessa alteridade da diversidade da linguagem, dos símbolos, das crenças, dos costumes e da língua.

Em composições que balizam o corpo dos sujeitos nas constituições das suas subjetividades que não são apenas algo da sua razão/consciente, mas também dos seus desejos/inconscientes, pois os sujeitos são composições plásticas. São questões que estão calcadas nas formações discursivas, pelas quais saber-poder circula produzindo verdades que são moduladas a partir das condições históricas e ideológicas, ou seja, fruto das relações sociais.

Em geral, essas agremiações têm suas raízes no discurso do patriarcalismo, do racismo, no autoritarismo social e no capitalismo globalizado. Se bem que o racismo adviesse muito antes do capitalismo. Nesse sentido, o mundo moderno europeu, obcecado pela expansão colonial, clarifica formas de dominação racistas próprias, transpondo valores e costumes racialistas (Nascimento, 2021). Todavia, o racismo é resultado de formações históricas (de)marcadas pelas conquistas de povos sobre outros povos na construção de uma Europa medieval que sacrificou e mutilou grupos humanos para preservar os valores cristãos. E na era da modernidade tais ramificações construíram uma linguagem colonial endossada no/pelo trabalho de escravização africana, que por sinal qualquer forma análoga de opressão ao corpo é desumana e cruel.

Dessa forma, entendemos que o racismo à brasileira é estrutural e institucional, por um viés discursivo do branqueamento, conforme Gomes (2017, p. 78):

[...] o discurso sobre o negro é feito sob o prisma do racismo (traduzido por meio do mito da democracia racial), as diferenças étnico-raciais que marcam a cultura, a vida, os lugares de poder, as desigualdades são invisibilizadas por meio do apelo à miscigenação racial e à formação de um tipo “híbrido” mais aceitável social e racialmente: o moreno (pele não tão “escura” e cabelos anelados). É o ideal do corpo brasileiro mestiço, não como uma possibilidade de conformação social, cultural e étnico-racial brasileira, mas como superioridade; como corpo que se desloca do extremo “negro” e caminha para o outro extremo “branco”, e nunca o contrário.

A citação nos possibilita a refletir sobre as formas racistas que são construídas por meios das produções discursivas que desloca o imaginário étnico-racial e cultural, ou seja, impondo regras de jogo de linguagem e de apagamento da língua e do corpo. Notamos o (des)revelar de memórias ocultas, ou seja, deixá-las no ostracismo histórico é reforçar as escaras que ainda descaracterizam a população negra.

De alguma forma esses rastros, mesmo com tropeços, foram ao longo da história criando formas de lutas, resistências e de reivindicações que pudessem dar formas de visibilidades de uma inflexão decolonial contra o racismo estrutural. Pois, é “pela memória que se faz o discurso, nas histórias de vida, nas invenções de si” (Coracini, 2007, p. 11), nas quais os sujeitos em suas condições de atravessamentos herdaram saberes, valores e tradições de uma sociedade e, para que não caíam em esquecimento, é necessário fortalecer a identidade das relações étnico-raciais e da cultura afro-brasileira e africana. Em consonância, Strathern (2002, p. 71), ao parafrasear Derrida, atribui:

Que a mente consciente nunca está livre de “traços” da experiência na mente inconsciente. O eu que percebe, que se imagina no presente, está na verdade sempre sendo “escrito” pelos “traços” inconscientes do passado, que, por sua vez, está sempre sendo “escrito” por traços inconscientes do seu passado, e assim por diante.

É justamente nesses fragmentos que se reabilita, desconstrói e revitaliza as populações destruídas e de culturas negadas, como é o caso da população negra no Brasil, que precisa constantemente demarcar as fronteiras com suas narrativas e significações étnico-raciais, até porque é o discurso que constitui o sujeito em uma celebração de identidade coletiva e de herança cultural afro-brasileira e africana. Por conseguinte, abordaremos as memórias ocultas: o aquilombar na/pela baixada preta.

1.1. Memórias ocultas: o aquilombar na/pela baixada preta

A retomada da memória constitui uma forma de desconstruir o apagamento e o silenciamento das histórias dos povos colonizados e da diáspora africana, marginalizados nos compêndios artísticos e nos livros de história. Esse silenciamento foi construído por discursos eurocêntricos de branqueamento, por meio dos quais o 'Outro' é sistematicamente estigmatizado - referindo-me aqui ao 'Outro' enquanto construção subjetiva branca (Carneiro, 2023). Trata-se especificamente da população negra no Brasil, ainda representada de forma estereotipada, reduzida à condição de sujeitos escravizados e subalternos.

Fiorin (2016, p. 21) atribui que “o discurso racista considera o negro não como ser humano, mas como um não humano”, porquanto o fato de ser negro/a escravizado/a não era considerado/a humano/a, portanto, não ser branco/a em uma sociedade escravocrata como foi o Brasil e com resquícios na “democracia racial” é estar condenado à dor, ao sofrimento e à morte. No trato “o negro não humano”, para a Fanon (1974) perpassa por efeitos do colonialismo e racismo, de que os sujeitos negros/os não são vistos como seres humanos plenos (um “ser”), mas como objetos, selvagens, corpos brutos, ou, os corpos aprisionados em uma existência subalterna. Enquanto, a branquitude representa a civilização e a humanidade. Uma vez que o apagamento da memória histórica dos indivíduos está no limbo, há de se considerar que ele foi produzido pelo coletivo. Nesse sentido, a linguagem é princípio “[...] que permite que a memória seja um veículo de socialização das experiências individuais” (Menezes, 2007, p. 15) e, por meio dessas articulações racionais e abstratas, os seres humanos as produzem com o tempo e no tempo.

Ao se tratar da memória, enquanto linguagem, retomaremos algumas lembranças, a partir das quais vivenciamos muitas histórias com a população negra. Desde nossos tempos de criança, quando moramos em uma comunidade/ou bairro chamada “Baixada Preta”, na cidade

de Andradina/SP (que hoje vemos como um mini quilombo¹⁸). Nesse túnel do tempo, “nós nos lembramos daquilo que podemos compartilhar, tal como uma língua sobrevive e permanece viva enquanto existe a comunidade de seus falantes” (Montes, 2007, p. 129). Pois bem, foram tempos graciosos dos quais não se tinha muito, no entanto, simbolizaram esperanças de encontros fraternos e solidários, ou seja, aquilombávamos¹⁹ independente das cores de pele.

Nessa fronteira, todos os anos do mês de janeiro comemoravam-se duas festas, a do “Senhor do Bonfim”, com ritual religioso umbandista, o que, por sinal, era um vínculo cultural afro-brasileiro e africano, bem como festejava-se a “Folia de Reis”, um ritual religioso cristão católico, no qual todos(as) celebravam harmoniosamente.

O mais surpreendente de tudo isso é que havia pessoas de todas e quaisquer religiões ali naquela festa comunitária, isto é, alguns eram católicos, outros umbandistas, havia os espíritas de “mesa branca” e, ainda, os evangélicos mais moderados. Era, de fato, uma festa comunitária, em que todos(as), emanados(as) na/pela força da espiritualidade fraternal, compartilhavam as comidas, os sucos naturais e alguns refrigerantes que eram raros.

E como não podia faltar neste aquilombar, estavam presentes as diversas conversas, as músicas a toques de tambores e pandeiros, as danças de rodas e as brincadeiras de crianças que marcavam o ambiente desse espaço do centro de umbanda do Velho Preto Euphosino de Almeida (ex: combate da II Guerra Mundial 1939/1945 – pracinha da força expedicionária brasileira que ficou conhecida pelo slogan “*a cobra vai fumar*”). Nessa narrativa, temos a regularidade do discurso que é a religiosidade, pois são os encontros de heterogeneidades de “um outro que atravessa constitutivamente o um” (Authier-Revuz, 2004, p. 25), pois todos sofremos influências recíprocas. Todavia, tais lembranças atravessam a fronteira do discurso, pois cultura e linguagem são produzidas pelas relações sócio-históricas e ideológicas. A linguagem, nos seus vislumbres de trocas de experiências e cósmica, atravessa o tempo/espaço, pois são imanentes nas suas condições de socializações e congruências para tantos gestos das não-coincidências do dizer (Authier-Revuz, 1998).

Tal festividade fortalecia as relações entre os seres e, de alguma forma, as festas comunitárias sintonizavam a beleza do/sobre (des)encontro de linguagens corpóreas das suas diferenças e vidas que socializam os mesmos valores morais/éticos e, talvez à luz de Ogum, não se permitia que o racismo fosse a voz dos desencontros. Em outras palavras, “é nessa

¹⁸ Gomes; Munanga (2006, p. 123). As palavras quilombos e mocambos para a maioria das línguas bantu da África Central e Centro-ocidental significam acampamento.

¹⁹ JOSELICIO JUNIOR. É tempo de se aquilombar (2019). FORUM. Brasil: 24mar 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniaao/2019/4/29/tempo-de-se-aquilombar-55485.html>. Acesso em 24/09/2025.

relação de fronteiras interiores que a heterogeneidade constitui o discurso” (Bech, 2008, p. 465) – o desconhecido das resistências étnico-raciais que marcavam as concretudes e as tradições culturais, nas constelações das etnodiversidades da cultura afro-brasileira e africana (Amâncio; Martins, 2016).

De qualquer forma, essas festividades foram desaparecendo e os encontros também se dissiparam, perderam sentidos, pois a urbanização chegou aonde não tinha e o pouco que se tinha fazia as pessoas serem mais solidárias e fraternas. É o flagelo marcado pelas mudanças econômicas ou mesmo pela globalização “que invade o mundo, define posições, demarca relações de poder, cava ainda mais o fosso das desigualdades econômicas e sociais...” (Coracini, 2003, p. 27). Essas tendências ideológicas constituíram espaços de apagamento e silenciamento histórico, para introduzir ideologias mercadológica e de individualização, ou seja, marcas também de um sutil e sorrateiro racismo.

A memória somente fará sentido se a linguagem for coletiva, mediante essa questão, questionamos até que ponto essas memórias são significativas. Nosso arquivo de lembranças provocou mudanças em nossa subjetividade? Em algum momento, essas trocas de experiências são deslizos de descolonização? Entendemos hoje que tais memórias são positivas, pois as carregamos em nossas subjetividades, revelando-se em composições políticas antirracistas. Diante de tantas indagações, é determinante salientar que os seres não são de identidades únicas, pois somos atravessados por condições sócio-históricas e ideológicas que se constituíram com o tempo e, ao mesmo tempo, constituirão o sujeito (Coracini, 2003). Assim, todo discurso é atravessado pelo outro, e é nesse jogo de linguagem que não há um discurso próprio, e seus efeitos são perpassados pela memória, pelo passado e vão dando sentido à linguagem; gestos que me fizeram com que me tornasse um homem branco antirracista, ou seja, possivelmente a constituição de um novo presente reluzente.

Por sua vez, é nesse espaço de incongruências que nos encaixamos, uma criança que cresceu na baixada preta no meio de tantas turbulências, no entanto, na época não sendo capaz de compreender e distinguir os problemas que ali ocorriam, como: as discriminações, os preconceitos e o racismo (todos eles atrelados às desigualdades sociais e econômicas). Entretanto, hoje, com maturidade e formação acadêmica, fazemos uma avaliação diferente, pois, por ter um pai branco mesmo em condições de analfabetismo, prosperamos e nos mudamos para mais próximo do centro da cidade. Isso demonstra o quanto os brancos, mesmo em condições de desigualdades socioeconômicas, ainda são mais privilegiados, fato que permitiu que tivéssemos uma qualidade de “vida melhor”, enquanto aquelas pessoas pretas que fizeram

parte da nossa infância ficaram à mercê da própria sorte e das desigualdades étnico-raciais promovidas pelas instituições que zelam pelos privilégios da branquitude.

Nesse quesito, ao tratar do discurso hegemônico do branqueamento, eminentemente para Foucault (2014, p. 37), “[...] a função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-lo somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição”. Esses são discursos que, ao transitarem por outros meios sociais, atravessaram novas “verdades” identitárias, como ilusões arbitrárias (Nietzsche, 1999), que modelam as identidades não como elas são de fato, mas como serão em seu conjunto circular de apagamento e silenciamento histórico. Nesse contexto, a população negra torna-se alvo prioritário desses mecanismos de controle disciplinar e dos dispositivos linguísticos hegemônicos (Foucault, 2008), uma vez que tais sistemas perpetuam os privilégios de um grupo dominante patriarcal, erudito e branco.

Contudo, ao retomar as memórias ocultas do processo aquilombar nessa trajetória histórica, recorreremos à figura do “Expedicionário Euphosino de Almeida” que recebeu, em vida, homenagens por suas contribuições à sociedade andradinense e ao Brasil, tendo seu nome perpetuado no Centro Educacional Infantil (CEI) da Vila Jardim Europa, em Andradina-SP. Ou seja, essas são significações dadas a um homem negro, o que é raro, em se tratado de memória histórica, conforme se observa na foto 1 (um), apresentada a seguir.



Foto 1: do ato oficial de inauguração, em 2012. Foto de arquivo da instituição.

Na foto 2 (dois) o Expedicionário Euphosino de Almeida é o cidadão na cadeira de rodas, devido à idade avançada.



Foto 2: do ato oficial de inauguração, em 2012. Foto de arquivo da instituição.

Entretanto, com o tempo, ocorreu um desgaste da pintura, então, medidas foram tomadas pela nova gestão da prefeitura (2021), isto é, repassou sobre o muro uma tinta branca, que por sinal já está desgastada novamente (ver foto 3 (três)), pois, foi nessas condições que o nome do “Expedicionário Euphosino de Almeida” sofreu o apagamento pelo embranquecimento.

Por enquanto, há uma produção de novas significações que dão sentidos ao coletivo (Nogueira, 2021), ou seja, os desenhos de imaginário de crianças na fachada “constitui a garantia de homogeneidade para o sistema social: é o que o garante o processo de socialização dos indivíduos” (Nogueira, 2021, p. 62), ao introjetar a lógica do cuidar da educação das crianças, suprime a figura e a história do sujeito negro. Vejamos a foto 3 (três):



Foto 3: reproduzida pelo pesquisador, em 2021.

Considerando o muro branco da foto 3 (três), pintaram uma nova imagem no centro do muro, que compôs o intervalo entre as figuras, sendo um retrato da Secretária de Educação de Andradina-SP. Vejamos a 4 (quatro):



Foto 4: reproduzida pelo pesquisador, em 2023

Tais fatos perpassam pela âncora do apagamento e da importância que o “Expedicionário Euphosino de Almeida” significou para a história do país e para seu povo negro, principalmente da “Baixada Preta”, uma vez que a tintura é substituída por outra, isto é, “[...] coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza” (Foucault, 2014, p. 21). E traçam, portanto, um discurso de valorização de uma sociedade preocupada com a educação e não com o imaginário do sujeito homenageado,

remontando os discursos que se alocam nos ditos e se cristalizam enquanto ditos e, nesse conservar, há muito a dizer (Foucault, 2014).

Em consonância com o pensamento foucaultiano, para Nogueira (2021, p. 56), esse “[...] é um processo de desumanização pelo que passou/passa o negro tem como consequência o sentido de bloquear o processo de constituição da individuação, na medida que bloqueia a possibilidade de identificação com os outros nas relações sociais”.

De acordo com Foucault (2014) e Nogueira (2021), os ditos acabam por criar sentidos que bloqueiam os desejos dos sujeitos negros, isto é, constituem dispositivos de regulação desses corpos que, uma vez ao serem educados para o não reconhecimento de si, passam a produzir as exterioridades do racismo, pois foram/são condicionados pelas forças do branqueamento. Nesse sentido, as identidades do sujeito negro para com outro negro são diluídas nas relações étnico-raciais, em longo processo de colonialidade, dilacerada pelo racismo.

Nesse processo de desdobramentos, nossa pesquisa perpassa por esse “território” da população negra, da cultura afro-brasileira e africana e pelas relações étnico-raciais, tendo como tema "Saber, poder e resistência: Beleza Negra e a construção identitária de negras(os) racializadas(os)", como já dito aqui em alguns momentos. O concurso que ocorre no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul/Câmpus Três Lagoas, concomitantemente com a Semana da Consciência Negra, quando, possivelmente, são colocadas em prática as ações afirmativas de promoção da igualdade humana com discussões em torno da identidade e das relações étnico-raciais. Para tanto, o evento consciência negra soma doze anos (12), enquanto o “Beleza Negra”, sete (7).

Assim, tomamos a Lei n.º 10.639/2003, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, e a Resolução n.º 003/2004 para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que mais tarde foi alterada pela Lei n.º 11.645/2008²⁰. Nesse entorno, as leis tornam obrigatória a inserção da história da cultura afro-

²⁰ Brasil (2006, p. 19). A partir da Constituição Brasileira de 1988, foi possível traçar uma nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei n.º 9.394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e outras políticas públicas, dentre as quais a lei 10.639/03. Para tanto, a —Lei n.º 9.394/96 foi alterada por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2005, p. 35), a Lei 10.639/2003 altera a Lei n.º 9.394/1996 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) incluindo o seguinte artigo: Art. 1º A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que passa a vigorar acrescida dos seguintes arts.: 26-A, 79-A e 79-B: —Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. §1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando as contribuições do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil. §2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados

brasileira/africana e indígena, pois o espaço escolar fomenta formações/interloquções de discursos, bem como de políticas antirracistas e decoloniais. No entanto, cabe ressaltar que a Lei n.º 10.639/2003, não veio ao acaso, ou que o Estado brasileiro é benevolente para com a população negra. O que queremos demonstrar é que, além das reivindicações, resistências e lutas do Movimento Negro, todo esse processo consolida-se com a “III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Durban, África do Sul em 2001” (Gomes, 2017, p. 34). Assim, o Estado brasileiro se compromete internacionalmente a criar medidas de políticas antirracistas, pois reconhece as práticas racistas institucionais. Desde então, para a superação do racismo, nascem as ações afirmativas que vêm ao encontro da educação, bem como do campo do trabalho. Com relação às ações afirmativas, faremos uma abordagem mais adiante na subseção 1.4 “Ações afirmativas: às relações étnico-raciais e suas reparações históricas”. Na sequência, faremos discussões em torno do racismo enquanto mito.

1.2. Racismo enquanto mito

Ao se referir à historicidade do Brasil, materializam-se as marcas da escravização que desproveram a população negra no Brasil do direito de ser livre e de seus direitos civis e políticos, o que grassou a sustentação dos privilégios do branqueamento e configurou as desigualdades sociais, étnico-raciais e de violência estruturais para com jovens negras/os. Desde então, a escravização foi muito mais do que uma questão econômica, “ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez da raça e cor marcadores de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita” (Schwarcz, 2019, p. 28).

Ainda assim, há rumores de que no Brasil a escravização foi “mais branda”. Como pode ter sido mais moderada? Se um ser humano é propriedade de outro e esteve confinado ao cativeiro como um animal? Tal violência constitui estruturas autoritárias que compuseram

no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e de Histórias Brasileiras. § Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. A cultura indígena sempre foi tratada de maneira equivocada nas escolas e, como tentativa de mudança, foi sancionada, no dia 10 de março de 2008, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei nº 11.645, que alterou a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDBEN) e passou a obrigar o estudo da história e da cultura indígena em todas as escolas do ensino fundamental e médio. Essa Lei é uma modificação da Lei n.º 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares. Desde a inclusão da Lei n.º 11.645 de março de 2008 que o ensino da história e cultura indígena se tornou obrigatório nas escolas, sendo abordado nas disciplinas como Educação Artística, Literatura e História do Brasil. FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED. Bahia: 1jul. 2015. Disponível em: <https://petpedagogia.ufba.br/lei-no-1164508-programa-de-indio>. Acesso em: 27/07/2022.

desconfianças para com a população negra historicamente e, assim, passaram a ser extremamente vigiados por olhares e por todos os cantos, mesmo em condições de liberdade, pois estão confinados à exclusão social e ao racismo.

Essa síndrome se perpetuou/perpetua em questões como: o não direito à educação, à saúde, ao emprego decente, ao saneamento básico, aos salários justos e à segurança pública. No caso desse último, os traumas e os sofrimentos são maiores, pois a política da branquitude fez torná-los uma ameaça ao convívio social, daí serem vítimas de violência urbana, como aborda Schwarcz (2019), ao relatar que no “ano de 2010, a taxa de homicídios foi da ordem de 28,3 a cada 100 mil jovens brancos, a de jovens negros chegou a 71,7 a cada 100 mil, sendo que em alguns estados a taxa cem por 100 mil jovens negros” (Schwarcz, 2019, p. 33).

Em consonância ao exposto, Bento (2022)²¹, relata outras práticas de violências produzidas por um Estado que negligenciou(a) seu papel de reparar erros para com a população negra (maioria em habitantes, entretanto, minoritarizada nos seus direitos civis e étnico-raciais) que necessita, urgentemente, de justiça racial que se torne efetiva.

Isso demonstra como jovens negras/os são vítimas do “genocídio”, por conta do Estado que se nega a reconhecer as suas mazelas de um passado remoto e de um fosso de desigualdade social e de racismo, no qual não reconhece a dívida que se tem para com essa população desprovida dos direitos civis e políticos, pois esse mesmo Estado que diz garantir direitos a todos iguala e pareia os privilégios ideológicos do branqueamento e cada vez mais alargando a distância étnico-racial e social (Schwarcz, 2019).

Nesse sentido Emicida (2019), em sua música (Ismália)²²:

[...]. /80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo/ Quem disparou usava farda (Mais uma vez) / Quem te acusou nem lá num tava (Banda de espírito de porco) / Porque um corpo preto morto é tipo os hit das parada:/ Todo mundo vê, mas essa porra não diz nada/ Olhei no espelho, Ícaro me encarou/ Cuidado, não voa tão perto do Sol/ Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei /O abutre quer te ver drogado pra dizer: Ô, num falei?!

²¹ Bento (2022, p. 45). Estudo realizado pela Rede de Observatórios da Segurança mostra que no Rio de Janeiro, em 2019, o assassinato de negros pela polícia bateu o recorde depois de trinta anos, sendo 86% das vítimas negras, numa população em que o índice de negros é de 51%. O aumento ocorreu em todos os cinco estados pesquisados. Em São Paulo, do total de mortos, 62,8% são negros, quando a população paulista é composta de 34,8% de negros. Na Bahia por exemplo, 97% dos mortos pela polícia são pessoas negras. Ademais, a mortandade da população negra é expressivamente maior na pandemia da covid-19. Em São Paulo, um estudo realizado pelo Observatório Covid-19 e pela Prefeitura mostrou que, nos bairros com piores indicadores sociais, o risco de morrer por covid-19 é maior para todas as faixas etárias acima de trinta anos. O estudo ainda relatou que os pretos moradores da cidade têm 62% mais chance de morrer por covid-19 do que os brancos.

²² EMICIDA. 2019. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/emicida/ismalia-part-larissa-luz-e-fernanda-montenegro/>. Acesso em: 15/06/2023.

Ao se referir à pele alva, Emicida apresenta sentidos como, o claro, o límpido, o puro e perfeito e, nessa semântica, refere-se à branquitude, ainda assim, denuncia que quem representa o monopólio e a força do Estado é a polícia (daí a farda), e a mira é certa na pele alva, pois a pele negra e pobre, marcada pela exclusão social e étnico-racial, torna-se o alvo de extermínio de garantia de segurança. É mais um que se foi, ou, como diria: já foi tarde “corpo preto”! (Emicida, 2019). Todavia, o discurso do branqueamento modelou que moramos em um país de “paraíso racial”.

Em reforço à temática, a discente integrante do concurso “Beleza Negra” do IFMS/Três Lagoas, Ângela Davis declara: “[...] que a **bala perdida...** nas favelas, que nas **favelas** sempre **mata os pretos**, esse **preconceito** entre **as polícias e as pessoas negras**”. Essa fala nos remete a refletir: “bala perdida”? Ou “bala achada?”. Como já afirmou Emicida (2019), há sempre um alvo, o de pele preta, por estarem a frente das desigualdades sociais. E quando a discente Ângela Davis, diz que na “favela sempre mata os pretos”, pergunta-se: será que é por escolha? Ou são formas de atuação da polícia em prover execução de limpeza étnica? Ou ainda, garantir a segurança íntegra e bem-estar dos “cidadãos de bem”. Ou seja, Fiorin (2016, p. 23) considera: “o racismo brasileiro é constantemente negado, e invariavelmente recalcado”.

E com relação à ideia de “favela”, um lugar muitas das vezes desprovido de políticas públicas por parte do Estado brasileiro, cuja população está à mercê da violência, das desigualdades sociais e étnico-raciais e, estão na mira da polícia, porque desde sua criação os negros sempre foram vistos como malandros, vadios e suspeitos perigosos, como afirma Carneiro (2023, p. 82), são: “a cor da morte”, ou seja, o povo negro está imbricado nesse racismo da morte.

Em consonância a essa ideia, Tommaselli (2019) comenta que o racismo, no contexto histórico brasileiro, tornou-se um dispositivo autoritário do país, que demarca as heranças da modernidade e da obscura colonização, em condições operacionais não somente econômicas, mas também de uma (des)construção de discurso ideológico de anestesia da/sobre a (in)consciência, que se construiu a partir do discurso dominante e hegemônico eua-eurocêntrico, ou seja, discursos de verdades que anularam crenças, línguas, valores, sentimentos e a estética. Assim, se colocou na instrumentalização do significante (Foucault, 2014).

Fanon (2005, p. 116-117), atribui que toda essa tecnologia eurocêntrica imposta aos países colonizados são cicatrizes de um processo,

[...] de opulência europeia que é literalmente escandalosa, pois foi construída sobre as costas dos escravos, alimentou-se do sangue dos escravos, vem em linha direta do solo e do subsolo desse mundo subdesenvolvido. O bem-estar e o progresso da Europa

foram construídos com o suor e os cadáveres dos negros, dos árabes, dos índios e dos amarelos.

Nessa conjuntura de modernidade/progresso, o capitalismo endossou a escravização no Brasil (do Período Colonial ao Império - 1500-1889), durando trezentos e cinquenta e sete (357) anos e que lentamente foi anulando suas línguas, suas relações étnico-raciais e suas culturas, aplicando sobre esta população negra a força do colonizador branco cristão, ou seja, a catequização da “missão civilizadora”, que impunha por meio do chicote a opressão, a disciplina, o controle e, em um processo histórico, as práticas do racismo.

Ainda assim, cabe ressaltar que ao tratar de assuntos decoloniais no espaço escolar, que abordam religiões de matrizes afro-brasileira e africana, há um discurso cristão que enfatiza desvalidar os ancestrais destas matrizes religiosas. Contudo, não somente no passado, mas também no presente, inclusive, residem ainda as discriminações e os preconceitos em torno das religiões de matrizes afro-brasileira e africana, pois são endossados por novas ondas conservadoras cristãs.

Nesse sentido, Foucault (2014, p. 46) considera:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si.

Nesse regime de relações de poder e práticas sociais molda-se o outro e vai construindo uma censura por meio das verdades e das falsidades, que vão sendo orquestradas, porque o poder circula silenciosamente por meio das instituições que impõem práticas disciplinares aos sujeitos. Pois cabe analisar o dito e como ele se perpetua. Nesse sentido, a educação perpassa por uma estrutura colonialista, visto que ainda perpetua uma posição elitizada ou de maioria de brancos. Então, o não dito é privado das suas significações e da sua história. Tais disposições tecnológicas consolidam o preconceito racial, pois estabelecem uma relação de poder por meio do racismo como instrumento daquele que define quem deve morrer e quem deve viver (Foucault, 2010). Portanto, o velho poder da branquitude é que dá a ordem de matar, daí o racismo como tecnologia de extermínio da população negra, pobre e periférica.

Por conseguinte, Schwarcz (2019) manifesta que boa parte dessa população negra não tem acesso à água potável, ao esgoto encanado, estão na linha de frente de trabalhos precarizados por viverem em condições periféricas e, ainda assim, tem a questão dos quilombos

remanescentes, que sofrem ameaças constantes de expulsão de suas terras (Bento, 2022). Portanto, tais condições expõem a população negra a uma vida nua (Agambem, 2010).

Corroborando tal reflexão, o filósofo Achille Mbembe (2016), em seu ensaio intitulado “Necropolítica”, menciona que são tecnologias sofisticadas e de “máquinas de guerras”, ao ponto de se tornar extermínios de bens naturais, destruição de comunidades de povos originários e quilombolas, destruições institucionais jurídicas, entre outras; portanto, a modernização da morte. Ainda segundo Mbembe (2016, p. 128):

o racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer”

Então, a quem cabe o poder da morte? Como mencionado na citação, cabe ao *Estado Soberano* de exceção, que aplica o dispositivo da regulamentação do biopoder. Nesse sentido, o passado se faz presente como um espectro de discursos conservadores e autoritários. Por outro lado, se pretendemos constituir uma democracia antirracista, o Estado brasileiro tem por obrigação levar em conta as reivindicações do movimento negro em torno dos direitos civis e étnico-raciais e de políticas públicas de combate ao racismo, para emergir uma linguagem de futuro promissor de descolonização e de valorização das relações étnico-raciais.

No item seguinte trataremos da questão do pacto e do discurso do branqueamento.

1.3. Pacto e o discurso do branqueamento

Tomando por base as discussões anteriores, neste item conceituamos como branquitude, o poder estabelecido que manteve suas estruturas raciais pós-abolição (1888), sem que houvesse quaisquer prejuízos para os seus privilégios. Além disso, o imaginário histórico escravista perambulava na sociedade brasileira, mesmo após a abolição (Gomes, 2017). Em concordância a esses conceitos, é possível compreender que os/as negros/negras escravizados/as, contudo, ao se tornarem livres, as garantias de inclusão social e étnico-racial foram negadas pós-abolição (13 de maio de 1888)²³, ou seja, estavam à mercê da própria sorte, pois o Estado e a sociedade brasileira de representatividade branca encabeçavam novas estratégias de inserção na sociedade, a imigração.

²³ Silva (1995, p. 266). Era constituída por apenas dois artigos: —Art. 1º - É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil; Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Essa política tinha como objetivo não somente branquear a sociedade brasileira como também criar perspectiva de sustentação biológica, no sentido que fossem, “[...] capazes de confirmar teorias médicas eugenistas, ou, teorias científicas evolucionistas que versavam acerca da superioridade da raça branca” (Braga, 2021, p. 41-42), então, a mão de obra ideal, perfeita e superior para o desenvolvimento era de cor branca.

Com relação a esses aspectos, podemos notar tal fato na tela do pintor espanhol Modesto Brocos²⁴, chamada “A redenção de Cam”²⁵. Vejamos:



Imagem 5: "A Redenção de Cam", de Modesto Brocos (1895).

A pintura do autor reforça o ideal de que a única forma de “branquear” o país é a mistura de negros com brancos, daí a imigração europeia, de geração a geração, que lentamente mudaria as condições raciais de negro a branco. Sendo assim, a pintura demonstra a mistura das raças e, que na terceira geração o “milagre” acontece - o nascimento de uma criança branca²⁶.

Nesse “tropicalismo racial” vão se construindo políticas de negações para com a população negra e, (re)afirmando o quanto, geneticamente, o branco é “mais forte” do que o negro, até mesmo, em relação ao progresso, à ciência e ao capitalismo industrial. Nessa

²⁴ ESCRITÓRIO DE ARTE.COM. Disponível em: <https://www.escriitoriodearte.com/artista/modesto-brocos>. Acesso em: 25/06/2024.

²⁵ EDUSP. São Paulo: 14jun.2018. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>. Acesso em: 25/06/2024.

²⁶ Schwarcz (2012, p.87). [...] a representação do processo de branqueamento tal como apregoado pelo governo brasileiro à época (XIX). Nela aparecem uma avó muito negra, que é retratada como se agradecesse a Deus por algum milagre: à direita o pai branco, que lembra um português; e ao centro uma mãe mulata e de traços “suavizados” com um bebê branco e de cabelos lisos no colo. Tudo ambientado num cenário que mais lembra um cortiço, com as casas de pau a pique e uma palmeira a certificar a origem tropical.

transição, da escravização para pós-abolição, os corpos negros seriam regulados, disciplinados e invisíveis, por políticas de branqueamento retirando de si as suas representatividades e significados como um povo de lutas e resistências (Gomes, 2017). Portanto, tais lutas serão travadas ao longo do percurso sócio-histórico, pois a abolição endossou novas estruturas racistas, que tornaram, segundo Bento (2022), o pacto da branquitude, o que acabou por originar o nome do seu livro.

Então, é necessário refletir e debater o pacto como efeitos de discurso, em uma discursividade na qual estão presentes os estereótipos, a inferiorização e a precarização, não somente econômica, mas também aquela de atravessamento ao “outro”, no sentido sócio-histórico e ideológico, que, de alguma forma, são os recalques da escravização que se mantém como “células vivas”, e que transitam nas condições de um “Ser livre”. Desse modo, “as estruturas psíquicas são contaminadas pelas condições objetivas que receberão, no plano inconsciente, elaboração própria a partir das quais são assimiladas e incorporadas, tornando os sujeitos cativos e mantenedores de tais condições” (Nogueira, 2021, p. 34).

Notamos que, em um contexto histórico, as estruturas racistas se modelam, se retificam e se naturalizam como novas formas de representações ideológicas, dessa forma atingem o imaginário coletivo desta população negra em deslocamento. Nesse sentido, os/as negros/as não são racistas, porém são ensinados a odiar o seu cabelo; sua cor; seu corpo estrutural; seus desejos e vontades; “saber” advindo de um discurso colonial étnico e racial, que se transformaram em marcas coercitivas e de sistematização dos discursos (Foucault, 2014), pois aprendem a reproduzir o racismo.

Então, Bento (2022) entende que o racismo está numa relação social de poder que permite garantir os privilégios da branquitude, pois, do contrário, para que haja uma prática racista por parte dos/as negros/as, eles/as deveriam estar no mesmo grau econômico, em que estão os brancos, o que não ocorre. Nesse sentido, entendemos que a branquitude desenvolve estratégias de/sobre manutenção de privilégios. Desse modo, o racismo atua como maquinaria de reprodução dos discursos preconceituosos e discriminatórios.

Todavia, são estruturas sinalizadas pela modernidade/colonialidade, ou seja, privilégios no Brasil, seja qual for, têm cor, logo, o racismo é estrutural e institucional (Almeida, 2019; Bento, 2022). Mediante essa primazia, Bento (2022) desperta o pensamento de que as introjeções do branqueamento não são produzidas nas madrugadas/ou/ em qualquer outra hora do dia, mas estão nas relações sociais e de poderes que circulam e (de)marcam territórios.

Sendo que a construção de discursos do branqueamento pode ser reconhecida nas mais diversas esferas da vida cotidiana, tais como: no lazer, no mercado, nas ruas, no ambiente de

trabalho, nas escolas e no espaço acadêmico científico e com relação aos dois últimos, nós nos referimos à forma como tal linguagem é reproduzida, seja nas condições do/sobre os currículos escolares que ainda apresentam letramentos de apagamento das relações étnico-raciais. Isto é, de políticas educacionais centradas no pensamento tradicional, burguês e eurocêntrico. Portanto, os currículos escolares precisam tratar de questões mais abrangentes como diversidades, alteridades e das relações étnico-raciais, ainda assim, abordar problemáticas que desenvolvam a escola como um todo a se tornar combatente do racismo, etnocentrismo, sexismo e outras formas de discriminações (Gomes, 2007).

Tendo em vista as análises anteriores, as lutas e resistências do movimento negro, de uns vinte (20) anos para cá, tivemos alguns avanços com a Lei n.º 10.639/2003, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Resolução n.º 003/2004 para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e alterada pela Lei n.º 11.645/2008 que possibilitou a obrigatoriedade da história cultura indígena no currículo de história; a conquista das cotas raciais de ações afirmativas; secretárias de promoção de igualdade racial; a distribuição do manual de orientações para todas as disciplinas, intitulado: Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006).

No entanto, com todas essas intervenções, a representatividade da população negra nesses espaços ainda é baixa. Então, há que se levantar a hipótese de que, em quem as/os jovens negras/os vão se espelhar, uma vez que no ambiente escolar ainda não se reconhecem as literaturas, artes, história de intelectuais negras/negros e por que será? Consequentemente, sem protagonistas, crianças, jovens e adultos negros/as, não têm imaginários de como rememorem sua história. O racismo institucional fecunda o etnocídio do dito dos privilégios da branquitude, daí esse tipo de preconceito tornar o sujeito/a negro/a assujeitado a uma racionalidade instrumental. Porquanto, ainda estão à margem das desigualdades sociais, como salários baixos, ou, estão sujeitos aos estereótipos de discursos de inferiorização intelectual, que são sustentados por discursos de meritocracia (Oliveira, 2022).

Nesse sentido, a educação sugere que não há intelectuais negras/negros nesse espaço e, menos ainda, produzem ciência, logo, a discursividade de sistemas de ideias é articulada como dispositivos por meio do racismo. Ainda cabe ressaltar que se a meritocracia é tida como “equidade” ou “possibilidades” em condições iguais, isso é pura ilusão, pois não se leva em conta as dificuldades de acesso à escola de qualidade; de uma escola sem acesso à internet; as condições de moradias; a disponibilidade de água potável; o esgoto encanado; atendimento à saúde e acesso ao transporte popular (Bento, 2022).

São expectativas que estão longe de acontecer e nos parece que manter essas desigualdades sociais e étnico-raciais são estímulos para as classes dominantes praticarem os atos paliativos de “solidariedade”, ou de “ajuda mútua”, ao dispor de mão de obra negra em que se pode pagar salários aviltantes e ainda posar de benemérito porque “está dando uma chance”. São teias de aranhas que se cristalizam e naturalizam a supremacia branca, persistindo o racismo.

Em contribuição para demarcar a territorialização em relação ao pacto da branquitude e seu discurso de exclusão tem o caso de violência racista que virilizou nas redes sociais e, também, em canais abertos, tendo como manchete: “Entregador vítima de chicotada registrou ocorrência contra ex-atleta duas vezes em cinco dias”²⁷. Fato é que a ex-jogadora/professora branca de vôlei com uma postura racista agrediu, de forma verbal, com expressões como “marginal, preto e favelado”, e ainda, “Ele está aqui com a quadrilha dele” e, de forma física “Sandra, a agressora, depois de puxá-lo pela camisa, tira a coleira do cachorro e o chicoteia quatro vezes”²⁸. Antes de discorrer nossas reflexões e debates em torno dos fatos, vejamos as fotos:



O entregador Max Angelo Alves dos Santos foi agredido pela professora Sandra Mathias Correia, em São Conrado, com golpes com uma coleira de cachorro. **Foto 6:** Gabriel de Paiva/Agência O Globo.

Agredir um jovem negro à toa, apenas por ele ser negro ou por ser morador da Rocinha, é uma questão relevante a ser refletida, que também perpassa o espaço escolar, no qual jovens negros/as são excluídos/evadidos por terem que trabalhar, para completar a renda dentro de

²⁷ O GLOBO Rio. Rio de Janeiro. 13abr.2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/04/atrito-entre-ex-atleta-de-volei-e-entregadores-comecou-dias-antes-de-chicotada-entenda.ghtml>. Acesso em: 27/junho/2023, horas 9h02min.

²⁸ *Ibid.*,2023.

casa/lar e por serem vítimas de discriminações. A discente, uma das organizadoras do concurso “Beleza Negra” no IFMS em Três Lagoas, considera que “o **racismo** é algo que já **vem enraizado**” (Santa Bakhita, grifo nosso). Nesse sentido, nós retomamos o pensamento do filósofo camaronense Mbembe (2016), o qual afirma que “o racismo é enraizado” e, portanto, estrutural e institucional, transformando-se em instrumento tecnológico de opressão e/ou repressão. Mediante tais questões, a prática de violência verbal/ou física remonta um passado marcado pela escravidão, ou seja, açoitar pessoas negras no campo, no tronco, em qualquer espaço da grande fazenda e nas vilas urbanas era algo “natural”, pois os/as negros/as eram vistos como mercadorias.

O que chama mais a atenção no caso de racismo descrito acima, é que a ex-jogadora/professora branca de vôlei reproduz a “senhoria” da Casa-grande & Senzala (Freire, 2001), o que reforça “[...] a imagem do negro e sua eterna condição de escravo, ratificada por uma suposta inferioridade congênita” (Braga, 2021, p. 87). Assim, então, a “senhoria” o julga e atribui enunciados como: preguiçoso, marginal, preto, favelado, indolente, bêbado entre outras formas de estereótipos, enfim, os ditos de um discurso racista.

Vejamos outro caso que ocorreu recentemente com o jogador Vinicius Júnior, que joga no clube Real Madrid. Esta reportagem foi publicada no mês de maio de 2023. O jogador em questão foi vítima de ofensas de racismo aos “gritos estridentes”, “os racistas cantaram: “Eres un mono, Vinicius eres un mono”. Em tradução livre significa: “Você é um macaco, Vinicius você é um macaco”²⁹. Ainda caminhando nessa discussão, tem-se a fala do técnico Ancelotti (Real Madri), que “Uma coisa é o racismo, outra coisa é o que acontece em campo, com as provocações”³⁰; e declara também que “LaLiga tem um problema com o racismo”³¹(disse Ancelotti, 2023).

Ou seja, os atributos denotativos dados pelo técnico Ancelotti, “uma coisa é o racismo” e a “Laliga tem um problema com o racismo”, revelam a isenção de seu posicionamento de branco e, que este preconceito está vinculado a algo maior. Isso nos faz retomar no esquecimento de nossa memória, enquanto, arquivo “a garantia da memória – ao mesmo tempo em que é por ela garantido, [...] não no sentido cognitivo e, sim daquela que é responsável pela

²⁹ UOL. Brasil. 2022/2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2023/05/22/vinicius-junior-foi-vitima-de-dez-casos-de-racismo-e-odio-desde-2021.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 05/07/2023.

³⁰ MERCADO DO FUTEBOL. Brasil. 17set.2022. Disponível em: <https://mercadodofutebol.com/destaque-brasil/ancelotti-sai-em-defesa-de-vinicius-jr-mas-tem-fala-controversa-nao-vejo-racismo-na-espanha/>. Acesso em 04/07/2023.

³¹ BOL NOTÍCIAS. Brasil. 21mai.2023. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2023/05/21/laliga-tem-um-problema-com-o-racismo-afirma-ancelotti-em-defesa-de-vini-jr.htm>). Acesso em 04/07/2023.

manutenção da tradição, dos aspectos culturais e dos conhecimentos e saberes que herdamos [...]” (Coracini, [...], 2007, p. 17).

Nesse viés, por meio das entrevistas desenvolvidas no mestrado, quando se perguntava “você é racista?” e a pessoa dizia: “eu não!”. Logo, nós refazíamos a pergunta: “você conhece alguém que é racista?”. A resposta era: “Sim, claro!”. É nesse descaso estrutural que queremos chegar. Afinal, brancos nunca são racistas, pois são pessoas de bem! Nesse sentido, o racismo estrutural e institucional está internalizado no corpo e superá-lo exige um exercício de reconhecer os privilégios e o quanto lhes deram/dão uma posição de poder. Portanto, até que ponto a branquitude está disposta a renunciar a seus privilégios, no quesito de tornar a sociedade mais equânime.

Entretanto, quando o jogador Vini Jr diz não ao racismo, afirma ser contra as injustiças e não admite ser tratado como objeto, zoo humano, perigoso, selvagem e incivilizado (Braga, 2021), então, rechaça veementemente a espetacularização do racismo. Como já dito em momentos anteriores, o racismo é uma invenção da branquitude, portanto, o racismo não é culpa dele. O que desperta em si uma resistência que, para Nascimento (2019), é:

O devir-negro no mundo, protagonizado pela linguagem como espaço de emancipação e hegemonia dos grupos historicamente marginalizados, tendo como mote a raça e sua desracialização discursiva, material, social e linguística dos nossos corpos (Nascimento, 2019, p. 19).

No entanto, ele repudia o discurso racista que gera a desumanização da população negra e que, ao mesmo tempo, fomenta fragilidades na identidade pessoal e coletiva. Mas, o jogador Vinicius Junior “venceu” recentemente esta luta, como afirmam os dizeres “a Justiça da Espanha condenou três torcedores do Valência a oito meses de prisão por insultos racistas contra o jogador brasileiro Vinicius Júnior” (G1 jornal nacional, 2024)³². Eles foram condenados por “delitos contra a integridade moral”, pois o racismo, enquanto crime, não estava diretamente tipificado na legislação espanhola. Entretanto, a Juíza espanhola entende que atos como: “gritos, gestos e cânticos nos quais se referiam à sua “cor da pele, agindo com evidente desprezo pela cor negra do jogador”, ou seja, considerou como atos racistas. Por fim, Vinicius Júnior (2024)³³ declarou:

Muitos pediram para que eu ignorasse, outros tantos disseram que minha luta era em vão e que eu deveria apenas ‘jogar futebol’. Mas, como sempre disse, não sou vítima de racismo. Eu sou algoz de racistas. Essa primeira condenação penal da história da

³² G1 JORNAL NACIONAL. Brasil: 10jun.2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/06/10/justica-espanhola-pune-com-prisao-torcedores-que-atacam-vinicius-jr-com-insultos-racistas-em-estadio.ghml>. Acesso em; 25/06/2024.

³³ *Ibid.*, 2024.

Espanha não é por mim. É por todos os pretos. Que os outros racistas tenham medo, vergonha e se escondam nas sombras. Caso contrário, estarei aqui para cobrar. Obrigado a La Liga e ao Real Madrid por ajudarem nessa condenação histórica.

A estridente voz “eu sou algoz de racistas” (Júnior, 2024) é uma forma de desnudar as relações dominantes e de se reconhecer como sujeito negro em um processo marcado pelo racismo. É a busca de não se permitir mais ser algo fragmentado construído pela colonização (Kilomba, 2019). Mas é ir até o final dessa luta contra os racistas e, ao mesmo tempo, ter consciência de sua existência e, assim, contribuir para que outros/as negros/as reconheçam quem são e o que desejam ser, para aprenderem a superar as suas diferenças impostas pelo branqueamento, em percurso de descolonização, no sentido de que, para a discente do IFMS entrevistada, “[...] ninguém vai **calar** ele e enfim **incentiva outros pretos**” (Santa Bakhita, grifo nosso).

Quando se refere a “ninguém vai calar”, pretendemos dizer que ninguém mais vai silenciá-los, censurar, oprimir e reprimir no sentido de romper com o silêncio ou silenciamento das táticas de discriminação racial e de racismo (Carneiro, 2023). Ainda assim, quando diz que “incentiva outros pretos”, o oprimido precisa romper com a personificação e/ou alienação por meio da luta que Paulo Freire chamou de “resistência revolucionária política” (Freire, 2006, grifo nosso), no objetivo de romper com as superestruturas do opressor. Entretanto, não se tornando um opressor, como o branqueamento é, mas sim, na busca pela subjetividade/objetividade da luta pela humanização e superação do caráter disciplinar do racismo, que os assujeitam mediante aos seus direitos jurídicos, de igualdade civil, de propriedade e direito de pessoa, enquanto, direito as diferenças.

No entanto, o sistema é como uma engrenagem de maquinaria; daí, o grito “eu sou algoz de racistas” (Junior, 2024), declarado em tom alto, sou negro/negra livre das amarras daqueles que nos aprisionou/aprisionam. Por conseguinte, a luta política é uma resistência contra a necropolítica e ao racismo.

Ainda discutindo sobre como o pacto e o discurso do branqueamento circulam e se constituem como verdade (Foucault, 2014) e operam como dispositivo na sociedade brasileira, apresentamos também o episódio que envolve um dos supermercados Carrefour, onde ocorreram situações estarrecedoras.

A morte de Manoel Moisés Cavalcante, que sofreu um infarto e a foto demonstra ser um homem negro³⁴:



Corpo do representante de vendas que morreu enquanto trabalhava em supermercado no Recife foi coberto com guarda-sóis e isolado por caixas e tapumes improvisados. **Foto 7:** Renato Barbosa/WhatsApp.

Na segunda fotografia, apresentada a seguir, podemos ver como o corpo foi coberto.



Corpo do representante de vendas que morreu enquanto trabalhava em supermercado no Recife foi coberto com guarda-sóis e isolado por caixas e tapumes improvisados. **Foto 8:** Renato Barbosa/WhatsApp.

³⁴ G1 GLOBO.COM. Pernambuco: 19agost.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/08/19/representante-de-vendas-morre-em-supermercado-no-recife-e-corpo-e-coberto-por-guarda-sois.ghtml>. Acesso em: 06/07/2023.

Agora, vejamos o que diz um pequeno trecho da matéria: “Um representante de vendas morreu enquanto trabalhava em um supermercado da rede Carrefour no Recife e teve o corpo coberto com guarda-sóis e cercado por caixas de papelão, engradados de cerveja e tapumes entre as gôndolas”³⁵. A reportagem declara ainda que “funcionários e clientes que estavam no supermercado disseram que o estabelecimento permaneceu funcionando normalmente”³⁶, ou seja, o mercado continuou com as portas abertas como se nada tivesse acontecido. Nesse sentido, Odeliva Cavalcante, sua companheira, expôs:

“Eu fiquei indignada. O ser humano não vale nada, as pessoas só se importam com o dinheiro. Acho que era uma questão de respeito. Seria muita coisa se eles tivessem baixado as portas, mas no momento, não pensaram no ser humano, só pensaram no dinheiro. É um sentimento horrível”³⁷.

A foto denuncia o modo como se trata um corpo negro e um ser humano, ou seja, como mercadoria reificada, sob a lógica do capitalismo, pensando apenas no que potencializa seu faturamento. Porém, a pergunta que não quer calar: e se fosse um corpo branco, o tratamento seria o mesmo? Pois o Grupo Carrefour tem um nome a zelar e brancos compactuam com brancos. Este é o escárnio do racismo. Não é à toa que a rainha do Soul, Elza Soares, em sua música, entoou: “A carne mais barata do mercado é a carne negra/ Que vai de graça pro presídio/ E para debaixo do plástico[...]”³⁸, ou, em trocadilhos, para debaixo dos guarda-sóis.

Outros episódios de racismo têm ocorrido nos supermercados Carrefour, mesmo com todas as ações de protestos contra essas atitudes, ainda que não se sintam pressionados no sentido de mudarem suas formas de atuações para com o público negro. Nesse sentido, objetivamos esclarecer como o pacto e o discurso do branqueamento circulam nessas relações de poderes, isto é, como os ditos, marcas, palavras ainda sinalizam sentidos como: “o branco como senhor”, “negro como escravizado” e, ainda, “branco como proprietário e negro como subalterno” (Braga, 2021). Ao fazer um adendo a essa perspectiva, um discente, Dessalines, integrante do evento da “Beleza Negra” no IFMS de Três Lagoas, declara:

[...] Eu também estava dentro da organização, era um monitor e... Eu era responsável de uns dos programas, e eu estava estressado já... **Eu decidi sentar pra descansar a mente um pouco, né? Desestressar, né? Aí um branco** que eu não vou falar o nome, **era um branco, né? Bora trabalhar, nunca te vi trabalhar**, tal... tal. Mas é constantemente. Perante **o dia inteiro**, durante **o dia inteiro: Bora trabalhar**. Tá ótimo. **Isso me incomodou, né? Me incomodou, ((tal))...** Ele estava incomodado **porque eu estava sentado**. Ele estava incomodado, **só [porque] estava sentado, e ele estava trabalhando...** (Dessalines, grifo nosso).

³⁵ *Ibid.*, 2020.

³⁶ *Ibid.*, 2020.

³⁷ *Ibid.*, 2020.

³⁸ LETRAS. Belo Horizonte. Disponível em: https://www.lettras.mus.br/elza-soares/281242/#google_vignette. Acesso em: 06/07/2023.

Esses depoimentos reforçam a naturalização de um passado marcado pela escravização, no qual o trabalho pesado é somente para negros. No entanto, quando comenta que vai “descansar” um pouco, de imediato o outro branco diz “bora trabalhar”. São atributos muito próximos de que descansar não é privilégio de negros/as. Contudo, trabalho pesado/braçal/doméstico sem exigências do “pensar intelectual” foi feito para negros/as” (Pereira, 2015).

Porém, quando o jovem branco diz “nunca te vi trabalhar”, esse “nunca” vem como forma depreciativa e com o reforço do uso conotativo da expressão “vagabundo”. O que denota o incômodo do discente (Dessalines), o que nos leva à reflexão de que o passado/presente é carregado de marcas de racismo, e que somente jovens negros/as “vivem e sentem um problema que ninguém reconhece” (Carneiro, 2023, p. 110). É como se a “história repetisse”, por meio de outros dizeres de barbárie, que ainda normalizam os privilégios do branqueamento.

No quesito das práticas racistas, as “punições” não são vistas como crime. Portanto, há um tratamento brando ao direcionar a punição como injúria racial, mesmo o presidente Luís Inácio Lula da Silva tendo sancionado a Lei n.º 14.532/2023³⁹, tipificando a injúria racial como um crime de racismo. Em complemento, Bernardes (2021) afirma que “se uma lei entrou em vigor hoje, o arquivo jurídico inferirá que todos já tomaram conhecimento dela. Confere-se à lei já-publicada, já-vigente, já-eficaz esse efeito de já-dito, já conhecido, sempre-já-sabido por todos” (Bernardes, 2021, p. 68).

Em momento algum, colocamos aqui as leis como algo somente positivista. Nesse cenário, entendemos que as leis são formas de reparações e sanções com objetivos que institui uma sociabilidade. Entretanto, é preciso ir além com incentivo e exposição de práticas de políticas públicas que possam transitar por meios de propagandas audiovisuais, lugares que no imaginário social ainda são “locais sagrados”; outdoors em pontos estratégicos de trânsito; nas secretarias estaduais e municipais que tornam recorrentes as práticas de promoções de igualdades étnico-raciais; para com as empresas privadas que sejam orientadas e obrigadas a exercerem políticas públicas antirracistas e de convivências com as diferenças; nas escolas privadas/públicas e universidades privadas/públicas, que tenham um papel de formação cidadã,

³⁹ GOV.BR. Brasília: 11jan.2023. Altera a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prevê pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14532&ano=2023&ato=cebATQE10MZpWT61b>. Acesso em: 06/07/2023.

descolonizando os seus currículos por meio das ações afirmativas e das relações étnico-raciais, que já completam vinte anos (20) de existência da Lei n.º 10.639/2003.

Em sequência, faremos uma abordagem sobre o plano de desenvolvimento interno (PDI) do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul correlacionado com os ditames das ações afirmativas, no trato das reparações e rememorações históricas das relações étnico-raciais.

1.4. Ações afirmativas: às relações étnico-raciais e suas reparações históricas

Nesse momento, objetivamos refletir e debater sobre os ditames das ações afirmativas, sobretudo as que possibilitam a inserção das relações étnico-raciais e efetivamente as reparações históricas para com o povo negro. O primeiro contato com as ações afirmativas foi durante o mestrado, cuja pesquisa foi sobre o projeto “História Oral de crianças e adolescentes negros(as): Subsídios para uma educação étnico-racial, na escola estadual João Dantas Filgueiras/Três Lagoas-MS. O que possibilitou e originou a pesquisa do mestrado, intitulada “A diversidade cultural e o currículo escolar: a ressignificação das relações étnico-raciais na Escola João Dantas Filgueiras” (Pereira, 2015).

Assim, o projeto foi desenvolvido pelo professor de história da UFMS/câmpus Três Lagoas e pelos/as discentes bolsistas, executando a Lei n.º 10.639/2003⁴⁰, em conformidade com o Parecer CNE/CP n.º 03/2004, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2005, p. 35). Essa lei tornava obrigatória a inserção, no curso de história do ensino básico, da história da cultura afro-brasileira e africana, entretanto, em uma luta contínua de resistência, a lei anterior foi ampliada com a Lei n.º 11.645/2008, que tornou obrigatória a história da cultura Indígena nos currículos escolares. Cabe ainda ressaltar que, anteriormente, nesta tese, destacamos que as conquistas de leis não foram somente êxito do movimento negro, houve também pressões internacionais promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2001). É nesse advento que essas pressões estão ligadas às questões comerciais e de projeções capitalistas de financeirização, portanto, para que o Brasil esteja presente nessa Nova Ordem Mundial, é necessário encabeçar políticas públicas, nesse caso, possibilitar ações afirmativas de combate ao racismo institucional e de outras formas de discriminações.

Nesse sentido, o engajamento tornou-se maior ao conjugar a teoria e a prática, as quais, como professor/educador de história, inserimos em nossas práticas intervenções políticas antirracistas e decoloniais, com o objetivo de demonstrar a outros/as, quem são os protagonistas

⁴⁰ *Ibid.*, 2022.

da história do Brasil no passado/presente, que são negras e negros. Com essas movimentações intensificaram-se as ações afirmativas no câmpus IFMS/Três Lagoas, além daquelas que já se fazia, que era a consciência negra e, concomitantemente, o concurso “Beleza Negra” fruto da atual pesquisa de doutorado. Por conseguinte, houve a necessidade de palestras mais frequentes durante o ano letivo para a comunidade interna e externa. Nesse cenário, no câmpus do IFMS/Três Lagoas, nasceu o projeto de extensão “Malungos de Zumbi e Dandara: por uma educação étnico-racial na escola municipal Olinto Mancini/Três Lagoas”, que permaneceu durante seis (6) anos e, forçadamente, encerrou-se devido a pandemia do COVID-19.

No ano de dois mil e vinte três (2023), a Lei n.º 10.639/2003 completou vinte (20) anos, ou, como diria no senso comum, já está emancipada e pode caminhar com suas próprias pernas. Esse esperar nos faz refletir sobre as lutas do movimento negro ao longo da história. Corroborando com um trecho poético de Guimarães Rosa, em *Grande sertão: veredas*, que assim descreveu: “o correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”⁴¹. A impressão é que, passados vinte (20) anos da lei, o movimento negro teve uma vitória imprescindível. Nesse quesito, o movimento negro vai além da esfera representativa e, torna suas ações em projeções políticas, que implicam mudanças nas estruturas do sistema institucional.

Caminhos esses que perpassam lutas e resistências que marcaram e ainda marcam o tempo e o espaço como a abolição de 1888; a constituição da imprensa negra e concursos de beleza; a Frente Negra Brasileira de 1937; as lutas de Abdias do Nascimento em 1950; o Teatro Experimental Negro em 1955; o Movimento Negro Unificado de 1978; o Movimento Negro de 1988, os quais lançam o debate e conseguem a aprovação da Lei n.º 7.716/1989, a qual preconiza que qualquer forma de racismo é crime. Destacam-se ainda os avanços das ações afirmativas que instituíram o Parecer CNE/CP n.º 03/2004; as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010; a Lei n.º 12.711/2012, já regulamentada pelo Decreto n.º 7.824/2012, *ad referendum*, das políticas de cotas para as universidades e institutos federais. Portanto, como bem contribuiu Guimarães Rosa, logo acima, a coragem é uma ação, e, nesse mesmo sentido, Paulo Freire (2006), também nos ensina, que esperar é seguir quebrando a ordem hegemônica.

⁴¹ LITERATURA ONLINE. Brasil: 09mai2024. Disponível em: <https://literaturaonline.com.br/o-que-a-vida-quer-da-gente-e-coragem-guimaraes-rosa/>. Acesso em: 15/07/2024.

Entretanto, ainda paira um forte racismo institucional, que afeta as instituições e, neste caso, as escolas e as universidades. Em se tratando de instituição, nesse momento farei um pequeno “mergulho” nas “entranhas” do Planejamento de Desenvolvimento Institucional (*doravante* PDI) do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul.

Nesse cenário, há que se levantar algumas hipóteses: com a implementação do IFMS, em 2009, o PDI adequou-se à Lei n.º 10.639/2003? Ou a inclusão da temática das relações étnico-raciais foi no decorrer do processo? Em relação ao câmpus de Três Lagoas, quando se efetivou a lei? No câmpus de Três Lagoas as ações afirmativas se dão pelo PDI ou são produtos de políticas antirracistas?

Durante a pesquisa, encontramos os seguintes dados, que nos endossam a refletir primeiramente o PDI de (2009-2013, p. 52)⁴², que não traz nenhum item sobre as relações étnico-raciais, porém, de forma bem sucinta esclarece:

Item: 2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL

- Incentivar o protagonismo juvenil e as ações afirmativas nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão do Instituto Federal.
- Buscar a inclusão social, cultural e tecnológica das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Os dizeres “incentivar as ações afirmativas” são apresentados de forma superficial e, ainda assim, o texto não faz uma correlação com a temática das relações étnico-raciais, o mesmo ocorre com a “inclusão social”. Nessas ocasiões, podemos nos referir às políticas públicas como: ações para deficientes, melhor convívio social e como fazer uso das tecnologias oferecidas pelo IFMS. Pois são discursos genéricos e superficiais, que usam o termo “incentivar”, demonstrando que fica a cargo de cada instituição colocar em prática a efetividade das ações afirmativas, mesmo que a expressão lexical “obrigatoriedade”, esteja oculta ele é uma responsabilidade social. Mas, ainda assim, nesse contexto, não se faz observação à Lei n.º 10.639/2003; portanto, esvai-se da questão da história da cultura afro-brasileira e africana.

Nesse sentido, se parece mais como uma uniformidade sistêmica de promessa de ato cumprido (Skliar, 2006), ou seja, vincula a ideia de crença integradora, “[...]sendo então a inclusão um mecanismo de controle que não é o oposto da exclusão, senão que o substitui como processo de controle social” (Skliar, 2006, p. 28); portanto, está mais para uma regulação arbitrária do que inserções de ressignificação e reparação das relações étnico-raciais.

⁴² INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. Campo Grande: 2009. Disponível em: file:///D:/Gil%20doutorado/Doutorado%20Letras%202021.1/Projeto%20do%20Doutorado.%20Tese/PDI%20IFMS/plano-de-desenvolvimento-institucional-2009-2013.pdf. Acesso em: 24/08/2023.

Enquanto o PDI (2014-2018, p. 66)⁴³ apresenta vocábulos como “responsabilidade”, “compromisso” e “formação social do educando”, transparecem enunciados com possíveis cargas de efetividade. Entretanto, ao fazê-lo, nega-se aos enunciatários a autonomia subjetiva para a produção e compreensão dos sentidos, como se a língua fosse, sob a ótica de uma linearidade discursiva, transparente e inequívoca (Haroche, 1992). Essa correlação não envolve e nem coloca em pauta as relações étnico-raciais.

Por outro lado, introduz o atendimento às pessoas com necessidades especiais, como afirma os ditames do PDI ([...], 2014-2018, p. 67), ao mencionar que “para o período [...], o IFMS possui como meta a criação de regulação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas em cada câmpus (Napne)”. Em complemento a esse texto, o Decreto n.º 5.296/04 endossa também “que regulamenta as Leis n.º 10.098/00 e n.º 10.436/02, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência”⁴⁴. E ainda, para a comunidade surda com relação “ao atendimento especializado, atuam nos campi profissionais efetivos com formação específica na Língua Brasileira de Sinais, Libras com docentes, tradutores e intérpretes”⁴⁵.

O PDI (2014-2018) ainda não tem a preocupação com as questões da cultura afro-brasileira e africana, pois em todo texto não há a presença de ditos sobre a população negra. O que entendemos como uma exclusão, seja no campo do não cumprimento da lei, bem como apenas aparenta ter responsabilidades sociais por estar comprometida com as pessoas de necessidades especiais, portanto, o PDI (2014-2018) reforça o caráter linear do discurso e da frase e relega à elipse a condição de “falta necessária” e à incisa a de “acréscimo contingente”, evidenciando que as marcas de uma gramática heterogênea permanecem opacas (Haroche, 1992). Em detrimento das questões étnico-raciais ocorre um apagamento do percurso da funcionalidade e das capturas dessas novas verdades, que são construídas para valorização de um determinado grupo social e que possibilitam a exclusão de outros, por não dominarem certas condições e significações, ou seja, é a precarização da subjetividade da vida desses sujeitos negros/as.

⁴³ INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. Campo Grande: 2014. Disponível em: <file:///D:/Gil%20doutorado/Doutorado%20Letras%202021.1/Projeto%20do%20Doutorado.%20Tese/PDI%20IFMS/plano-de-desenvolvimento-do-campus-tres-lagoas.pdf>. Acesso em: 24/08/2023.

⁴⁴ *Ibid.*, 2014-2018.

⁴⁵ *Ibid.*, 2014-2018.

É somente no PDI de (2019-2023)⁴⁶ que são expostas as ações afirmativas das relações étnico-raciais, um deslocamento do fechado para o aberto, afetando o processo produtivo que, anteriormente, passava como desconhecido, como arquivo morto. A respeito do processo de deslocamentos, uma vez que o arquivo apresenta abertura em condições de escrita, traz em seu bojo elementos de mudanças/permanências, transparências/atualização e, por meio desse advento, constitui-se uma memória (Bernardes, 2021). Desse modo, o PDI é afetado pela história e por uma memória que produz fissuras e “indigestão” e que as “ações afirmativas” no PDI de (2019-2023) demonstram que as anteriores eram anêmicas, pois agora demarcam no texto as políticas de reparação histórica da cultura afro-brasileira e africana. Nesse deslocamento, o PDI (2019-2023, p. 72) esclarece:

O IFMS tem o dever e a responsabilidade de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos, cuja abordagem busca assegurar a igualdade de oportunidades e o respeito a todos os indivíduos. Para isso, o Instituto realiza ações afirmativas, promove a igualdade étnico-racial, valoriza a diversidade e combate à discriminação. Nesse contexto, as ações afirmativas são medidas que objetivam minimizar desigualdades presentes na sociedade, que pressupõem uma reparação histórica de desvantagens acumuladas e vivenciadas por um grupo, a fim de propiciar a igualdade étnico-racial.

Notamos a presença de termos como “igualdade étnico-racial, combate à discriminação e reparação histórica” e com relação ao último, “reparação histórica de desvantagens acumuladas e vivenciadas por um grupo, a fim de propiciar a igualdade étnico-racial”, incluir o que foi negado à população negra e aos indígenas no desencadear da modernidade e do obscuro colonialismo, que oprimiu, saqueou, sequestrou, amputou, estuprou, assassinou e esterilizou essas populações. Portanto, o Estado jurídico brasileiro tem uma dívida e tem por obrigação reparar essa dívida histórica.

Contudo, em resistência, o IFMS faz valer a existência do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), “que tem a finalidade de contribuir na implementação da lei que obriga a inclusão da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’ no currículo oficial da rede de ensino, bem como, no fortalecimento do Estatuto da Igualdade Racial” (PDI, 2019-2023, p. 73). A esse respeito, Gomes (2017) declara que os Neabis devem estar engajados com formações pedagógicas que envolvam gestores, coordenadores, professores, alunos/as, técnicos e funcionários contratados. Além disso, devem oferecer debates políticos que envolvam discursões sobre as relações étnico-raciais no ensino básico e no ensino superior. Ou

⁴⁶ INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. Campo Grande: 2019. Disponível em: <file:///D:/Gil%20doutorado/Doutorado%20Letras%202021.1/Projeto%20do%20Doutorado.%20Tese/PDI%20IFMS/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 24/08/2023.

seja, os Neabis têm um papel significativo, mas isso não quer dizer que o fato de estar no PDI/IFMS vai se cumprir como regra geral em todos os *campi*, até porque isso depende do engajamento de pessoas negras e de brancos antirracistas para colocar em prática as ações afirmativas das relações étnico-raciais.

É nesse sentido que o câmpus de Três Lagoas se difere dos outros campi, no “desnívelamento dos sentidos a partir de uma *ruptura*, uma *interrupção* e uma *emergência*” (Bernardes, 2021, p. 95). A respeito disso, a linguista Bernardes (2021) esclarece:

O acontecimento produz a *ruptura* de uma prática discursiva pela transformação dos enunciados; a *interrupção* acontece na medida em que as condições de produção dos enunciados possibilitam a mudança de sentidos; e, por fim, a *emergência* do enunciado se dá quando há a reconfiguração de novos referenciais, novas relações em um campo associado, atualizado, portanto, o processo de produção do real histórico (Bernardes, 2021, p. 95).

Nessa luta (des)contínua surgem as “transformações dos enunciados, do saber e do próprio objeto de saber, sentidos esses que fazem emergir desse arquivo jurídico” (Bernardes, 2021, p. 96). Sendo assim, é colocada em prática a Lei n.º 10.639/2003, do Parecer CNE/CP n.º 03/2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que foi alterada pela Lei n.º 11.645/2008. Em complemento, o IFMS institui, também, o Estatuto da Igualdade Racial na lei n.º 12.288/2010. Entretanto, o IFMS não introduziu no PDI de (2019-2023) a obrigatoriedade, no calendário, escolar do dia 20 de novembro, que é o Dia Nacional da Consciência Negra, uma alusão à morte do líder do Quilombo dos Palmares (PE) – Zumbi dos Palmares⁴⁷; ficando a critério de cada câmpus inserir no seu calendário. Por conseguinte, o arquivo não traz todos os enunciados aprovados na Lei n.º 10.639/2003 e notamos ainda a invisibilidade dos protagonistas da memória histórica do povo negro.

São estratégias e dispositivos de adesões incompletas nessas relações de poderes. Assim o faz circular de forma camuflada, em que cada câmpus assume critérios aleatórios, por meio de mecanismos abstratos. Por outro lado, o poder do branqueamento ainda circula, não em “estruturas repressivas”, mas em uma guerra que utiliza meios sutis (Nóbrega, 2001), cujos artifícios demarcam a “efetividade das ações afirmativas”, o que produz uma retórica de falsa consciência.

⁴⁷ Brasil (2005, p. 35). § Art. 79- B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mas, no IFMS/câmpus Três Lagoas, as ações afirmativas sobre as relações étnico-raciais ocorrem anteriormente ao PDI (2019-2023), no trato sobre as questões raciais nasce a semana da consciência negra, em dois mil e onze (2011), fator que incluiu, no ano seguinte, no calendário escolar da instituição, o dia 20 de novembro como marco da consciência negra. Todavia, esse efeito de resistência contribuiu para surgimento de uma ação pedagógica de inflexão colonial, o “Beleza Negra”, em dois mil dezesseis (2016), sobressaindo o empoderamento da raça, da cor da pele, do corpo, dos gestos, dos sorrisos, dos cabelos, das vestimentas e das suas crenças. Como atribui o idealizador da ação pedagógica, professor Preto Tommaselli, “a beleza negra é um movimento de resistência, resistência ao racismo e às discriminações [...], a beleza negra é o aquilombar”. Destarte, o “Beleza Negra” possibilita a esses/as jovens negras/os serem como são nas suas diferenças. Desse modo, a ressignificação perpassa pela resistência de saber e poder, dos quais mergulham no túnel do espetáculo da negritude de Zumbi de Palmares e Dandara.

Em seguida, faremos uma abordagem sobre nosso lugar de fala como pesquisador, enquanto acadêmico que se considera antirracista.

1.5. Decolonizando o lugar de fala do branco

Em primeiro lugar, retomamos algumas questões sobre o fato de que a escravização é uma projeção anterior ao capitalismo, porém, na modernidade endossou-se uma expansão colonial mercantilista, que impôs formas de opressão para aqueles que não dominavam a sistematização de conhecimentos europeus, isto é, coube introduzir nesta terra, não somente aos indígenas, mas também àqueles que seriam trazidos a força para o trabalho escravizado, o negro africano. Então, o capitalismo comercial tornou-se aliado para fundamentação da estrutura colonial de hierarquização de raças e gêneros que, por meio de formas autoritárias, construiu instituições que sustentaram privilégios da branquitude. Pois, todo processo é montado a partir da expropriação de terras, concentração de riquezas, imposição religiosa cristã e projeção da desigualdade social, sendo um dos instrumentos do racismo. Ou, ainda, o não acesso aos direitos civis, políticos e étnico-raciais.

Essa projeção do capital e raça demarcou as diferenças étnico-raciais daqueles que mandam e daqueles que obedecem, assim, a subserviência determinou a estrutura do capitalismo racial (Bento, 2022), em um sistema de colonização europeizado. Ou melhor, essas opressões estabelecem um novo jogo que os supostamente “excluídos” deverão ser corrigidos racialmente para estarem aptos à sociedade disciplinar, no sentido de regular a irregularidade que os mesmos se encaixam (Carneiro, 2023). Contudo, refletir a inflexão decolonial é fazer

frente ao colonialismo no sentido de romper com a supremacia branca que usurpou e usurpa até dos dias de hoje. Mas, essa frente decolonial está remontada na memória de um passado, não somente de dor e sofrimento, e sim, de lutas/resistências que floresceram ao longo da história, como os quilombolas, lutas de mulheres negras, movimentos indígenas, movimento negro e grupos que compartilham resistências contra as relações de poderes, no sentido de criar narrativas que desestabilizam essas estruturas institucionais, que mantêm a supremacia branca como política autoritária e antidemocrática.

Por conseguinte, decolonizar conceitos é, justamente, não olhar para a história de forma anacrônica, em que sempre a autoridade da fala sobre o negro foi e é dita pelo branco. Nesse sentido, a filósofa e mulher negra Djamila Ribeiro (2019), em seu livro *O que é lugar de fala?*, afirma que os brancos sempre falaram sobre os/as negros/as num prisma de racialidade hegemônica e social, ou seja, autorizados a ser especialistas em negro e nas relações raciais.

Em consonância, Carneiro (2023, p. 125) relata que a “qualidade que espraia aos demais racialmente hegemônicos, como que por contágio derivado do pertencimento à racialidade considerada superior e portadora do talento do bem pensar, julgar e justiça”, pois os sujeitos brancos e negros estão em condições étnico-raciais diferentes. Isto é, diferenças essas que estão imbuídas no aumento de lucros e de preconceitos, em uma sociedade liberal que alimenta a meritocracia da democracia racial, ou, insiste, afirmando que as condições são iguais basta apenas dedicar-se, esforçar-se e trabalhar. Portanto, é nessa lógica da exploração do trabalho e das negações de direitos civis e político à população negra, que se constitui o capitalismo racial.

Estudar os processos de legitimação é considerar o que Djamila Ribeiro (2019) defende ao afirmar que também é necessário que homens cis, heteros e brancos estudem sobre a branquitude, no sentido de pensar suas posições sociais, em quais condições estão e como foram determinadas pela modernidade da obscura colonização. Esse refletir é um ato ético. Pois é refletir as questões de desigualdades; de políticas eugenistas; a locação da pobreza; do sexismo; do xenofobismo e claro do racismo (Ribeiro, 2019). Como afirma Souza-Santos (2016), que se tenha nesta zona de contato as mediações, no sentido de ouvir e pensar a respeito de como o racismo tem silenciado e oprimido a população negra durante a escravidão e pós-abolição.

O desconforto possibilita discutir novas fissuras, rachaduras e possibilita novas discussões de superação e posição de fala hegemônica, que “visam pensar outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante” (Ribeiro, 2019, p. 90). É descortinar o silêncio instituído aos deslegitimados e subalternizados, para construir políticas de saberes decoloniais e antirracistas. Desse modo, as existências da racialidade engendram potencialidades de subjetivação do “Ser” e o lugar de fala possibilita a

desestabilização das normas e das regulações, a fim de atingir a emancipação da racialidade antirracista. Logo, cremos que nos encaixamos nessa desconstrução.

Portanto, não basta ser somente um branco contra o racismo, é preciso ir além dessas estruturas de privilégios que estão encrustadas dentro da sociedade brasileira, ou seja, estratégias essas que se configuram como negações para com os direitos étnico-raciais aos protagonistas da história que são os/as negros/as. Sendo assim, nós, como brancos miscigenados, temos que assumir uma postura ética de devir, de luta, resistência e revolta antirracista. Nesse sentido, temos por obrigação assumir essa bandeira antirracista de luta pela dignidade, pelos direitos civis, pela cidadania, pelo bem-estar social e ético, em um caminhar de respeito às diferenças, entretanto, com o objetivo de atingir a igualdade social, civil, jurídica e étnico-racial. Ou seja, que a nossa fala não esteja em primeiro lugar, e sim daqueles/as que são protagonistas da história, e que tenham direito de ressignificar a sua identidade, bem como, assumir o lugar que lhes foi negado nesse processo.

Para isso, é preciso assumir lugares de posições sociais de trabalho no privado ou público, que sempre foram hegemônicos da branquitude e, não somente, trabalho subalternizado, que demarcam a memória de um passado. Ainda, é necessário que tenha políticas públicas que possibilitem maior representatividade de transformações e não de acomodações, como tem ocorrido recentemente na mídia, a visibilidade de negras/os, entretanto, com estética de branqueamento, não demonstrando as qualidades étnico-raciais, uma suposta (in)exclusão (Skliar, 2021), porque não deflagra as questões das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. Logo, a visibilidade na mídia é importante, mas, de inflexão decolonial (Mota Neto, 2016), para romper com estruturas vigentes e com as instituições racistas, somente assim será possível combater o capitalismo racial. No próximo item, abordaremos os sentidos dos saberes estético-corpóreos.

1.6. Os saberes estético-corpóreos

Antes de enfatizar os saberes estético-corpóreos, pretendemos abordar e refletir sobre a emblemática das desigualdades sociais e étnico-raciais por serem peculiaridades de produção e regulação do corpo negro, visto que as desigualdades estão em um conjunto do chamamento à miscigenação racial (Gomes, 2017). Desse modo, as desigualdades sociorraciais procuraram, historicamente, colocar ou anular os povos originários e os povos africanos/afrodescendentes, seja nas condições de escravização ou nas condições de expulsão de suas terras e/ou de extermínio de comunidades e de quilombos.

Com relação à população negra que, majoritariamente, hoje “representa 53% da população que vive e constrói no nosso país” (Gomes, 2017, p. 19), impôs-se o nefasto racismo, que ainda apresenta suas normalidades, pois as desigualdades sociais e étnico-raciais recaem, também, sobre o corpo negro, uma vez que constitui, historicamente, o gosto estético, perfeito e de monocultura. Nesse olhar, no livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis (1993), o narrador-personagem aborda:

Quero deixar aqui, entre parênteses, meia dúzia de máximas das muitas que escrevi por esse tempo. São bocejos de enfado; podem servir de epígrafe a discursos sem assunto: [...]. Não se compreende que um botocudo fure o beijo para enfeitá-lo com um pedaço de pau. Esta reflexão é de um joalheiro [...] (Assis (1993 [...], p. 194).

Então, qual é o incomodo da citação? O outro não é somente o estranho/diferente, e para normalizá-lo - o Joalheiro é rude com a cultura do “Outro”, ao enfatizar a feiura do botocudo com um pedaço de pau que fura o beijo, então, para o Joalheiro, a beleza está no adereço de ouro ou prata, dando um valor econômico e, ao mesmo tempo, adota e afirma o preconceito cultural, traços esses de que a não-beleza em “furar o beijo” não segue um padrão ocidental da brancura, ou seja, decorrentes não somente de definições tecnológicas, mas também de metamorfoses de olhares.

Nessa condição fugaz que pretendemos abordar aqui como histórica e linguística, da construção dos ditos e de que forma foram silenciados os não ditos (Orlandi, 2001), sejam nas suas narrativas ou nas condições de memórias; seja nos descasos com os arquivos ou nas condições estéticas; seja na despersonalização das identidades ou na descaracterização da língua.

Tal apagamento histórico (de)marcou, para a cultura afro-brasileira/africana e indígena, imagens que os colocariam em condições de subalternidade, uma vez que o sistema capitalista endossou na modernidade a obscuridade da colonialidade e da escravização (Mota Neto, 2016). Mas, para que tal projeto político-econômico-cristão desse certo, era preciso, nesse ensejo, que os mitos distorcessem a realidade ao classificar a população africana de “Negros e Negras”.

Todavia, a estetização imagiária é construída pelos chamados mitos novos, em consonância com Deleuze (1974) assevera que o mito é uma estrutura circular, em paradigmas de atuação e de diferentes formas, ou seja, narrativas que fundamentam os efeitos e sempre com alguma pretensão. São narrativas que constituíram outras realidades, ou seja, realidades falsas e desconjunturais no sentido de emergir superiores figurantes aos povos da África, pois faz vir à tona um Outro, não nas condições de seres humanos e, sim, com uma perda de existência moral para uma contemplação da existência estética de enunciados e de signos de

dessemelhanças. Por conseguinte, Deleuze (1974) afirma que:

Trata-se de selecionar os pretendentes, distinguindo as boas e as más cópias ou antes as cópias sempre bem fundadas e os simulacros sempre submersos na dessemelhanças. Trata-se de assegurar o triunfo das cópias sobre os simulacros, de recalcar os simulacros, de mantê-los encadeados no fundo de impedi-los de subir à superfície e de se “insinuar” por toda parte (Deleuze, 1974, p. 260).

Assim, fundamentou-se a cosmologia da civilização ocidental de que a cor preta é um simulacro sem semelhança alguma, pois foi inventada e tal invenção lhe impõe os signos da mancha física, da moral, da morte, da corrupção, da preguiça, das indolências, entre outras, enquanto as cópias “boas” se dispõem a serem o “Saber” e o modelo, demarcando um sacrilégio de que a cor branca são os gestos da vida e da pureza; então, não é à toa que a branquitude tornou a estética do perfeito e do ideal a ser espelhado como outro (exterior), e não como o Outro (interior).

Em consonância com Nascimento (2019, p. 8), “é preciso entender, portanto, o signo ‘negro’ como um conceito novo, criado pela branquitude e não como um conceito natural”. Entendemos que foi uma imposição do capitalismo e da colonialidade, o transcendente da modernidade, ou seja, foram populações que se tornaram reféns das escravizações e, contudo, tiveram que abrir mão de sua língua para criarem meios de defesa para sobreviverem às duras condições do trabalho escravocrata. Cabe, ainda, reforçar que a língua que resistiu foi a do colonizador como o interlocutor, portanto, colocou a fala do negro na invisibilidade, pois teve que se adaptar aos novos enunciados da linguagem (Nascimento, 2019).

À luz desse raciocínio, as raízes do racismo têm apagado a identidade da população negra no Brasil, uma vez que boa parte de suas memórias se perderam ao longo da história, e o sistema da modernidade os levou a olhar para as “cópias perfeitas”, nesse quesito, o branco e, assim, constituírem a estética de aproximação ao branco, como alisar ou raspar o cabelo; vestir-se como branco; falar como branco; escutar músicas de branco e absorver conteúdos escolares que abordam as histórias dos vencedores e carrascos/as brancos/as.

Em se tratando dos corpos negros, ainda são vistos de forma pejorativa e rotulados como exóticos/eróticos, ou são assujeitados em uma linguagem de significações que florescem com uma folclorização histórica; como declara Paiva (2011), a negra para produzir e a mulata para saciar-se, ou melhor, o corpo de africanos e de africanas com profundas “cicatrices” desse imaginário depreciativo. Nesse sentido, o corpo é “mutilado”, isto é, suprimido a uma outra

realidade da tecnologia política, pois o corpo torna-se força produtiva e útil ao processo de significações dóceis e adestrados para o poder (Foucault, 1987). Para Courtine (2013):

o corpo é também diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder operam sobre ele uma influência imediata; elas investem contra ele, o marcam, o adestram, o supliciam, o constroem a trabalhos, o obrigam a cerimônias, cobram dele signos (Courtine, 2013, p. 11).

São situações que vão além das marcas traçadas no corpo pelo racismo, mas que (de)marcam a autorrejeição, que o reduz a materialidade negra no contexto da inferiorização racial (Gomes, 2017), definindo que o corpo ideal é da branquitude, ou seja, uma monocultura do corpo, sendo censurado e desfigurado (Foucault, 2013). Todavia, notamos como tais projeções ainda permanecem presentes nos dias de hoje. Podemos dizer que houve avanços, no entanto, há muito ainda a se fazer para minimizar o racismo institucional e estrutural.

Em momentos atuais, a estética-corpórea tem ganhado tonalidade na referida beleza negra, como uma possível revitalização e ressignificação das relações étnico-raciais. Tais políticas são resistências e lutas do movimento negro que, por meio do Estado conseguiram incorporar políticas públicas afirmativas de visibilidade, bem como de alcance e de efeitos colaterais positivos, para com afirmação identitária e de subjetivação dos sujeitos/as negras/os em um processo histórico de atravessamento a outros (Braga, 2021).

Braga (2021) ainda acrescenta que “os conceitos de beleza negra – igualmente rarefeitos – estão respaldados pela história, mas também atravessados pelos discursos da mídia, da moda, do mercado, da política, do consumo, da globalização” (Braga, 2021, p. 207). Aqui podemos destacar a mudança que houve na emissora Rede Globo (2017) com aparição do símbolo “mulata⁴⁸ Globeleza”⁴⁹, quando transmitia o corpo nu pintado em várias cores, para anunciar, comercialmente, a chegada do carnaval.

Contudo, agora traz um corpo vestido com as cores da diversidade cultural, ou tal harmonização ainda reveste e reforça o mito da democracia racial. Ou ainda, de alguma forma denota/conota a cor do pecado (Braga, 2021). O corpo da mulher negra anuncia o símbolo da colonialidade, da “mulher negra para trabalhar”, enquanto “mulher mulata para fornicar”, paira puramente sobre este corpo um dispositivo de racialidade de exposição regulada. A objetivação

⁴⁸Santos (1980). A etimologia do termo “mulata” remete à palavra “mula” – animal resultante do cruzamento entre espécies distintas (jumento e égua), frequentemente estéril. Essa origem revela a perspectiva desumanizante presente no imaginário da escravização, que associava a mestiçagem a uma condição intermediária e inferior. A expressão reforçava uma hierarquia racial de branqueamento superior e a mulher negra é vista como algo animalesco, sexualizada e erotizado. **Ainda cabe salientar que o termo hoje “mulata” é considerado racista** (grifo nosso).

⁴⁹ GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Brasil: 12fev2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vestir-globeleza-deixa-nu-o-mito-da-democracia-racial/> - Acesso em: 30/01/2024.

sexista imposta por meio de uma festividade cultural massificada que é o carnaval, num tom de pele de exploração sexual, ou da espetacularização do corpo (Braga, 2021).

Nesse sentido, o corpo da mulher negra é encenado como algo avantajado, sensual e desejado como uma obra de arte, exposta a teatralização de uma folia carnavalesca (Braga, 2021). Todavia, essa objetivação das silhuetas do corpo faz com que sejam símbolos coisificados em perspectiva de erotismo e luxúria. Porém, não podemos esquecer do “discurso moral”, que mulheres são também o objeto de reprodução; daquelas que cuidam do lar; que educam os filhos e seguem uma religião cristã. São corpos domesticados, regulados, disciplinados e dóceis (Foucault, 2012), que acentuam o patriarcado da branquidão.

Com relação aos dizeres dos padrões de beleza, ainda recaem em modelos eua-eurocêntrico de branqueamento. Uma vez que o branco está em um sentido de indivíduo em si mesmo, enquanto os/as negros/as são o traslado da coletividade na referida cor e raça (Gomes, 2017). Ainda no trato dos dizeres, cabe ressaltar que os dispositivos citados podem mais possibilitar controles e sistematização de condições de mercadorias do que, verdadeiramente, superação do identitarismo, que ainda os classifica em “cópias imperfeitas” (Deleuze, 1974), e não lhes oferece a emancipação da cor, da pele, do corpo, da vida, enquanto ser (de)ontológico.

Portanto, é caminhar para uma diversidade sem o recalque da tolerância, e sim, no reconhecimento do respeito mútuo que dialoga com as diferenças e alteridades, já que somos todos nós diferentes nas singularidades (Skliar, 2006). Ainda, Skliar (2006, p. 30-31) enfatiza: “[...] tudo é diferença, todas são diferenças. E não há, deste modo, alguma coisa que não seja diferença, alguma coisa que possa deixar de ser o contrário, o oposto das diferenças”.

O que propomos aqui é o sentido de decolonizar (Mota Neto, 2016), um compreender por meio das experiências e das diferenças para com o outro e os outros. Um descolonizar para questões como: religião, sexo, idade, raça, gênero, etnia, trabalho, festividades culturais, educação e claro a beleza negra na sua emancipação do corpo, enquanto identidade coletiva de negritude. Inclusive, descolonizar para a ressignificação da cultura afro-brasileira e africana, já que nos tempos de hoje, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de (2022), “cerca de 92,1 milhões de pessoas (ou 45,3% da população do país) se declararam pardas”. Foi a primeira vez, desde 1991, que esse grupo predominou⁵⁰.

O que significa que são efeitos das ações afirmativas e das possíveis políticas públicas que têm sido o desdobramento dessa caminhada de lutas e resistências da população negra.

⁵⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 2022. Disponível em: Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda | Agência de Notícias (ibge.gov.br) – acesso em: 30/01/2024.

Nessa “coisa de pele”, o compositor/cantor Jorge Aragão, manifesta: “Podemos sorrir, nada mais nos impede/ Não dá pra fugir dessa coisa de pele/ Sentida por nós, desatando os nós/ Sabemos agora, nem tudo que é bom vem de fora/ É a nossa canção pelas ruas e bares, que/ Nos traz a razão, lembrando Palmares”⁵¹.

Nesse sentido, o idealizador do projeto “Beleza Negra”, professor Preto Tommaselli (grifo nosso), declara: “[...] esse elemento **estético** também me provocou **repensar** sobre mim mesmo. Eu pensei que eu precisava: ... **africanizar** e tornar mais negra a minha própria identidade visual, porque eu percebi que eu era o polo de representação [...] estética para os alunos”. Logo, a inquietude do professor Preto Tommaselli é fazer emergir a sua subjetividade que, num determinado momento, foi suprimida por um outro rosto que não fosse o dele, e se permitir a romper com essas estruturas do espelho do outro, é repensar a sua subjetividade, não somente para si, mas que esse atravessamento seja para o outro, em condições estéticas em um rosto que imaginaria ser (Nogueira, 2021).

O sentido da pele/raça é exaltado em condições de vida e de que o corpo negro está além de significações exóticas e eróticas, isto é, a representativa da negritude é estética de um devir negro/a, que perpassa por uma africanização de semelhanças do que somente diferenças. Assim, concomitantemente com a Semana da Consciência Negra, surge a ação pedagógica do concurso da “Beleza Negra” no IFMS/Três Lagoas, que tem despertado o aquilombar da resistência negra, um sentido de linguagem dos saberes estético-corpóreos. Portanto, é isso que deve ser retomado, as festividades que interseccionam a comunidade negra, ao fazer dessas relações étnico-raciais possibilidades de representatividade descolonizada e de políticas antirracistas.

Em sequência, apresentaremos algumas histórias e fotos do evento “Beleza Negra no IFMS/Três Lagoas, entretanto, para esse momento não adotaremos a estrutura clássica de formatação de uma tese de doutorado. Para tanto, ressalvamos que a referência das fotografias e dos textos estará no retorno da página com a estrutura acadêmica, pois as imagens adotam configurações diferentes nas páginas. Ainda assim, declaramos que ao fazer uso dos arquivos de fotos do IFMS/câmpus Três Lagoas, foram reconhecidos para pesquisa: a autorização para realização de pesquisa (Anexo A); o Parecer consubstanciado do CEP – Plataforma Brasil (Anexo B) e o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento TCLE – assinado pelos/as pesquisados/as”. Nessa perspectiva, atendemos o comprometimento com os devidos ditames éticos.

⁵¹ LETRAS. Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/jorge-aragao/69362/>. Acesso em: 30/01/2024.

Portanto, pensamos em um nome para o aquilombar dos/as jovens negras/os do concurso “Beleza Negra” que ressignifica suas ancestralidades: “Do transatlântico para a raiz: a beleza negra”.

1.7. Do Transatlântico para a Raiz: a Beleza Negra.

DO TRANSATLÂNTICO PARA A RAIZ: A BELEZA NEGRA

27 de julho de 2024

Pereira Gilmar

Nesse momento, pretendo apresentar alguns anúncios, entrevistas e publicações online e física das sobre o concurso da “Beleza Negra” no IFMS/Três Lagoas e, no segundo momento apresentaremos algumas fotos e histórias marcaram/marcam o concurso. Para compreendermos a essência da Beleza Negra e reconhecemos a expressão da cultura afro-brasileira e africana, é necessário percorrer um longo trajeto de superação de dores, sofrimentos, lutas e resistências, desde os porões do tráfico atlântico africano. Nesse percurso, os indivíduos escravizados tornaram-se malungos — termo que designa irmandade —, pois suas diferenças étnico-raciais não foram impedimento para que percebessem que compartilhavam a mesma condição de escravidão. Em terra firme, nessa terra estranha, o escravizado estava condenado a nunca mais retornar à sua terra-mãe, a África. No entanto, mesmo diante do possível apagamento de suas línguas e culturas, eles não se renderam. Foram capazes de aprender novos idiomas e lutar pela liberdade.

Isso demonstra o quanto somos atravessados por histórias e identidades enquanto sujeitos. E é por meio desses atravessamentos que se opera a resistência contra estruturas de poder — não como lamentação, mas como luta pela vida, pela manutenção da cultura, das crenças, dos costumes e pela preservação do que resta de suas línguas, como o Iorubá e o banto, elementos fundamentais na constituição identitária de um povo.



No entanto, mesmo diante do possível apagamento de suas línguas e culturas, eles não se renderam. Foram capazes de aprender novos idiomas e lutar pela liberdade. Isso demonstra o quanto somos atravessados por histórias e identidades enquanto sujeitos. E é por meio desses atravessamentos que se opera a resistência contra estruturas de poder — não como lamentação, mas como luta pela vida, pela manutenção da cultura, das crenças, dos costumes e pela preservação do que resta de suas línguas, como o Iorubá e o banto, elementos fundamentais na constituição identitária de um povo. É nesse contexto que as diásporas negras deram origem aos quilombos, espaços de (re)existência onde a cultura africana não apenas sobreviveu, mas também floresceu, dando vida à cultura afro-brasileira — ou seja, a um Brasil profundamente marcado pela África.

Assim, “Do Transatlântico para a Raiz: A Beleza Negra” retoma um passado de resistência, luta, cultura, crenças, música, dança, culinária e saberes medicinais, reafirmando que o sonho de liberdade — livre das amarras do racismo — ainda está em construção. Portanto, essa narrativa não representa um lamento, mas um dever de alegria e resistência, um legado de um povo que continua lutando por dignidade humana. No IFMS/Três Lagoas, essa reflexão se materializa no concurso Beleza Negra, uma ação pedagógica que busca ressignificar a história da cultura afro-brasileira e africana. Por meio da estética — vestimentas, tranças, colares, danças, poesias, músicas e pinturas corporais —, o evento reforça as relações étnico-raciais, promovendo um diálogo transcultural (MIGNOLO, 2002)



Concurso de Beleza Negra de 2023 com convidado Mister de 2019.

DO TRANSATLÂNTICO PARA A RAIZ: A BELEZA NEGRA

27 de julho de 2024

Pereira Gilmar

que empoderam os participantes. Essa estética remete às diversas nações africanas, como Sudão, Benin, Daomé, Moçambique, Costa do Marfim, Guiné e Angola. Destacam-se também as representações de mulheres africanas e afro-brasileiras, como a Rainha Nzinga, que resistiu à colonização portuguesa; Anastácia, escravizada que recusou a violência sexual e foi punida com uma máscara de ferro; Florinda Anna do Nascimento, a "Preta Folô", que alcançou prestígio social na Bahia do século XIX através de sua elegância; e Chica da Silva, cuja beleza desafiou os padrões racistas de Diamantina. Em sociedades coloniais patriarcais (séculos XVI-XIX), mesmo em condições extremas, algumas mulheres negras conquistaram espaços de influência, contribuindo, no Brasil, para as campanhas abolicionistas nos séculos XVIII e XIX. O evento Beleza Negra trabalha esses pluralismos identitários antes mesmo do concurso, através de ações pedagógicas que envolvem leitura, reflexão e conhecimento cultural. Para o professor Preto Tommaselli, idealizador do projeto, é essencial construir "um conhecimento sobre a identidade da negritude", fundamento para o empoderamento. O objetivo é que as jovens participantes não sejam objetificadas ou expostas a vexames, mas sim se tornem sujeitos de ressignificação histórica e afirmação étnico-racial, rompendo com estereótipos folclorizados, como a ideia do corpo negro exótico. A Beleza Negra possibilita subjetividades emancipadoras, criando condições para a descolonização e subvertendo as armadilhas do racismo. Que "os porões do Transatlântico" sejam iluminados por Exu — o orixá que abre caminhos —, guiando-nos rumo à igualdade racial e a uma democracia verdadeiramente inclusiva, livre de opressões. Que as subjetividades negras, em seu dever, sejam protagonistas de lutas e resistências, reafirmando seu lugar na sociedade, como propõe Gomes (2017) "a reeducação do negro e da negra sobre si mesmos e sobre seu direito de ocupar espaços na sociedade brasileira" (Gomes, 2017, p.130).

Divulgação e Impacto Para tanto, o canal Bolsão/MS foi o primeiro a divulgar o concurso, incentivando a participação de jovens negros. Apesar da abordagem superficial, a imagem utilizada — uma mulher negra com turbante colorido — reforça símbolos da cultura afro-brasileira. O concurso, realizado durante a Semana da Consciência Negra, foi destacado na reportagem "IFMS promove 1º Concurso Beleza Negra para o Ensino Médio em Três Lagoas", evidenciando seu caráter pedagógico e transformador. 1



Bolsão/MS A notícia em ação para todo o Bolsão.

+ canais sobre nós equipe anuncie fale conosco Ajuda

Três Lagoas | Com Rigo Maia | 15/11/2016 08:18

IFMS promove 1º Concurso da Beleza Negra do Ensino Médio em Três Lagoas

Compartilhe:



(Divulgação)

VEJAMOS

SEJUVEL disponibiliza brinquedos infantis durante reforma do parquinho na Lagoa Maior

Projeto "A Rua é Nossa" traz aula gratuita de Yoga neste fim de semana

Inscrições abertas para a 2ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres

O primeiro concurso da beleza negra do Ensino Médio de Três Lagoas, é um dos eventos que compõem a programação da "Semana da Consciência Negra 2016 - Malungos de Zumbi e Dandara - Negritude e Infância" que será promovido pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas.

O concurso será realizado na próxima sexta-feira (18) das 13h às 17h no IFMS (Instituto Federal Mato Grosso do Sul) localizado na Rua Antônio Estevão Leal, 790 - Jardim das Palmeiras.

Poderão participar do concurso todos os estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio em uma escola do município de Três Lagoas. O concurso tem duas categorias: Masculino e Feminino.

Podem participar do Concurso a população negra e descendente comprovada, seja pela cor ou pelos traços fenotípicos. As inscrições são gratuitas e deverão ser feitas por meio de formulário de inscrição que estará disponível na secretaria da escola. Será necessário anexar a ficha de inscrição - comprovante de que o candidato está regularmente matriculado no Ensino Médio. As inscrições podem ser realizadas até a quinta-feira 10 de novembro e se encerram às 17h.

O concurso terá três etapas: a) Desfile com traje afro-brasileiro; b) Apresentação cultural em que o candidato demonstre sua relação com a cultura afro-brasileira; e c) perguntas da comissão avaliadora aos candidatos.

DO TRANSATLÂNTICO PARA A RAIZ: A BELEZA NEGRA

28 de julho de 2024

Pereira Gilmar

Divulgação do 2º Concurso Beleza Negra (2017) nos Veículos Hojemais-Três e Redenews.

Em 2017, dois veículos de comunicação divulgaram o evento: o Hojemais-Três Lagoas e o Redenews. Inicialmente, analisaremos a reportagem do HojemaisTrês, intitulada "2º Concurso da Beleza Negra de Três Lagoas é promovido pelo IFMS. Além de destacar os critérios de participação para jovens negros, a matéria enfatizou a valorização da estética negra. As imagens selecionadas reforçam essa narrativa. Na primeira fotografia, uma mulher negra exalta seus traços afrobrasileiros, enquanto a segunda, capturada em um ferro-velho de caminhões e carros localizado em frente ao IFMS/Três Lagoas, apresenta uma jovem negra empoderada, com seu cabelo afro em evidência, demarcando sua estética corporal como expressão identitária. O anúncio...

***Além do Palco: O Poder
Transformador da
Autoestima Negra no IFMS***

2º Concurso da Beleza Negra de Três Lagoas é promovido pelo IFMS

O 2º Concurso da Beleza Negra de Três Lagoas, que será realizado no dia 21 de novembro, é parte integrante da programação da Semana da Consciência Negra 2017, realizada anualmente no período de comemoração do Dia da Consciência Negra, evento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Três Lagoas.

Reportagem: Maria Teli
08/07/2017 às 14h00



Reportagem

O 2º Concurso da Beleza Negra de Três Lagoas, que será realizado no dia 21 de novembro, é parte integrante da programação da Semana da Consciência Negra 2017, realizada anualmente no período de comemoração do Dia da Consciência Negra, evento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Três Lagoas.

O 2º Concurso da Beleza Negra de Três Lagoas tem como objetivo: Trabalhar a autoestima de adolescentes negros, homens e mulheres, valorizar a cultura e a estética afro-brasileira, destacar a beleza negra dos adolescentes de Três Lagoas, criar oportunidades sociais e profissionais para eles.

Querem e valorizar a beleza negra em diferentes aspectos: aparência, personalidade, talentos.

QUAIS AS REGRAS PARTICIPAR?

1. Poderão participar do concurso todos os estudantes regularmente matriculados em uma escola do município de Três Lagoas, de 17 anos até 17 anos do Ensino Médio, dentro do recorte que compõe a Corridada de divulgação.

2. Pode participar do Concurso a população negra e descendente comprovada, seja por meio ou por meio de documentos.

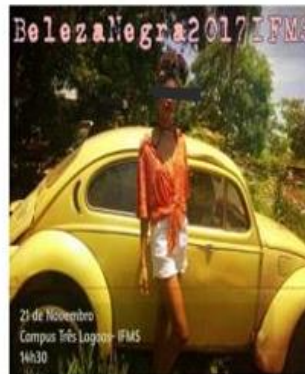
QUAIS PREÇOS PARA SE INSCREVER?

1. Não há nenhuma taxa e taxa de inscrição comprovada de que o candidato está regularmente matriculado. As inscrições são gratuitas. 2. Não há nenhuma taxa e taxa de inscrição comprovada de que o candidato está regularmente matriculado em uma escola de Três Lagoas.

QUAIS OS PREÇOS PARA SE INSCREVER?

1. O período de inscrição vai de 25 de outubro a 16 de novembro de 2017, no horário de funcionamento das secretarias escolares. 2. As inscrições vão ocorrer no dia 16 de novembro de 2017.

O concurso será realizado no dia 21 de novembro de 2017, das 14h30 às 18h, no Campus Três Lagoas, localizado na Rua Angelo Meda, 100 - Jardim das Palmeiras.



DO TRANSATLÂNTICO PARA A RAIZ: A BELEZA NEGRA

28 de julho de
2024

Pereira Gilmar

Análise da Cobertura Midiática sobre Sunly Macelin,
Vencedor do Concurso Beleza Negra

A terceira reportagem, publicada no Redenews, aborda a vitória do jovem haitiano Sunly Macelin no concurso Beleza Negra, onde recebeu o título de Mister Beleza. No entanto, a matéria apresenta lacunas significativas: não problematiza questões centrais como estética negra, racismo ou processos de resignificação identitária. O enfoque recai sobre falas de professores e da direção escolar, silenciando a perspectiva do próprio Sunly enquanto jovem negro imigrante - sua única manifestação direta limita-se a um breve comentário sobre sua escola. Nesse contexto, a imagem torna-se mais eloquente que o texto: a fotografia do estudante, exibindo um sorriso aberto e orgulhoso de sua afrodescendência haitiana, comunica com força sua autoestima e afirmação identitária, elementos que a reportagem não explora discursivamente.

Posteriormente, Sunly Macelin (Mister Beleza), Milena Batista (Miss Beleza) e o idealizador do projeto, professor Preto Tommaselli, participaram de um podcast na Rádio Caçula. Nessa ocasião, Sunly revelou: "Eu não sabia que era bonito, pois achava que havia pessoas mais bonitas que eu. Agora compreendo que posso perseguir meus objetivos e quem sabe me tornar modelo". Esse depoimento - acompanhado por sua expressão radiante - demonstra como o projeto Beleza Negra do IFMS/campus Três Lagoas abriu horizontes de possibilidade para esse jovem negro, em um contexto nacional onde o racismo estrutural frequentemente restringe oportunidades à população negra, especialmente a imigrantes africanos e caribenhos. A matéria finaliza com imagens de Sunly, do diretor e professoras da Escola Municipal Parque São Carlos, seguidas por registros do podcast. Nota-se a discrepância entre a profundidade da experiência pessoal narrada no áudio e a superficialidade da cobertura jornalística escrita, que privilegiou aspectos institucionais em detrimento da análise das dimensões raciais e identitárias envolvidas



TRÊS LAGOAS| Aluno haitiano da REME do município vence Concurso de Beleza Negra do IFMS



O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.



O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.

O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.

O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.



O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.

O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.

O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.

O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.

O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.

O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.

O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.

O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.

O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.

O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.

O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.

O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.

O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.

O aluno haitiano do IFMS em Três Lagoas venceu o concurso Beleza Negra do IFMS.



DO TRANSATLÂNTICO PARA A RAIZ: A BELEZA NEGRA

29 de julho de 2024

Pereira Gilmar

Retomando o concurso Beleza Negra, é significativo analisar o depoimento da vencedora Milena Batista, participante da pesquisa Flor de Baobá. Em suas palavras: "O concurso desconstrói o preconceito de que a pessoa negra é feia. Eu já me considerava bonita, mas o racismo muitas vezes bloqueia esse autorreconhecimento. Ao vencer a competição, fortaleci ainda mais minha autoestima e o orgulho de ser negra. Percebi que meu cabelo e minha cor de pele também podem ser belos". Esse relato evidencia a sutileza perversa do racismo, que insidiosamente mina a autopercepção positiva da população negra. O concurso Beleza Negra atua como um contraponto essencial, promovendo uma inflexão crítica e uma ressignificação da imagem corporal negra. Ao criar espaços de visibilidade e valorização, o projeto estimula que os participantes se reconheçam como sujeitos plenos de beleza e dignidade. Essas questões serão exploradas em profundidade na seção III desta pesquisa, onde analisaremos os 7 mecanismos de descolonização estética e os impactos psicossociais de iniciativas como essa na construção da identidade negra.

Notícia - Notícias - Educação

Rádio Caçula recebe ganhadores do 2º Miss Beleza Negra do IFMS

Por: Tânia - 29/11/2017

f Facebook x Twitter p Printar d Imprimir

29/11/2017 10h45

Por: Tânia Viana

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) campus Três Lagoas (MS) promoveu, neste mês de novembro, a 2ª edição do concurso Beleza Negra. De acordo com os organizadores, o concurso tem o objetivo de trabalhar a autoestima de adolescentes negras, homens e mulheres, valorizando a cultura e a estética afro-brasileira.

Os ganhadores foram Milena Batista e o italiano, Dany Maciel. Pela manhã do hoje, eles consideraram uma entrevista para a apresentadora Tereza Campos, juntamente com a professora mestre, Guilherme Tomassoli.

Durante a entrevista o professor afirmou que "o concurso tem os objetivos de trabalhar a autoestima de adolescentes negras, homens e mulheres, valorizando a cultura e a estética afro-brasileira, destacar a beleza negra dos adolescentes do criar oportunidades social e profissional para esses jovens, além de valorizar a beleza negra em detrimento ao padrão imposto socialmente".

De a milena, Milena Batista, falou que para ela o concurso quebra o preconceito de que a pessoa negra é feia. "Eu já me achava bonita, mas o preconceito bloqueia esse sentimento em mim. Porém, após eu ganhar a competição, eu refizei ainda mais minha autoestima e o orgulho de ser negra. Meu cabelo e minha cor de pele também podem ser belos", explicou.

Para Dany o concurso pode ser uma oportunidade até mesmo de carreira. "Eu não sabia que era bonito, pois eu achava que tinha mais gente bonita do que lá. Porém, agora posso ver que sou capaz de ir atrás dos meus objetivos e quem sabe um dia ser uma modelo", projetou.

COMPETIÇÃO

O concurso é parte integrante da programação da Semana da Consciência Negra, realizada anualmente no período de comemoração do Dia da Consciência Negra. Neste ano em sua 2ª edição as comemorações vão nos dias 20 e 21 de novembro, onde serão realizadas palestras, minicursos, oficinas e apresentações culturais, todas referentes à questão do negro.

A Semana da Consciência Negra é um projeto proposto por professores do IFMS Guilherme Tomassoli e Gilmar Pereira, que também são os organizadores do concurso.



29 julho de 2024

DO TRANSATLÂNTICO A RAIZ:A BELEZA NEGRA



Análise da publicação na revista Gente de Expressão sobre o 3º Concurso Beleza Negra (2018)

Em janeiro de 2019 (edição 011, ano 03), a revista Gente de Expressão apresentou uma abordagem distinta ao publicar uma matéria sobre o terceiro concurso Beleza Negra realizado no IFMS/campus Três Lagoas em 2018, com o tema "Valorização da Beleza Negra: um caminho para o empoderamento e contra o racismo". A reportagem constrói um panorama histórico das conquistas do movimento negro, apresentando dados estatísticos sobre representatividade, discutindo desigualdades sociais e étnicoraciais, além de exibir fotografias dos jovens participantes – meninas e meninos negros – portando com elegância as faixas de Miss e Mister Beleza Negra. A matéria ainda detalha os critérios de avaliação utilizados no concurso.

Vozes Plurais: Representatividade para Além do Convencional

Contradições na representação midiática. Entretanto, a publicação revela contradições significativas em sua abordagem:

1. Desigualdade de representação: embora apresente imagens de dois discentes negros e uma aluna negra, a revista menciona apenas os nomes dos vencedores e publica exclusivamente o depoimento de Jhonatas Silva Santos (Mister Beleza Negra do IFMS).
2. Despersonalização do participante não-vencedor: o aluno fotografado, ainda que não premiado, foi reduzido a mero elemento visual, sem direito a voz ou expressão de suas subjetividades como jovem negro.
3. Silenciamento patriarcal: a ausência de fala concedida à Miss Beleza Negra, Maria Clara dos Santos, evidencia como as estruturas de poder discursivo perpetuam a marginalização da mulher negra. Essa exclusão se manifesta de forma particularmente simbólica: ao lado de sua foto há uma poesia não creditada, deixando em aberto se trata de uma criação da estudante ou de uma escolha editorial da revista. Esse apagamento é especialmente significativo considerando que Maria Clara era aluna de outra instituição (JOMAP), o que poderia ter enriquecido a matéria com uma perspectiva externa ao IFMS.

ÍNDICE

16 | Beleza Negra

O movimento negro é, de modo simplificado, a luta contra o racismo e a busca pela sua superação de forma estrutural e institucional na sociedade. Esta é uma luta comum, mas há diferentes vertentes dentro do mesmo objetivo, modos diferentes de se posicionar e de lutar.

30 julho de 2024

DO TRANSATLÂNTICO A RAIZ:A BELEZA NEGRA

Como afirma Carneiro (2023), a mulher negra ocupa o último degrau na hierarquia social brasileira, sendo frequentemente reduzida a objeto erótico e exótico. Essa dinâmica se reproduz na própria capa da revista, que apresenta o retrato de uma mulher branca, obscurecendo justamente a temática da negritude que deveria centralizar a discussão – evidenciando, assim, os dispositivos de poder e os privilégios da branquitude mesmo em espaços supostamente dedicados à valorização da cultura negra. Por fim, vejamos O discurso de Jhonatas Silva Santos sobre o concurso "Beleza Negra" revela-se profundamente significativo: "Minha representatividade está no meu país como um todo, pois minha raça é um dos pilares de toda a realidade brasileira, exemplificado por todas as influências culturais nos mais diversos segmentos. Acredito que tudo isso deve ser reconhecido em respeito a todos que morreram por um país melhor ou simplesmente pela cor de sua pele, sendo este o primeiro passo para o desenrolar dessa dívida histórica. Meu maior desafio hoje é ser inspiração para todos os belos e talentosos negros e negras, para que possamos quebrar paradigmas e estereótipos". Suas palavras endossam a resistência e afirmam-se como protagonismo histórico, explicitando suas raízes afro-brasileiras e africanas ao referenciar seus ancestrais, além de reivindicar do Estado e da sociedade brasileira a necessária reparação dessa dívida histórica. Nesse contexto, a ação pedagógica do concurso "Beleza Negra" aplica a obrigatoriedade da Lei 10.639/2003, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e com a Resolução CNE/CP 003/2004, que estabelece o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Complementando a análise, seguem imagens adicionais da entrevista e do concurso.



Fonte: Revista Gente de Expressão - EDIÇÃO 011. ANO 03. Dezembro/Janeiro – 2018/2019.

DO TRANSATLÂNTICO A RAIZ: A BELEZA NEGRA

● Identidade ● Comunidade ● Educação ● Sociedade

30 julho de 2024

VIDAS TRANSFORMADAS



Em 2020, durante o período pandêmico da COVID-19 e do isolamento social, realizou-se o V Concurso 'Beleza Negra', intitulado "Vidas Negras Importam: A Urgência do Combate à Necropolítica", em alusão ao movimento antirracista 'Black Lives Matter' que ganhou repercussão global após o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos. Nesse contexto, tanto o concurso quanto as atividades da Semana da Consciência Negra foram transmitidos online, marcando a primeira e única edição com participação de todos os campi do IFMS e financiamento institucional por meio de edital específico. O Jornal Agora MS publicou matéria intitulada 'Concurso da Beleza Negra do IFMS reúne participantes de todo o Estado', destacando os vencedores Thalita Pereira, 17 anos, 10 estudante da Escola Coronel Pedro José Rufino de Jardim, e Luiz Eduardo Nunes, 17 anos, aluno da Escola Estadual Presidente Vargas de Dourados. Thalita afirmou: "Foi a primeira vez que participei e estava feliz só por estar participando", enquanto Luiz Eduardo declarou em seu discurso: "Dedico esta vitória aos meus bisavós/ás, que foram escravos e lutaram para se inserir na sociedade brasileira, e a todos os irmãos pretos que foram mortos e sofreram injustiças", estabelecendo assim uma conexão histórica com as lutas e resistências dos povos afrodescendentes. O referido jornal destacou personalidades negras históricas e contemporâneas, além de publicar fotografias dos vencedores. No entanto, o portal do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) reproduziu integralmente a matéria do Jornal Agora MS sem acréscimos relevantes ao conteúdo original. Anexam-se as referidas publicações para complementação documental

O Concurso Como Ferramenta de Empoderamento e Prática Pedagógica



Concurso da Beleza Negra do IFMS reúne participantes de todo Estado

Participantes de todo o Estado se inscreveram para o V Concurso 'Beleza Negra' do IFMS, realizado em 2020. O concurso teve como tema "Vidas Negras Importam: A Urgência do Combate à Necropolítica".

Realização

O concurso reuniu 20 participantes das universidades de Brasília, Campo Grande, Londrina, Maringá, Natal, Nova Andaraí, Ponta Grossa e Três Lagoas. Foi a primeira vez que o concurso teve caráter estadual.

Realização

Realizado virtualmente, o concurso teve início no dia 10 de maio, com a entrega e a apresentação dos trabalhos dos participantes. Com isso, mais de 100 trabalhos foram recebidos, sendo 100 selecionados para a final, no dia 10 de junho.

Realização

Para participar do concurso, os estudantes precisavam enviar trabalhos com temas como: cultura, história, literatura, arte, música, personalidade, e além de outras coisas de interesse que os alunos quiseram.

Realização

Segundo a professora do Departamento de Comunicação e Relações Públicas do IFMS, a professora Thaís, o concurso teve como objetivo promover a valorização da cultura negra e a conscientização dos estudantes sobre a importância da diversidade cultural.

Realização

Thalita, de 17 anos, é estudante da Escola Coronel Pedro José Rufino de Jardim, em Dourados. Ela foi a vencedora do concurso. Ela afirmou: "Foi a primeira vez que participei e estava feliz só por estar participando".

Realização

Luiz Eduardo, de 17 anos, é estudante da Escola Estadual Presidente Vargas de Dourados. Ele foi o vencedor do concurso. Ele declarou: "Dedico esta vitória aos meus bisavós/ás, que foram escravos e lutaram para se inserir na sociedade brasileira, e a todos os irmãos pretos que foram mortos e sofreram injustiças".

Realização

O concurso teve como objetivo promover a valorização da cultura negra e a conscientização dos estudantes sobre a importância da diversidade cultural.

01 agosto de 2024

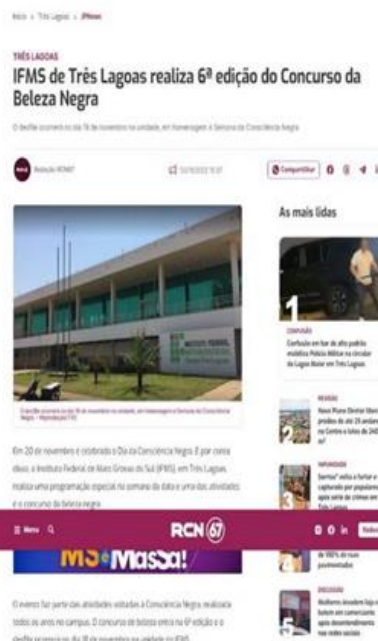
DO TRANSATLÂNTICO A RAIZ: A BELEZA NEGRA

Em continuidade a cobertura midiática do Grupo RCN 67 no ano 2022, concedeu pouca visibilidade ao evento, publicando apenas uma breve nota intitulada "IFMS de Três Lagoas realiza 6ª edição do Concurso Beleza Negra". A reportagem limitou-se a reproduzir uma fotografia genérica da instituição e uma menção superficial ao concurso como parte das comemorações do Dia da Consciência Negra (20 de novembro), sem aprofundar a discussão sobre os significados políticos e pedagógicos da iniciativa. Essa abordagem reducionista contrasta com a complexidade do evento, que historicamente tem promovido importantes discussões sobre representatividade, identidade negra e combate ao racismo estrutural. Segue em anexo a íntegra da referida matéria para análise documental.

Completando esta análise midiática, destaca-se a divulgação feita pelo canal Malungos de Zumbi e Dandara no Instagram, plataforma que veiculou integralmente o edital do concurso, além de vídeos, fotografias e depoimentos dos participantes do Beleza Negra do IFMS/Três Lagoas. Esta iniciativa digital constitui um importante repositório documental do evento. A análise das produções jornalísticas revela que, apesar de suas limitações, a maioria manteve uma postura antirracista. Contudo, observa-se que muitas publicações negligenciaram os depoimentos dos discentes sobre o impacto transformador do concurso em suas trajetórias pessoais. Exceções notáveis incluem:

- ☒ A Rádio Caçula
- ☒ A revista Gente de Expressão MS
- ☒ O Jornal Agora
- ☒ O SINASEFE

Estes veículos destacaram-se por amplificar as vozes dos participantes, oferecendo representatividade significativa para jovens negras/os ao demonstrar como o "Beleza Negra" opera uma resignificação dos corpos negros nos âmbitos social, cultural e étnico-racial. Suas abordagens transcenderam o mero registro jornalístico, assumindo um caráter genuinamente educativo que evitou tanto a coisificação cultural quanto a folclorização do concurso. Como complemento documental, apresentamos neste trabalho um conjunto de memórias visuais e textuais do concurso - incluindo fotografias, declarações e produções poéticas - que capturam a essência transformadora do "Beleza Negra" no IFMS/Três Lagoas.



Por conseguinte, a primeira fotografia retrata o terceiro (3º) desfile do "Beleza Negra" em 2019

Com a segunda foto representa os vencedores do concurso de 2019, Maria Clara e Jhonatas e, com os respectivos jurados/os.



DO TRANSATLÂNTICO A RAIZ: A BELEZA NEGRA

01 agosto de 2024

Logo adiante temos um slogan publicado no Instagram “Malungos de Zumbi e Dandara” em 2017. Trata-se da história da árvore Baobá e jogo etnomatemática, nos dizeres da Flor de Baobá:



Aqui é a “Flor de Baobá”. Eu tenho 21 anos e participei do grupo de extensão malungos de zumbi e Dandara. O meu projeto tratava sobre etnomatemática, que significa o estudo da matemática juntamente com a cultura afro-brasileira e africana, pois não é apenas nas disciplinas curriculares como história, filosofia e sociologia, que aprendemos sobre a cultura. O projeto buscava quebrar o Tabu, existente tanto da parte dos professores quanto da parte dos alunos, que é possível aprender cultura fora dessas disciplinas e através de jogos matemáticos. No projeto trabalhávamos com criança da primeira, quarta e quinta série na escola municipal Olinto Mancini. Ensínávamos um jogo típico africano chamado MANCALA em que consistia em um tabuleiro com 12 concavidades e duas oásis e cada concavidade tinha quatro sementes. Também contávamos histórias relacionadas ao jogo e suas raízes africanas

Em sequência temos algumas capas de publicações, para a divulgação do “Beleza Negra” que marcaram os anos de 2019, 2020 e 2022. O desenho é de autoria do discente Jimmy que disponibilizou para a propaganda de inscrição do concurso.



02 agosto de 2024

DO TRANSATLÂNTICO A RAIZ: A BELEZA NEGRA



Esse jovem negro fez parte da entrevista com o codinome Jhow Jhow. Aqui está declamando uma poesia sobre a diáspora negra, no ano 2019.



Essa jovem negra é a Santa Bakhita que venceu o concurso de 2019.

Essa jovem negra abaixo é Tiana, que participou em 2019. Cantou a música de Elza Soares "A carne"



13

02 agosto de 2024

DO TRANSATLÂNTICO A RAIZ: A BELEZA NEGRA

Esses jovens negra/o é a miss e o mister beleza negra "Dandara" e "Luther King Jr" vencedores do ano 2023. A Dandara representou Anastácia. E Luther King Jr. representou o Maycon Jackson.



02 agosto de 2024

DO TRANSATLÂNTICO A RAIZ: A BELEZA NEGRA

As imagens desta página e da seguinte são algumas denúncias contra o racismo e contra objetivação sexual do corpo da mulher negra, que os discentes postaram na página do "Malungos e Dandara" no ano de 2018.



neabirl Boa noite, Malungos!

Esta nota de repúdio ao racismo e esclarecimentos sobre o Beleza Negra é, antes de tudo, um ato de educação antirracista.

Talvez, alguns acreditem que silenciar o racismo, ou os pequenos racismos nossos, seja a forma correta de agir. Pois bem, para os Malungos não. Trabalhamos com o princípio de que para combater o racismo estrutural é necessário subverter a lógica do silenciamento, que foi imposta pela branquitude, e que nos faz não ter dimensões reais do racismo no Brasil.

Existem graus diferenciados de racismo, e a estrutura social racista, cria uma sociedade míope, que acha que o racismo é apenas a manifestação objetiva de preconceito contra o negro, e não compreende, portanto, do que se trata o "estrutural".



03 agosto de 202403
agosto de 2024

DO TRANSATLÂNTICO A RAIZ: A BELEZA NEGRA



Malungos! Para hoje tem como intuito trazer de forma simples e resumida dois temas importantes para pensar o corpo negro, e mais especialmente, o corpo da mulher negra. Quantas de vocês que nos seguem já ouviram frases como: "Morena da cor do pecado" "Negras são selvagens na cama" "A branca para casar, a morena para F... e preta para trabalhar" "As negras são mais fogosas" "Sabe o que essas frases têm em comum? Todas elas sexualizam e objetificam a mulher negra. Axé.



Malungos! Par hoje trazemos novas demonstrações do racismo sutil por traz das palavras. A estrutura racista se concentra na língua também, e o uso cotidiano e despreocupado dessas palavras ou expressões é também, uma insistente permanência do racismo na nossa cultura. Se a língua é uma expressão poderosa da cultura e da identidade de um povo, precisamos com urgência erradicar dela as expressões racistas, sob o risco de nunca nos livraremos dele. Eu sugiro sempre desconfiar e aplicar a inversão. A coisa tá preta? E quando é que a coisa tá branca? Que coisa é essa que tem cor? E o que muda nesta coisa se a cor for preta? É preciso pensar sobre o que se fala e sobre o significado das palavras. E é mais que urgente erradicar da língua as palavras racistas, e substituí-las! Axé.

Do Transatlântico para a Raiz : A Beleza Negra

03 agosto de 2024



SORRISOS DE CONQUISTA

Aqui são várias fotos dos anos 2018 a 2019, tem-se como propósito por meio destas fotos é demonstrar a felicidade e os sorrisos dos jovens negras/os ao estarem em posição de finalistas do concurso do "Beleza Negra" do IFMS/ Três Lagoas. Mais do que simples imagens, essas fotografias são testemunhos visuais de um momento de virada, onde a autoestima floresce e a dignidade é reafirmada. Em cada sorriso, vemos a superação de preconceitos históricos e a alegria de ocupar um lugar de destaque, de ser visto e valorizado por sua beleza única e sua identidade.



pagina 18- 23

17

Do Transatlântico para a Raiz : A Beleza Negra

03 agosto de 2024



Por meio destas apresentações, buscamos demonstrar como "Do Transatlântico para a Raiz : A Beleza Negra", transforma e ressignifica existências negras, possibilitando o reconhecimento da cultura afro-brasileira e africana e, fundamentalmente, o autoconhecimento identitário, configurando-se como uma ação político-pedagógica que rompe com o conformismo e as regulamentações hegemônicas sobre os corpos negros.

Nesse contexto, o concurso "Beleza Negra" do IFMS/Três Lagoas consolida-se como mecanismo de garantia de direitos sociais, políticos, pedagógicos e culturais, reivindicando o legítimo lugar de jovens negras/os na sociedade brasileira, enquanto movimento étnico-racial educacional que cumpre tripla função: recuperação da autoestima e autoimagem negras, revitalização do orgulho racial e cultural, e fomento a políticas públicas que respeitem as liberdades individuais, articulando-se no combate estrutural ao racismo e às desigualdades sociais

A propósito, recordamos as palavras de Nelson Mandela durante sua resistência ao apartheid na África do Sul: "Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar", máxima que revela como a educação das relações étnico-raciais transforma-se em potente aliada contra o racismo enquanto instituição socializadora, contexto no qual o Beleza Negra do IFMS/Três Lagoas emerge como expressão de inconformidade no processo sociopolítico antirracista. Na próxima seção, adotaremos a estrutura acadêmica convencional para reflexões sobre o percurso teórico-metodológico, analisando como os fios da Análise do Discurso e da construção do dispositivo de racialidade se entrelaçam em nossa investigação.

II - FIOS QUE SE ENTRELAÇAM NO CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO: CONSTRUÇÃO DO DISPOSITIVO DE RACIALIDADE

2. Um percurso teórico-metodológico: noções sobre a origem da AAD

Nesse capítulo, objetivamos, inicialmente, refletir de forma introdutória a Análise do Discurso (AD) de origem francesa, como metodologia de análise dos ditos e não ditos sócio-históricos e ideológicos; em segundo plano, abordaremos as estratégias de investigação dos trabalhos de Foucault na AD, autor cujas contribuições teóricas apresentam especial relevância para o desenvolvimento desta pesquisa. Utilizaremos inicialmente a arqueologia como ferramenta para escavar e compreender os efeitos dos dispositivos⁵² do saber/poder, sobre os sujeitos participantes do evento “Beleza Negra”; no terceiro momento, transitaremos para à genealogia com objetivo de (des)revelar as relações do disciplinar do poder e a Biopolítica, num processo que é constituído pelo discurso; por conseguinte, abordaremos as definições pejorativas dadas ao corpo negro, ao longo da história, perpassando por reflexão decolonial e antirracista; e, por fim, expusemos o instrumento de coleta do *corpus*, entrevista dialogada, no sentido de trazer à baila a forma como os sujeitos negros se relacionam com a ação pedagógica a “Beleza Negra”. Dessa forma, tomamos como pressuposto de trazer à luz questões que abordam o sujeito, o discurso e o interdiscurso.

Entretanto, ao se tratar das primeiras investigações/pesquisas sobre as noções e formações discursivas, teve como fundador do estudo Michel Pêcheux (1990), que iniciou seus trabalhos nos anos 1960 dando origem a Análise Automática do Discurso (AAD). Isso somente foi possível em decorrência de uma série de eventos que ocorriam na França, como: as reivindicações estudantis por uma educação mais democrática e devido às greves da classe trabalhadora que reivindicavam os seus direitos trabalhistas. Diante de tais movimentos e ou questionamentos, houve, também, uma crise da episteme do/sobre o formalismo linguístico da época.

Pêcheux (1990) pautou suas investigações no basilar de três pontes: a linguística estrutural, o materialismo histórico e psicanálise freudiana. Cabe, ainda, salientar que o filósofo esclarece que para realização da pesquisa é necessário fazer um corte epistemologicamente, no trato do objeto de análise (Baronas; Mussalim, 2009).

⁵² É conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 2012, p. 364).

Assim, a AD possibilita, por meio de observações, analisar “[...] os processos e mecanismo de constituição de sentidos e de sujeitos” (Orlandi, 2001, p. 77), ou seja, a metodologia da AD, nesse caso, pode fazer uma investigação das propriedades do discurso e, inclusive, no campo ideológico da subjetivação do sujeito. Então, a AD não pode ser vista como algo operacional/ou tecnicista, pois analisa os dispositivos que se apresentam no meio social-histórico e ideológico, daí as investigações em torno do objeto/sujeito, buscando também delinear as suas singularidades de formas diferentes na linguagem.

No sentido (des)(re)velar o conceito dado por muito tempo, de que o sujeito não é uno e/ou imutável, contudo, essa forma cartesiana exposta, historicamente, foi um dos maiores equívocos, pois todo e qualquer sujeito está em processo de mutualidade e de atravessamentos. Os sujeitos estão expostos às relações sociais, às ideologias, às trocas de experiências, às condições de assujeitamentos e por toda uma gama produzida pelo discurso, que circula por meio das relações de saber/poder e transformam-se em formações discursivas.

Por fim, como afirmou filósofo Paul Henry (1990), quando esteve de passagem na Unicamp e foi indagado se Michel Pêcheux deixou herdeiros, ele respondeu que não. Entretanto, afirmou que Pêcheux deixou uma herança que afetou aqueles que conviveram com ele e, até mesmo, os que se dedicam à AD, nos tempos de hoje, para com a nova forma de compreender a linguagem, que envolve os sujeitos e a ideologia (Ferreira, 2008).

Em complemento, temos também os trabalhos de Jean-Jacques Courtine que reconstruiu os estudos da AD e, claro, não em menor grau os trabalhos de Michel Foucault (2014), cuja contribuições são as que nos interessa em particular, do aporte sobre estratégias/ferramentas de pesquisa/investigação sobre a noção de saber/poder, as práticas e formações discursivas, nos campos de estudos da arqueologia e da genealogia.

Nesse sentido, em se tratando desses estudos e pesquisas, nos perguntamos: como chegaram ao Brasil e em qual época? Pois, quando a AD atingiu seu auge, em 1970, na França, o nosso país atravessava os “anos de chumbo”, ou seja, perpassava-se por uma República civil-militar, o que significa que a epistemologia científica de cunho subversivo era censurada. Portanto, somente na década de 1980 com a Redemocratização, foi possível a divulgação, e é quando vamos tomar ciência dessas pesquisas por meio de Eni Puccinelli Orlandi (1990), ao traduzir a obra “*Discourse: Structure or Event?*” (1988), notoriamente inserida nessa tradição pecheuxtiana, que ofereceu grandes contribuições e indagações, por meio de artigos e publicações de livros, em especial o “Análise do discurso – princípios e procedimentos (2001).

Ainda cabe ressaltar as contribuições de diálogos e duelos, das leituras e pesquisas realizadas pela Maria José Rodrigues Faria Coracini (2003) e os esforços, também, da Maria

do Rosário Gregolin nas análises/reflexões das obras de Michel Pêcheux (AAD) e da arqueogenealogia de Michel Foucault. Por fim, parafraseando Coracini (2010), ela assevera que a AD é por natureza transdisciplinar, ou seja, que vai além das fronteiras tradicionais das disciplinas.

Na sequência, encetaremos discussões de conceitos e estratégias dos estudos foucaultianos, em torno da questão do concurso “Beleza Negra” no IFMS/Três Lagoas, tendo como aporte pesquisadores/as brasileiros/as das noções discursivas, que fazem ou fizeram uso dos estudos de Foucault, como por exemplo, reflexões sobre os estudos discursivos foucaultianos sobre a relevância da investigação arqueológica.

2.1. Os estudos discursivos foucaultianos: a relevância da investigação arqueológica.

Assim, no primeiro momento, fazemos uma reflexão sobre como Michel Foucault fez uso da arqueologia como estratégia de investigação em um processo no qual o sujeito é objeto de pesquisa e, de que modo o saber e o discurso circulam por meio de domínios dos enunciados, o sujeito, a descontinuidade, as modalidades enunciativas, o arquivo e a história, que provocam efeitos e anunciam os sujeitos, ou seja, os transformam em seres num processo sócio-histórico e ideológico.

No segundo momento, identificamos que Foucault transita para outras estratégias de investigação, pois acreditamos que a arqueologia do saber já não atende mais o que está buscando conhecer. Assim sendo, suas leituras e escritos desabrocham por meio da genealogia, buscando analisar os entrecruzamentos das relações do poder, biopoder, biopolítica, governabilidade e governo com o discurso. E, por fim, Foucault buscou nos seus estudos sobre ética, uma investigação genealógica dos modos históricos das técnicas de si. Foi um investigador que buscou transitar em várias temáticas sem perder suas essências e, também, sem recair nas centralidades que o discurso produz, enquanto poder. Nesse sentido, Michel Foucault fez um percurso de noções do discurso, saber e poder, isto é, as relações do saber, enquanto um campo das noções de discurso, que possibilitam também fazermos investigações em torno do social-histórico e do poder/resistência (Foucault, 2014).

Como já dito, o autor, inicialmente, mergulhou de forma intensa em torno de questões sobre o nascimento dos saberes de diferentes objetos: a loucura, a clínica médica, as palavras e as coisas, e a arqueologia do saber, isso tudo durante a década de 1960 do século XX. Foucault (1986), ao longo de sua existência como psicólogo, historiador e filósofo, procurou compreender o funcionamento do discurso, das formações discursivas, do saber, do poder-

resistência e do sujeito. Observamos que o pesquisador olha para a história não de forma contínua e linear, ou ainda, levando em conta um contexto harmonioso com narrativas de um passado glorioso e permanente. Mas, para Foucault (2008), a história não é somente isso, ou seja, há também nesse contexto as descontinuidades, rupturas e dispersões, isto é, o que anteriormente não havia lugar para as singularidades e particularismos. Consideramos que nesse processo está imbuído o sujeito não aquele único, mas de multiplicidade e de formações plásticas.

Em concordância, entendemos, para tanto, que a AD busca analisar o sujeito incapaz de controlar os sentidos dos seus dizeres, pois, seu inconsciente é atravessado por ideologias histórico-sociais hegemônicas, que caracterizam o sujeito racional e de controle dos seus dizeres. Para tanto, “considera que a linguagem, ao mesmo tempo que o constitui e é constituída pelo sujeito” (Coracini, 2003, p. 19).

Assim, todo discurso é atravessado pelo outro, e é nesse jogo de linguagem que não há um discurso próprio, seus efeitos são perpassados pela memória não àquela cognitiva, mas de arquivo, que vão dando sentido à linguagem. Logo, os corpos dos sujeitos apresentam as suas subjetividades que não são apenas algo da sua razão/consciente, mas, também, dos seus desejos e inconscientes, portanto os sujeitos/identidades são composições plásticas.

Nesse sentido, fazemos um adendo ao povo negro escravizado no Brasil: eles sempre foram colocados na historicidade como corpos assujeitados às condições do trabalho escravo, bem como, também a outras formas de opressão/repressão como os maus tratos do tronco, do chicote que estralavam em seu corpo, as péssimas condições higiênicas da senzala, as lastimáveis condições de alimentação e como seu corpo era/é erotizado ontem/hoje. São narrativas arquitetônicas: a quem interessou a objetivação desse corpo negro? Por que as qualidades e resistências a estas opressões não foram levadas em conta no imaginário histórico?

Por conseguinte, entendemos que o imaginário da história em perspectiva linear advém da classe dominante (Carvalho, 1990). Eles, ao escreverem suas histórias, arquitetaram a partir de suas vitórias, com o objetivo de se manter no poder. Nesse jogo de regras, estabelecem o que deve saber que, de acordo com Courtine (2009):

o domínio de saber de uma Formação Discursiva (doravante FD), funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (determina “o que pode e deve ser dito”), assim como um princípio de exclusão (determina “o que não pode/não deve ser dito”) (Courtine, 2009, p. 99).

A produção discursiva de determinado saber é recortada a circular num espaço fechado, em detrimento das regras estritas, sem se ferir e despossuir os detentores dessas relações sociais

e ideológicas produzidas pelo “Saber”⁵³ do dito e não do não dito. Ou ainda, elas são constituídas na FD por papéis definidos como regras de um jogo determinante daquela ordem do discurso, que atuam como um ritual, daquele que detém um “Saber” clássico e erudito (Foucault, 2014).

Ou seja, os discursos produzidos são carregados de uma superestrutura que demarca suas presenças em campos como: “os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos[...]” (Foucault, 2014, p. 37), pois não estando dissociados de crenças/tradições que se tornam, para os sujeitos que falam, acontecimentos preestabelecidos, ou seja, os ditos são afirmações de determinadas estruturas do saber.

Para tanto, o discurso e a formação discursiva na sociedade não se apresentam de forma homogeneizada, mas em condições de heterogeneidade e nas suas múltiplas formações discursivas, nas quais o discurso é um emaranhado de enunciados, ou ainda, um conjunto de elementos que se tornam significantes e de significados.

O mesmo acontece na educação com o seu campo pedagógico que sintoniza um conjunto de enunciados que somente um determinado grupo social o domina e centraliza com saber e poder, os quais são professores/as, coordenadores/as, gestores/as, técnicos/as, constituindo uma regularidade, mesmo exercendo estritamente as suas funções; no entanto, estas estão combinadas na regularidade do funcionamento escolar. Essa composição da prática de formação ou da formação discursiva (Foucault, 1986), ou ainda, de certo modo é produzida pelas instituições, que impõem como formas de mecanismos de controles, dispositivos de vigilância, de hierarquização e disciplinas.

Sendo que as noções de discursos, para Foucault (1986, p. 43), estabelecem que são: um “conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”.

Esses conceitos foucaultianos demonstram que vivemos em uma sociedade em que o discurso tem efeitos históricos, ou melhor, são produções humanas, que se comunicam, trocam experiências, estabelecem juízos de valores e fazem ciência como objeto de conhecimento e saber. Sendo assim, o discurso é como uma rede de enunciados quantitativos e qualitativos que se advêm da mesma formação discursiva (Foucault, 1986), em processo de produção, portanto um conjunto de enunciados que se escoram na mesma formação discursiva.

⁵³ Faço uso do “S” maiúsculo no sentido de demonstrar, que é um saber de domínio clássico, ou seja, que não está de acesso a todos/as. Pois, não se trata de saberes que envolve as diversidades e os pluralismos dos povos excluídos historicamente.

Então, nesse conjunto de regras, determinadas pelas formações discursivas, nos aparece e/ou define que, historicamente, estamos vivendo um conjunto de regras da verdade, que se constituem como saber em determinado lugar e tempo, como já afirmamos sobre o que pode ser dito/ou/ não ser dito, pois estão entrelaçadas no discurso e na relação do saber. Foucault (2008), nesse sentido, descreve:

[...] analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão forte entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade[...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 2008, p. 55).

Assim, demonstramos que as práticas discursivas não são somente ideias, mas estão no campo das regras, dentro de um determinado discurso. Assim, não são algo fechado e, de alguma forma, dialogam entre si. Tais práticas discursivas se configuram de saber sobre determinadas circunstâncias da história. Nessa rede que envolve enunciados, textos, instituições, significações são produtos das práticas sociais, que vão constituindo as práticas discursivas em processo de relação de saber, bem como, de poder.

Nesse sentido, fazemos uma correlação com as práticas discursivas: temos, no Brasil de hoje, algo que se perpetua, a chamada “democracia racial”. Ou seja, se dissermos que no Brasil todos convivemos em harmonia por ser um povo miscigenado, então, a escravização e o racismo são invenções, delírios e não convenções, pois o dito sucumbe o não-dito ao ostracismo. Então, nesse círculo formam constituições de “verdades”, produzem efeitos de saberes nas práticas discursivas, ao ponto de atravessar os sujeitos e formalizar as suas identidades subjetivas sem indagar as formalidades e realidades nas quais estão inseridos. Nessa perspectiva, para Foucault (2008), o “mais” constrói uma relativização das coisas”, inclusive de que no Brasil não se tem racismo estrutural, ou, mesmo institucional. Todavia, nesse “deslize” da miscigenação como pode haver racismo, se nosso país é um “paraíso racial”.

Portanto, o poder é entoadado em forma de rede que circula (Foucault, 1999). Nesse sentido, os indivíduos também circulam, mas essa rede de poder que os submete nessas relações sócio-ideológicas, de alguma forma possibilita acontecer outras formas de poderes como: controle, disciplina, discursos, capacidades e potências. Logo, ela constitui formas de naturalização e de normalidades estabelecidas por estas representações. O saber aliado à relação

de poder desabrocha efeitos de discursos, que formam o sujeito nesse processo de formação discursiva e de atravessamentos.

Nessa conformidade, Coracini (2007, p. 17) comenta que: “[...] o sujeito é também alteridade, carrega em si o outro, o estranho, que o transforma e é transformado por ele”. Aqui, podemos levar em conta a condição de ser negro em um devir, no qual sujeito e discurso se entrelaçam, isto é, nessa relação de atravessamento, o discurso, enquanto prática produz uma existência social e cultural, não de sua origem, mas de um sujeito de negação, ou seja, adequando-o às normas já estabelecidas pelas práticas discursivas (Mascia, 2002). Mediante essa questão, nenhum sujeito é livre para dizer aquilo que quer dizer, daí o assujeitamento, o sujeito não percebe a sua fala, pois está situado em um campo histórico-social e discursivo.

Dessa forma, não há discurso único e sujeitos únicos, todos são atravessados ou inter-relacionados por outros discursos e sujeitos. São deslocamentos, pois a “identidade como sabemos, é ilusória, mas necessária para a formação do imaginário” (Coracini, 2003, p. 24). De alguma forma, a identidade está em constante construção e ou desconstrução, dentro de um processo histórico-social, político e cultural. Até porque as regras do jogo das formações discursivas não se localizam nas ideias e na consciência, e sim no inconsciente, os quais são técnicas que circulam por meio dos discursos (Fischer, 2001), que serão proferidos em “[...] formação regular do discurso; na submissão das manifestações a seleção de controle e nas regularidades discursivas” (Foucault, 2014, p. 62), (re)construindo o poder de controle e de saber que serão determinantes ao sujeito como “verdades”.

Estas circulam por meio dos enunciados, das práticas discursivas e das relações sociais, que estão intocadas, mas que podem vir à tona, no sentido de serem (de)reveladas toda essa materialidade pelo pesquisador/investigador dispondo-se, possivelmente, de uma materialidade micro, de dispersão e descontínua historicamente, presentes em textos, documentos, ditames, cartas entre outras; sendo que não se declaram em evidências; entretanto, são produções históricas, sociais e políticas “na medida em que as palavras são também construções; na medida em que a linguagem também é constitutiva de práticas” (Fischer, 2001, p. 199).

Toda essa soma de textos e depoimentos, ligados a uma determinada época, são constituídos como um arquivo, que segundo Coracini (2007, p. 16): o “arquivo pois, aquilo que justifica, sem que se saiba a sua razão imediata, ou pode ser dito dado sistema de discursividade”. Em conformidade, Foucault (1986) atribui que o arquivo é soma daquilo que foi conservado pela humanidade como: textos, esculturas, museus e eventualidades exteriores, mas, que estão além, *a priori*, da história, isto é, não detectando somente o divisível e, sim, o espírito do não divisível. Então, o arquivo se apresenta nos enunciados que transcendem nas

práticas discursivas, que se organizam de acordo com os tempos, portanto, evidencia os enunciados em acontecimentos, e conectando com certos discursos que podem permanecer, ou, serem excluídos. Daí, para Foucault (1986), o arquivo é o que define o que deve ser memorizado e esquecido, pois faz parte das regras discursivas desse processo, possivelmente metodológico, Quem estuda o arquivo é a arqueologia, todavia, há a necessidade da escavação dessas práticas e formações discursivas.

Essas materialidades, no terreno da história, são recursos teórico-metodológicos de um basilar das noções discursivas, questionando verdades estabelecidas, “*a priori* e de uma vez por todas, das relações de poder, sobretudo àquelas que submetem a maioria em favor de uma minoria privilegiada” (Coracini, 2003, p. 29). Nessas relações de saber/poder sempre haverá sob medida os dispositivos de controle, o que submetem os sujeitos às condições de exclusões.

Logo, o discurso é produto de significação coercivas, que estão em um conjunto de redes de enunciados como acontecimentos (Coracini, 2007), perpassando pelas relações sociais e identitária. Para tanto, as observações de Foucault (1986; 2008; 2014) permitem refletir/debater a quebra do paradigma de ideia de ciência cumulativa restrita ao segmento de um sujeito uno e imutável dentro de um progresso de lei positiva. “Com isso a própria noção representacionista de verdade, como relação entre conteúdo mental e objeto/estado de coisa no mundo, fica descartada” (Araújo, 2020, p. 327). Portanto, sem levar em conta outros saberes que estão em condições descontínuas.

Ainda assim, Foucault⁵⁴ nos alerta que a história é um campo minado de contradições e que certas verdades são construídas a partir das condições históricas, estabelecidas por formações discursivas hegemônicas. Para tanto, faz crítica à ideia de sujeito racional cartesiano, ou seja, as condições históricas possibilitam identificar as singularidades desses sujeitos que estão à mercê dessas relações de saber/poder. Que de alguma forma esses atravessamentos possibilitam resistências a esses poderes, nos quais os sujeitos podem (re)criar/modificar e provocar rupturas e dispersão, já que a história é feita dessas condições dentro de um processo de práticas sociais, ou, melhor ainda, a história como interrogação sobre as mudanças e sobre os acontecimentos como fonte descontínua de um historicismo que retoma o passado, de acontecimentos adormecidos, de traços silenciosos e de vidas minúsculas, por uma história em um contexto da filosofia/história menor, no sentido de problematizar, no presente, em uma história não de memória, mas de genealogia.

⁵⁴ *Ibid.*, (1986; 2008; 2014).

Na próxima subseção, faremos uma discussão sobre como Michel Foucault faz suas observações acerca da disciplina do poder e a biopolítica, por meio da Genealogia do Poder. Nesse sentido, indicaremos, também, como as estratégias genealógicas nos permitem identificar os dispositivos da racialidade e a subjetivação da raça.

2.2 A Genealogia do Poder: da disciplina à Biopolítica - Faces complementares do Biopoder.

Nesse momento, para maior empreendimento da pesquisa/investigação, entendemos que é necessário fazer uso das estratégias genealógicas de Michel Foucault, bem como dos estudos de teóricos/as negro/a como: Joseph-Achille Mbembe (2014), Nilma Lino Gomes (2017) e Aparecida Sueli Carneiro (2023), para tanto, oferecem por meio de suas releituras contribuições significativas.

Por conseguinte, com relação a Genealogia, Foucault nos oferece um panorama de como foram/são aplicadas formas de disciplinas, sistemas de controle, vigilância, formas modernas de punições, as potencialidades das instituições e como o corpo é sistematizado, mesmo antes do século XVII e, também, em séculos posteriores que enfatizam um sujeito moderno, mas emaranhado em um processo de Biopolítica. Foucault empreende-se a compreender a relação do sujeito e o poder, não no sentido do poder estabelecido somente pelas instituições presentes, mas aquele que está em toda e qualquer parte, já que o poder circula e se produz a partir das relações sociais e, sobretudo nas relações produzidas historicamente (Foucault, 2008).

Assim, a genealogia é a insurreição de saberes frente aquilo que está determinado no seu centralismo de efeitos de poder, de discurso científico e verdadeiro. Nesse sentido, na genealogia busca-se não desqualificar os saberes, desconstrói o continuísmo linear do científico hierarquizado, ou seja, busca o descontínuo e as forças em jogo no contexto histórico. A genealogia tem como objetivo romper com aquela perspectiva de discurso unitário, que anula o sujeito na sua criação e que escapa do controle do sistema. Assim, articula-se com saberes adormecidos e os desaloja para constituição de outros significados e, uma vez libertos emergem novos sentidos, novas possibilidades e discursividade.

Para tanto, Foucault não abandona a arqueologia, entretanto, nota a necessidade de outras formas de estratégias para a investigação do objeto, daí, então, faz uma releitura da obra Friedrich Nietzsche (1844-1900) a “Genealogia da Moral” (1999) e produz um texto chamado “Nietzsche, a genealogia e a história”, que declara opor-se às origens das coisas, a evolução da história, formas de conceitos lineares e a ciência enquanto exatidão. Para Foucault (2012) é o

deflagrar através da história, não enquanto essência da origem e sim das historicidades de desconstrução e dos incidentes, que se inscrevem nos acontecimentos de singularidades e pluralismos de um processo histórico ou, ainda, a história genealógica investiga as dispersões e os contrários; as semelhanças e as diferenças; as permanências e as mudanças; em desdobramentos de causas que se manifestam por meio das lutas de forças.

Por conseguinte, por meio da genealogia busca-se, também, analisar a relação de poder disciplinar e a biopolítica, pois são duas facetas que se tornam congruência do Biopoder, ou seja, trata-se de um poder sobre a vida (bio = vida). Então, para maior compreensão analítica sobre o poder, as obras indispensáveis do Foucault são: *Vigiar e Punir*, *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, *os cursos em defesa da sociedade*, *Segurança, Território e População* e as entrevistas reunidas em *Microfísica do Poder*, que são obras organizadas por Roberto Machado.

Por quanto, consta que o surgimento da biopolítica deu-se em meados do século XVII, mas seu auge foi no século XIX, com o possível desenvolvimento cientificista capitalista financeiro liberal, demarcada pela modernidade, em um contexto de “estatização do biológico” (Foucault, 1999, p. 286). Considerando o fato de que no século XVII havia um soberano que detinha o direito sobre a vida e a morte/ ou vice-versa, e que os súditos estão destinados à força de controle eminente, resultando no primeiro momento da história do biopoder, o “velho direito de causar a morte ou deixar viver, próprio ao exercício de um poder soberano” (Silva, 2021, p. 39), o que incide no direito sobre a vida do outro, assim, exercendo o direito de matar. Além do que foi dito, Foucault (1999), em suas reflexões depara-se com uma outra perspectiva sobre,

[...] o grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a ‘população’ enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de ‘fazer viver’. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer (Foucault, 1999, p. 294).

O autor chama a atenção para as transformações ocorridas nos séculos XVIII ao XIX, pois são mudanças (de)marcadas pela II revolução industrial, que instaurou novas formas de dispositivos de controle sobre os corpos das populações. A ideia de disciplina perpassa em fazer do corpo-máquina para atender às necessidades capilares das tecnologias de poder, das economias e das políticas vigentes das sociedades. Mas, para isso o “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 1999, p. 294), veem endossado através da regulamentação que se aplica como operação disciplinar - dispositivos de vigilância, treinamento e punição dos corpos (Carneiro, 2023).

Foucault (1999) ainda assevera que:

a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço. [...] A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias da disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra (Foucault, 1999, p. 302).

As tecnologias de regulamentação, de normalização e de disciplina são estratégias do biopoder, não somente de regular o corpo, mas num todo global, com mecanismos de quantificar as ações e ao mesmo tempo qualificar com saber positivo, por meio de divulgação de estatísticas que asseguram a “qualidade de vida”; divulgam a eficiência da medicina; expõem os deficientes e os “anormais” na/da sociedade; há um controle sobre a sexualidade e os prazeres; e, por fim, no quesito do trato, temos nessa relação biopolítica, a população negra que também é jogada para dentro de um processo econômico/político e, suas vidas/corpos são regulados, no sentido de deixar viver ou deixar morrer. Portanto, há corpos que têm o direito à vida, enquanto, outros têm o direito à morte.

Em consonância, Mbembe (2014) declara que o processo se dá com o

[...] pleno colonialismo e tráfico de escravos, vamos assistir à deslocação e à inédita aliança de dois discursos - o discurso acerca da raça, no sentido biológico do termo (mesmo que este sentido biológico esteja longe de ser estável), e o discurso acerca da raça enquanto metáfora de um propósito mais geral sobre a velha questão da divisão e da submissão, da resistência e da fragilidade do político, do elo, por definição, sempre fraco mas no entanto inseparável, entre política e vida, política e poder de matar; o poder e as mil e uma maneiras de matar ou de deixar (sobre)viver (Mbembe, 2014, p. 103).

Essa citação nos possibilita refletir sobre a realidade (ir)racional do racismo, sobre como é endossado pela obscura colonialidade, isto é, instrumento de dispositivo racial que insere em um espectro microtecnológico de biopoder. Nessa relação, é possível concluir que a raça é instrumentalizada pela biopolítica, na qual os sistemas de controles são determinantes nas práticas, “[...] de saber e de poder ao mesmo tempo: e da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, e disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder” (Foucault, 1999, p. 292), em um poder disciplinar orgânico de hierarquias, sanções e de assimetrias.

Ainda sobre o prisma da analítica do poder, Foucault (1999) ao desenvolver cursos com a temática “Em defesa da sociedade (1975-1976)”, aborda conceitos sobre o Biopoder e o racismo, atribuindo que “era indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (Foucault, 1999, p. 306).

Em suma, na sociedade normalizadora, o biopoder possui conduções para a inferiorização biológica, bem como, para o epistemicídio. Com a pretensão de que o Estado cumpra seu papel de exclusão social e étnico-racial, no sentido de que só há espaço para os mais fortes e somente esses têm condições de proliferar (Foucault, 1999). Ainda nessas circunstâncias, a circulação do poder/saber, desempenha uma estrutura estética e eugenista, das quais se transforma em tecnologias do poder disciplinar, ou mesmo, de sustentação de privilégios de grupos raciais, que são alocados como aqueles capazes de garantir a modernização econômica (Carneiro, 2023).

Corroborando isso, ao abordar a relação de poder disciplinar e a biopolítica, é possível nós correlacionarmos com o dispositivo de racialidade, isto é, a ideia de dispositivo de poder interfere nas formas estratégicas de organização dos corpos em um processo de construção histórica, no qual os efeitos de sentido discursivos colocam-se a serviço do Estado e de outras instâncias de poder, num processo em que a relação poder/sujeição (re)produz e expressa uma racionalidade específica de saber e dominação. Essa dinâmica opera através de dispositivos que articulam raça, religião, etnia, tradição, gênero e sexualidade como eixos estruturantes.

Diante desse quadro teórico, surgem as seguintes questões investigativas: como, onde e com quais finalidades operam esses dispositivos de poder? Salientamos que já esclarecemos o conceito de dispositivo na relevância de investigação arqueológica; entretanto, para Foucault (2012) a genealogia tem como viés as estruturas de poder, pois são pensadas racionalmente com os objetivos de (re)criar estratégias e maquinarias de poder/saber dominante e de padronização, para o domínio e controle sobre os corpos, em especial os corpos negros.

Nesse cenário, eles são disciplinados pela violência física, simbólica e psíquica, ou ainda, por meio do exercício das práticas discursivas, que modelam as estruturas e as instituições vigentes internalizando-se na subjetividade do sujeito. Assim, eles se identificam como corpos produtivos e que por serem atravessados e assujeitados, estão à mercê das ilusões da modernidade e do capitalismo, enquanto o poder disciplinar e a Biopolítica, os cercam por uma vigilância disciplinar. Foucault (1987) entende que,

o poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda

mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. [...] A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (Foucault, 1987 [...], p. 195).

Todavia, o sucesso do poder disciplinar são os conteúdos de normatização, o olhar de sanção e de perseguição, no sentido de controlar os gestos, os corpos, a forma de se pronunciar e de se vestir. Essas são tecnologias que modelam o sujeito e, neste quesito, o povo negro está na vitrine dessa operação dispositiva. E ainda, mas não de forma resumida, o dispositivo opera, também, por meio do discurso de “redes de elementos heterogêneos” (Courtine, 2013, p. 18), fixados em determinados saberes que alocam sujeições de controle, disciplina e de discriminação racial, que vão se refazendo por meio de novas práticas e estratégias de poder. Ou seja, ele catalisa o corpo do sujeito como possíveis práticas de saberes, reverberando a verdade de saber e a constituição do lugar da verdade (Carneiro, 2023). A partir de um deslocamento do que é normal/ou anormal, daí o demarcador, para com a raça, o sexo, a cor, a etnia, religião, dança, pele e cabelo.

Portanto, é necessário impor a política disciplinar, de controle e de ordenamento em estrutura de biopoder, na qual vidas são ceifadas “por ser preto demais; dançar demais; ser bonito demais; sorrir demais; cantar demais e bonito demais[...]” (trechos da música de Hugo Ojuara - Preto demais)⁵⁵. Fazendo uma correlação, é nesse sentido que opera o racismo na dinâmica do dispositivo disciplinar e que ao mesmo tempo com estratégias de menos emancipação (Carneiro, 2023). O biopoder torna os corpos dóceis e são envolvidos numa sistematização das desigualdades sociais e de gêneros raciais, isto é, definindo as condições como naturalização mensurando a vida humana em um sentido de, deixa viver ou deixa morrer (Carneiro, 2023).

Nessa perspectiva da biopolítica, o Estado normaliza por meio das suas instituições, que se posicionam na omissão dos fatos de multicídios e a sociedade tolera e é indiferente para com essas questões étnico-raciais. Tais tecnologias e estratégias do biopoder são para contribuir com a hegemonia do heteronormativo cis branquitude. Enquanto para a população negra configura-se signo da morte e se insere nas exclusões sociais e étnico-raciais, nas desigualdades sociais, na falta de bem-estar social de direitos a saúde, na falta de políticas públicas eficazes, em homicídios e feminicídios e entre outras formas de exclusões (Carneiro, 2023). Mas, neste campo de maquinarias, não podemos negar que são relações conflituosas, pois não há saber sem poder, bem como para todo poder haverá resistências (Foucault, 2006). Pois são ações que

⁵⁵ LETRAS. Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/hugo-ojuara/preto-demais/>. Acesso em 02/01/2024.

fazem a história ser descontínua e de dispersão, uma vez o poder não surge de fora para ser real, então, sempre quem exerce não há garantia de obediência.

Diante disso, há que se estabelecer alguns questionamentos: Como reverter tal biopolítica? Que mecanismos utilizar para subverter o biopoder? De que forma o termo “raça” pode ser utilizado como algo positivo e não de forma pejorativa?

Acreditamos que o caminho é fortalecer o movimento negro, no sentido de possibilitar a ressignificação negra e que o Estado promova mais políticas públicas que possam dialogar com a sociedade brasileira, com o objetivo de superação de corpo regulado, que é somente visto de forma exótica e erótica. Ou seja, que seja visto nas condições de emancipação sóciorracial, de ressignificação da identidade e do estético-corpóreo, bem como, no reconhecimento científico e de atuações políticas.

Ainda assim, há necessidade de políticas públicas que estejam alinhadas com as escolas públicas e privadas, no sentido de desmistificar a história factual e pejorativa, de um passado construído por meio da escravização e de negação. Que façam referência positiva sobre as resistências, a cultura, as crenças religiosas, a música, a dança, a capoeira e a culinária, ou seja, de valorização étnico-racial dos afrodescendentes e afro-brasileiros que ofereceram muito mais do que somente o trabalho em condições de escravização.

Nesse sentido, fazer existir/resistir é subverter a ordem que busca ruptura de dentro para fora, em um processo social, político e étnico-racial como dispositivos de estratégias horizontais. Que as relações sejam híbridas na produção de outros saberes e de realidade emancipatória, ou seja, de um saber que não negue a história da cultura afro-brasileira e africana, sem desracializar, e que ainda, não sejam jogados a uma lógica do biopoder. Por conseguinte, que as manifestações estejam constantemente nas mediações, nos confrontos e negociações por meio de uma luta coletiva, política e de ecologia de saberes (Sousa-Santos, 2016).

E, ainda assim, que seja um dispositivo étnico-racial que supere a (de)negação e o recalque, no sentido de reiterar a posição de beleza e, claro, com reviravoltas e resistências de “Beleza Negra” de inclusão afirmativa e identitária em um processo político e cultural (Gomes, 2017). Em consonância, como se entoa na voz imortalizadora de Dona Ivone Lara, em 1981⁵⁶: “Negro é a raiz da liberdade/ Negro é a raiz da liberdade/ Um Sorriso negro/ Um abraço

⁵⁶LETRAS. Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/dona-ivone-lara/sorriso-negro/>. Acesso em 16/01/2023.

negro/[...] Traz felicidade [...]”⁵⁷, portanto, em uma biodemocracia sociorracial de estética politizada.

Por fim, mediante todas essas questões, é necessário ainda deixar claro que, por mais que nesse momento de reflexões/análise de estratégias genealógicas, no campo das relações da disciplina do poder e da biopolítica, isto não quer dizer que seja a única estratégia de pesquisa/investigação. Para tanto, é necessário ressaltarmos a importância e as contribuições da arqueologia, enquanto estratégias também de pesquisa/investigação, ou seja, ambas caminham juntas, apenas são formas de olhares diferentes com relação ao saber e o poder. Portanto, nesse conjunto, temos como historiografia foucaultiana uma arqueogenealogia, que escava e “escova” o que não está aparente, e sim busca o descontínuo e o disperso de um processo histórico.

No próximo tópico, discutimos a respeito do discurso decolonial e antirracista.

2.3. Por um discurso decolonial e antirracista

Nesse item, ancoramos na noção de um discurso decolonial e antirracista que perpassa pela inflexão decolonial, a qual pode contribuir para a reflexão e debate numa epistemologia de decolonialidade, ou seja, de enfrentamento a essas forças de racionalismo instrumental tecnicista que, ao longo dos séculos, tem sido imposta de forma violenta, por uma ciência determinista e de modernidade colonial.

Como base teórica, a partir de autores que integram a investigação da modernidade/colonialidade, que reúne, Anibal Quijano (2008), Boaventura Sousa Santos (2016), João Colares da Mota Neto (2016), Walter Mignolo (2017), e, também, por uma epistêmica de autores/as negros/as destacam: Achille Mbembe (2016), Franz Fanon (2005), Nilma Lino Gomes (2017), Sueli Carneiro (2023), entre outros/as. Nesse sentido, a decolonialidade, “chamado de pensamento, giro, prática ou inflexão decolonial” (Mota Neto, 2016, p. 17), é olhar para as margens, onde estão presentes os subalternos e os invisíveis, pois é possibilitar a ecologia do saber como salienta Sousa-Santos (2016).

Para tanto, entendemos que descolonizar é o sentido de compreender outras vozes que estão fora dos benefícios da modernidade, como população negra, pessoas em condições de rua, mulheres negras e mulheres brancas pobres, povos originários, pessoas LGBTQIAP+ e outros/as, que estão nas condições das margens dos excluídos (Moita Lopes, 2009). Por conseguinte, o discente Gama (grifo nosso), que foi mister beleza negra em dois mil de dezessete (2017) no IFMS/Três lagoas, relata: “ao longo do meu ensino médio **eu tentava me**

encaixar em vários lugares, procurando algo que **movesse minha vida**, como uma **paixão**, e o concurso Beleza Negra deu **sentindo à minha existência**, o que trazia um vínculo com **quem eu sou!**”.

Nesse sentido, o acolhimento foi a ação pedagógica o Beleza Negra do IFMS/Três Lagoas, que possibilitou ser reconhecido e se reconhecer como jovem negro, dentro de um espaço escolar, ou seja, a escola, nessas condições, cumpre seu papel social e de intersecção com as relações étnico-raciais, por meio de um corpóreo decolonial.

Assim sendo, quando ele diz “eu tentava me encaixar”, a vida somente faz sentido se fizer parte do coletivo, isto é, o “encaixar” é o pertencimento de existência, bem como, da afirmação de sua negritude. Mas são congruências que foram/são negadas e foram/são substituídas por outros espelhos - o imaginário de outro que é inventado para a construção da subjetividade que não lhe pertence, isto é, introjetada e globalizada em identidades homogêneas, por meio dos dispositivos do saber e poder, da “invenção do outro” (Castro-Gómez, 2005). Supostamente, fazemos parte de um todo, no entanto, estamos diante de uma modernidade e de uma obscura colonialidade de ilusão; todavia, estamos à mercê da explícita exclusão social e étnico-racial.

Nessa contramão, temos o concurso “Beleza Negra” que se torna uma ação pedagógica de intervenção política, cultural e étnico-racial, que situa novos paradigmas de emancipação, de revitalização e de ressignificação, ou seja, fazendo circular uma representativa afro-brasileira e africana que reside em uma integridade de descolonização (Castro-Gómez, 2005). Em conformidade, Mota Neto (2016) menciona que:

(...) é preciso traçar uma genealogia do pensamento decolonial, no sentido de recuperar, na história das populações e culturas colonizadas, estas práticas epistêmicas decoloniais, ou seja, conhecimentos que surgiram como contrapartida e resistência à matriz colonial de poder, desde o início do processo colonizador, mas que foram soterrados pelo eurocentrismo epistemológico (Mota Neto, 2016, p. 19).

Segundo o autor, a genealogia do pensamento decolonial não se restringe somente aos intelectuais, mas está ligada a uma rede decolonial dos movimentos sociais e de novas instituições nas suas configurações do existir, do saber e do poder. O filósofo Fanon (2005) atribui que toda essa tecnologia eurocêntrica imposta aos países colonizados resulta em cicatrizes de um processo,

[...] de opulência europeia que é literalmente escandalosa, pois foi construída sobre as costas dos escravos, alimentou-se do sangue dos escravos, vem em linha direta do solo e do subsolo desse mundo subdesenvolvido. O bem-estar e o progresso da Europa foram construídos com o suor e os cadáveres dos negros, dos árabes, dos índios e dos amarelos (Fanon, 2005, p. 116-117).

Nessa conjuntura, percebemos a barbárie, o genocídio e a escravização que, lentamente, foram anulando suas línguas e suas culturas, aplicado sobre esses subalternos a força do colonizador branco cristão, desdobramentos da catequização da “missão civilizadora”, símbolos e marcas do eurocentrismo. Por conseguinte, Quijano (2008) formaliza que o:

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (...). Não se trata, em consequência, de uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo (Quijano, 2008, p. 239).

Embora um pouco extensa, a citação aborda como as práticas de opressão foram e são disseminadas, por meio de dispositivos de saber-poder, muitas das vezes transitando no currículo escolar de forma tradicional/conservadora, que propaga e efetua “ideologias” racistas que se traduzem em práticas discriminatórias no espaço escolar (Gomes, 2007).

Tais disposições tecnológicas consolidam o racismo, nesse sentido, recorrendo a Foucault (2010), o qual pondera que o racismo está vinculado a forma de poder, que se impõem em uma ordem de quem vive e de quem deve morrer. Então, o velho poder de privilégios da branquitude é que dá a ordem de matar; daí o racismo ser uma tecnologia do biopoder de extermínio da população negra, pobre e periférica.

Portanto, tais condições expõem estas populações a vida nua (Agambem, 2010), em consonância com o filósofo Mbembe (2016) em seu ensaio “Necropolítica”, são tecnologias sofisticadas e “máquinas de guerras” de extermínios de bens naturais, de destruição de comunidades de povos originários e quilombolas, de destruições institucionais jurídicas entre outras; ou seja, a modernização da morte (Mbembe, 2016)⁵⁸, de um *Estado Soberano* que aplica a regulamentação do biopoder.

⁵⁸ O racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer” (Mbembe, 2016, p.128).

Com relação à necropolítica podemos afirmar que, na história do Brasil, acerca da educabilidade, temos o epistemicídio para com a população afrodescendente, que por conta das desigualdades sociais sofreu/sofre, ainda, com as exclusões e punições de diferentes formas. Com articulações e mediações com sustentação de estruturas, que estão vinculadas, muitas vezes, às instituições, e que definem o poder de diversas maneiras em seus diferentes níveis de privilégios (Carneiro, 2023).

Como já abordamos no início deste capítulo, quando Foucault traz à baila o pressuposto de que a história é descontínua e feita de rupturas, nessas circunstâncias o movimento negro, numa luta de (re)existência, tem exigido do Estado brasileiro uma reparação histórica para com o povo negro, por conta da escravização, conquistando de forma jurídica as ações afirmativas que foram introduzidas no curso da história a obrigatoriedade da história da cultura afro-brasileira e africana. Sendo assim, institucionalizou-se à Lei n.º 10.639/2003, que mais tarde foi alterada pela Lei n.º 11.645/2008.

Nesse sentido, fazendo uso das ações afirmativas e se propondo a realizar uma educação decolonial, nasce no Instituto Federal do Mato do Grosso do Sul – câmpus Três Lagoas (MS) – Brasil, concomitantemente com a consciência negra, o evento da “Beleza Negra”, o qual assume uma estética negra desses corpos vivos (in)conscientes de subjetivação que se atravessam na busca dos seus reconhecimentos identitários, de ressignificação de sujeitos e protagonistas da sua história e de ideologia negada ao longo dos tempos por currículos escolares hegemônicos da branquitude. Assim, os jovens discentes negras/negros são enunciadores da ecologia do corpo e do gosto estético, permitindo sobressair as cores da significação dos seus ancestrais (como protagonista Zumbi dos Palmares e Dandara dos Palmares) em um desfile que os tornam pessoas e tradutores interculturais dessa ecologia dos saberes (Sousa-Santos, 2016).

Para tanto, o decolonial, segundo Mota Neto (2016), em diálogo com Mignolo (2014), é o ressignificar das histórias e das culturas dos povos colonizados; e é por meio destas desobediências epistêmicas decoloniais e de resistência-revolta-revolução, que repudiam o racismo e as injustiças, que então nasce, com o evento da “beleza negra”, um trabalho de tradução intercultural (Sousa-Santos, 2016) na valorização de novas instituições que venham garantir os direitos civis das diferenças, bem como, por uma educação de relações étnico-racial no tocante à beleza negra.

Assim, descolonizar é tornar visível populações que estão à margem do processo excludente e opressor, constituído pela modernidade e transcrito ainda na pós-modernidade. Portanto, pode ocorrer uma “reviravolta decolonial” nas problematizações das narrativas produzidas pelos sujeitos, nesse quesito, da população negra. Ainda assim, entendemos que as

estratégias decoloniais não são dispositivos de regulação, que não existem somente para cumprir uma data do calendário pedagógico ou para cumprir a obrigatoriedade das Leis n.º 10.639/2003 e a 11.645/2008, pois, dessa forma, estariam vinculadas aos dispositivos de controle, que são táticas da disciplina do poder e da biopolítica, que se orquestram por meio do Biopoder. Portanto, que a ruptura ocorra por meio do giro decolonial. No item seguinte, procuraremos justificar porque adotamos como coleta das entrevistas a entrevista dialogada.

2.4 A entrevista dialogada: Como é? Por quê? Para quê?

A princípio, fazer a escolha da melhor forma para realizar a coleta das entrevistas sem se deixar levar pela paixão que o objeto de estudo envolve, devido ao tempo de convívio com ele, não é nada fácil. Isso nos mantém centrados, *a priori*, na hipótese e nos objetivos traçados no projeto de pesquisa.

Desse modo, como possibilidade de investigação um roteiro dialogado para a realização das entrevistas, o que se entende como um dispositivo entre o entrevistador e os entrevistados, no sentido de não esgotar as possibilidades dos significados/significantes agentes que desabrocham e deslizam em uma produção textual discursiva de acontecimentos (Rocha *et al.*, 2004).

Entendemos que as entrevistas dialogadas não como ferramentas semiestruturadas ou estruturadas que limitam a pesquisa e as possibilidades dela, e sim, como dispositivos na elaboração textual em uma perspectiva dialogada (Rocha *et al.*, 2004). Todavia, a entrevista dialogada como dispositivo não tem como objetivo esgotar-se somente nas coletas das informações, nos descritivos das narrativas, no selecionar as informações, ou como algo técnico que manuseia as ferramentas.

Segundo esses autores, a entrevista dialogada é a interação com a diversidade/alteridade entre o entrevistador e os entrevistados/as/es na captura de vários sentidos (gestos/marcas/deslizes) que permitam fazer uma análise das ressignificações desses encontros e desabrochamentos dos enunciados, das denotações e conotações; permitindo elucidar e, talvez, discutir a hipótese elencada *a priori* pelo pesquisador. Contudo, não no sentido de esgotar as possibilidades, mas trazer à baila o texto original de um contato entre o entrevistador e os/as entrevistados/as. Conforme Rocha *et al.* (2004):

diremos, deste modo, que a entrevista não é mera ferramenta de apropriação de saberes, representando, antes, um dispositivo de produção / captação de textos, isto é, um dispositivo que permite retomar/condensar várias situações de enunciação ocorridas em momentos anteriores (Rocha *et al.*, 2004, p. 14).

Os pesquisadores finalizam reforçando que as entrevistas não são o “terreno”, mas a circulação dos discursos que, de acordo com o pesquisador, fará recortes para constituições do seu *corpus*, daí utilizar estratégias que não levaria o pesquisador a encontrar respostas óbvias, isto é, no intuito de que essas interlocuções possibilitam novas indagações (Rocha *et al.*, 2004). Portanto, manusear a entrevista dialogada como dispositivo é “surfear” no contínuo/descontínuo dos saberes dos sujeitos da “Beleza negra no IFMS/Três Lagoas” em resignificação.

Nesse sentido, tecendo de forma distanciada e por meio das leituras prévias sobre o projeto a ser investigado, pois a “Beleza negra – IFMS/Três Lagoas” apresenta sinais de repúdio ao unilateralismo e dialoga com as identidades sociais e culturais das minorias, tais como: o movimento negro; o feminismo das mulheres negras; jovens periféricos negros/as; o movimento indígena e outras minorias.

Assim, podemos considerar como “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e, também, o potencial criativo do pesquisador” (Minayo, 1994, p. 22). As observações, os descritos do diário de campo, como as conversas, as reações, os gestos e as relações culturais dos sujeitos, possibilitarão ao pesquisador a elencar indagações originais que, possivelmente, indicarão novas perspectivas para a ampliação da pesquisa, ou mesmo, para novas pesquisas. Ainda nessa perspectiva, Rocha *et al.* (2004) nos alerta:

O que pretendemos dizer é que o pesquisador deverá construir estratégias de interlocução com uma dada massa de textos que possuem uma lógica própria, objetivando ter acesso a dados que não conduzirão diretamente à resposta ao problema de pesquisa. Uma resposta imediatamente encontrada significaria banalização do trabalho de pesquisa (Rocha, et al., 2004, p. 16).

O que pretendemos realizar é situar do/sobre o olhar do outro e não somente ficarmos presos ao dito, até porque esse campo está alimentado pela alteridade, bem como dos pluralismos e das diferenças que se revelam de alguma forma pelos/as sujeitos/as, nesse processo de entrevistas. Então, *a posteriori*, selecionaremos os dados e faremos uso de estratégias que sejam possíveis de revelar as essências das subjetividades, ou seja, iremos além das transparências e impressões que o outro expõe, bem como, o pesquisador, no sentido de dessecar eticamente a alteridade.

Mediante essas perspectivas, as trilhas das entrevistas/perpassaram seguiu a seguinte ordem: inicialmente, por questões de ética, foi encaminhado internamente para reitoria do IFMS, o pedido de autorização de realização de pesquisa no IFMS/câmpus Três Lagoas – aprovado em treze de outubro de dois mil e vinte dois (13/10/2022); em seguida, como a pesquisa envolvia seres humanos foi necessário tramitar o projeto de pesquisa na Plataforma

Brasil, o qual também obtivemos a aprovação do Conselho de Ética e da Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação/Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (PROPP/UFMS) – aprovado em vinte oito de julho de dois mil e vinte três (28/07/2023) - vide em anexos.

Após os trâmites legais, passamos a coletar os arquivos do IFMS como planejamento, desenvolvimento interno e fotografias. Com relação às coletas de entrevistas, foram realizadas no próprio espaço escolar; sendo que tomamos o cuidado de fazer a leitura de aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) com os discentes e o professor. Somente após o aceite deles iniciamos as entrevistas dialogadas.

O total de discentes entrevistados participantes da “Beleza Negra do IFMS/Três Lagoas entre os anos 2016 a 2013 (dois mil e dezesseis a dois mil e vinte três)⁵⁹, foi o seguinte: doze (12) meninas negras; quatorze (14) meninos negros; e o professor (idealizador do projeto), que se declarou homossexual. Realizamos todo o processo de coleta na própria unidade escolar com os que estão cursando o ensino médio, enquanto aqueles discentes que haviam terminado o curso foram até a instituição ceder a entrevista. Portanto, desse *corpus* total, fizemos o recorte somente de doze (12) entrevistas dos discentes e uma (1) do professor.

Por conseguinte, a entrevista com os discentes teve oito (8) temáticas e ao do professor, seis (6). Nesse sentido, apresentamos igualmente o roteiro das entrevistas realizadas, tanto com os discentes quanto com o docente. Vejamos o roteiro dos discentes: 1.Fale sobre o evento beleza negra no IF. Como você vê, para que serve... defina-o... /2. Pode falar como se sente/se vê e vê seu corpo ao participar do concurso da beleza negra/3. Descreva o que pensa sobre o tema da beleza negra em relação aos participantes negros/as e outros convidados/ 4. Acha que há manifestações de ações afirmativas no concurso, fale sobre quais por exemplo? /5. Como acha que professores e direção da escola encara o concurso da beleza negra... / 6. Fale como acha que os colegas o veem ao participar do concurso.../7. E como você vê seu colega que participa do concurso.... /8. Resumindo, há outras manifestações que gostaria de relatar sobre o evento beleza negra...

O roteiro do docente compreendeu: 1 – Fale sobre o evento beleza negra no IF. Como você vê, para que serve...defina-o... /2 – Pode falar como o evento beleza negra surgiu e o que se pretendia com ela... /3 - Acha que o evento beleza negra possibilita contemplar a lei 10639/2003. /4 – Pode falar como se sente/se vê como idealizar do evento beleza negra. / 5 - Como acha que professores e direção da escola encara o concurso da beleza negra.../ 6 - Resumindo, há manifestações que gostaria de relatar sobre o evento beleza negra...

⁵⁹ No ano de 2021 (dois mil e vinte um) não houve concurso.

Com relação aos partícipes da pesquisa, ressaltamos que no terceiro capítulo utilizarei codinomes, no sentido de preservar as suas identidades, como determina o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento. Vale ressaltar que utilizamos abreviações com relação a palavra recorte (doravante R).

E, por fim, no intuito de apresentar o espaço geográfico, o Instituto Federal do Mato Grosso do Sul/câmpus de Três Lagoas apresenta a seguinte cartografia de atendimento à comunidade: localiza-se na rua Ângelo Melão, 790 (Jardim das Paineiras); oferece o ensino integrado técnico e tecnológico (áreas de informática, eletrotécnica e Proeja); e o ensino de graduação (área – engenharia de computação); e Especialização (formação específica sobre a Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT para o exercício da profissão de professor), atendendo boa parte alunas/os adolescentes, jovens e adultos de maioria parda/o e preto/a.

Para a seção III, tratamos sobre a significação dos dizeres a partir de: “as diásporas do evento beleza negra: as ressignificações de um povo”.

III - AS DIÁSPORAS DO CONCURSO “BELEZA NEGRA”: ÀS RESSIGNIFICAÇÕES DE UM POVO

3. As tranças: um caminho para o aquilombar

Nesta seção, objetivamos analisar os dizeres dos pesquisados que, após o processo da coleta descrito na seção anterior, selecionamos aqueles que declararam suas dores, marcas e gestos, com o objetivo de analisar se o concurso “Beleza Negra”, no IFMS/Três Lagoas, como ação pedagógica, os(as) potencializa e empodera enquanto negros/as no processo das relações étnico-raciais.

Mas, antes de demonstrarmos como está dividida esta seção, abordarmos o significado do subtítulo “As tranças: um caminho para o aquilombar”, sendo assim, os escravizados trazidos da África para várias regiões da América, em especial para a costa caribenha do chamado Novo Reino de Granada, usavam vários tipos de estratégias para realizar suas fugas e, umas delas, foi o de fazer tranças nas cabeças das mulheres mais jovens indicando os caminhos para se chegar até o refúgio demarcado pelas tranças dos cabelos. É importante salientar que os(as) escravizados(as) foram trazidos de vários lugares da África e falavam vários tipos de língua o que tornava a comunicação de difícil compreensão. No entanto, havia uma linguagem em comum, que eram essas tranças próprio do povo africano. Esse penteado, porém, não foi somente uma forma de comunicação, ou seja, determinava outras formas de relações sociais como de qual grupo étnico-racial pertenciam, declaravam as histórias, demarcavam a sua religião e até mesmo o seu estado civil⁶⁰.

Nesse processo, no Brasil durante o período de escravização ou pós-escravidão, por que as tranças das mulheres negras tornaram-se um problema social e étnico-racial? Qual o conceito de beleza que se construiu durante todo esse processo? Por meio de um projeto racista de branqueamento do que é “cabelo bom e cabelo ruim”^{61,62}.

Nesse quesito, vejamos alguns dizeres dos(as) discentes entrevistados(as) do concurso

⁶⁰ GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Brasil:14mar2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/trancas-da-liberdade-como-penteados-ajudaram-escravizados-em-fugas/>. Acesso em: 30/07/2023.

⁶¹ FEIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO IFMS. Três Lagoas: 2017. Disponível em: <http://sistemas.ifms.edu.br/semanadetecnologia/anais/>. Acesso em: 21/12/2022.

⁶² Nesse sentido, fazendo um adendo a esse contexto histórico, quando minha mãe ia dar uma “boa surra” em mim, devido às minhas travessuras de “muleque”, ela dizia: “vou lhe bater por dois motivos: primeiro porque sou ruim e, segundo, porque o cabelo ajuda”. Quando criança nunca entendi essa expressão dita por minha mãe, mas, hoje compreendo como as relações sociais do saber/poder, ensinaram e introjetaram o racismo a uma mulher negra a desprezar sua pele e seus longos fios de cabelos pretos lisos.

da “Beleza Negra”, enquanto intervenção de ação pedagógica. DJ Jhow Jhow (grifo nosso) afirma: “[...] eu participei, é assim, uma **experiência única**”, “muita **variação de... muita variação de cabelo**, de corpo...” “**principalmente cabelo também afro**”. Os enunciados, segundo (Foucault, 2008), nos fornecem as trocas das diferenças e das diversidades. Nesse caso, por meio do verbo “variação”, expõe-se contra os padrões únicos, pois o cabelo afirma uma identidade de reconhecimento cultural ao atribuir “cabelo afro”, ou seja, da cultura afro-brasileira e africana.

Já Elza Soares (grifo nosso) expressa-se da seguinte forma: “Eu sinto que **meu cabelo é bonito** [...], eu **me vi empoderada**”. Nesse enunciado, temos o dispositivo do poder de que o sujeito afirma sua própria percepção “eu sinto” ou de pertencimento, pois o cabelo bonito lhe empodera, se constituindo com suas experiências por meio de relações afetivas e coletivas. Uma vez que as vozes da população negra são silenciadas em estado de afirmação e beleza, a discente empodera-se em uma linguagem exortativa que encoraja a resistência aos padrões europeizados (Foucault, 2008).

Ao considerar que historicamente a política étnico-racial sempre impôs a negação ao cabelo afro desenhando um corpo de padrão colonizado de corpo branco e de cabelo liso, o concurso “Beleza Negra” quebra esses paradigmas ressignificando um desabrochar da pele, da cor, do cabelo, dos sentidos, dos gestos e do viver plenamente a negritude. A branquitude procura descaracterizar por meio do racismo os signos que marcam o corpo da população negra, sendo o cabelo uma afronta estética e de afirmação de identidade e do corpo. Segundo Kilomba (2019):

Historicamente, o cabelo único das pessoas negras foi desvalorizado como o mais visível estigma da negritude e usado para justificar a subordinação de africanas e africanos [...] mais do que a cor de pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os. A cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando pelos senhores *brancos*, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade e não-civilização. O cabelo africano foi então classificado como “cabelo ruim”. Ao mesmo tempo, negras e negros foram pressionadas/os a alisar o “cabelo ruim” com produtos químicos apropriados, desenvolvidos por indústrias europeias. Essas eram formas de controle e apagamento dos chamados “sinais repulsivos” da negritude. (Kilomba, 2019, p. 126).

O alisamento do cabelo permitiu que as identidades negras fossem sequestradas, no sentido de constantemente as meninas negras terem que andar com os seus cabelos presos e meninos negros com cabelos baixo ou raspados, para se aproximar de uma estética que considera como “bela/o”, somente assim poderiam ser admitidos(as) aos olhares de aprovação do branqueamento. Por esse motivo, indústrias químicas e lojas de cosméticos enfatizam que

encontraram as fórmulas para a “beleza perfeita”, como tipos de propagandas de esfoliante de pele, alisamento de estilo natural, sabonete de pele entre outros (Xavier, 2021).

Esse apagamento dos “cabelos afro, tranças e dreadlocks” (Xavier, 2021, p. 117), bem como cabelo crespo, *black*, rasta e penteados africanos possibilitam uma afirmação de raça, gênero e beleza. Nessa perspectiva, os depoimentos dos/as jovens negros/as do concurso de “Beleza Negra” são coerentes com a pergunta de pesquisa? Sim, porque em relação ao pertencimento e ao reconhecimento da identidade para com as relações étnico-raciais, pois reconhecem seus corpos empoderados de significação, diante de um discurso marcado pelo racismo opressor e pelo etnocídio.

Esse contexto possibilita refletirmos/debatermos sobre os dispositivos de poder como embriões de formas de resistências (Foucault, 2014), na persistência contra a (de)negação social, cultural e étnico-racial, pois a ressignificação permite um novo (re)começo de quem são e para que estão. Corroborando com esse pensamento, a Rapper Mirim Mc Sofia, sorridentemente canta sobre o orgulho de ser negra em sua música “Menina pretinha”: “Menina pretinha, exótica não é linda / Você não é bonitinha / Você é uma rainha” (2016)⁶³. Em complemento a essa posição, a discente Santa Bakhita admite orgulhar-se dos “meus ancestrais”, portanto “me declaro preta”.

Percebemos, entretanto, que as tranças representam os movimentos de luta e de superação e, por meio delas, podem apresentar-se vários tipos de linguagens e de línguas por emergirem de várias etnias que, apesar das suas diferenças, levam ao mesmo destino: uma democracia antirracista. Portanto, o “Beleza Negra” no IFMS/Três Lagoas é o encontro de uma comunidade que se transforma em um aquilombar, na busca pelas vidas em torno da liberdade, ressignificando a cultura afro-brasileira e africana e as relações étnico-raciais.

Feitos esses esclarecimentos, voltamos para a organização da seção. Dividimo-la em três eixos: 3.1. Subjetividades: o olhar de si, corpo e beleza; 3.2. O florescer do Baobá: as ações afirmativas e suas resistências étnico-raciais; 3.3. O encontro com o desconhecido: o cuidado de si e o cuidado do outro. Por conseguinte, procuramos trazer à baila os recortes das falas dos jovens negros(as) que participaram do concurso “Beleza Negra”, sendo suas memórias e arquivos o bálsamo da resistência (Carneiro, 2023) que se entrelaçam coletivamente na procura da emancipação.

⁶³ SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. 2024. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/2016/07/a-rapper-mirim-mc-soffia-mostra-seu-orgulho-de-ser-negra/>. Acesso em: 02/07/2024 – horas 08h27min.

3.1. Subjetividades: o olhar de si, corpo e beleza

Nesse momento, procuramos abordar como os/as discentes veem a ação pedagógica desdobrada por meio do concurso da “Beleza Negra”. Para que serve e como veem seu corpo ao participar do concurso, no sentido de capturar suas individualidades à luz de gestos, cor, pele, raça, gêneros, corpo e beleza, em um processo em que são permeados por uma estética somente erótica e sexualizada, isto é, um discurso ratificado pelo racismo (Gomes, 2017; Braga, 2021). Seguimos com os recortes e suas respectivas análises:

Recorte 1: “Ah... evento de extrema importância, [...] principalmente pros... **alunos pretos** da instituição... É... Porque, além de você **colocar** esses alunos **num lugar** que geralmente **é negado**... É... e **colocar** eles nessa, no **centro**... da... **eles seriam o centro** [...] É... Tipo, reafirmar a identidade deles é muito importante também para próprios alunos pretos, nessa questão de... da identidade... deles... É... entenderem. É... como eles estão **inseridos** nesse processo social **de racismo**...” (Stefano, grifo nosso).

Esse discurso nos permite refletir e debater a significação do dizer “principalmente pros... alunos pretos” (Stefano). Esse trecho apresenta uma afirmação da cor da pele em que, durante muito tempo no Brasil, enfocou um colorismo de peles de cores racistas como “chocolate”, “prestígio”, “mulata”, “neguinho”, “morena”, “pretinha”, “piche”, “cabelo de Bombril”, “cor de bombom” que, de alguma forma, associa a negritude a atributos negativos e pejorativos, no dito dos traços fenotípicos do povo afro-brasileiro (Moreira, 2019). Entretanto, quando Stefano diz que o concurso é de extrema relevância para “os alunos pretos”, há também uma afirmação de que ser preto é algo positivo e belo, já que enaltece a sua subjetividade, ou seja, não ignora a sua condição social e racial.

Nesse sentido, cabe ressaltar que, nos anos dois mil (2000), o IBGE⁶⁴ adotou como critério para pesquisa sobre cor/raça da população brasileira incluindo as cores branca, preta, parda, indígena e amarela, por meio da autodeclaração, o que significa que quem se declara pardo ou preto no índice populacional é reconhecido como Negro - maioria minorizada.

Em uma outra observação, Stefano atribui enunciados como “colocar”, “inserir” e “qual é o lugar do negro?”. Entendemos que esses lugares, como a escola, a comunidade, os locais de trabalho e a mídia, historicamente mantiveram/mantêm estruturas de segregação social e racial. No entanto, ao relatar sobre o “espaço negado”, revelaria apenas falta de pertencimento, de dignidade humana ou de cidadania, ou também a negação enquanto sujeito afro-brasileiro que, em um processo de formação racial, classifica-se como inferior? A palavra negação é carregada

⁶⁴ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/ INEP. Brasil: 22nov2010. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mostre-sua-raca-declare-sua-cor#>. Acesso em: 31/07/2024.

de indícios racistas, estabelecendo uma clivagem racial, de opressão/sujeição/exclusão (Braga, 2021).

Isso mostra que, desde cedo, para as crianças e jovens negros/as, as instituições como família e escola são carregadas de coerções estruturais, pois reproduzem uma representatividade de que não há e nunca houve na população negra heróis ou heroínas, que se opuseram à escravização e à opressão. Toda essa construção racional expõe o povo negro ao domínio da raça hegemônica da branquitude e impõe à população negra ao domínio irracional e ilusório, dentro de uma sociedade racista, de frustrações, de medos e de repulsões (Devulsky, 2021). Em sentido contrário, a representatividade da cultura afro-brasileira e africana oportuniza valores de resistência que podem possibilitar em presente/futuro reconhecimento étnico-racial e de ressignificação cultural, bem como da sua negritude (Devulsky, 2021).

Porquanto a escola tem que ser o lugar da emancipação do ser, possibilitando às pessoas negras um lugar agradável, de alteridade, de pluralismos e que dialoga com as diferenças, no sentido de assumir que também é lugar de negros(as) que podem assumir posição de liderança, de empoderamento. Ou seja, é possível estar no “centro” para tornar-se evidência ou audiência, num discurso fundante, enquanto sujeito da representatividade dos saberes, da posição de poder e de possíveis relações de verdade não ditas (Fernandes, 2014). Neste sentido, baliza-se o externar da sua subjetividade em/sobre um devir de mudança estrutural, de inclusão étnico-racial, de garantias aos direitos de igualdade e de cidadania, de respeito mútuo, de representatividade dos direitos políticos e da cultura afro-brasileiro e africana, em processo de reivindicação ao Estado brasileiro, que tem por dever reparar a dívida histórica com políticas afirmativas de acesso a população negra. Em sequência, apresentamos o segundo recorte.

Recorte 2: “Então, o projeto é **maravilhoso**. Ele serve para **aumentar a autoestima** dos pretos que não têm **autoestima**, porque hoje em dia **existe muito racismo... muito... muito... muito**” (Iza, grifo nosso).

Nos dizeres de Iza, a “Beleza Negra” contribui para “aumentar a autoestima dos pretos”, mas por que os/as jovens negros/as se apresentam com baixa autoestima? Quais são as diferenças que a autoestima faz em suas vidas? Entendemos que o concurso “Beleza Negra” eventualmente é realizado no espaço escolar, o que, de certa forma, apresenta uma formação educacional e possivelmente de interação com o mundo cultural. Porém, quando os/as jovens negros/as são estigmatizados e estereotipados, suas emoções são afetadas e geram desconfortos em relação à identidade por traços de impactos discriminatórios, ao ponto de, muitas vezes, haver desdobramentos em seus estudos com resultados de baixos rendimentos escolares, colocando-os na arena da estigmatização intelectual (Carneiro, 2023).

Em consonância, segundo Foucault (2012), há também uma construção de subjetividades, que são recortadas e articuladas por uma série enunciativa, que se reproduzem como verdades em si, disseminando, assim, um imaginário que regula vidas e corpos e dão outro sentido a esses sujeitos. Isso ocorre com imposições coercitivas de dispositivo disciplinar e até de técnicas do eu, em curso de desabrochamento de práticas discursivas identitárias.

Nesse conjunto de congruências, a discente Iza frisa de forma intensificada “muito racismo... muito... muito... muito”. Essas regularidades adverbiais demonstram os efeitos do racismo, como isso persiste em naturalizar as coisas em si, pois o racismo constitui estruturas de exclusão e de estigmatização, sendo os fios condutores que direcionam às pessoas racializadas por terem estéticas em comum, ou seja, de corpo negro e de não existência na sociedade brasileira (Moreira, 2019). Ou, ainda, racismo “cria” estratégias de dispositivos do grupo racial dominante, impondo a branquitude como prática discursiva identitária.

Todavia, esses são elementos que fixam, circulam e formam uma série de procedimentos que infiltram nas condições de subjetividades do sujeito e dão forma a sua identidade de negação, no sentido de não reconhecerem quem são, mas sim, adotarem o “outro” como afirmação de autorreconhecimento e belo, em uma estética corpórea europeizada do branqueamento. Portanto, a tecnologia do poder, pode fixar ou transformar a identidade em uma objetivação para determinados fins (Foucault, 2012). No entanto, Iza declara que o concurso “Beleza Negra” eleva a “autoestima dos pretos que não têm”, em contribuições de denúncia ao racismo, que perpassa por um coletivo e individualização (“quem não tem autoestima”), em que a autoimagem, por meio de iniciativas de reparação histórica, protagoniza valores de dignidade humana e de negritude, em um processo que os dispositivos de saberes são de ações afirmativas, como corporeidade (o corpo como território de existência e resistência) (Gomes, 2017).

Outra aproximação com os dizeres de Iza é o terceiro depoimento.

Recorte 3: “Necessário, eu acho **que é uma ação muito inclusiva** e que faz com que os alunos se sintam **incluídos...** Beleza Negra, em si, ele **inclui os alunos negros na... na sociedade...** Enfim, né? A **gente** não é **tão apagada** como são” (Elza Soares, grifo nosso).

Nessas enunciativas, a discente Elza Soares valida que o concurso “Beleza Negra” os incluem e, ao mesmo tempo, fala de um sentimento de inclusão/exclusão de subjetividades que revelam a inclusão, entretanto há um recalque de revolta, uma vez que reconhece o passado histórico de exclusão e, assim, procura despir-se dessas subjetividades que, não são somente marcas econômicas, mas que estão na construção social e identitária do ser (Wanderley, 2001).

Todavia, os sujeitos são de atravessamentos e a inclusão transforma-se em constituinte desse ser que nem sempre se concilia completamente com o seu dizer (Authier-Revuz, 1998).

Por conseguinte, Elza Soares atribui “que a gente não é tão apagada”, ao ser referir à dominação hegemônica do branqueamento e do colonialismo histórico que fez da população negra uma objetivação de invisibilidade, introduzindo a negação da cor de sua pele, da sua identidade e da sua subjetividade, tornando-os(as) identidades fragilizadas e passivas de um processo político e étnico-racial. Wanderley (2001), em conformidade com tal pensamento, considera que esse ideário,

além de perpassar nosso passado, está presente no cotidiano de nossa sociedade, em manifestações das mais variadas. As noções de pobre e pobreza figuram no horizonte histórico da sociedade brasileira e são explicativas das formas como o cenário público brasileiro sempre tratou a questão social e étnico-racial (Wanderley, 2001, p. 19).

Importante destacar que isso também afeta as questões culturais, uma vez que são colocadas em escala de desigualdades sociais, sem possibilidades de almejar melhores condições para suas vidas. Contudo, para Elza Soares, o concurso “Beleza Negra” não só proporciona visibilidade, quando diz que “a gente não é tão apagada”. Nessa afirmação há a inversão de que o outro, ao mesmo tempo em que admite uma condição de negação, evoca voz de resistência e abre espaço para novas possibilidades do ser (Authier-Revuz, 1998). As vozes do ato de resistência contestam o território do apagamento histórico, pois incluem os/as jovens negros/as de forma unânime de valorização ética e afetiva no quesito das diversidades e alteridades da cultura afro-brasileira/africana e das relações étnico raciais. Já para Santa Bakhita,

Recorte 4: “É o concurso de beleza negra, ele é um evento que **abre muitas portas para as pessoas negras [...]**, para as **pessoas verem realmente sua beleza**” (Santa Bakhita, grifo nosso).

Para Santa Bakhita, o concurso “Beleza Negra “abre muitas portas para as pessoas negras”. Essa afirmação subentende que as portas estão fechadas. Trata-se sobre as oportunidades de trabalhos dignos, pois somente foram designadas à população negra as funções subalternizadas? Ou refere-se ao fato de que muitos não concluíram o ensino médio e tiveram que trabalhar para completar a renda familiar? Ou, ainda, indica as dificuldades de chegar à universidade e permanecer nela até completar o ciclo de formação? Enfim, trata-se também da exclusão cultural no quesito da estética.

Essas são questões que foram construídas ao longo da história por meio da escravização e da pós-abolição que sustentou a exclusão social, econômica, política e cultural, no sentido de

impor papéis de representativa marginalização e de invisibilidade no trato de suas qualidades, de pluralismos culturais, intelectuais e de estéticas. Isso ocorre porque (consciente ou inconsciente) imprime sobre suas vidas paradigma cultural eurocêntrico, o que se torna, por sinal, um padrão cultural básico de referencial estético de branquitude (Moreira, 2019).

No entanto, a discente Santa Bakhita faz uma outra prática discursiva de autoafirmação: “abre portas”, ou seja, ela eventualmente enxerga suas diferenças em relação à herança colonial, em que o “Beleza negra” dismantela as estruturas europeizadas, pois seu espelho ecoa a beleza negra enquanto cura que, aos poucos, descoloniza o corpo negro e dá a eles(as) o direito de contar suas histórias e definir sua própria beleza na sua plenitude (Kilomba, 2019). Nesse sentido, esse paradigma somente será transformador e revolucionário se quebrar as estruturas vigentes, não selecionando o corpo ideal como aquele determinado pela escrita simbólica eurocêntrica e colonialista (Mbembe, 2014). Portanto, o concurso “Beleza Negra”, em perspectiva decolonial, aborda uma reescrita simbólica existencial de estética, no qual os corpos negros do concurso subvertem a lógica de negação histórica da beleza negra, assim, o concurso torna-se, no ambiente escolar, o gozo estético-político de representação decolonial (Mbembe, 2014).

Em consonância, a ação pedagógica educacional da Semana da Consciência Negra concomitante com o concurso “Beleza Negra”, tornando as portas mais abertas numa reescrita existencial. O IFMS/TL, assim, cumpre com a Lei n.º 10.639/2003 de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Resolução n.º 003/2004 para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que mais tarde foi alterada pela Lei n.º 11.645/2008. Cabe ressaltar que o movimento negro também conseguiu a implementação da Lei n.º 12.711/2012 (Lei de Cotas); ou seja, são reparações históricas e de políticas públicas.

Assim, a “Beleza Negra” que se insere no espaço escolar do IFMS/Três Lagoas, cumpre seu papel de dívida para com a população negra, com a qual o Estado brasileiro foi negligente. Certamente, é dever da escola pública garantir a reparação histórica, por meio das ações afirmativas que são referenciais para as relações étnico-raciais e culturais em processo positivo de resignificação para jovens negros(as), com o sentido de visualizar um futuro de dignidade humana, não em condições de uniformidades ou de fetiches do capitalismo e de estereótipo comercial (Mbembe, 2014), mas sim, de resistências ao racismo institucional, para potencializar a descolonização por meio de uma estética histórica de traços africanos e afro-brasileiros, pois são os protagonistas da história deste país.

Por conseguinte, o DJ Jhow Jhow, em seus dizeres, comenta sobre raça. Vejamos o quinto depoimento.

Recorte 5: “O evento **Beleza Negra no IF é muito importante** para as pessoas que... assim... não **tem muita ideia sobre sua raça**” (DJ Jhow Jhow, grifo nosso).

Com relação aos dizeres de DJ Jhow Jhow, “tem muita ideia sobre sua raça”, em primeira análise, podemos indagar qual o significado de “raça”. Como a modernidade/obscura colonização (XVI) determinou o conceito de raça? Toda essa classificação se dá por uma força de colonização que determinou quem é “civilizado” ou “primitivo”, então, os povos conquistados pela força iminente do colonizador foram subjugados a serem os “Outros” (Almeida, 2019). Cabe ressaltar que, no século XIX, o cientificismo classificou povos da mesma cor, pele e fenótipos parecidos como inferiores por uma definição biológica. Naquela época, era comum a apresentação de africanos em espaços como feiras, teatros, circos e exposições. Exibidos junto a animais, eles serviam tanto para entretenimento do público europeu quanto como objeto de estudo, sendo utilizados para validar teorias médicas eugenistas que defendiam a suposta superioridade da raça branca (Braga, 2021).

Em contraponto, Mbembe (2014) entende que a ideia de raça não perpassa por questão biológica ou essencial, vai além, em um processo de construção política e econômica com o propósito de que justicar as hierarquias, espoliações e violências. Para tanto, a raça transforma-se em tecnologia de poder (Mbembe, 2014) que opera em estigmatizar, dominar, excluir e classificar. Tais ações, ao longo do tempo, naturalizam e cristalizam um embrião de exclusão racista, em prol de uma invenção de superioridade racial branca que se mantém com os seus privilégios. O preconceito racial, portanto, não é individual e, sim, pertence a uma condição estrutural como ferramenta de dominação, alimentada pelo capitalismo e pela colonialidade (Mbembe, 2014). Por conseguinte, desse modo, a raça atua como uma construção cultural que organiza as dinâmicas de poder em uma sociedade; pode servir para justificar leis que discriminam indivíduos de maneira arbitrária ou, em contextos nos quais privilégios raciais estão enraizados, tornar-se implícita, fazendo com que a discriminação direta seja substituída por mecanismos mais sutis de perpetuação das desigualdades entre grupos raciais (Moreira, 2019).

A raça é um determinante de opressão e de negação às subjetividades da população negra, pois tais formações discursivas se mantêm em vigências de não permitir que o outro tenha acesso aos mesmos direitos daqueles que são privilegiados em uma sociedade racista. Contudo, a raça é uma construção cultural, política, social e econômica de contingência de

zonas de contato, poder e resistência. Entretanto, é possível ter um outro olhar para com a “raça”, como atribui o dicionário de relações étnicas e raciais: “[...] uso do termo “raça” é aquele em que ele surge como sinônimo de espécie, como na expressão “a raça humana” (Cashmore, 2000, p. 454).

Nesse sentido, levantamos seguinte questão: o que pretendia dizer de fato DJ Jhow Jhow no seu enunciado “tem muita ideia sobre sua raça”? Hipoteticamente, acreditamos que há uma experiência de racialização cultural, de empoderamento racial, de significação e de humanismo renovado como jovem negro, o que antes talvez não fosse tão claro para ele. Pois acredita-se que a ideia de “raça” reforça o reconhecimento da negritude vivência que se constitui como parte integrante dos processos sociopolíticos que, ao mesmo tempo que normatizam corpos e identidades, criam fissuras para práticas transgressoras e de emancipação, propondo diálogos entre as diferenças históricas dos jovens afro-brasileiros(as), com possibilidades de reinventar futuras práticas discursivas antirracistas e descolonizadas (Gomes, 2017).

Em continuidade, nas enunciativas de Bertoleza, identificamos como o corpo de uma mulher é visto. Vejamos o sexto depoimento na sequência.

Recorte 6: “Eles veem nosso corpo muito como objeto sexual, assim, sexualização do nosso corpo. E... ali no momento eu vi o empoderamento...” (Bertoleza, grifo nosso).

Nessa fala, há uma intersecção de raça e gênero em relação ao corpo como objeto e mercadoria, nos dizeres de Bertoleza: “eles veem nosso corpo muito como objeto sexual”. Sendo assim, por que o corpo da mulher negra se tornou a “cor do pecado”? Essas são construções patriarcais desde o processo colonial e até os dias de hoje no Brasil, que além de serem escravizadas, seus corpos tornaram-se para “eles” (homens brancos de representatividade sistêmica de poder), objetos hipersexualizados que poderiam desejar e se apropriar, ou serem violentados com castigos físicos, psíquicos e estupros (Fernandes, 2016). O pronome “eles” não é aleatório nem neutro, pois materializa o lugar social dos homens como agentes do olhar dominante, de quem olha como opressor e de quem é olhada como objeto sexual que está disponível e é descartável (Gonzalez, 1984). Mesmo com todas essas opressões ao corpo da mulher negra, atualmente ela ainda é hipersexualizada com o emprego do adjetivo “mulata” (como já abordamos na seção um, subseção 1.5 sobre a “mulata Globeleza”).

Cabe ainda refletir e analisar a posição socioeconômica da mulher negra, que está em último lugar dessa escala (Schwarcz, 2019). No entanto, ressaltamos que, apesar de terem raízes no passado escravocrata, o temor da violência sexual e os casos de assédio e estupro ainda persistem como realidades frequentes na sociedade contemporânea (Schwarcz, 2019), cujos

demarcadores deflagram que 51% das mulheres que sofrem esses abusos são de cor parda ou preta (Schwarcz, 2019), sendo que as marcas de um passado se revelam no presente, em aplicação de tecnologias de biopoder.

Nesse sentido, para Braga (2021), a identidade branca foi construída sob os ideais de civilização, moderação e inteligência. Nesse contexto, a sexualidade feminina que não se enquadra no padrão do corpo branco, visto como disciplinado, é frequentemente associada a um desvio de padrão ou vista como anormal. Dimensões biológicas que são carregadas de estereótipos como as que ainda rondam o cenário da democracia racial, de que mulheres negras, “mulatas”, “pretinhas”, “moreninhas”, “escurinhas”, “cor do pecado”, entre outros adjetivos, tornam-se objetos de apreciação e apropriação sexuais, mediante uma estrutura racial endossada pelo mito da democracia racial, ao sistematizar de maneira especial e sutil sobre a mulher negra a violência simbólica (Gonzalez, 1984).

No sétimo recorte, deparamos com dizeres próximos daquilo realizamos na primeira seção, de como o racismo é produzido, naturalizado e cristalizado pelos discursos pejorativos à população negra. Vejamos a fala subsequente.

Recorte 7: “A gente tem **características diferentes de pessoas brancas**, que **sempre** foi, e **sempre** foi muito colocada para baixo... Por **pessoas brancas**... certo?! **As pessoas brancas sempre falavam mal da nossa boca, do nosso nariz**... É... da nossa beleza, **até fazendo analogia com macacos** etc. Então, é... a nossa beleza negra **sempre foi vista como uma beleza diferente, uma beleza ruim**...” (Ângela Davis, grifo nosso).

Mediante aos dizeres de Ângela Davis, “As pessoas brancas sempre falavam mal da nossa boca, do nosso nariz... É... da nossa beleza, até fazendo analogia com macacos”. Nesse quesito, perguntamos: seres humanos têm formatos animais? Em que medidas o povo negro foi definido como animal? Ao atribuir em seus enunciados a palavra “sempre”, como se houvesse uma norma disciplinar do que é “aceitável” ou “belo” para o padrão do branqueamento que, no tempo/espço, demarca o racismo como uma lei natural, vinculada a uma construção histórica que, violentamente, molda as subjetividades da população negra, com o intuito para aceitar a dominação (Foucault, 2010; 2014).

Porquanto, como já dito em outros momentos (seção I, subseção 1.3. Pacto e o discurso do branqueamento), nesta tese sobre o caso de Vinicius Junior que foi chamado de “macaco”, isso demonstra como o poder do branco circula por meio das relações sociais e provocam efeitos de dor, marcas e opressão. O discurso de comparar negros(as) a animais é uma prática necropolítica, é uma forma de reduzir negros(as) a não humanos. Repetir que negros(as) são “feios” com relação à sua estética (nariz, olhos, boca, pele) é símbolo de racialização, de uma

discursividade institucionalizada produzida pelo campo midiático, científico e de arte colonialista (Mbembe, 2016).

Corroborando com a reflexão nos dizeres de Ângela Davis, “fazendo analogia com macacos”, caracterizando o povo negro com traços animais, destacamos que tais práticas discursivas à luz de teorias evolucionistas levaram à exposição de forma bizarra o corpo de uma mulher negra (do povo Khoisan) em vários circos de capitais europeias (XVIII-XIX), como um corpo que apresentava anomalia, monstruosidade, selvageria, zoo humano, enfim. Essa mulher que ficou conhecida como Vênus Hotentote (Braga, 2021), trazia em seu corpo características diferentes do “corpo ideal” e “do belo” que, por isso, foi transformado em algo desumanizado e estigmatizado, ou seja, uma formação discursiva que ainda perdura com práticas discursivas racistas com relação ao fenótipo da raça (Foucault, 1986).

Tal discursividade de estigmatização sobre os fenótipos do corpo como “bundas grandes, nádegas salientes, empinadas para trás, nádegas gordas, traseiros arrebitados, entre outras” (Braga, 2021, p. 49), também foi reforçado em um período do cientificismo determinista do século XIX. Pesquisas giravam em torno da origem animal do homem, a exemplo de Lamarck e tese revista por um Darwinismo social durante o imperialismo europeu na África. Tal prática esteve presente na Antropologia física na medição de crânios e nos estudos da criminologia desenvolvidos por Lombroso (Braga, 2021). Isso significa que as práticas discursivas atravessaram fronteiras e podemos identificá-las na fala de Ângela Davis “As pessoas brancas sempre falavam mal da nossa boca, do nosso nariz”, estigmas que são reproduzidos pela branquitude, de que há um abismo entre os(as) brancos(as) e os(as) pretos(as), ou seja, entre europeus e afro-brasileiros. Essa é a história de um povo marcado ainda por visão de “raça inferior”.

O corpo racializado é construído a partir de interseções entre raça e gênero dentro do contexto da colonialidade brasileira (Zoppi Fontana; Silva-Fontana, 2023). Essa dinâmica não apenas molda sujeitos e discursos marcados por essas categorias, mas também estabelece hierarquias de poder que definem quem tem autoridade para observar, interpretar e narrar os corpos, e quem, por sua vez, é objetificado por esse olhar alheio. Portanto, raça e racismo não são apenas produções biológicas, mas também práticas discursivas que circulam por meio da produção de saber/poder que objetiva, na construção política e econômica das representatividades do que é belo, os fenótipos do branqueamento eurocêntrico e, assim faz uso desses elementos para justificar hierarquias, exploração e violência.

Por conseguinte, neste primeiro momento, os discursos analisados possibilitaram identificar as marcas do racismo ao longo da vida desses sujeitos, cuja linguagem deforma suas

subjetividades e se aloca na sua memória inconsciente, tornando-os cindidos por meio de racismo naturalizado e cristalizado. Esses dizeres, entretanto, possibilitaram percebermos o quanto o “Beleza Negra” no IFMS/ Três Lagoas contribui para o sentimento de pertencimento e de valorização do corpo negro, no sentido de serem tratados nas suas diferenças enquanto singularidades, sem as armadilhas de discriminações, de exclusões, de políticas neoliberais e de corpo padronizado. Trata-se de uma transição descolonizadora do corpo negro em um processo de política de resistência.

Que seja o efeito de retorno produzido por uma formação discursiva que se institui como verdade (Foucault, 2014), que silenciosamente vai despertando dentro de si o dito que deve ser dito, nessa reverberação de (re)encontrar os significados através da cultura afro-brasileira e africana, isto é, de ressignificação e de ruptura ao racismo institucional e das vigentes estruturas. Em sequência, na próxima subseção, faremos uma abordagem sobre O florescer do Baobá: as ações afirmativas e suas resistências.

3.2. O florescer do Baobá: as ações afirmativas e suas resistências étnico-raciais

Neste momento, pretendemos analisar e averiguar se as ações afirmativas são efetivamente produtivas, no sentido do autoconhecimento histórico e das políticas públicas endossadas pela “Beleza Negra” no IFMS/Três Lagoas, bem como se têm sido formas de reparação histórica e de ressignificação da cultura afro-brasileira e africana.

Antes, porém, abordaremos sobre o significado do baobá (e “O florescer do Baobá”⁶⁵) para as muitas nações africanas. O baobá, para a cultura Iorubá africana, é uma árvore que é comparada à imagem que se propõe ao feminino, ou melhor, mulher de sorriso e dentes largos, sacerdotisa que a natureza lhe oferece sabedoria. Para a nação Nagô, a árvore é cultuada por trazer o ouro de cor antiga – cuja beleza evoca força, uma condição enfática de sedução,

⁶⁵ PEREIRA; JÚNIOR (2016). A Flor do Baobá: Beleza, Mistério e Dualidade - O baobá, árvore majestosa e símbolo de resistência, presenteia o mundo com sua flor apenas uma vez ao ano. Suas flores, pendentes como lanternas noturnas, desabrocham após o pôr do sol, exalando um aroma intenso que atrai morcegos, moscas e mariposas - polinizadores essenciais para sua sobrevivência. Curiosamente, seu pólen não só sustenta a vida da espécie, mas também é utilizado tradicionalmente na produção de cola. Há uma lenda que envolve essa flor singular. Dizem que o baobá, em sua grandiosidade, reserva todo seu esplendor para um breve e intenso florescimento. Suas pétalas, que se inclinam em direção ao solo antes de murchar, carregam um simbolismo poético: esperar por algo raro e efêmero pode ser tão significativo quanto a própria beleza passageira. Oferecer essa flor a alguém seria como dizer: “*Você é único (a), e levei uma vida para te encontrar*” - se não fosse pelo seu odor marcante, que contrasta com sua delicadeza visual. Esse contraste entre o encanto da flor e seu perfume forte serve como metáfora da vida. Assim como o baobá, que une o sublime e o pungente, tudo e todos carregam dualidades: o que parece frágil pode ser resistente; o que se mostra belo à primeira vista pode surpreender com suas complexidades. A árvore, tão icônica quanto misteriosa, ainda é desconhecida por muitos, e cada pessoa que a encontra atribui a ela um significado próprio - seja de força, mistério ou ensinamento sobre as aparências. No fim, o baobá nos lembra que a verdadeira essência está além do que os olhos veem ou o nariz sente. Ele desafia preconceitos e convida à contemplação: afinal, até o que parece imperfeito guarda uma beleza singular.

enquanto para os Engungun, em seu culto, são os espíritos dos ancestrais, pois o Baobá é o ente de contado e descontado com os orixás, especialmente o Omulu que, em certos momentos, buscam na árvore o descanso de suas caminhadas longas devido suas peregrinações, para alimentarem-se, curarem as feridas e principalmente ouvirem os “tambores” da natureza com os avisos de premonições. Trata-se de crenças envoltas de mistérios e espiritualidade (Pereira; Júnior, 2016).

Para muitas nações africanas, o baobá é ancestralidade cosmológica, que jamais o ocidente europeizado vai entender por estar crivado a uma racionalidade moderna cartesiana instrumental de operações matemáticas; além de estabelecer ideologias hegemônicas, que desprezam saberes historicamente produzidos por outros povos, nesse caso, nações africanas. Nesse sentido, o baobá é o entremeio, o abrigo, a água e o alimento dessas relações cósmicas comunitárias de trocas de experiências, de diferenças e de semelhanças com outros saberes. Em condições existenciais, nas vozes dos povos da Costa do Marfim, o baobá é o primogênito do Criador (Lima, 2005), enquanto na tradição bantu, *Nzambi* são as manifestações e as forças naturais (Santana, 2019).

Há uma consonância comunitária existente da árvore de baobá sem desfazer das suas singularidades e diferenças em movimentos (des)contínuos de traduções: do tronco como sabedoria, dos galhos invertidos para o céu, da sombra que abriga e, para abraçá-lo, são necessárias várias pessoas, segundo as vozes de um provérbio moçambicano (Lima, 2005), um abraço coletivo que permite sentir a energia transcendental.

Suas sementes atravessaram o “rio” Atlântico, possivelmente trazidas juntas pelo tráfico do Atlântico africano para as Américas ou por pássaros que buscam os veraneios da natureza; por isso, com essas possíveis eventualidades, as sementes germinaram nas terras do nordeste brasileiro. Assim, as diásporas das sementes e das raízes da sabedoria africana fecundam novos saberes de lutas e resistências contra opressão e outras forças de negação. Nesse conjunto, a população negra busca tornar-se uma árvore de baobá, com tronco forte, galhos densos, raízes profundas e com muita água percorrendo nas entranhas do corpo por meio das ações afirmativas de reparo histórico e de ressignificação da cultura afro-brasileira e africana. Portanto, o “Beleza Negra” possibilita aos/as jovens negros/as do IFMS/câmpus Três Lagoas se ramificarem como um baobá, para romper com as hierarquias das instituições racistas e traçar linhas de fugas para emancipação dos seus corpos negros.

Por conseguinte, na primeira seção, tratamos das condições de produção da tese, trouxemos os significados e a importância da Lei n.º 10.639/2003, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, e a Resolução n.º

003/2004 para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Curso de História com sua obrigatoriedade alterada pela Lei n.º 11.645/2008. Destacamos, porém, que a aprovação da lei não foi uma dádiva do Estado, mas sim uma das reivindicações do Movimento Negro e dos processos de luta, que se ampliaram com a consolidação do “Plano de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de Intolerância”, realizada em Durban, África do Sul, em 2001 (Brasil, 2006, p. 16), tornando obrigatória, nos currículos escolares (públicos/privados), a história da cultura afro-brasileira e africana que, até então, não fazia parte dos ditames da escola (Santos, 2013).

A correlação é olhar para história não de forma linear, mas sim, nas condições descontínuas, que o tempo/espaço é um processo que vai além das hierarquias sustentadas pelo sistema estrutural, ou seja, todo dilema humano necessita ser analisado em sua dimensão temporal. O presente deve ser alicerce para a edificação do porvir — não um futuro cósmico abstrato, mas o futuro concreto de minha época, de minha nação e de minha própria trajetória existencial (Fanon, 1974). Ao retomar o passado enquanto cultura, ocorre a ressignificação da história do povo negro e, mediante esse olhar, há um tempo inalienável que redimensiona a temporalidade da formação do presente/futuro/presente, não na perspectiva transcendental, mas na condição de existência de um povo negro com conteúdo que os alicerça e os projeta, segundo as suas vontades e desejos, mediante, ainda, aos sonhos a serem almejados e realizáveis (Pereira, 2015).

Por conseguinte, vejamos alguns enunciados em torno das ações afirmativas a partir dos/as jovens negros/as protagonistas do evento “Beleza Negra” no IFMS/Três Lagoas.

Recorte 8: “Sim. É, tem **muitas**. É... os alunos... Eles... **expressam...** a... a... **vivência** deles em relação a sua própria negritude. [...] É... explorando diversos artifícios de **artes, linguagem, com poesia, dança...** É... **canto** e de todas as formas...” (Stefano, grifo nosso).

Quando diz que “os alunos... Eles... expressam... a...”, quer dizer que discentes negros/as são proibidos de expressar? Por que as expressões da negritude causam tantas polêmicas? As expressões são movimentos anticoloniais que revelam, de forma corpórea, a diversidade da sua cultura, de que “artes, linguagem, [...] poesia e dança” são uma forma de retomar a memória dos ancestrais e de indagar a história factual, tradicional e hegemônica do branqueamento. Essa é uma retomada cósmica, não somente transcendental (Fanon, 1974), mas existencial de vozes que foram silenciadas e que agora para “Eles”, jovens negros(as), a escola torna-se o espaço da desobediência de ato político de re-existência (Gomes, 2017).

As indagações são, sobretudo, com relação à representatividade negra que é praticamente nula em termos institucionais. Contudo, foi estabelecido historicamente que somente os melhores são capazes de progredirem. São marcas de um período imigratório europeu de brancos que vieram para “desenvolver o Brasil”, já que negros(as) sempre foram vistos(as) como escravizados(as), ou de trabalhos subalternos e, por isso, o pensamento positivista racista atribui que o atraso do “processo civilizatório” é proveniente da população negra (Schwarcz, 2019). Para que a “expressão”, enquanto representativa, faça sentido, é importante que negros(as) ocupem espaços como da academia, do jurídico, da educação, dos meios de comunicação, da saúde, em processo de políticas públicas, ou seja, por meios institucionais e não estruturais (Moreira, 2019).

Ademais, podemos analisar “expressões” que estão no campo das vivências, trocas de experiências, como declara Stefano nos dizeres “vivência deles em relação a sua própria negritude”, pois a negritude, enquanto afirmação e potência, livre das amarras de ser o outro que está marcado em seu corpo que é a brancura lhe impôs, por meio de uma colonialidade, as condições da inferioridade, marcas que atravessam o corpo. Assim, ao mencionar a “vivência da negritude” demarca o “território” que expressa o corpo negro, enquanto positividade e de superação ao discurso de ódio (Nogueira, 2021).

Por meio de uma linguagem que nos permite não somente destacar sua beleza, mas (re)criar dispositivos de mediações de reivindicações políticas. Assim sendo, a poesia, a dança, a música, a capoeira, o canto, tornam-se ações educadoras de pessoas, neste campo institucional da educação, o dizer “negritude”, na “Beleza Negra” no IFMS/Três Lagoas pode tornar-se um fator determinante para esses jovens negros/as na construção de representatividades e organizações. Isso implica a perspectiva do reconhecimento histórico e de rupturas aos obstáculos racistas que negaram à população a negra os devidos direitos de ocuparem diversos lugares e ambientes na sociedade brasileira (Gomes, 2017). Em continuidade, analisemos os dizeres do nono depoimento.

Recorte 9: “Eu mesmo **fiz** pintura, né? E na hora do desfile **fiz** também **um ato, levantei a mão direita para cima...**” (Didier Drogba, grifo nosso).

O que significa para o/a negro(a) elevar o punho direito com a mão fechada? O punho levantado representa um ato de resistência? A prática enunciativa “levantei a mão direita para cima...” faz referência aos “Panteras Negras”, ou “*Black Panther*”⁶⁶, movimento negro de

⁶⁶ GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Brasil:23mai2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/historia-dos-panteras-negras-em-27-fatos-importantes/>. Acesso em: 02/07/2025.

cunho político nos EUA, em 1960, que reivindicava direitos civis, inclusão social e combatia a violência policial. Esse movimento, de certa forma, influenciou, mais tarde, o movimento “*Black Lives Matter*”, pois é um movimento de negros e de antirracistas que lutam contra a opressão e a violência da polícia estadunidense. Ainda vale ressaltar a influência daquele no movimento negro no Brasil na década de 1970 (Gomes, 2017).

O ato “de mão direita para cima” celebra e internaliza a ressignificação de sua história, quando subverte esse espaço em ato político e, retoma o símbolo de resistência à escravização no Brasil, o Zumbi dos Palmares, assim faz ecoar gestos e discursos ancestrais, como crítica à criminalização de corpos não brancos em espaços públicos. Nesse contexto, o concurso “Beleza Negra” torna-se o espaço da luta/resistência de um povo marginalizado, expondo, assim, seu gesto como um trunfo étnico-racial, em um ato que pode politizar a “raça” para que sejam reconhecidos nas suas diferenças, enquanto um povo que também deseja atingir sua igualdade nos direitos civis, nas relações étnico-raciais e na descolonização da sua cultura, história, religião e de saberes (Gomes, 2017). Portanto, o ato simboliza que a luta contra o racismo nunca cessa, faz daquele momento uma ação política de resistência cultural. Vejamos o próximo recorte.

Recorte 10: “Tem, eu mesmo fiz uma **poesia (Zumbi e Dandara)**; [...] teve **uma menina** que eu me lembro, que **ela apresentou um desenho de Dandara...** e teve um que foi o que ganhou, do ano passado em primeiro lugar apresentou a **dança do Michael Jackson**” (DJ Jhow Jhow, grifo nosso).

Nesses dizeres, a figura de “Zumbi e Dandara” são tratados na historicidade, como heróis ou negros fujões? Por que na história oficial o bandeirante Domingos Jorge Velho é o herói dos brancos? Aqui temos um dilema, pois Zumbi, líder do Quilombo de Palmares, jamais aceitou acordo de paz com os brancos senhores de terras e defendeu seu povo ao lado de Dandara, pois para ambos a liberdade não tem preço, mesmo diante da morte é existencial (Pereira, 2015). Entretanto, por muito tempo, se contou a história de forma inversa, sendo Zumbi de Palmares e Dandara malfeitores(as) da história e o bandeirante Domingos Jorge Velho o “herói” e não o vilão, já que matou milhares de pessoas idosas, crianças, mulheres e homens (Gomes; Munanga, 2006) e nos fizeram acreditar, por meio dos currículos escolares hegemônicos e de branqueamento, de que havia somente um lado da história do vencedor.

No entanto, segundo Foucault (2012), temos que olhar para as singularidades das resistências com um binóculo, não somente para com o presente, mas nos remetendo ao passado para capturar gestos, dizeres, silêncios, fugas e resistências dos vencidos e perceber como esses corpos atravessaram fronteiras nesta batalha histórica, mesmo nas condições de apagamento e

silenciamento. Então, DJ Jhow Jhow faz da poesia a denúncia aos regimes de verdades do dito do saber/poder.

Em se tratando do desenho, que na verdade foi um quadro de pintura de uma mulher negra (Dandara, mais conhecida como Akutirene) que serviu de inspiração para o jovem negro DJ Jhow Jhow, essa é uma das façanhas da arte, não é somente olhar para a estética, é ir além do que se vê, é a busca da origem que provoca sobre o Ser a leveza da contemplação. Ou seja, nesse sentido, fugimos da espetacularização das coisas. Temos ainda mais uma observação sobre o “Rei do *Popping*”, Michael Jackson, que, ao mesmo tempo, é uma referência negra global e, em determinados momentos, aborda, em suas músicas e movimentos corporais, rupturas para com a violência racial. Entretanto, ele é tencionado a uma produção cultural de “branqueamento midiático”, ou seja, a projeção capitalista sutilmente entrelaça à desracialização, por meio da indústria cultural que universaliza o sofrimento do povo negro (Gilroy, 2001), esvaziando as lutas e as resistências étnico-raciais. Segue o quadro citado.



Foto 8: Arquivo do IFMS/Três Lagoas (2023)

Por fim, DJ Jhow Jhow enaltece a representatividade do povo negro por meio desses dizeres “uma poesia (Zumbi e Dandara)”, possibilitando ressignificar as ações afirmativas provocando deslocamento, trazendo para a centralidade os/as negros/as. Além disso, ao fazerem alusão a Zumbi dos Palmares e a Dandara, estão invocando os símbolos das resistências, pois é através da morte de Zumbi dos Palmares que o movimento negro conquistou o Dia da Consciência Negra (20 de novembro, que, recentemente, tornou-se feriado nacional por meio

da Lei n.º 14.759/23)⁶⁷, data que está inserida na Lei n.º 10.639/2003 e, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. É, portanto, nesse contexto histórico brasileiro que escolas e sociedade enfrentam o debate sobre as estratégias de luta da população negra, desde as insurgências escravas até as mobilizações contemporâneas (Gomes, 2017), no sentido de apresentar um olhar digno de que há heróis/heroínas negros/as que lutaram contra a opressão da escravidão.

Em complemento à menção aos heróis e às heroínas, Ângela Davis nos oportuniza seus enunciados, no recorte a seguir.

Recorte 11: “Sim, tem muitas. Os **slams**., as pinturas mesmo... eu apresentei **um slams...ele falava sobre a escravidão, Marielle, Zumbi e Dandara**, que foram **nossos heróis, nossos heróis negros**” (Ângela Davis, grifo nosso).

Temos aqui outra forma de manifestação artística: os “*slams*”. Mas o que significa *slams*? A princípio, entendemos como uma palavra que está em um determinado contexto lexical, pois nos permite pensar de duas formas a palavra “*slams*”. Primeiramente, pode estar ligado à história da Rebelião Escrava na Bahia, em 1835 (Reis, 1995-1996), insurgência que ficou conhecida também como a Revolta dos Malês no recôncavo baiano. Nesse caso, “*slams*” faz referência aos negros islâmicos alforriados e escravizados que pretendiam derrubar a escravidão e tomar o pelourinho. Portanto, os Malês faziam uso do alfabeto árabe por meio do Alcorão, assim subvertiam o sistema por dentro dele, desviando-se da língua portuguesa, o que contribuía para organização e para o desfecho da rebelião. No ano do Levante de 1835, porém, a revolta sofreu uma forte repressão local das autoridades portuguesas (Reis, 1995-1996).

Outra forma possível de pensar o “*slams*” é como “batalha de rima” que ocorre em determinados espaços públicos, como, por exemplo, em centros urbanos abandonados e praças públicas, como é o caso do que ocorre na cidade de Três Lagoas/MS, na Praça Ramez Tebet e no Memorial da Estação Ferroviária. No ano de 2023, houve, no IFMS/câmpus Três Lagoas, na Semana da Consciência Negra uma batalha de rima, o que demarcou poeticamente de forma lírica e com suas metáforas subversão ao sistema, isto é, clamando por espaço de visibilidade ao contradizer de que, o espaço público, enquanto público é de todos/as; portanto, descolonizar é circular, é viver e é manifestar-se sem opressão e violência policial (Mbembe, 2016). Por fim, a interseccionalidade se manifesta quando Ângela Davis, em seu discurso, ecoa o “*slams...ele*

⁶⁷ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL – SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS: Brasil. 21Dez2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114759.htm. Acesso em: 03/07/2025.

falava sobre a escravidão, Marielle, Zumbi e Dandara”, isto é, trata-se de uma fusão de saberes culturais: a língua Iorubá, a fé e a ação política.

Por conseguinte, a discente faz referência à “Marielle Franco”⁶⁸, eleita com 46 mil votos pelo PSOL, negra, mãe solteira, 38 anos, socióloga, lésbica, criada no complexo da Maré (RJ). A ex-vereadora era defensora dos direitos humanos e também se opunha à violência policial. Sua morte gerou uma comoção enorme para encontrar os verdadeiros assassinos, ou seja, a comoção foi resultado de um movimento coletivo, da presença do movimento negro e do movimento feminista negro. Assim, Marielle é, para Ângela Davis, um símbolo de representatividade de heroína contemporânea.

Sua fala constitui-se em protestos que questionam os pressupostos da análise tradicional, marcada por racionalismo abstrato e visão eurocentrada (Machado, 2000), uma vez que retoma símbolos, marcas, sentidos e gestos de enfrentamento ao racismo e, culturalmente, com possíveis mobilizações de libertação, de mediações explícitas à diversidade, à alteridade e de políticas antirracistas.

No próximo recorte, saímos de “terra firme” para uma “navegação em alto mar”. Vejamos a transcrição a seguir.

Recorte 12: “Eu apresentei música. Foi eu **tocando piano**, e foi um **clamor pros negros** que **eles**, quando **eles** vinham, **eles eram trazidos do navio negreiro...** **Eles** estavam **nos porões**. Era como **sussurravam**, justamente. Foi o que **toquei, toquei** a melodia deles” (Bertoleza, grifo nosso).

Nesse primeiro momento, refletimos sobre a fala “eu tocando piano”. Esse instrumento não é criação europeia de cunho erudito? Como a população negra durante a escravização subverteu as notas sonoras do piano? Podemos fazer um adendo com o filme *Green Book*: O Guia⁶⁹ que faz referência ao pianista negro de jazz que pretende fazer uma turnê pelo sul dos Estados Unidos, quando ainda havia forte segregação racial. Durante o cenário do filme, mesmo sendo um grande artista negro livre nortista, no sul estadunidense, era tratado com um negro subalterno que alegrava brancos. Essa é força do piano em branquear a subjetividade do artista negro que, sujeito a tocar somente música clássica, não podia nem usar o banheiro de brancos, somente a “privada” fora do estabelecimento.

Entretanto, em determinado momento, ele se torna negro, quando vai tocar em um bar somente de negros, e, aí toca o melhor blues, algo “demonizado”, com o copo de uísque em

⁶⁸ G1. GLOBO. Rio de Janeiro e São Paulo: 24mar2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/03/24/caso-marielle-veja-perguntas-e-respostas-apos-prisao-dos-supostos-mandantes.ghml>. Acesso em: 03/08/2024.

⁶⁹ CRÍTICA (NON)SENSE DA 7ARTE. Brasil: 10fev.2019. Disponível em: <https://movienonsense.com/2019/02/10/green-book-green-book-o-guia/>. Acesso em: 04/07/2025.

cima do piano. Esse subverter de Bertoleza está na subjetividade de externar saberes outros (Quijano, 2005), quando enuncia que esse “foi um clamor pros negros” e “sussurravam”, atribuindo as dores dos seus ancestrais, quando diz que entoou a melodia ao tocar o piano. A melodia ou o ritmo no Brasil levou à criação do samba, do *rap* e do funk. Portanto, melodia e ritmo consistem em fazer com que a mente sinta as experiências da vida e dos sentimentos e, assim, deixar fluir sobre os corpos os “silêncios” descontínuos da história decolonial (Walsh, 2017), ou como cantou Tony Tornado aos seus 95 anos, no show de seu filho Lincoln Tornado: “Sou negro sim/ e ninguém vai rir de mim/ Sou negro sim!⁷⁰”.

Porquanto Bertoleza aborda o tráfico do Atlântico africano, cujo trajeto de péssimas condições de humilhações impôs ao povo negro espancamentos físicos, estupros, péssimas condições de higiene, de alimentação, e perda de seus familiares ao longo da navegação e entre outros aspectos negativos (Gomes; Munanga, 2006).

Trata-se de um “grito” de dor, pois essas pessoas foram sequestradas das suas terras e foram alocadas neste território imenso para o trabalho forçado à escravização. Ainda, “sussurravam” pós-escravização, por motivos ligado às questões de desigualdades sociais, étnico-raciais e pela violência racial praticada demasiadamente pela polícia militar (Bento, 2022). Nesse sentido, quando Bertoleza cita “porões”, façamos um trocadilho com a música de O Rapa⁷¹ “todo camburão tem um pouco de navio negreiro”, pois, nos tempos de hoje, jovens negros(as) ainda estão no porões da opressão e da exclusão, ou seja, são transformados em objetos descartáveis, que têm sua origem nos porões dos navios negreiros, perpetuada nas estruturas das políticas racistas modernas que tratam corpos negros periféricos como populações marginais, ou meros dados estatísticos (Mbembe, 2014).

Contudo, por outro lado, nesse entremeio África-Atlântico-Brasil, o Brasil possui uma influência africana profundamente enraizada. Apenas aqueles que não têm familiaridade com a cultura africana podem deixar de perceber o quanto ela está presente nos gestos, no modo de ser, no jeito de viver e até nossa beleza (Silva, 2003), seja por meio da música, da dança, da comida, do andar, da influência gramatical e da capoeira, isto é, está internalizado em nosso DNA cultural o africanismo com o brasileiro.

Ainda assim, cabe ressaltar, no meio de tanta dor nesse trajeto do Atlântico, mães negras, ao verem seus(as) filhos(as) chorando, encontravam meios para amenizar a dor, ao retirar de

⁷⁰ INSTAGRAM.@tonytornadooficial. *Tony Tornado: aos 95 anos cantando com seu filho Lincoln Tornado* [vídeo]. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DLN3ABEPm-r/?igsh=MTlrN2RxOTNrbmJuMQ%3D%3D>. Acesso em: 5/07/2024.

⁷¹ LETRAS. Brasil. 2025. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/o-rappa/77644/>. Acesso em: 04/07/2025.

seus vestidos tiras para criar a boneca abayomi que, em Iorubá, significa “bem querer” ou “bom encontro”. Essa ação tornou-se umas das atividades da Semana da Consciência Negra no IFMS/Três Lagoas, como demonstra a foto apresentada na sequência.



Foto 9: Arquivo do IFMS/Três Lagoas (2023)

A foto possibilita notar o aquilombar (comunidade) independente dos gêneros, raças, cores, peles e crenças, porque esse “bom encontro” traça novos gestos de convivências e relações de superação de preconceitos e discriminações, que possibilitam externar suas subjetividades: um encontro do eu com o outro e do outro com o seu eu; por meio de experiências fragmentadas que atravessam as suas vidas, pois o indivíduo é, em essência, alteridade: nele habita o outro, o diferente, que o modifica e é igualmente transformado por ele (Coracini, 2007), nesse imaginário heterogêneo.

Dando continuidade às ações afirmativas e aos discursos, os discentes também avaliam a participação dos docentes no evento “Beleza Negra”.

Recorte 13: “Têm **alguns professores** que dá pra perceber. Tipo, eles **não falam** nada, obviamente, mas dá pra perceber que eles ficam um pouco **incomodados...** É... principalmente os **professores brancos.**” “[...] Racismo. Eles estão manifestando o racismo deles... É... tipo que eles não entendem a importância do evento” (Stefano, grifo nosso).

Em um determinado momento, Stefano, de forma tímida, diz: “alguns professores”, mas, logo em seguida, afirma serem “professores brancos”. Por que professores brancos, enquanto

formadores de opinião, ficam incomodados com o concurso “Beleza Negra”? E sobre cultura europeia não? Ou, ainda, talvez seus incômodos sejam por conta da sua formação social e acadêmica e, assim, demonstram olhares de reprovação? Ao atribuir que “professores brancos”, inferimos que a branquitude se sente acuada uma vez que percebe seus espaços de privilégio sendo encurtados. Identificamos, então, que o racismo não se limita a leis ou discursos explícitos; ele se insinua nos interstícios do cotidiano - nos gestos contidos, nos olhares evasivos, nos silêncios carregados (como o desconforto mudo dos professores). Isso revela o quanto sentem ameaçadas suas posições de hierarquia de saber e de poder, bem como seu *status quo*.

Nesse sentido, essas atitudes se revelam como microfissuras do dia a dia e não são acidentais, mas mecanismos sutis que tecem e perpetuam redes de dominação. O que parece ser apenas um mal-estar é, na verdade, a expressão mínima, porém potente, de um sistema que normaliza hierarquias e protege privilégios sem precisar nomeá-los (Foucault, 2012). Em conformidade, há na branquitude uma tendência à autopreservação, que enxerga na diferença uma ruptura perigosa à sua noção de normalidade (Bento, 2022).

O concurso “Beleza Negra” quebra um silêncio ao fazer com que o outro se sinta representado, já que os brancos não questionam sua racialização. Essa manifestação de contradiscurso cria rupturas com relação ao dito da história oficial do branqueamento, que é universalizada na escola, pois o concurso “Beleza Negra” é uma ferramenta de ação pedagógica de subversão, rompendo a trama dos enunciados dominantes e expõe resistências às fissuras do poder que tenta calar a história do não branco.

Almeida (2019) considera que o sistema de privilégios raciais atribuídos à branquitude não exige a adesão consciente do sujeito: ele se mantém como um mecanismo objetivo de distribuição desigual de oportunidades, independentemente da percepção individual. São dispositivos das heranças coloniais, que ainda perpetuam e transitam por várias instituições e, a escola não foge à regra, porque as reproduzem desqualificando/ou deslegitimando, por meio de curriculares oficiais, que enfatizam somente cientistas, pesquisadores, escritores de cor branca.

Para (Carneiro, 2023), durante esse processo histórico, priorizou-se um discurso com referências e de matrizes epistemológicas eurocêntricas, impondo práticas discursivas de epistemicídio, como se não houvesse negros(as) no campo intelectual. Para tanto, deflagra-se uma formação educacional de branqueamento, de um discurso, que opera na centralidade do dominante e daquele que sempre foi privilegiado, sustentado por estruturas sociais reproduzidas por instituições privadas ou públicas que naturalizam hierarquias raciais (Kilomba, 2019).

Com relação ao mesmo tema, o recorte 14 reitera a ideia abordada no anterior.

Recorte 14: “É... **muitos professores**, como também **a direção**, não **dão** aquele espaço que **deveriam dar...**” “Está ligado... ao racismo... E ao preconceito... É... como aqui na escola tem, mas **são mascarados**, né?...” (Nzinga, grifo nosso).

O que Nzinga quis dizer com a fala “não dão aquele espaço que deveriam dar”? Novamente identificamos que a instituição tem uma representatividade de brancos, sejam professores, sejam diretores, que designam o domínio do poder, pois há um pacto de branquitude, que opera restringindo o espaço, enquanto normalidade. Ou seja, discute-se a cultura afro-brasileira e africana somente no Dia da Consciência Negra (20 de novembro). Assim, na lógica da manutenção dos privilégios e do pacto narcisista do branco (Bento, 2022), nos outros dias do ano, procede-se de forma naturalizada a cultura europeia. Portanto, saberes como a cultura afro-brasileira e africana, as culturas indígenas, a vida das populações ribeirinhas, as lutas das mulheres negras periféricas, o movimento de luta pela reforma agrária (MST) e as resistências e lutas do movimento LGBTQIAPN+, entre outros, são marginalizados.

Além desse, há outro incômodo em Nzinga quando afirma que, o racismo e o preconceito existem na escolar, porém “são mascarados”. É possível criar formas e estratégias que camuflam o racismo na escola? Ou, em quais condições simbólicas o racismo naturaliza-se? Mesmo quando se diz que “aqui em nossa escola não há racismo”, ou “todos são tratados em condições iguais”, podemos refletir sobre o mito da democracia racial, pois arrazoamos que por sermos um povo miscigenado vivemos em cordialidade que, silenciosamente, nos “respeitamos”. Ledo engano. Não admitir que as desigualdades étnico-raciais existem e que estão vinculadas a uma ilusão da neutralidade é um equívoco, pois a escola é mantenedora das condições hierárquicas como se houvesse um “espírito/consciência” de que as coisas sempre foram assim. Isto prova que o sistema reproduz as estruturas institucionalmente impostas (Almeida, 2019).

Essas são algumas das condições de práticas discursivas de racismo velado, em que o “[...] discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado” (Foucault, 2014, p. 24). Nesse sentido, o racismo se oculta sob estratégias discursivas que o negam ou minimizam, como os argumentos de que “isso não é racismo”, é “mimimi” ou “estão criando vitimismo” (Ribeiro, 2019). Esse comportamento também se manifesta quando pessoas fazem piadas racistas e dizem em sua defesa: “eu estava apenas brincando”, como se a brincadeira fosse saudável. Outro argumento comum é alegar que o outro não está racionalizando de forma adequada: “você está vendo racismo onde não existe”. Assim circulam as práticas discursivas do racismo criativo

(Moreira, 2019) que servem justamente para manter intactas as estruturas de poder racializadas, com mecanismos de negabilidade de formação discursiva, mobilizados sorrateiramente, de forma sutil e silenciosa. Tudo isso, simultaneamente, camufla as denúncias e normaliza hierarquias raciais preexistentes (Almeida, 2019). Analisemos o próximo recorte.

Recorte 15: “Ah... teve **professores** que **nem participou**, né?” “[...] Ah, então, **sei lá**, pode ser por **falta de interesse**... porque a **maioria dos professores são brancos**.” “[...] No meu ponto de vista, acho que não, hein... acho que não quer ver **lá negro desfilando**, **sei lá**, **negro no topo**. Pra mim é isso (Didier Drogba, grifo nosso).

Nessa premissa destacamos os trechos: “teve professores que nem participou” e “maioria dos professores são brancos”. Como já dito em outros momentos (Recorte 14), isso demonstra que não é por acidente, ou acaso, a ausência de professores(as) negros/as no espaço escolar, pois na educação, majoritariamente, são brancos que ocupam posições de prestígio. O que temos aqui é a produção de um racismo institucional que, em sua materialidade, mantém as estruturas das exclusões e das desigualdades sociais e étnico-raciais, em um processo de formações discursivas (Foucault, 2014).

Além disso, há algo de incômodo no enunciado do discente Didier Drogba quando diz “sei lá”. Por um lado, pode ser uma frustração de que as presenças dos(as) professores(as) fariam a diferença em vê-los. Por outro, pode refletir que ele hesita em falar declaradamente sobre o racismo, pois em uma construção cultural, há vozes sociais internalizadas que naturalizam o discurso do dominante (Authier-Revuz, 1998). Nesse sentido, o sujeito busca a validação da percepção do interlocutor. Contudo, nessa heterogeneidade não unívoca, enfrenta tensões em relação aos discursos socialmente estabelecidos (Authier-Revuz, 1998).

Nos dizeres “acho que não quer ver lá negro desfilando, sei lá, negro no topo. Pra mim é isso”, Didier Drogba explicita um discurso (consciente ou não) de resistência ao questionar a naturalização da coisas e como elas formalizam o racismo, ao atribuir nessa perspectiva a ausência de professores(as) negros/as na mesma proporcionalidade desse espaço escolar. Nesse discurso, há uma luta de poder, isto é, um jogo de relações que implicam por que devem ocupar esse espaço. Todavia, esses são saberes que foram negados, que podem, entretanto, materializarem-se no discurso e, circularem enquanto resistências. Estar no “topo”, portanto, é revelar uma luta contra formações discursivas que formalizam a exclusão étnico-racial (Foucault, 2012).

Por esse motivo, a brancura não suporta essa representatividade e precisa, constantemente, aplicar a regulação a esses corpos que ocupam esse espaço considerado

privilegiado e que não deve se tornar lugar de negro/a, e por isso, enfatiza a ideia de raça inferiorizada, erotizada e sensualizada, isto é, são ditames da colonialidade que circulam por discursos com enunciações silenciosas de cunho racista. Por conseguinte, os docentes brancos não participarem integralmente do concurso “Beleza Negra” é fazer valer os mecanismos históricos de vantagem racial, para que continuem a operar nas instituições brasileiras, concedendo às novas gerações brancas benefícios que são erroneamente atribuídos a qualidades individuais ou grupais, em vez de serem reconhecidos como heranças de desigualdades sociais, econômicas, políticas e étnico-raciais. Parafraseando Bento (2022), as conquistas das pessoas brancas são alcançadas por meritocracia, pois as oportunidades são dadas de forma igual para todos(as), basta apenas dedicar-se (é cômico para não ser irônico).

Em complemento a essas assertivas, Elza Soares declara:

Recorte 16: “[...] muitos outros **professores não apoiam muito**, eu não sei se é **pela ideia de ser da cultura negra** ou eles não serem **familiarizados ou por acharem que é besteira**” (Elza Soares, grifo nosso).

Nesse trecho, a aluna relata o fato de os professores não conhecerem a “cultura negra”, talvez seja por isso que não participaram e, segundo Elza Soares, não estão “familiarizados ou por acharem que é besteira”. Concluímos, então, que para eles (professores) a cultura afro-brasileira e africana não tem significado ou importância? Por que cultura é aquela somente europeia de especulação racionalista? Em se tratando de outros saberes que fogem do dito do saber-poder daqueles que definem as facetas dos dominantes não são cultura. Conquanto, para eles, a “Beleza Negra” não tem nada a oferecer, enquanto saber, pois os “professores” estão clivados a um conhecimento universal e de valores clássicos, demarcados demasiadamente pelo “século das luzes - XVIII” (Almeida, 2019).

Por conseguinte, os(as) professores(as) ignoram a cultura afro-brasileira e africana por atribuí-la apenas como folclore, isto é, válida como mais uma data a ser comemorada, sem reconhecerem que há nessa cultura um saber pedagógico legítimo, que opera na desconstrução do saber europeizado e racionalista (Mota Neto, 2016). Assim, Elza Soares ao enfatizar a “cultura negra”, projeta rupturas decoloniais ao questionar as estruturas que perpetuam a inferiorização de saberes não-europeus, em um traçado de visibilidade em que a história do povo negro se torna subversão epistemológica saber/poder anticolonial (Mota Neto, 2016).

Os enunciados que enfatizam que não estão “familiarizados” ou “por acharem uma besteira”, (des)revelam que, se algo pertence à civilização ocidental, temos motivos para conhecê-los, caso contrário não. A lógica colonial torna-o desprezível ou exótico, pois a

colonialidade produz hierarquias culturais, projeto esse desencadeado pela face oculta da modernidade eurocêntrica que impôs aos colonizados a submissão de “saber inferior” (Mota Neto, 2016) e valida como marginal a cultura afro-brasileira e africana.

Entretanto, o concurso “Beleza Negra”, no IFMS/câmpus Três Lagoas cumpre a obrigatoriedade da Lei n.º 10.639/2003 e está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Sendo assim, entendemos também como uma desobediência curricular ao valorizar os saberes da população negra, em que o concurso enaltece a cultura, uma vez que não é somente desfilhar por uma passarela, é também representar as belezas que cultura afro-brasileira e africana realçam através das vestimentas, das pinturas no corpo, dos cabelos *Black Power*, das recitações de poesias, dos versos, das músicas, das danças, da capoeira e da culinária. Essas afirmações e atribuições no concurso da “Beleza Negra” não têm somente o objetivo de eleger ou votar o corpo perfeito, ou padrão; é justamente o oposto, é fazer insurgir historicamente o arquivo e a memória do ressignificar da cultura e do povo negro. Portanto, não importa sexo, gênero, religião e se o corpo negro é magro, gordo, baixo ou alto; e sim, que jovens negros/as protagonizam a sua cultura afro-brasileira e africana.

Com relação a essa questão, faremos aqui um adendo: Será que o concurso “Beleza Negra” no IFMS/câmpus Três Lagoas, influenciou outros Ifs no Estado do Mato Grosso do Sul e as escolas municipais da cidade? Com relação aos outros Ifs, há somente uma experiência de concurso de “Beleza Negra”, que foi no ano de 2020, durante a pandemia do COVID-19. O evento foi realizado de forma virtual, devido ao isolamento social e foi organizado pelo coordenador Preto Tommaselli - câmpus Três Lagoas/MS, sendo esse o primeiro e único até então.

Já com relação à ação pedagógica do Dia da Consciência Negra (20 de novembro), há palestras, apresentações de salas temáticas, danças típicas, e musicais de *rap*. Tivemos a oportunidade de presenciá-la em alguns câmpus (Campo Grande, Dourados e Naviraí) no ano de 2024; entendemos, entretanto, como atividade folclorizada, pois não são abordadas discussões pertinentes de como enfrentar o racismo e de ressignificação da identidade afro-brasileira e africana. Cabe ressaltar que há uma maior preocupação com a consciência indígena, no dia 20 de novembro do que com a consciência negra, mas, mesmo com alguns equívocos, algo é feito a fim de subverter o sistema do branqueamento.

Outra experiência que tivemos foi na escola estadual “CF”⁷², no município de Três Lagoas. Embora em princípio o trabalho das pessoas envolvidas na atividade que realizam no Dia da Consciência Negra e do concurso “Beleza Negra”, em novembro de 2024, seja digno de elogios, tal ação pedagógica, infelizmente, reproduz uma folclorização da estética negra, valorizando apenas o “desfile”, cujos modelos apresentam-se com vestimentas afro e pinturas no corpo, deixando de lado elementos que contemplam a cultura como músicas, danças, capoeira, poesias, narrativas e culinária.

Além disso, a padronização se deu com a presença somente do gênero feminino. E o gênero masculino? Sem contar que o júri que avaliava as participantes eram duas professoras brancas e duas professoras negras. A ausência do gênero masculino reforça a ideia de que “desfile” é coisa de “meninas” e não de “meninos”, camuflando, assim, os jovens negros de afirmarem suas identidades étnico-raciais. Já a presença das professoras brancas reforça o estereótipo do julgamento do belo (ou do feio), tanto que a vencedora foi uma jovem negra de cor mais clara (parda), a cor de aproximação do branqueamento (das oito meninas, sete eram negras e uma, a vencedora, parda).

No caso do concurso “Beleza Negra”, no IFMS/câmpus Três Lagoas, o júri era composto por mulheres negras, lésbicas negras, homens negros e homoafetivos negros, enquanto os jovens que participaram eram todos/as negros/as. Cabe ressaltar que os/as jovens negros/as participantes do concurso, além de desfilarem usando trajes e terem os corpos pintados de figurinos afro-brasileiros e africanos, foram obrigados a participar de um ensaio que ocorreu em um sábado anterior ao dia da realização do concurso, para que, segundo o coordenador (Preto Tommaselli), tivessem um pouco de conhecimento de como funcionaria o concurso. Após o desfile, em uma segunda etapa, deveriam apresentar elementos que simbolizassem a cultura afro-brasileira e africana, tais como: um monólogo, um musical, uma dança de capoeira, poesia, narrativas, contos, danças afros, quadro de pintura e comida típica. Durante a terceira fase, foram feitas, aos participantes, perguntas relacionadas ao racismo, à violência racial, à cultura afro-brasileira e africana, ao empoderamento da negritude, ao cabelo afro, entre outras questões relacionadas com a “Beleza Negra”.

Nesse contexto, concomitantemente com a Semana da Consciência Negra, desenvolvemos palestras, apresentamos filmes de longa-metragem, há salas de exposições de cartazes, confecções de bonecas Abayomi, aplicação do jogo Mancala, danças africanas, danças de capoeira do grupo “Capoeira do Bem”, trabalho que é realizado somente com crianças como

⁷² Preferi usar somente a sigla com o objetivo de preservar sua identidade.

ação educativa, e teatro com convidados. Todas essas são todas ações afirmativas que abordam políticas de combate ao racismo, ou seja, elas transformam esse período em um ato político protagonizador e de movimento negro antirracista, e não ao contrário.

Portanto, ação pedagógica tem que ir além da condição de entretenimento, para não recair no imaginário simbólico de apenas cumprimento da lei, mas sim, possibilitar que esses jovens negros/as reconheçam sua identidade e reivindiquem seu espaço por direito, tornando-se protagonistas da história. Propomos o propósito de formar um tecido que humanize as pessoas negras e as fortaleçam, na construção fantasmática de um Outro supostamente capaz de suturar a falta, numa reciprocidade imaginária de completude (Coracini, 2007), e nesse soar da incompletude, que os olhares se cruzam nas suas diferenças, não no sentido pejorativo, e sim, nas relações de alteridade, multiplicidade, pluralismos e na interseccionalidade das relações étnico-raciais.

O discente Dessalines, no seu discurso, considera que há um olhar racista por parte dos professores na instituição escolar. Vejamos seu ponto de vista a seguir.

Recorte 17: “...Eu acho que [...] **poderiam encarar melhor... poder encarar melhor** pelo contexto que... É... dando mais **valorização à... à matriz africana que à beleza negra.**” Isso também **no meio acadêmico** mostra que... que é importante no **mundo da ciência**. Mostra que **a gente** se importa com a população que **foi rejeitada pela sociedade anos atrás...** e ainda tem a **língua**”(Dessalines, grifo nosso).

Dessalines é negro haitiano, cuja família veio para o Brasil após o terremoto que ocorreu em seu país⁷³. Mas, quando foi estudar o IFMS/câmpus Três Lagoas, deixa escapar, em seus dizeres, outro entrave: “ainda tem a língua”. O estudante fala francês, em um contexto no qual a predominância e a hegemônica é a língua portuguesa. Nessa fronteira, sofre novamente sem apoio de tradução, uma opressão linguística e violência racial que silencia sua língua, sua identidade, sua cultura e seus saberes, em um território desconhecido de língua portuguesa (Anzaldúa, 2005).

No início do recorte, menciona que “poderiam encarar melhor... poder encarar melhor”, no sentido de que a branquitude tem que admitir e respeitar as matrizes africanas, e não ignorar as ações afirmativas que ressignificam uma cultura, bem como, encorajam jovens negros/as a se tornarem militantes de resistências às práticas racistas que circulam no espaço escolar. Ainda assim, nos enunciados no “meio acadêmico” e “que é importante no mundo da ciência”,

⁷³ EL PAÍS. Brasil: 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-08-14/um-forte-terremoto-de-magnitude-72-atinge-o-haiti.html>. Acesso em: 11/07/2025.

referem-se à escola que ainda não representa a população negra, perpassando a ideia de que a população negra não tem nada para oferecer à ciência.

Sua fala remete às ausências de epistemologias negras, pois a escola reproduz e naturaliza visões estereotipadas ao construir um currículo que omite ou minimiza as contribuições fundamentais de pessoas negras nos campos da história, da cultura, da literatura, da arte, da ciência e da produção intelectual. Em vez de apresentar uma narrativa complexa e protagonista, reduz-se a presença negra a eventos pontuais – como a abolição da escravidão –, frequentemente retratados como concessão benevolente de brancos iluminados, em vez de fruto de lutas e resistências organizadas. Essa abordagem reforça uma perspectiva colonial que insiste em apagar agências, invenções e saberes negros, perpetuando a ideia de que sua participação na construção da sociedade seria secundária ou inexistente (Almeida, 2019).

Nesse sentido, gera-se um sistema educacional estruturado em simetrias, que adequa as disciplinas como ferramentas de controle, ou seja, perpetua-se o pensamento racional ocidental do branqueamento. Assim, não há introdução de ementas curriculares no IFMS de autores(as) negros/as, a não ser em condições subalternas ou de opressões, como já abordado na primeira seção, o pacto da branquitude, um “pacto” invisível que perpetua desigualdades (Bento, 2022). Sendo assim, é notável que a branquitude ainda “reina”, o que nos leva a fazer um adendo com relação a essa questão: o caso do “index-inquisição” sobre o livro “O avesso da pele” de Jeferson Tenório, que foi retirado das bibliotecas escolares do Mato do Grosso do Sul e depois foi recolocado. Vejamos a reportagem:

Após uma análise da equipe técnica da Secretaria de Educação (SED) do Mato Grosso do Sul, os exemplares do livro ‘O Avesso da Pele’, escrito por **Jeferson Tenório**, estão sendo devolvidos às bibliotecas das escolas públicas do estado. Os livros haviam sido retirados das bibliotecas públicas após uma determinação do governador **Eduardo Riedel** (PSDB) sob a justificativa de que continham trechos considerados “impróprios” para a faixa etária dos estudantes (Mundo Negro, 2024, grifo nosso)⁷⁴.

O livro traz temas muito sensíveis sobre o racismo e que, do ponto de vista do governador e da Secretaria de Educação do Estado, provavelmente não poderia ser lido nas escolas, mesmo sendo um livro premiado pelo concurso Jabuti em 2021 e que integra o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Ministério da Educação. Ainda assim, o seu retorno às bibliotecas veio com orientações pedagógicas, para se fazer uso adequado do material com os(as) discentes. A estranheza é não polemizar o fato de que existe racismo no espaço escolar. E, ao mesmo tempo, dizer que não estão censurando, apenas tomando precauções para

⁷⁴ MUNDO NEGRO. Mato Grosso do Sul: 25/abr/2024. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/livro-o-avesso-da-pele-e-devolvido-as-escolas-do-mato-grosso-do-sul-apos-censura/>. Acesso em: 11/06/2024.

com as nossas crianças e jovens brancos/as ou negros/as? (Mais uma vez, é irônico para não dizer cômico).

Entretanto, o Estado sul-mato-grossense, ao defender os privilégios da branquitude, talvez não encare o racismo como o maior dos seus problemas e nem de tanta relevância. Para tanto, é necessário tratar de questões mais racionais e instrumentais, como a matemática e a língua portuguesa em uma perspectiva positivista, que enfatiza a classe dominante e a branquitude nas circunstâncias dos privilégios estruturais, ou de valores que contemplam o “cidadão de bem”.

Todavia, tal projeção é conduzida em uma “bolha”, em que a racionalidade é determinada por uma razão metonímica que designa totalizar de forma racional as coisas do mundo de forma epistemológica. No entanto, o mundo é pluralista e diverso, mais do que uma simples matriz cognitiva (Sousa-Santos, 2002). A ciência ocidentalizada despreza o avesso disso, porque ainda se pauta na homogeneidade e impõe um silêncio para perpetuar aquilo que outros autores contemporâneos chamam de epistemicídio racial contemporâneo contra afro-brasileiros. Tal pensamento emerge como desdobramento lógico da matriz colonial brasileira - um aparato sofisticado que articula mecanismos materiais e simbólicos para perpetuar paradigma colonial de saber/poder (Carneiro, 2023).

Diante desses aspectos, é urgente fazermos com que as ausências de outros conhecimentos se tornem ecologias de saberes (Sousa-Santos, 2016), em um currículo descolonizado, no sentido de que as vozes negras ocupem esse espaço escolar, não somente como operadores de serviços domésticos, mas também como docentes, coordenadores(as), gestores(as), entre outras funções consideradas de maior prestígio, tornando-os(as) negros/as presentes e insurgentes desse processo político e étnico-racial.

Isso deve ser levado em conta, até porque estas negações históricas precisam ser reparadas pelas ações afirmativas que possibilitem a difusão dos saberes que se pronunciam através da música (samba/carnaval), da dança, da culinária, da capoeira, da pele, da cor e do cabelo, em que todos possam transitar e ser reconhecidos na sua equidade e de superação das desigualdades sociais e étnico-raciais. Portanto, valorizar, celebrar e ressignificar a estética afrodiaspórica é um importante dispositivo político e configura-se como um eixo estratégico na descolonização dos corpos e das subjetividades de afirmação identitária nas lutas do movimento negro (Gomes, 2017), autonomia essa de aprendizado do coletivo e de saberes que nascem como políticas antirracistas, no quesito de transcender as mais diversas gerações. Para Costa (2006):

o antirracismo precisa levar em conta tanto a meta da construção da igualdade de oportunidades quanto a meta da atenção às particularidades culturais, ou seja, precisa ser ao mesmo tempo igualitarista e diferencialista. Para a ação política antirracista, isto implica a necessidade de atuação, no nível das instituições e das normas no sentido de que, seja por meio de políticas de ação afirmativa, seja por meio da criação de mecanismos eficientes de criminalização do racismo, a norma universal da igualdade de oportunidades tenha de fato validade. Ao mesmo tempo, o antirracismo precisa ser fortalecido como valor, no plano da integração cultural efetivamente existente (Costa, 2006, p. 217-218).

Com efeito, as ações afirmativas desdobradas por meio do “Beleza Negra”, no IFMS/Três Lagoas, entendem-se como possibilidades antirracistas de reconhecimento não só da racialização, mas também da ação cultural, pedagógica e de afirmação afrodiaspórica representativa em reconhecimento dos fatos e das dores que os perseguem, pois o racismo torna suas vidas prejudicadas e essas perdas se efetivam na fragmentação de suas autoestimas e subjetividades, cujos prejuízos acabam também por provocar desigualdades sociais e étnico-raciais. Portanto, o “Beleza Negra”, no IFMS/Três Lagoas, responde à nossa indagação, pois sua ação de intervenção pedagógica representa uma tática fundamental de empoderamento, como afirma o docente Preto Tommaselli, “a beleza negra é um movimento educador”, ou seja, de possibilidades de alterar vidas negras, pois vidas negras importam.

Na subseção seguinte, faremos uma análise em torno do olhar dos outros em relação aos próprios jovens negros/as durante o concurso “Beleza Negra”, tendo como temática “O encontro com o desconhecido: o cuidado de si e o cuidado do outro”.

3.3. O encontro com o desconhecido: o cuidado de si e o cuidado do outro

Neste referido momento, objetivamos esclarecer como os/as jovens negros/as veem o outro e como o outro os vê, durante o concurso “Beleza Negra”, no IFMS/Três Lagoas, pois o corpo negro sempre foi marcado por estruturas de identidades projetadas pelo racismo, ou seja, a projeção de um espelho do outro, enquanto brancura e, não como sujeito negro que encontra dentro de si suas condições ontológicas, tornando-o um sujeito afetado pelas visões negativas em relação à sua própria imagem (corpo) e alvo de represálias devido à tonalidade da pele e às texturas dos cabelos (Nogueira, 2021).

Isso fica marcado por traços do outro que, como fios que se entremesclam e se recombinam, vão tecendo uma rede complexa e híbrida – teia intrincada tanto do inconsciente quanto da própria subjetividade (Coracini, 2007). Na verdade, tal visão negativa de si não é própria do seu inconsciente, mas foi construída pelo exterior, e se fez no seu interior, formando

técnicas capazes de apagar qualquer referência identitária que os(as) associem à ancestralidade afro-brasileira e africana (Braga, 2021).

No entanto, o “Beleza Negra” pode ser a catarse dos/as jovens negros/as para se reinventarem enquanto sujeitos, a fim de desestabilizarem as verdades imaginárias projetadas pelo racismo, e que possibilite o reconhecimento de quem são e para que estão, em um ato de celebração e de existir da beleza negra. Sendo capazes, desse modo, de ocupar o espaço institucional da escola (tradicionalmente eurocêntrico), para que possam reescrever as regras do jogo, transformando o IFMS/câmpus Três Lagoas em um palco para verdades subalternizadas (Foucault, 2010).

Nesse sentido, demonstraremos depoimentos que ilustram como os/as jovens negros/as experienciaram essa ressignificação. Vejamos o décimo oitavo depoimento.

Recorte 18: “[...] muitas **pessoas** me disseram que eu fui **corajosa...** Você tem que ter **muita coragem pra dar a cara a tapa pra fazer a sua apresentação cultural e desfilar, e tem que ter muita autoestima.** Gente entra com o pensamento: será que eu **vou ser vaiado** ou sair **uivado**? Será que as **pessoas** não vão gostar...” (Elza Soares, grifo nosso).

Ao dizer que precisa ter muita “coragem” ou “dar a cara a tapa”, o que lhe faz pensar que os olhares serão de reprovação? Esse pensamento nos permite refletir hipoteticamente sobre outra questão: talvez seja por isso que negros/as constantemente buscam afirmar-se, para não serem julgados ou “vaiados”. Os dizeres de Elza Soares, ao se afirmar sobre si, estão carregados de opressão e de adjetivação proeminente de quem sempre foi tratado(a) com reprovação, no sentido de enfrentar os olhares brancos que, historicamente, define o que é “belo” ou “digno”, peso que ainda os(as) oprimem (Fanon, 2008), pois a memória da escravidão sobrevive aos tempos de uma forma ou de outra, com atribuições estigmatizadas fenotipicamente, como lábios avantajados, narizes largos, cabelos de textura crespa e corpos rotulados como ‘exuberantes’ que são associados à população negra, além da visão distorcida sobre sua sexualidade (Nogueira, 2021).

Portanto, tais práticas discursivas vão se moldando em acontecimentos ao ponto de constituir neuroses de aceitação ou transformam-se em traumas, pois essas pessoas sempre estão expostas às adjetivações estigmatizadas. Todavia, elas persistem em superar esses sentimentos, por meio da sua “autoestima”, sem a reprovação ou negação do seu ser, em uma luta incansável desse eu e o outro que ocidentalizou a cor e as condições de ser negro/a. Nesse sentido, essa dialética é conflituosa, pois está marcada por instâncias de diferenciações de hegemonia e de poder. Neste caso, a branquitude, os(as) classifica como inferiores/ou animais, numa atribuição determinista em um plano cognitivo, de que não são seres inteligentes o

bastante para pertencerem a uma raça humana, ou seja, fruto de um sistema que castiga a diferença (Gonzales, 1984).

Contudo, Elza Soares procura superar de forma positiva a negatização imposta a sua vida; ao olhar para o espelho e ver como é em si mesma. Então, ao participar do concurso “Beleza Negra”, olhares negros/as atravessam um e outro e identificam que esse outro é parecido consigo, ao ponto de que não se davam conta anteriormente, pois é nesta relação afetiva e coletiva que se expressam as subjetividades, ou seja, em processo de descolonização e de reconstrução da autoimagem e autoestima nessa reconexão com a cultura afro-brasileira e africana, que possibilita romper com a alienação racial internalizada (Gonzales, 1984). Nesse sentido, ela busca subverter a lógica do apagamento prescrito historicamente quando sua “coragem” se torna uma ação política de afirmação e de ressignificação de orgulho de ser negra, tornando possível ser quem desejaria ser, e não o contrário (Gonzales, 2020).

Já Nzinga não se considerava uma pessoa negra, conforme podemos conferir no próximo depoimento.

Recorte 19: “Antes mesmo, eu **não achava que eu era negra** por conta disso, porque eu não tinha o **cabelo cacheado**, mas o meu **cabelo** era **meio ondulado**, né? Mas não é só o **cabelo**, mas, é... um dos principais fatores que **você olha e fala: nossa, ela é negra**” (Nzinga, grifo nosso).

De onde vem essa condição de negação de Nzinga que declara que “não achava que eu era negra”? Qual é a condição para ser negra? Quando ela afirma “nossa, ela é negra”, esse é um demarcador que demonstra construções sociais e culturais que foram introjetadas pelo racismo com o objetivo de se negar enquanto sujeitos negros. Assim, o branqueamento estabelece definições de traços de que negro(a) é somente quem apresenta fenótipo de “cabelo duro” ou “pele escura”, esquecendo-se de que a diáspora africana é diversa (Gonzales, 1984). Nesse caso, temos também a típica definição de que o cabelo é uma demarcação de territorialidade política, quando Nzinga declara “nossa, ela é negra”, por ser uma jovem negra de “pele mais cara” e de “cabelo liso/ondulado”, fugindo à regra de ser negro(a), pois apresenta padrões eurocêtricos “aceitáveis”, não “verdadeiramente negros” por esse olhar (geralmente branco) que define os (de)marcadores de racialização e de exclusão étnica-cultural (Kilomba, 2019).

Contudo, há outra questão nas suas vidas cotidianas, quando Nzinga diz que “eu não achava que eu era negra”, revelando psicologicamente um autoquestionamento e desafiando o silenciamento imposto pela branquitude, opondo aquilo que foi determinado como identidade para si, ou seja, desafia os critérios externos e padrões coloniais (Kilomba, 2019). Para tanto,

ela procura descolonizar a negação e a culpabilização introjetada por tecnologias racistas, em um processo de rupturas de hierarquias internas, fazendo com que sua angústia se torne existencial e, posteriormente, de resistência contra qualquer forma de opressão racista. No seguinte enunciando temos uma relativa proximidade com o Recorte 19.

Recorte 20: “Eu achei o **concurso muito bom**, e assim, antes de eu entrar aqui, **eu não tinha consciência de que eu era negra**, né? As pessoas falavam **que era branca** ou que **era pardinha**, mas então, por conta do **concurso de beleza negra**, ela me **reafirmou** que tinha pessoas de **tonalidades** um pouco **mais clara** do que a minha, mas que também **são negras**, assim...” (Santa Bakhita, grifo nosso).

Santa Bakhita, declarou: “eu achei o concurso muito bom”. O “Beleza Negra” despertou que sensação cognitiva em Santa Bakhita? Acreditamos que seja a sensação de tomada de consciência racial, pois nela estava internalizada a crença e que era “branca” ou “pardinha”. Nesse imaginário social, são essas classificações que levam a sociedade brasileira a negar a sua própria negritude, pois muitas pessoas de pele mais clara são levadas, por dispositivos de branqueamento simbólico racista, a classificar e hierarquizar os corpos, estabelecendo padrões de racialização que muitas vezes são internalizados (Castro-Gómez, 2005), como a própria Santa Bakhita: “não tinha consciência de que eu era negra”. A não consciência pode ser atribuída à vigente prática discursiva de que “as pessoas falavam que era branca ou que era pardinha” (Santa Bakhita).

O fenômeno do branqueamento persiste em tornar o outro um ser crivado e cindido, em condição de negação do seu corpo na dinâmica social, o que silencia a sua origem de condição própria de ser negro(a) (Nogueira, 2021). Assim, as estruturas do poder da branquitude, enquanto ordem social vigente, fazem com que se constitua com o olhar do outro, impondo o apagamento das identidades que são clareadas nas definições simbólicas raciais dos traços fenotípicos do corpo negro. Sendo assim, aprendemos a odiar o seu corpo e fazem morrer em si sua identidade e alteridade. Nesse sentido, Foucault (1988, p. 324) entende que “a tecnologia de dominação e poder” faz morada para que sua consciência seja determinada por um discurso cristalizado e de um saber de verdade colonizadora, em uma projeção de destruição do próprio corpo, caso do corpo negro. Isto é, sem *cogitos* estão relegados ao imaginário erótico/exótico de um movimento racista e de negação à beleza.

As dores que exalam através do corpo negro demonstradas por jovens negros/as denunciaram, por meio do “Beleza Negra”, aflições, marcas, gestos e dizeres que sempre estiveram nas suas existências negadas; com corpos construídos a partir de ilusões e falsas consciências, em um “território” que o racismo opera como um mecanismo de controle e de

disciplinamento dos corpos negros, impondo padrões excludentes por práticas violentas tanto simbólicas quanto étnico-raciais (Gomes, 2017). Mas, quando Santa Bakhita considera que “o concurso de Beleza Negra, ela me reafirmou”, há uma reafrikanização (Gonzalez, 1984), de que esse dispositivo pedagógico desnaturaliza a autoidentificação imposta de “quase branca” e “parda”. Nesse sentido, ela reafirma uma consciência de si e para si, na integração de reconhecimento de suas subjetividades de valorização estética negra (Fanon, 2008). Portanto, o concurso “Beleza Negra” é a locomotiva da luta antirracista, da visibilidade e da contestação da lógica do embranquecimento.

Ainda na construção do cuidado de si e do cuidado do outro, refletimos agora o protagonismo negro que se constrói em rede e não ao contrário. Analisaremos o próximo recorte.

Recorte 21: “[...] De você ter um momento... de você estar ali como **protagonista**” (Martin Luther King Jr, grifo nosso).

Nesse cenário, faz-se necessário o levantamento de novas hipóteses: Os negros não são protagonistas da sua própria história? As histórias da escravização, das lutas e das resistências são contadas a partir do olhar de quem? A história sempre foi contada a partir do prisma do branco, o que sutilmente silenciou o discurso de resistência do povo negro e, margem disso, construiu um lugar de fala que máscara e interpreta a realidade em outra perspectiva (Ribeiro, 2017). Essa invisibilidade camufla os feitos culturais da população negra no Brasil, seja no período da escravização (1555-1888), bem como no pós-escravização (1888 até os dias de hoje).

No entanto, ao longo desse processo, a população negra sempre procurou percorrer e subverter por dentro do sistema e fazer ouvir suas vozes por meio da cultura, das diversidades étnico-raciais, da língua, da religiosidade, dos conhecimentos técnicos de produção, da culinária e dos saberes medicinais. Esses são elementos que já foram destacados em vários pontos desta tese, demarcando o quanto isso agrega um valor de ressignificação da cultura afro-brasileira e africana, de que o “defeito” nunca foi da cor negra, mas do olho que a enxerga como inferior (Gonçalves, 2006).

Dessa forma, pensar o protagonismo negro se constrói em rede, é ocupar o espaço de direito, enquanto sujeito e não objeto, ou seja, com narrativas de valorização de identidade e de reexistência à violência racial, mas a partir das epistemologias negras como as de Audre Lorde, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Grada Kilomba Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, Cida Bento, Isildinha Baptista Nogueira, Nilma Lino Gomes, Sueli Carneiro, Luís Gama, Lima Barreto, Machado de Assis, Frantz Fanon, Kabengele Munanga, Achille Mbembe. Além desses

importantes protagonistas, temos os(as) poetas, os(as) artistas, os(as) cantores(as) e, como precursor, o revolucionário de toda essa rede, Zumbi dos Palmares, juntamente com Dandara.

Por conseguinte, o termo “protagonista”, esteticamente, torna-se um movimento de superação ao corpo regulado e, nesse sentido, suas subjetividades são de ressignificação e de resistências à opressão estipulada pelo racismo. Assim, ele alimenta em seu corpo negro o reconhecimento, em que o concurso “Beleza Negra” permite à pessoa se enxergar como parte de uma história maior, que vai além da falta do outro, em um processo contínuo de luta de atuação simultânea como dispositivo de fixação das reminiscências históricas, paralelamente à sua atuação como matriz geradora de novos protagonismos da memória coletiva (Coracini, 2007).

Porquanto, entendemos que o “cuidado de si se realiza no cuidado do outro, na busca coletiva por emancipação” (Carneiro, 2023, p. 338). Nesse sentido, o concurso “Beleza Negra” é de pertencimento e de transformação racial, que os(as) projeta para desestabilizar o poder hegemônico e o saber normalizante, em um processo de interação mútua de significações históricas, que os(as) reeducam em si mesmos a exigirem seu lugar de direito (Gomes, 2017). Que eles(as) sejam como uma árvore de baobá, que suas raízes fecundem e que seu tronco se preencha com água capturada do solo, para saciar a sede da história não contada e que seja o oxigênio da criação de um novo sistema, em que a negritude não precise se adaptar para ser valorizada. Enfim, como declarou o docente Preto Tommaselli, idealizador do projeto: “[...] Para mim a ‘Beleza Negra’ é freudiana: é a pulsão de vida. O racismo é a pulsão de morte”.

Há, portanto, uma necessidade urgente de viver o tempo e não de viver no tempo, na busca somente de consumir aquilo que é estimulado pela indústria midiática, que reifica as coisas e as transforma em coisificações. Todavia, viver o tempo não é apenas transformar o mundo; é, também, sentir a contemplação do mundo e se permitir deixar fluir a subjetividade do Ser, na sua condição de devir. Portanto, o “Beleza Negra” no IFMS/Três Lagoas possibilita esses caminhos aos/às jovens negros/as da instituição escolar, trilhados esses de pulsão de vida ou de africanização. Por conseguinte, serão apresentadas as considerações finais.

À GUIA DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa constelação e no entoar dos tambores, na presente tese, intitulada - Saber, poder e resistência: Beleza negra e a construção identitária de negras/os racializadas/os -, procuramos problematizar o concurso "Beleza Negra", no sentido de elencarmos a valorização da identidade étnico-racial como um dos fatores da ressignificação e da desconstrução das formas de regulação do corpo negro, que é tematizado como algo erótico e folclorizado historicamente pelo discurso do branqueamento. Em se tratando do branqueamento, faz-se com que o saber fique centralizado e o poder em circulação (Foucault, 2014), seja na manutenção dos privilégios sociais, econômicos, políticos e/ou étnico-raciais.

No entanto, o concurso "Beleza Negra" entoa sua forma enigmática de esperança, luz, conhecimento, cultura e ética, que vai além de uma visão cosmológica transcendental. É o cantar, o dançar com o samba no pé e o gingar da capoeira no terreiro de magia existencial do florescer das subjetividades, que opera como um espaço de (re)existência, no qual jovens negras/os ressignificam a cultura afro-brasileira e africana em um processo de afirmação de sua estética de racialidade negra e, nesse mesmo "quintal", contestam as normas hegemônicas de beleza eurocêntricas.

Assim, partimos da hipótese de que o concurso "Beleza Negra" no IFMS/câmpus Três Lagoa pode potencializar, esteticamente, a desconstrução das formas de regulação do corpo, tematizado e folclorizado, no sentido de questionar o dispositivo de negatividade construído historicamente pelo branqueamento e, possivelmente, no espaço pesquisado. Os resultados demonstraram que o concurso "Beleza Negra" subverte a naturalização estética do corpo negro, ou seja, cria fissuras no padrão universal de estética ao valorizar traços fenotípicos negros (cabelo crespo, nariz largo, pele escura) como ressignificação do corpo negro, antes associado à falta e agora à potência (Fanon, 2008).

Em um ato político de resistência, o concurso "Beleza Negra" também apresentou inflexão decolonial (Mota Neto, 2016), em que os/as jovens negros/as se reconhecem como sujeitos plenos ao destacar suas performances de insurgências, que reinterpreta símbolos da cultura afro-brasileira e africana (turbantes, danças, poesias e contos, músicas, capoeira e culinária), transformando-os em discursos de empoderamento (Almeida, 2019). Com tal ação pedagógica, o "Beleza Negra" tensiona o currículo oculto ao desestabilizar a centralidade do branqueamento, uma vez que os resultados mostraram que 78% dos entrevistados afirmaram que participar do concurso mudou sua autoimagem, e 92% destacaram que o concurso os fez

valorizar traços antes suprimidos. Assim, o concurso "Beleza Negra" torna-se um movimento de resistência identitária e pode ser um vetor de transformação étnico-racial.

Com relação às questões investigadas, notamos: a) Como o conceito de "Beleza Negra" dialoga com a Lei n.º 10.639/2003 e com os documentos oficiais do IFMS, no que diz respeito às ações afirmativas. Notamos que há interação com a Lei n.º 10.639/2003, estando de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. O concurso "Beleza Negra" não opera apenas como obrigação e aplicação da lei, mas materializa-se como inclusão e ressignificação da cultura afro-brasileira e africana, tornando-se uma pedagogia corpórea na qual jovens negras/os se reconhecem como pertencentes e empoderados ao retomar os significados dos saberes culturais de seus ancestrais. Também foram observados e interpretados os documentos oficiais do IFMS, em que, apesar de não assumirem a inclusão imediatamente no PDI em 2010 (já que a lei foi implementada em 2003), demonstram que o NEABI/câmpus Três Lagoas, em atuação independente, mesmo antes de sua implementação oficial na instituição como um todo, teve um papel ativo ao produzir e transmitir saberes sobre a cultura afro-brasileira e africana. Esta constatação corrobora as teorias de Gomes (2017) sobre educação étnico-racial, demonstrando como práticas pedagógicas criativas podem efetivar os princípios das diretrizes curriculares nacionais.

No que concerne sobre a segunda questão: b) A respeito dos/as jovens estudantes negros/as, de que maneira se reconhecem como maioria enquanto população. O concurso "Beleza Negra" possibilita uma formação étnico-racial aos discentes negras/os ao reconhecerem sua identidade como representativa e protagonista da história. No entanto, percebemos que no espaço escolar ainda há uma presença maciça de professores/as brancos/as que se incomodam com o concurso, pois entendem que o saber está centrado na lógica positivista instrumental e nas ciências naturais. Ao não participarem do concurso "Beleza Negra", esses professores/as desqualificam outros saberes e elegem seus privilégios como prioridades centrais, sejam socioeconômicos ou acadêmicos. A análise à luz dos estudos sobre racismo institucional (Almeida, 2019; Bento, 2022) nos permitiu compreender esse fenômeno como expressão das estruturas persistentes de branquitude no ambiente educacional, perpetuando desigualdades raciais mesmo em instituições que desenvolvem ações afirmativas de pluralidade e diversidade étnico-racial.

Na terceira questão: c) Como se dá a relação entre língua e Beleza Negra na constituição do dito/não dito. Nessa semântica, a valorização de dizeres que alimentam a autoestima e a autoimagem, incorporam elementos linguísticos da cultura afro-brasileira e africana, bem como abordam temas tradicionalmente silenciados. Assim, desvela/revela/recrê/cria ações

pedagógicas relacionadas à estética negra e dispositivos de expressões afirmativas, que potencializam práticas educacionais antirracistas (Nascimento, 2019). A relação entre língua e Beleza Negra constitui-se também como um referencial de empoderamento do corpo, da memória e da performance de produção de conhecimento cultural, de educação antirracista, de afirmação identitária e de transformação social e étnico-racial, ou seja, desafiando efetivamente os discursos hegemônicos do branqueamento e as estruturas do racismo institucional (Bento, 2022).

Na terceira seção, "As disporás do concurso 'Beleza Negra': as ressignificações de um povo", refletimos sobre o olhar sobre si, as resistências e o cuidado de si e do outro. Identificamos como o racismo dilacera os corpos negros, deixando marcas profundas ao longo de suas vidas. No entanto, segundo os relatos, o concurso "Beleza Negra" rompe essas "correntes" de opressão no espaço escolar, permitindo que os participantes percebam que a escola também é um lugar de negros e negras. Essa transformação ocorre porque a ação pedagógica fortalece suas subjetividades por meio do autoconhecimento, valorizando positivamente sua raça e negritude.

Por conseguinte, observamos que o "Beleza Negra" atua como ação afirmativa, alinhando-se à Lei n.º 10.639/2003, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e à Resolução n.º 003/2004, que instituem o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, posteriormente ampliadas pela Lei n.º 11.645/2008, incluindo também a história indígena. Todavia, o concurso promove deslocamentos significativos e ressignificação da cultura afro-brasileira e africana, por meio de expressões como a música, a poesia, a dança, a culinária, a vestimentas, a capoeira, as pinturas corporais e teatralizações. Para os estudantes negros/os, esse momento torna-se uma experiência de ressignificação, posicionando-os/as como protagonistas de suas próprias histórias. Outro aspecto relevante, são gestos, falas e movimentos de resistência, bem como, a percepção que os jovens negros/a têm dos/as professores/as durante o processo. Já os educadores que não prestigiam o concurso são vistos como racistas, pois, segundo os estudantes, eles negam importância ao evento. Nesse "tabuleiro" de cores, as ações afirmativas desafiam os privilégios da branquitude.

Por fim, analisamos/refletimos sobre as ansiedades dos participantes ao se inscreverem, observando como são olhados pelos outros durante sua trajetória. Constatamos, ainda, como esses jovens passam a se reconhecer como sujeitos/as negros/as, distanciando-se da estética eurocêntrica internalizada, que por tanto tempo os fez enxergar-se como "feios".

Assim, o concurso “Beleza Negra” contribuiu para que reconheçam suas subjetividades, compreendendo quem são e para que existem, fortalecendo a capacidade desses jovens de superar os obstáculos impostos pelo racismo, pelas diferenças, exclusões e desigualdades sociais e étnico-raciais.

Esperamos trazer contribuições ao articular os estudos discursivos, as epistemologias negras e as perspectivas decoloniais, uma vez que esses referenciais teóricos permitem tensionar conceitos como dispositivo disciplinar, saber-poder e resistência (Foucault, 2014). Essa interseção teórica nos possibilitou identificar que o concurso “Beleza Negra” não se limita a uma estratégia de contradiscurso, mas constitui-se como uma ação pedagógica que intensifica a emancipação do corpo negro. No campo educacional, evidencia-se um processo de empoderamento por meio de ações afirmativas e da efetiva implementação da Lei n.º 10.639/2003, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Resolução n.º 003/2004, que estabelece diretrizes para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Tais instrumentos legais promovem transformações nas subjetividades dos participantes, especialmente no que diz respeito à autoaceitação e à reconstrução da autoimagem.

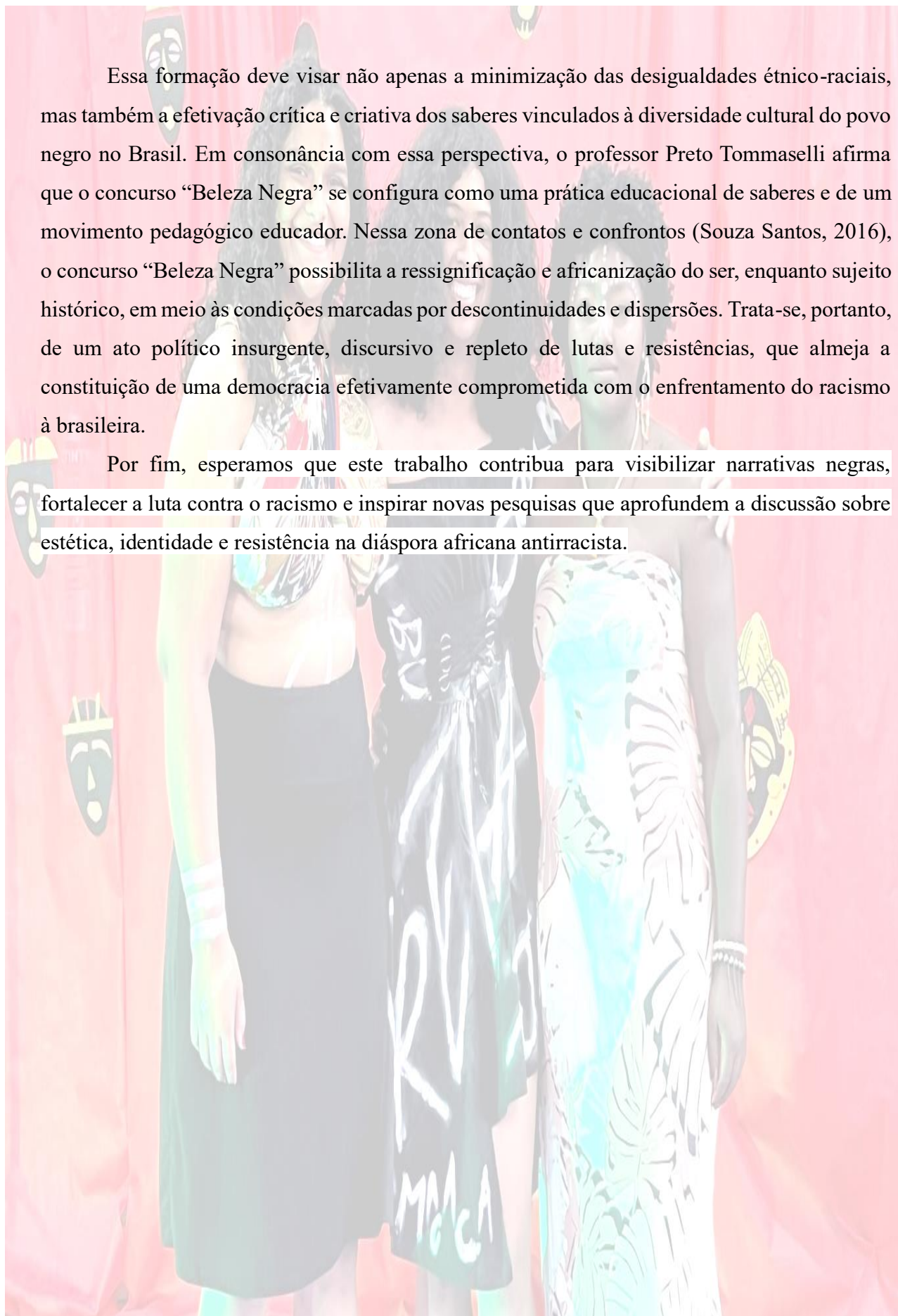
Ademais, o concurso “Beleza Negra” cria, no espaço escolar, condições seguras para que jovens negros e negras possam trocar experiências e compartilhar seus laços culturais, em um movimento que podemos identificar como reafricanização (González, 2020).

Nesse processo de aquilombamento, os desafios são significativos, mas é necessário caminhar em direção a uma proposta em que o concurso “Beleza Negra” seja transversalizado, alcançando também as salas de aula, por meio de abordagens que ultrapassem o campo da história. É fundamental incorporar disciplinas como: a filosofia africana; a sociologia dialética negra; a literatura negra; o letramento racial; a Arte cênica, com destaque para o teatro negro; a geopolítica africana; a matemática com jogos africanos (Mancala); a língua inglesa de narrativas africanas e afrodiaspóricas e a educação física explorando a estética-corpórea da capoeira.

Essas integrações curriculares podem fomentar práticas educacionais antirracistas, na medida em que conferem maior visibilidade a pautas epistêmicas vinculadas às narrativas negras, desafiando a colonialidade do saber e do poder. Todavia, é imprescindível fortalecer os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) que, ao ocuparem esse espaço institucional, têm a obrigação de incentivar e oferecer formação continuada para docentes e discentes.

Essa formação deve visar não apenas a minimização das desigualdades étnico-raciais, mas também a efetivação crítica e criativa dos saberes vinculados à diversidade cultural do povo negro no Brasil. Em consonância com essa perspectiva, o professor Preto Tommaselli afirma que o concurso “Beleza Negra” se configura como uma prática educacional de saberes e de um movimento pedagógico educador. Nessa zona de contatos e confrontos (Souza Santos, 2016), o concurso “Beleza Negra” possibilita a ressignificação e africanização do ser, enquanto sujeito histórico, em meio às condições marcadas por descontinuidades e dispersões. Trata-se, portanto, de um ato político insurgente, discursivo e repleto de lutas e resistências, que almeja a constituição de uma democracia efetivamente comprometida com o enfrentamento do racismo à brasileira.

Por fim, esperamos que este trabalho contribua para visibilizar narrativas negras, fortalecer a luta contra o racismo e inspirar novas pesquisas que aprofundem a discussão sobre estética, identidade e resistência na diáspora africana antirracista.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; MARTINS, Aracy Alves. Reflexões sobre o ensino de literaturas africanas de língua portuguesa no Brasil. In. LARA, Glaucia Muniz Proença; LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. (Orgs). **Representações do outro: discurso, (des)igualdade e exclusão**. 1 ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 25-36.

ANA, Lúcia Silva Souza; JOVINO, Ione da Silva; MUNIZ, Kassandra da Silva. **Letramento de reexistência - um conceito em movimentos negro**. Revista da ABPN • v. 10, Ed. Especial - Caderno Temático: Letramentos de Reexistência • janeiro de 2018, p.01-11.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Etnografia da prática escola**. 11ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

ANZALDÚA, Gloria. **La conciencia de la mestiza - Rumo a uma nova consciência**. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 704-7019, setembro-dezembro/2005.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault**. In. Baronas, Roberto Leiser. (org). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020, p. 8-444.

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Trad. Cláudia Pfeiffer et. Al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido; apresentação Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores**. - Porro Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BARONAS, Roberto Leiser; MUSSALIM, Fernanda. **Possenti, S. Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009, 183p.

BECH, Maurício. **Heterogeneidades: efeitos políticos de uma apropriação teórica**. *Ia JIED – Jornada Internacional de Estudos do Discurso* 27, 28 e 29/03/2008. p. 464-470. Disponível em: <http://www.dle.uem.br/jied/pdf/HETEROGENEIDADES%20beck.pdf>. Acesso em 25 fev.2021.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1ªed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDES, Elizete de Souza. **Entre o gentil e o profano: mulheres, corpo e discurso jurídico**. 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2021.

BIBIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/> Acesso em: 01 nov.2022.

BOL NOTÍCIAS. Brasil. 21mai.2023. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2023/05/21/laliga-tem-um-problema-com-o-racismo-afirma-ancelotti-em-defesa-de-vini-jr.htm>). Acesso em 04 jul. 2023.

BOLSAOMS. Três Lagoas. 05nov.2016. Disponível em: https://bolsaoms.com.br/noticias/tres_lagoas/ifms_promove_1o_concurso_da_beleza_negra_do_ensino_medio_em_tres_lagoas. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRAGA, Amanda Batista. **História da beleza negra no Brasil: discursos, corpos e práticas**. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília. 2004.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação / **Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Presidência da República Casa Civil – Secretaria Especial Para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114759.htm. Acesso em: 03 jul. 2025.

BRASIL ESCOLA. 2024. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/os-panteras-negras-luta-racial-nos-eua.htm>. Acesso em: 03 jul. 2024.

CAÇULA FM 96,9. Três Lagoas: 29nov2017. Disponível em: <https://www.radiocacula.com.br/radio-cacula-recebe-ganhadores-do-2-miss-beleza-negra-do-ifms/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasília. 22dez.2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1029291-lei-torna-feriado-nacional-o-dia-20-de-novembro-dia-nacional-de-zumbi-e-da-consciencia-negra/>. Acesso em: 03jul. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racia-lidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1ªed – Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARREIRA, D. **O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista**. Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos, n. 28, 2018, p. 134. Disponível em:

<https://sur.conectas.org/o-lugardos-sujeitos-brancos-na-luta-antirracista/> - Acesso em 27 mai.2023.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; SILVA, Francisca Jocineide da Costa e. **O estado da arte das pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução**. Perspectivas Feministas de Gênero: desafios no campo da militância e das políticas. n.18. p. 346-362. UFRP-Recife-PE. Nov.2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2192/648> acesso em 21 dez. 2022.

CASHMORE, Ellis. Dicionário de relações étnicas e raciais. São Paulo: Summus, 2000.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro **In. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoria crítica y pensamento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón(Orgs). **El Giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CONTI, Luís Frederico Dornelas; MASTRELLA-DE-ANDRADE, Mariana Rosa. **Identidades de raça/etnia, ensino crítico e o racismo no livro de inglês aprovado pelo PNLD**. In. Muitas Vozes / Programa de Pós-Graduação em Linguagem, Identidade Subjetividade da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Editora UEPG. Vol. 4, n.1 (jan-jul. 2015). Ponta Grossa, 2015. p. 27-42.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria (PUC – São Paulo). **Análise de Discurso: em busca de uma metodologia**. In. D.E.L.T.A. vol.7, n. 1, 1991.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. Análise do discurso na Linguística Aplicada. In: CASTRO, S. T. S. (Org.). **Pesquisas em Lingüística Aplicada: novas contribuições**. Taubaté: Cabral Universitária, ano 2003. p. 17-34.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade. Línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: teoria social, antirracismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EduFSCar, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CYRANKA, Lucia F. Mendonça. **evolução dos estudos linguísticos**. Revista práticas de linguagem. v.4, n.2, jul. /dez. 2014

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**; São Paulo, Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. – São Paulo: Jandaira, 2021.

DIJK, Teun A. Van. **Racismo y discurso en América Latina**. Barcelona, 1ªed. Ed. Gedisa, S.A, 2007.

DOMINGUES, Petrônio; TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. Dos discursos ao concurso: beleza negra na cultura intelectual brasileira...p. 289 IN: Paulino Bueno; CARVALHO E SILVA, Márcio Douglas de; PEREIRA, Josenildo de Jesus; SILVA, Rodrigo Caetano (organizadores). **Escravos, libertos e livres: histórias de luta e resistência no Brasil e na Argentina**. São Paulo, Mentis Abertas, 2020. 328 p.

EDUSP. São Paulo. 14jun.2018. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

EL PAÍS. Brasil: 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-08-14/um-forte-terremoto-de-magnitude-72-atinge-o-haiti.html>. Acesso em: 11 jul. 2025.

ESCRITÓRIO DE ARTE.COM. Disponível em: <https://www.escriitoriodearte.com/artista/modesto-brocos>. Acesso em: 25 jun. 2024.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED. **Bahia: 1jul. 2015**. Disponível em: <https://petpedagogia.ufba.br/lei-no-1164508-programa-de-indio>. Acesso em: 27 jul. 2022.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Porto: Sociedade Distribuidora de Edições Ltda., 1974.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO IFMS. Três Lagoas: 2017. Disponível em: <http://sistemas.ifms.edu.br/semanadetecnologia/anais/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Em Foucault, o sujeito submergido no discurso. In. CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. (Orgs). **Presenças de Foucault na Análise do discurso**. São Carlos, SP: EduFSCAR, 2014. 207p.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. 3ed. São Paulo: Ática, 1978. In. GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

FERNANDES, Danubia de Andrade. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil Université Grenoble-Alpes, Rhône-Alpes, FRA, France. **O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TgpBQ9JHwvj7VfvHJPgxnyP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em; 02 agost. 2024.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do discurso, herança e filiações: uma questão mal resolvida. In. GREGOLIN, Maria do Rosário; SARGENTINI, Vanice. (Orgs). **Análise do discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2008. 192p.

FILHO, José Barbosa da Silva. História do Negro no Brasil: Temas e questões para a sala de aula. In. OLIVEIRA, Iolanda de; SISS, Ahyas. População Negra e Educação Escolar. Cadernos Penesb. Niterói: UFF. n. 7. P. 1 – 320, p. 108 a 140. 2006.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a Análise do Discurso em Educação**. In. Cadernos de Pesquisa, n. 114, novembro/ 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/i/2001.n114/> - acesso em: 13 dez. 2023.

FIORIN, José Luiz. Identidade nacional e exclusão social. In. LARA, Glaucia Muniz Proença; LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. (Orgs). **Representações do outro: discurso, (des)igualdade e exclusão**. 1 ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 13-24.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FOUCAULT, Michel. “Technologies of the self”. In Luther H. Martin et al (orgs.). **Technologies of the self – a seminar with Michel Foucault**. Amherst, University of Massachusetts Press, 1988. 176 pp.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: 1996, 8-9. IN: DOMINGUES, Petrônio; TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. **Dos discursos ao concurso: beleza negra na cultura intelectual brasileira...**p. 289.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**; tradução Maria Emantina Galvão. – São Paulo: Martins Fonte, 1999.

FOUCAULT, Michel. Estratégia, poder-saber. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. 2. ed. Trad. Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 241-252.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. 1ªed; São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**; II ed; tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **O corpo utópico; as heterotopías**. [tradução Salma Tannus Muchail]. São Paulo n-l. Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ Michel Foucault**; tradução laura Fraga de Almeida Sampaio – 24. ed – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 44ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

G1 JORNAL NACIONAL. Brasil. 10jun.2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/06/10/justica-espanhola-pune-com-prisao-torcedores-que-atacam-vinicius-jr-com-insultos-racistas-em-estadio.ghtml>. Acesso em; 25 jun. 2024.

G1. GLOBO.COM. Pernambuco. 19agost.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/08/19/representante-de-vendas-morre-em-supermercado-no-recife-e-corpo-e-coberto-por-guarda-sois.ghtml>. Acesso em: 06 jul. 2023.

G1. GLOBO.COM. Rio de Janeiro e São Paulo: 24mar2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/03/24/caso-marielle-veja-perguntas-e-respostas-apos-prisao-dos-supostos-mandantes.ghtml>. Acesso em: 03 agost. 2024.

GEZIELA, Iensue. Ações afirmativas, eficiência e justiça: análise da legitimidade a partir do desenvolvimento como liberdade; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira: Reações e Transações**. 2 ed. T. II, v. III. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**; tradução de Cid Knipel Moreira - São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade de Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. 432p.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GOV.BR. Brasília: 11jan.2023. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14532&ano=2023&ato=eebATQE10MZpWT61b>. Acesso em: 06 jul. 2023.

GÓES, Emanuelle Freitas; SILVA, Leonildo Severino da. **O “branco na branquitude” e o “branco antirracista”**. Revista da ABPN. V.13, n. 35; 2021, p. 521-533.

GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**, 1984. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-224.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos**. (Orgs). LIMA, Márcia; RIOS, Flavia. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. J.-J. Courtine e as metamorfoses da análise do discurso: novos objetos, novos olhares; São Carlos: Editora Claraluz, 2008. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; SARGENTINI, Vânice. (orgs). **Análise do discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. 192p.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Análise do discurso: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise... {et al.}. **Análise do discurso: entornos do sentido**. (Org.). Araraquara: UNESP. FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.

GRUPO RCN67. Três Lagoas-MS: 02/nov/2022. Disponível em: <https://www.rcn67.com.br/tres-lagoas/ifms-de-tres-lagoas-realiza-6a-edicao-do-concurso-da-beleza-negra/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer querer dizer**. Trad. Eni Orlandi. HUCITEC: São Paulo, 1992.

HOJEMAIS. Três Lagoas-MS. 08.nov.2017. Disponível em: <https://www.hojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/geral/2-concurso-da-beleza-negra-de-tres-lagoas-e-promovido-pelo-ifms>. Acesso em: 18 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. Campo Grande: 2009. Disponível em: <file:///D:/Gil%20doutorado/Doutorado%20Letras%202021.1/Projeto%20do%20Doutorado.%20Tese/PDI%20IFMS/plano-de-desenvolvimento-institucional-2009-2013.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL Campo Grande: 2014. Disponível em: <file:///D:/Gil%20doutorado/Doutorado%20Letras%202021.1/Projeto%20do%20Doutorado.%20Tese/PDI%20IFMS/plano-de-desenvolvimento-do-campus-tres-lagoas.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL Campo Grande: 2019. Disponível em: <file:///D:/Gil%20doutorado/Doutorado%20Letras%202021.1/Projeto%20do%20Doutorado.%20Tese/PDI%20IFMS/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. Três lagoas-MS: 25/nov/2020. Disponível em: <https://ifms.edu.br/noticias/2020/concurso-da-beleza-negra-reune-participantes-de-todo-estado>. Acesso em: 25 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 2022. Disponível em: Censo 2022: **pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda** | Agência de Notícias (ibge.gov.br). Acesso em: 30 jan. 2024.

INSTAGRAN NEABI. Três Lagoas: 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CGde2oVFTeU/?next=%2F&img_index=1. Acesso em: 25 jul. 2024.

INSTAGRAM. **@tonytornadooficial**. Tony Tornado: aos 95 anos cantando com seu filho Lincoln Tornado [vídeo]. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DLN3ABEPm-r/?igsh=MTlrN2RxOTNrbmJuMQ==>. Acesso em: 5 jul. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/ INEP. Brasil: 22nov2010. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mostre-sua-raca-declare-sua-cor#>. Acesso em: 31 jul. 2024.

JORNAL AGORA MS. Três Lagoas: 25/nov/2020. Disponível em: <https://www.agorams.com.br/concurso-da-beleza-negra-do-ifms-reune-participantes-de-todo-estado/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

JUNIOR, Joselicio. **É tempo de se aquilombar** (2019). FORUM. Brasil: 24mar 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opinioao/2019/4/29/tempo-de-se-aquilombar-55485.html>. Acesso em 24 agost. 2025.

KRENAK, Ailton. 2019. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 85p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**; tradução Jess Oliveira. 1.ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Heloisa Pires. **A semente que veio da África**. São Paulo: Salamandra, 2005.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; SANTOS, Eeonora Vaccarezza. **Representações sociais da estética negra: um estudo sobre beleza e feiura no Brasil**. Anais do VIII congresso brasileiro de pesquisadores/as negros/as. UFPA – Belém – Pará – 29 de julho a 02 de agosto de 2014.

LITERATURA ONLINE. 09mai2024. Disponível em: <https://literaturaonline.com.br/o-que-a-vida-quer-da-gente-e-coragem-guimaraes-rosa/>. Acesso em: 15 jul.2024.

LETRAS. Belo Horizonte (MG). EMICIDA. 2019. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/emicida/ismalia-part-larissa-luz-e-fernanda-montenegro/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

LETRAS. Belo Horizonte (MG). Elza Soares. Disponível em: https://www.letras.mus.br/elza-soares/281242/#google_vignette. Acesso: 06 jul. 2023.

LETRAS. Belo Horizonte (MG). Hugo Ojuara. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/hugo-juara/preto-demais/> - Acesso em 02 jan. 2024.

LETRAS. Belo Horizonte (MG). Disponível em: <https://www.letras.mus.br/dona-ivone-lara/sorriso-negro/>. Acesso em 16 jan. 2023.

LETRAS. Belo Horizonte (MG). Disponível em: <https://www.letras.mus.br/jorge-aragao/69362/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

LETRAS. Belo Horizonte (MG). Disponível em: <https://www.letras.mus.br/banda-black-rio/610683/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

LETRAS. Belo Horizonte (MG). Disponível em: <https://www.letras.mus.br/o-rappa/77644/>. Acesso em: 04 jul. 2025.

MASCIA, Márcia Aparecida Amador. **Investigações discursivas na pós-modernidade: (uma análise das relações de poder-saber do discurso político educacional de língua estrangeira)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, São Paulo Fapesp, 2002.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **PRATT, Mary Louise. Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, n 39, p. 281-289. 2000. Disponível em: scielo.br/j/rbh/a/gqY4JXsyFFpWXd4MZc3BbkG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 03 jul. 2024.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008.

MERCADO DO FUTEBOL. Brasil. 17set.2022. Disponível em: <https://mercadodofutebol.com/destaque-brasil/ancelotti-sai-em-defesa-de-vinicius-jr-mas-tem-fala-controversa-nao-vejo-racismo-na-espanha/>. Acesso em 04 jul. 2023.

MIGNOLO, Walter. and F. Schiwy. Translation/transculturation and the Colonial Difference. In: Beyond Dichotomies: **Histories, Identities, Cultures, and the Challenge of Globalization.** Ed. Mudimbe-boyi, M Elisabeth. Albany: State University of New York Press: 2002. Disponível em: <https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/33514/Transculturacion%20y%20la%20diferencia%20colonial.pdf;jsessionid=D61B843495AA95E6732797DAB36C7158?sequence=1>. – Acesso em 24 jan. 2022.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade o lado mais escuro da modernidade.** Tradução de Marco Oliveira. São Paulo: **revista brasileira de ciências sociais** – VOL. 32 N° 94, 2017.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** 1ªed. Lisboa/Portugal: Antígona Editores Refractários, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica e consciência negra: uma análise crítica da vida e morte no poder soberano.** Arte & Ensaios: revista do ppgav/eba/ufrj. N.32, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em 26 jun. 2025.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os paradoxos da memória social. In. MIRANDA, Danilo Santos de (Org.). **Memória e cultura – A importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: edições Sesc/SP, 2007, p.15.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Identidades fragmentadas: a construção discursiva da raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MONTES, Maria Lúcia. Memórias e patrimônio imaterial. In. MIRANDA, Danilo Santos de (Org.). **Memória e cultura – A importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: edições Sesc/SP, 2007, p. 129.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. - São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MOTA NETO, João Colares da. **Por uma pedagogia na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda**. Curitiba: CRV, 2016.

MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. In. GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MUNDO NEGRO, Brasil: 25Abr. 2024. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/livro-o-avesso-da-pele-e-devolvido-as-escolas-do-mato-grosso-do-sul-apos-censura/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico é sobre palavras?** Língu@ Nostr@ - Revista Virtual de Estudos de Gramática e Linguística. Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 3-15, jan/jul. 2021.

NEGRA, Geledés Instituto da mulher. Brasil: 12fev2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vestir-globeleza-deixa-nu-o-mito-da-democracia-racial/> - Acesso em: 30 jan. 2024.

NEGRA, Geledés Instituto da mulher. Brasil: 21Set. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/caixa-economica-federal-tira-ar-anuncio-que-retrata-machado-de-assis-como-um-homem-branco/>. Acesso em: 29 mai. 2024.

NEGRA, Geledés Instituto da mulher. Brasil:14mar2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/trancas-da-liberdade-como-penteados-ajudaram-escravizados-em-fugas/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

NEGRA, Geledés Instituto da mulher. Brasil:23mai2017. Enviando por/fonte: Do pragmatismo político. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/historia-dos-panteras-negras-em-27-fatos-importantes/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

NIETZSCHE, Friedrich. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. In. **“Nietzsche – Vida e Obra”**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1999.

NÓBREGA, Mônica. Professor: lugar de poder. In. CORACINI, Maria José Aracy; PEREIRA, Ernst. (Orgs). **Discurso e Sociedade: práticas em análise do discurso**. Editora da Universidade Católica de Pelotas Pelotas (EDUCAT). 2001.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro**. 1.ed. – São Paulo: Perspectiva, 2021.

NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. In. AMANTINO, Marcia; Priore, Mary Del. (Orgs). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

OFUXICO. POR FLAVIA CIRINO. Brasil: 11Set. 2022. Disponível em: <https://ofuxico.com.br/preconceito/halle-bailey-e-alvo-de-ataques-racistas-e-trailer-de-a-pequena-sereia-ganha-deslikes/>. Acesso em 03 dez. 2022.

O GLOBO. Rio. 13abr.2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/04/atrito-entre-ex-atleta-de-volei-e-entregadores-comecou-dias-antes-de-chicotada-entenda.ghhtml>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso**. In. ORLANDI, Eni. P; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs). **Introdução às ciências da linguagem – Discurso e textualidade**. Pontes Editores, 2015: Campinas, Sp. – 3ª Edição.

PAIXÃO, Humberto pires da. **Saber, poder e sujeito no dispositivo da moda**, 2013.187f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, 2013. Disponível em: <file:///D:/Gil%20doutorado/Doutorado%20Letras%202021.1/Livros%20para%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20Tese/Estado%20da%20arte/SABER,%20PODER%20E%20SUJEITO%20NO%20DISPOSITIVO%20DA%20MODA.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PASSOS, Ana Helena Ithamar; Fernandes, Alexandre; Santos, Richard. **Branquitude, Linguagens e Letramentos**. Revista Espaço Acadêmico – edição especial – Abril/2022, p 01-03.

PENSADOR. 2005-2024. Disponível em: https://www.pensador.com/frases_nelson_mandela_inspirar_ser_alguem_melhor/. Acesso em: 25 jul. 2024.

PEREIRA, Gilmar Ribeiro. **A diversidade cultural e o currículo escolar: a ressignificação das relações étnico-raciais na escola João Dantas Filgueiras**. Novas Edições Acadêmicas, 2017.

PEREIRA, R. P; JUNIOR, H. C. **Mancala: O jogo africano no ensino da matemática**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2016.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi, Campinas: Pontes, 1990.

PORTAL DOMINIO PÚBLICO. Brasil. Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>. Acesso em: 01 nov. 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RECANTO DAS LETRAS – LIVRARIA ONLINE: 23 jul. 2009. Disponível em:
<https://www.recantodasletras.com.br/cronicas/1769218>. Acesso em: 22 jul. 2024.

REDENEWSMS. Três Lagoas: 20/nov/2017. Disponível em:
<https://redenewsms.com/noticia/29536-tres-lagoas-aluno-haitiano-da-reme-do-municipio-vence-concurso-de-beleza-negra-do-ifms>. Acesso em: 24 jul. 2025.

REIS, João José. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**, São Paulo: revista USP (28) dezembro/fevereiro 1995/1996.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Minas Gerais: Grupo editorial Letramento. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto e nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1ª ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre autoritarismo brasileiro**. 1ªed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTANA, Tiganá. **Tradução, interações e cosmologias africanas**. Cadernos de tradução, v. 39 (2019). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2019v39nespp65>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SANTOS, Jocélio Teles. **O negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza étnico**. Estud. Afro-asiát. N.38 – Rio de Janeiro – dez. 2000.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é Racismo**, 3ª ed. São Paulo: brasiliense, 1981.

SANTOS, Bel. A Lei n.10.639/2003 altera a LDB e olhar sobre a presença dos negros no Brasil e transforma a educação escolar. In. **Africanidades brasileiras e educação [livro eletrônico]: salto para o futuro**. Org. Azoilda Loretto Trindade, Rio de Janeiro: ACERP; Brasília: TV Escola, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, outubro 2002: 237-280.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Tradução intercultural: Diferir e partilhar con passionalità. In Maria Paula Meneses, João Arriscado Nunes, Carlos Lema Añón, Antoni Aguiló Bonet and

Nilma Lino Gomes. **Construindo as Epistemologias do Sul Para um pensamento alternativo de alternativas**. CLACSO, 2016.

SCIELO BRASIL. Disponível em: <https://www.scielo.br/?lng=pt>. Acesso em: 01 nov. 2022.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. 2024. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/2016/07/a-rapper-mirim-mc-soffia-mostra-seu-orgulho-de-ser-negra/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SEÇÃO SINDICAL MATO GROSSO DO SUL (SINASEFE). MS: 26/nov/2020. Disponível em: <https://sinasefems.org/2020/11/26/beleza-negra-uma-conversa-sobre-desconstrucao-representatividade-e-diversidade/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SOUZA, Joyce Gonçalves Restier da Costa. **Corpos em busca do belo: as mulheres negras e a beleza na eugenia da era Vargas**. Revista Desigualdade & Diversidade. n. 18. 2020; p. 14 - 32.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

SILVA, Martinho José da. **Racismo à brasileira: raízes históricas**. 3ª edição. São Paulo: Anita, 1995.

SILVA, Adilson Luiz da. **A biopolítica no “século” do cérebro: educação, aprimoramento cognitivo e produção de capital humano**. 1ed. – Curitiba: Appris, 2021.

SKLIAR, Carlos. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: Rodrigues, David (orgs). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação**. São Paulo: Summus, 2006.

STEYN, M. Novos matizes da “branquidade” – A identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática. In: WARE, V. (org.). **Branquidade: Identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 115-137.

STRATHERN, Paul. **Derrida em 90 minutos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Bahia. Disponível em: **Universidade** <https://repositorio.ufba.br/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

UOL. Brasil. 2022/2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2023/05/22/vinicius-junior-foi-vitima-de-dez-casos-de-racismo-e-odio-desde-2021.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 05 jul. 2023.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. 1era. Edición: Quito-Ecuador: Abya-Yala, 2017.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 19.

XAVIER, Giovana. **História social da beleza negra**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

MEMORIAL DESCRITIVO

A escolha pelo tema da população negra na pesquisa está profundamente conectada à minha trajetória pessoal, que vim de uma família miscigenada, com raízes afro-brasileiras, realidade comum no Brasil, na qual muitas famílias carregam heranças indígenas, africanas e influências nordestinas. Na infância e adolescência, testemunhei diversas vezes manifestações racistas por parte do meu pai, que, apesar de viver próximo a um bairro conhecido como "baixada preta", mantinha discursos de desprezo em relação aos negros. Paradoxalmente, mesmo sendo nordestino e casado com uma mulher negra, o que o colocava em uma posição social vulnerável diante das desigualdades impostas pela elite, ele se via em uma posição de privilégio por ser branco, reforçando assim seu preconceito.

Além da vivência familiar, a experiência como professor de História desde 1994, tanto em escolas públicas quanto particulares, também despertou questionamentos. Nas instituições privadas, era quase nula a presença de alunos/as negros/as (pretos/as ou pardos/as), enquanto nas públicas essa presença era significativa. Essa disparidade levou a reflexões: por que há tão poucos negros/as nas escolas particulares? Seria essa exclusão resultado de fatores sociais, econômicos ou culturais? Esses indivíduos são vítimas do racismo estrutural e da violência simbólica?

Tais indagações evidenciam as desigualdades étnico-raciais e sociais que naturalizaram a marginalização da população negra no Brasil. Em aulas, busquei desconstruir a visão eurocêntrica e o mito do branqueamento, assumindo uma postura antirracista não como protagonista, mas como aliado na luta por uma narrativa histórica em que os/as negros/as (pretos/as e pardos/as), verdadeiros agentes de sua própria trajetória, sejam reconhecidos como fundamentais na formação do país.

Esse vínculo com as culturas afro-brasileira e africana foi determinante na opção pela docência em História, com especial compromisso com grupos socialmente marginalizados, particularmente a população negra. Contudo, durante a graduação (1990-1993), a ausência de estudos sobre essas temáticas resultou em abordagens iniciais limitadas, ainda ancoradas em perspectivas eurocêntricas e autores tradicionais, sem incorporar vertentes decoloniais ou materialistas históricas.

No final dos anos 2000, retomei os estudos acadêmicos, cursando uma especialização em Docência do Ensino Superior na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em Paranaíba (2009-2010). Meu trabalho de conclusão, intitulado *Violência: O Efeito Bullying no Ensino Superior*, foi orientado pela professora Me. Gláucia A. da Silva F. Lamblém.

No decorrer dessa especialização, tive a oportunidade de conhecer a Professora Doutora Maria José de Jesus Alves Cordeiro (popularmente chamada de Maju), pesquisadora negra dedicada aos estudos sobre relações étnico-raciais e diversidade cultural. Três anos após esse encontro acadêmico significativo, decidi avançar em minha formação, ingressando no curso de mestrado. Minha trajetória pessoal sempre foi marcada pela superação constante de desafios, o que culminou na minha admissão no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), câmpus Paranaíba, em 2013.

A participação nos grupos de estudo coordenados pela Professora Doutora Maria José Cordeiro direcionou meu interesse de pesquisa para a cultura afro-brasileira e africana, abordando suas interfaces com história, racismo e educação. Sob sua orientação, desenvolvi a dissertação intitulada "A Diversidade Cultural e o Currículo Escolar: a resignificação das relações étnico-raciais na Escola Estadual João Dantas Filgueiras", concluída entre 2013 e 2015.

Essa formação pós-graduada qualificou substancialmente minha atuação docente, permitindo não apenas o aprimoramento das práticas em sala de aula, mas também o desenvolvimento de projetos de pesquisa e intervenções pedagógicas voltados para questões sócio-históricas e sócio-políticas da população negra, tanto no contexto de Três Lagoas quanto em perspectiva nacional.

Essa trajetória intelectual, marcada por avanços e rupturas, culminou em minha entrada no programa de doutorado em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), câmpus de Três Lagoas. Minha pesquisa vincula-se à linha "Discurso, subjetividade e ensino de línguas", tendo como objetivo analisar, à luz da teoria foucaultiana (2012), os diversos aspectos discursivos do evento "Beleza Negra" realizado no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), câmpus Três Lagoas. O estudo investiga especificamente os efeitos discursivos, as marcas identitárias, os processos de subjetivação, as relações interdiscursivas, as descontinuidades, as contradições e os mecanismos de poder-saber presentes nessa manifestação cultural. O evento, que teve sua primeira edição em 2016 e atualmente chega à sua oitava (8)⁷⁵ edição, ocorre paralelamente às comemorações do Dia da Consciência Negra em novembro - mês que faz referência à morte de Zumbi dos Palmares, líder histórico do Quilombo dos Palmares em Alagoas.

Durante o processo de doutorado, participei de algumas defesas de teses. Vejamos algumas bancas de defesas de doutorados (2021/2024): da discente Romilda Meira de Souza Barbosa, tese intitulada "Processos de subjetivação do professor de surdos no ensino médio:

⁷⁵ Observação, em dois mil e vinte e um (2021), o evento não foi realizado devido à falta de recursos financeiros, por parte da instituição.

narrativas de si"; da discente Maria Aparecida da Silva Santander, tese intitulada "Sujeito Técnico em Secretaria Escolar: identidade(s) n(a) virtual(idade)"; da discente Andréa Marques Rosa Eduardo, com a tese intitulada "Esperanto? Que língua é essa? "; da discente Élide Cristina de Carvalho Castilho, tese intitulada "(re)pensando subjetividades marginalizadas no e pelo discurso literário de Geovani Martins"; da discente Elizabeth Fávero, tese intitulada "Representações de mulheres vítimas de violência doméstica em veículos midiáticos sul-mato-grossenses: o empoderamento feminino em desconstrução"; da discente Maria Edneide F. de Carvalho, tese intitulada "Quando (re)lembrar é (re)existir: descortinando identidades étnico-raciais em memórias e narrativas de mulheres negras no Alto oeste Potiguar"; e, por fim, do discente Anderson José de Paula, tese intitulada "Entre o efêmero e o perene: constituição, circulação e relações imagéticos discursivas d(n)as tiras de Armandinho".

Com relação a participação de Congressos e Seminários, apresentei a seguinte comunicação: "Por uma Educação das relações Étnico-raciais: a beleza negra" na mesa temática "Linguagem, identidade e subjetividade: marcas de exclusão e resistência nos discursos periféricos"; XIV Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso "Discursos em tiempos de pandemia"; I Seminário de Pós-Graduação do IFMS (SEMPOG). Publiquei resumo em Caderno de Resumos e apresentei comunicação coordenada na mesa temática "Educação para as Relações Étnico-raciais: Desafios e Perspectivas", no I seminário sobre políticas de Ações afirmativas: perspectivas, desafios e potencialidades, promovido pelo programa de pós-graduação em Humanidades, Direitos e outras legitimidades (PPGHDL), vinculado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) em 2022.

Em relação às disciplinas oferecidas pela Pós-Graduação em Letras, declaro as seguintes: Teorias da Linguagem, ministrada pelo professor doutor Michel Gustavo Fontes; Tópicos Especiais - Seminário em Estudos da Linguagem: Marcas de subjetividade, ministrada pelas professoras doutoras Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento e Claudete Cameschi de Souza; Análise do Discurso, ministrada pela professora doutora Vania Maria Lescano Guerra; Linguística Aplicada, ministrada pelas professoras doutoras Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento e Claudete Cameschi de Souza; e Tópicos Especiais - Discurso e Sociedade, ministrado pelo professor doutor Fabricio Tetsuya Parreira Ono.

O prolongado e exigente percurso na Pós-Graduação em Letras tem promovido em mim transformações profundas, levando-me a constantemente revisitar meus discursos, atitudes e práticas enquanto sujeito de identidades fluidas e múltiplos atravessamentos. Essa reflexão me conduz a reexaminar aspectos fundamentais de minha constituição identitária. Ao resgatar essa

memória familiar, é fundamental destacar o papel formador de minha mãe - mulher negra com limitações de alfabetização, mas detentora de uma sabedoria ancestral sobre relações raciais. Em contraste radical com as posturas de meu pai, ela construiu uma pedagogia doméstica antirracista, insistindo sistematicamente na valorização de nossa miscigenação.

Sua didática cotidiana se expressava através de metáforas alimentares profundamente enraizadas na cultura brasileira: "Somos como arroz branco e feijão preto - tudo misturado na mesmo prato". Essa representação popular ecoa academicamente na análise de Schwarcz (2012, p. 58) sobre os fundamentos étnicos da formação nacional, demonstrando como saberes periféricos antecipam compreensões teóricas. A metáfora culinária se aprofunda quando consideramos que a adição de outros ingredientes - como a carne suína, a farinha, os acompanhamentos - transforma a simples combinação arroz-feijão na complexa feijoada. Este prato, historicamente vinculado à alimentação da escravização (utilizando cortes menos nobres), foi progressivamente ressignificando como símbolo da culinária nacional. Esse processo exemplifica o que Schwarcz (2012) identifica como a metamorfose de elementos culturais negros em representações de uma suposta mestiçagem harmoniosa.

Diante deste quadro, impõe-se a questão fundamental: qual a relevância de estudar a população negra no Brasil? Como historiador de formação e professor por vocação, minha trajetória acadêmica sempre teve como eixo central a compreensão crítica dos processos de marginalização e subalternização. Ao transitar para os Estudos Linguísticos, especificamente para a Análise do Discurso de linha francesa, trago esse compromisso ético-político, consciente de que, o investigador saiba o lugar social e subjetivo a partir do qual age, fala, ouve, observa e escreve.

Assumo, portanto, minha condição de homem branco proveniente de uma trajetória de mobilidade social ascendente e com raízes na miscigenação brasileira, reconhecendo que é deste lugar social particular – marcado por contradições e privilégios – que minha voz emerge e se posiciona. Minha trajetória me impõe o desafio constante de desconstruir o imaginário perverso do privilégio branco, esse "ideal hegemônico racializado" (Silva; Góes, 2021, p. 527) que, desde o período colonial, vem impondo marcas de subalternização e opressão à cultura afro-brasileira e africana, além de determinar relações sociais e étnico-raciais desigualitárias. O racismo, como sistema estruturante, opera precisamente através dessa invisibilização sistemática da população negra nos âmbitos social, econômico, político, cultural e étnico-racial.

A desconstrução do racismo exige, contudo, um engajamento coletivo que ultrapasse os limites das comunidades negras, envolvendo igualmente brancos antirracistas e povos indígenas em um projeto comum de transformação social. Trata-se de romper com as estruturas históricas

que naturalizam e perpetuam o racismo, assumindo que a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e decente passa necessariamente pela transformação das relações de poder em vínculos compartilhados. Essa mudança paradigmática implica a troca de experiências sobre exclusão e invisibilidade, convertendo-as em práticas democráticas de governança e autoridade, nas quais as ações afirmativas e as novas configurações das relações étnico-raciais possam se efetivar na sociedade brasileira contemporânea.

Ao parafrasear Rubens Alves ⁷⁶ em sua poesia "A Pipoca", retomo as memórias iniciais deste texto sobre os encontros nas festas de Umbanda e Candomblé na Baixada Preta, nos quais a pipoca surge como oferenda sagrada aos orixás. Essa metáfora alimentar revela profundo ensinamento existencial: enquanto grão intacto, a pipoca permanece dura e insignificante, mas ao se submeter ao fogo transformador, estoura e se revela em sua plenitude - flor macia e reluzente que nos alegra. Essa imagem nos convida a reflexão sobre nossas próprias escolhas existenciais: podemos nos manter como "piruás" intragáveis, endurecidos em nossas certezas e destinados ao descarte, ou nos abrimos à transformação que nos torna seres mais sensíveis, abertos ao aprendizado mútuo e capazes de experimentar a vida em sua plenitude, com seus fogos, alegrias e amores.

Neste momento de minha jornada, reconheço-me nesse processo alquímico de transformação, no qual o fogo existencial vem rompendo minhas resistências e durezas internas, possibilitando realizações antes inimagináveis. Esse fogo interior, que paradoxalmente significa morte e renascimento, tem me revelado novas possibilidades de ser - cultivando a paciência, saboreando a felicidade, exercitando a ternura e acolhendo os aprendizados que a maturidade oferece. Assim, como a pipoca que se abre ao calor, busco me deixar transformar pelo tempo, para viver plenamente no presente, em vez de simplesmente contar os dias. Essa metáfora da pipoca que estoura simboliza, em última instância, o convite permanente ao crescimento e à reinvenção de si mesmo.

⁷⁶ RECANTO DAS LETRAS – LIVRARIA ONLINE: 23 jul. 2009. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/cronicas/1769218>. Acesso em: 22/07/2024.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Unidade: CPTL – Câmpus de Três Lagoas
Curso: Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado/Doutorado

APÊNDICE – A

Roteiro da entrevista dialogada com os discentes negros/as do concurso “Beleza Negra”, no IFMS/câmpus Três Lagoas.

ROTEIRO DA ENTREVISTA DIALOGADA

1. Fale sobre o evento beleza negra no IF. Como você vê, para que serve... defina-o...
2. Pode falar como se sente/se vê e vê seu corpo ao participar do concurso da beleza negra.
3. Descreva o que pensa sobre o tema da beleza negra em relação aos participantes negros/as e outros convidados
4. Acha que há manifestações de ações afirmativas no concurso, fale sobre quais por exemplo?
5. Como acha que professores e direção da escola encara o concurso da beleza negra...
6. Fale como acha que os colegas o veem ao participar do concurso...
7. E como você vê seu colega que participa do concurso....
8. Resumindo, há outras manifestações que gostaria de relatar sobre o evento beleza negra...



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Unidade: CPTL – Câmpus de Três Lagoas
Curso: Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado/Doutorado

APÊNDICE – B

Roteiro da entrevista dialogada com o docente Preto Tommaselli idealizador do concurso “Beleza Negra”, no IFMS/câmpus Três Lagoas.

ROTEIRO DA ENTREVISTA DIALOGADA

- 1 – Fale sobre o evento beleza negra no IF. Como você vê, para que serve...defina-o...
- 2 – Pode falar como o evento beleza negra surgiu e o que se pretendia com ela...
- 3 - Acha que o evento beleza negra possibilita contemplar a lei 10639/2003.
- 4 – Pode falar como se sente/se vê como idealizar do evento beleza negra.
- 5 - Como acha que professores e direção da escola encara o concurso da beleza negra...
- 6 - Resumindo, há manifestações que gostaria de relatar sobre o evento beleza negra...

ANEXO – A

Referência: Autorização para realização de pesquisa.

Referência: **Autorização para realização de pesquisa.**

Pesquisador: Gilmar Ribeiro Pereira

Vistos,

1. O Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os documentos que instruem o presente processo:

- a) considerando a [Carta de solicitação](#) referente à solicitação de autorização de pesquisa;
- b) considerando a apresentação do [Projeto de Pesquisa](#), onde se expõe os motivos da pesquisa, a metodologia, entre outras informações pertinentes;
- c) considerando a [autorização](#) do campus Três Lagoas;
- d) A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação orienta, caso a pesquisa envolva acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, deve-se atender ao disposto na Lei 13.123, de 20 de maio de 2015, cadastrando esta no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado - Sisgen - por meio do endereço <https://sisgen.gov.br/paginas/login.aspx>;

RESOLVE:

2. **AUTORIZAR** a aplicação da pesquisa intitulada "Consciência e Beleza negra: a construção identitária de negras(os) racializadas (os): saber, poder e resistência" solicitada pelo pesquisador Gilmar Ribeiro Pereira, desde que previamente **apreciada e aprovada** pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, via Plataforma Brasil.

3. **SOLICITA-SE** que após a conclusão da pesquisa, os resultados obtidos sejam encaminhados à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e à Direção-Geral do campus Três Lagoas, como forma de devolutiva.

Felipe Fernandes de Oliveira
Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
(Port. nº 98/2021)

Documento assinado eletronicamente por:

- Felipe Fernandes de Oliveira, PRO-REITOR - CD2 - PROPI, em 13/10/2022 10:04:29.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 05/10/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifms.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 317757
Código de Autenticação: b06f002e48



ANEXO – B

Parecer Consubstanciado do CEP



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: BELEZA NEGRA: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE NEGRAS(OS) RACIALIZADAS (OS): SABER, PODER E RESISTÊNCIA

Pesquisador: Gilmar Ribeiro Pereira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68679323.9.0000.0021

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.264.335

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos riscos e benefícios" foram retirados do arquivo "BELEZA NEGRA: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE NEGRAS(OS) RACIALIZADAS (OS): SABER, PODER E RESISTÊNCIA". "A linha de pesquisa que contribui para essa investigação é a dos "estudos do texto e de discurso", por dialogar com a linguagem, a subjetivação dos sujeitos, a linguística aplicada e com as ciências sociais e humanas. Tendo como aporte teórico da Análise do Discurso de origem francesa, a partir de Orlandi (2001), com apoio das noções de discurso, formação discursiva, saber-poder e resistência do filósofo Foucault (2014), transdisciplinarizada com os estudos da linguística aplicada de Coracini (1991), e em uma perspectiva decolonial em Fanon (2005), Quijano (2005) e Mignolo (2017), e em diálogo pela trans-linguagem (MOITA LOPES, 2006). Ancorado na análise do discurso possibilita a (des)construção da imagem do eu e do outro que determina o branco como ideal, como um projeto de perfeição, que invade a vida social e provoca efeitos culturais no sentido do que é "belo", apropriado e aceitável. Segundo Steyn (2004), a modernidade e a escravidão determinou o gosto estético do corpo, assim inferiorizando o corpo negro — atos da violência do racismo estrutural que impõem a beleza negra a outras afirmações simbólicas, ou seja, à lógica do branqueamento. No sentido de romper com a colonialidade e com as formas racistas, faremos uso também dos estudos da decolonialidade, que rompe com paradigmas hegemônicos e conservadores. Assim corroborando com esta investigação enquanto recurso

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros 2 Prédio das Pró-Reitorias 2 Hércules Maymone 2 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconepp@ufms.br



Continuação do Parecer: 6.264.335

teórico-metodológico será utilizado um roteiro dialogado para a realização das entrevistas, o que entende-se como um dispositivo entre o entrevistador e os entrevistados, no sentido de não esgotar as possibilidades dos significados/significantes agentes que desabrocham e deslizam em uma produção textual discursiva de acontecimentos (ROCHA; DAHER; SANT' ANNA, 2004), portanto tendo como participante o docente negro um (1) e vinte (20) discentes jovens negras(os) do IFMS/Três Lagoas dos anos (2016 a 2022) que participaram do evento beleza negra. Esta pesquisa se justifica ao problematizar intervenções de ações afirmativas de promoção da igualdade humana, que discute as minorias identitárias e suas exclusões étnico raciais. Para tanto, as lutas de resistências são marcas de um processo social-histórico e ideológico, ou seja, ideias que perpassam por uma linguagem com possibilidades de edificar uma linguística antirracista. Nesse sentido, tomamos a na lei 10.639/2003, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a resolução 003/2004 para o ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana, tais regulamentos vêm ao encontro da proposta do curso de história e possibilitam ampliar às pesquisas antirracistas. Parte-se do pressuposto que os/as sujeitos/as negras/negros, de maioria minorizadas e de vozes silenciadas, se encontram marcados/as pelo racismo estrutural e pela hegemonia da discursividade do branqueamento, assim temos como hipótese que o processo do desfile/concurso da beleza negra pode potencializar esteticamente à superação do corpo regulado, tematizado e folclorizado, no sentido de romper o dispositivo de negatividade construída esteticamente pelo branqueamento ao longo da história e quiçá no espaço pesquisado, essa questão poderá ser conduzida por meio de novos dispositivos de releitura política, afirmativa e identitária. Nesse sentido como pergunta de pesquisa, perpassamos por: a) Como que a Beleza Negra dialoga com a lei 10639/2003 e com os documentos oficiais do IFMS, consoante das ações afirmativas e das relações étnico-raciais? b) De que maneira as/os jovens estudantes/es negras/os se reconhecem como maioria enquanto população negra e em quais condições se identificam como minorizadas/os nos seus direitos étnico-raciais? c) De que modo acontece a relação entre a língua e Beleza Negra na constituição do dito/ não dito, das diferenças, da identidade, da cultura e das relações étnico-raciais desses jovens-discentes negras/os? O objetivo geral busca discutir em que medida e como a beleza negra, que ocorre concomitantemente na semana da consciência negra, provoca mudanças de ressignificação identitárias de resistências antirracistas no(a)s discentes negras/negros. Enquanto os objetivos específicos são: 1) discutir se as ações ditas afirmativas institucionais tencionam um discurso antirracista no espaço escolar; 2) analisar se a beleza negra possibilita saberes estético-corpóreos de ressignificação étnico-raciais da cultura afro-brasileira e africana; 3) rastrear gestos,

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros 2 Prédio das Pró-Reitorias 2 Hércules Maymone 2 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 6.264.335

marcas, interdiscursos, imaginários oriundos da atividade de extensão de beleza negra que fomenta discussões em uma perspectiva decolonial e antirracista no IFMS/Três Lagoas; e, 4) Interpretar e problematizar pelas marcas linguísticas de que maneira a beleza negra em nova ecologia de saberes proporciona manifestações de empoderamento de superação do corpo negro/a regulado para o corpo negro/a emancipado. Para tanto, ancoramos no aporte teórico da Análise do Discurso de origem francesa, a partir de Orlandi (2001) enquanto dispositivo de recorte dos enunciados, nas noções de discurso, formação discursiva, saber-poder e resistência do filósofo Foucault (2014), transdisciplinarizada com os estudos da linguística aplicada na esteira de Coracini (1991), e em uma perspectiva decolonial em Fanon (2005), Quijano (2005) e Mignolo (2017). A coleta será feita por meio de entrevistas dialogadas narrativas (ROCHA; DAHER; SANT' ANNA, 2004), com o professor de sociologia (idealizador do projeto) e os discentes negros/os do (Instituto Federal do Mato Grosso do Sul/campus Três Lagoas, curso do ensino médio técnico e tecnológico), que participaram (2016 a 2022) do projeto sobre/da beleza negra, no sentido de problematizar se a beleza negra permite eclodir as suas vozes. A expectativa é proporcionar a ruptura com a visão hegemônica euro-eua-cêntrica, uma vez que entendemos a "beleza negra" como uma forma de resistência e de superação do racismo estrutural, que por meio dessas "brechas" procura-se qualificar as vozes daqueles que sempre foram postos à margem da história. Assim temos como hipótese que o processo do desfile/concurso da beleza negra pode potencializar esteticamente à superação do corpo regulado, tematizado e folclorizado, no sentido de romper o dispositivo de negatividade construída esteticamente pelo branqueamento ao longo da história e quiçá no espaço pesquisado, essa questão poderá ser conduzida por meio de novos dispositivos de releitura política, afirmativa e identitária. Pretende-se realizar entrevistas dialogadas presenciais com um (1) professor idealizador do projeto e vinte (20) discentes participantes da beleza negra no IFMS/Três Lagoas entre os anos 2016/2022 (observação: no ano 2021 não houve evento). É importante ressaltar que as entrevistas dialogadas somente ocorrerão apenas após a aprovação do Conselho de Ética e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (PROPP/UFMS). Para as coletas farei uso de metodologias de entrevistas dialogadas não como ferramentas semiestruturadas ou estruturadas que limitam a pesquisa e as possibilidades da pesquisa, e sim, como dispositivos na elaboração textual em uma perspectiva dialogada (ROCHA; DAHER; SANT' ANNA, 2004), a entrevista dialogada como dispositivo não tem como objetivo esgotar-se somente nas coletas das informações, nos descritivos das narrativas, no selecionar as informações, ou como, algo técnico que manuseia as ferramentas. Segundo esses autores, a entrevista dialogada é a interação com

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros 2 Prédio das Pró-Reitorias 2 Hércules Maymone 2 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconepp.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 6.264.335

adiversidade/alteridade entre o entrevistador e os entrevistados/as/es na captura de vários sentidos que permitam fazer uma análise das ressignificações desse encontro e desabrochamentos dos enunciados, das denotações e conotações, permitindo nos elucidar e talvez discutir a hipótese elencada a priori pelo pesquisador. Contudo não no sentido de esgotar as possibilidades, mas trazer à baila o texto original de um contato entre o entrevistador e os/as entrevistados/as. Ressalvo que os/as participantes que não se sentirem confortáveis em responder tais perguntas do pesquisador, será respeitado o direito de não responder a pergunta. As entrevistas depois serão transcritas com o objetivo do pesquisador fazer os recortes necessários para constituição do trabalho pesquisado. Cabe ainda lembrar que os nomes dos pesquisados serão substituído por nomes de fantasia, no sentido de preservar suas identidades sociais. Desfecho Primário: Espera-se encontrar no caminhar da pesquisa como jovens negras/negros lidam com suas subjetividades antes/durante o evento da beleza negra, se o projeto proporcionado pelo IFMS/Três Lagoas altera suas condições de sujeito e se o projeto em também fortalece a sua autoestima e autoimagem, em processo de ressignificação das relações étnico-raciais. Desfecho Secundário: Acredita-se que o resultado possibilitará perceber que os jovens negras/negros são protagonistas da história do Brasil, uma vez que percebem por meio do evento da beleza negra, quanto é significativa sua história e a história dos seus ancestrais, assim o resultado é a revitalização da cultura afro-brasileira e africana em um espaço escola, uma vez que escola também é para negras/negros. Divida que o Estado brasileiro tem para com a população negra. Tamanho da amostra no Brasil: 21.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Discutir se a beleza negra, que ocorre concomitantemente na semana da consciência negra, provoca mudanças de ressignificação identitárias de resistências antirracistas no(a)s discentes negras/negros. Objetivo Secundário: 1) discutir se as ações ditas afirmativas institucionais tencionam um discurso antirracista no espaço escolar; 2) analisar se a beleza negra possibilita saberes estético-corpóreos de ressignificação étnico-raciais da cultura afro-brasileira e africana; 3) rastrear gestos, marcas, interdiscursos, imaginários oriundos da atividade de extensão de beleza negra que fomenta discussões em uma perspectiva decolonial e antirracista no IFMS/Três Lagoas; e, 4) Interpretar e problematizar pelas marcas linguísticas de que maneira a beleza negra em nova ecologia de saberes proporciona manifestações de empoderamento de superação do corpo negro/a regulado para o corpo negro/a emancipado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

São apresentados pelo pesquisador os seguintes riscos e benefícios: Riscos: Os riscos poderão ser

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros 2 Prédio das Pró-Reitorias 2 Hércules Maymone 2 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 6.264.335

a percepção dos participantes quanto as suas atitudes no cotidiano, sendo atitudes grosseiras, desrespeitosas e violentas, de discriminações étnicas raciais no espaço escolar, que poderão provocar consequências desagradáveis e prejudiciais aos seres humanos, principalmente relacionadas aos jovens adolescentes negros/as (pretos/as e pardos/as). Outros possíveis riscos decorrentes da participação nesta pesquisa incluem o constrangimento na realização das entrevistas, bem como possíveis dúvidas na interpretação e compreensão das questões abordadas. No entanto, visando minimizar tal desconforto e reduzir as possíveis dificuldades apresentadas, a entrevista será conduzida de modo a garantir que dúvidas inerentes às questões da entrevista sejam esclarecidas, bem como, que os participantes sejam auxiliados ao longo de todo o processo pelo pesquisador. O participante tem o direito de, mesmo após seu consentimento, desistir de participar do presente estudo ou se recusar a responder a alguma das questões indicadas. Benefícios: Os benefícios serão o reconhecimento da identidade, a busca e afirmação da auto imagem e auto estima e, ainda, cabe ressaltar que está cumprindo a Lei 10639/2003 alterada pela Lei 11645/2008, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e a resolução 003/2004 para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tais regulamentos vêm ao encontro da proposta do curso de história e possibilitam ampliar às pesquisas antirracistas. Porquanto tais questões serão abordadas com os participantes em forma de palestras; eventos de feira de ciência; no evento da consciência negra e também no evento do desfile da Beleza negra que ocorre na própria escola. Sendo que o projeto pode minimizar o racismo estrutural, uma vez que dilacera a população negra brasileira. E será entregue o Relatório Final para a Direção de ensino do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul/campus Três lagoas. Observações: O participante tem o direito de, mesmo após seu consentimento, desistir de participar do presente estudo ou se recusar a responder a alguma das questões indicadas. Em caso de gastos decorrentes de sua participação na pesquisa, você (e seu acompanhante, se houver) será ressarcido. Em caso de eventuais danos decorrentes de sua participação na pesquisa, você será indenizado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa da área de Linguística, Letras e Artes, tendo como base a temática de construção identitária.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

São apresentados pelo pesquisador os seguintes termos de apresentação obrigatória: a) informações básicas do projeto; b) folha de rosto (na qual constata-se ausência de informações acerca da instituição proponente, bem como da assinatura do diretor da UAS; c) termo de

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros, Prédio das Pró-Reitorias, Hércules Maymone, 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 6.264.335

compromisso pela utilização de banco de dados; d) TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido); d) cronograma; e) anuência institucional

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências" e Lista de Inadequações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Cabe ao pesquisador responsável encaminhar as respostas ao parecer de pendências por meio da Plataforma Brasil em até 30 dias a contar a partir da data de emissão do Parecer Consubstanciado. As respostas às pendências devem ser apresentadas e descritas em documento à parte, denominado CARTA RESPOSTA, além do pesquisador fazer as alterações necessárias nos documentos e informações solicitadas. Ressalta-se que deve haver resposta para cada uma das pendências apontadas no parecer, obedecendo a ordenação deste. Para apresentar a Carta Resposta o pesquisador deve usar os recursos "copiar" e "colar" quando for transcrever as pendências solicitadas e as respostas apresentadas na Carta, como também no texto ou parte do texto que será alterado nos demais documentos. Ou seja, deve manter a fidedignidade entre a pendência solicitada e o texto apresentado na Carta Resposta e nos documentos alterados. Para que os protocolos de pesquisa sejam apreciados nas reuniões definidas no Calendário, o pesquisador responsável deverá realizar a submissão com, no mínimo, 15 dias de antecedência. Observamos que os protocolos submetidos com antecedência inferior a 15 dias serão apreciados na reunião posterior. Confira o calendário de reuniões de 2023, disponível no link: <https://cep.ufms.br/calendario-de-reunioes-do-cep-2023/>. Observar se o atendimento as solicitações remeterão a necessidade de fazer adequação no cronograma da pesquisa, de modo que a etapa de coleta de informações dos participantes seja iniciada somente após a aprovação por este Comitê.

1. A folha de rosto não apresenta informações e assinatura da instituição proponente, apenas do participante de pesquisa. A folha de rosto deve constar informações da instituição proponente, assim como assinatura do diretor da UAS da referida instituição.

Carta Resposta do Pesquisador: R: A folha de rosto está devidamente assinada pelo o diretor da UAS, datada e com os dados como: endereço, telefone, CNPJ e CPF.

Parecer CEP: Pendência atendida.

2. No documento intitulado "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE, solicita-se que sejam inseridas informações completas do CEP (Comitê de Ética). Inserir que em caso de dúvida ou necessite de mais informações o participante pode entrar em contato com o pesquisador – deve conter o número de telefone, o e-mail e o endereço (pode ser o profissional) ou entrar em contato

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros 2 Prédio das Pró-Reitorias 2 Hércules Maymone 2 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 6.264.335

com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos- CEP, no campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, localizado na avenida Costa e Silva, s/n – Prédio das Pró-Reitorias, 1º andar – sala do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos-CEP, Campo Grande-MS, pelo número de telefone do CEP 3345-7187, ou pelo e-mail: cepconep.propp@ufms.br.

Carta resposta do pesquisador: R: Foi inserido no corpo do texto da TCLE, bem como, no final do TCLE as informações necessárias para que o participante possa se comunicar com o pesquisador, com a instituição preponente e também com CEP (comitê ética), ou seja, atento as indicações propostas pela a plataforma Brasil.

Parecer CEP: Pendência atendida.

3. Devem ser incluídas as questões norteadoras do instrumento de coleta de dados.

Carta Resposta do Pesquisador: R: As questões norteadoras foram inseridas no corpo do texto da TCLE e também no campo das metodologias, como maior esclarecimento indicarei logo abaixo aqui também. Tendo como questões norteadoras do instrumento de coleta de dados das entrevistas; (1) como foi participar do concurso da beleza negra do IFMS; (2) houve mudanças? Como, em quê? E (3) como ele/ela se vê com relação ao olhar do outro na beleza negra? (4) A beleza negra contribui para a sua afirmação identitária? (5). Você acredita que a beleza negra é um dispositivo de combate ao racismo?

Parecer CEP: Pendência atendida.

4. Inserir anuência institucional da Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas.

Carta Resposta do Pesquisador: R: A anuência institucional da Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas foi anexada na plataforma Brasil.

Parecer CEP: Pendência atendida.

5. Inserir assinatura do pesquisador no documento intitulado Termo de compromisso pela utilização de banco de dados.

Carta Resposta do Pesquisador: R: O termo de compromisso pela utilização de banco de dados, foi devidamente assinado e novamente postado.

Parecer CEP: Pendência atendida.

6. O cronograma deve incluir explicitamente o período que compreende a etapa de coleta de dados dos participantes. Importante destacar que o Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos se reserva o direito de não analisar protocolos de pesquisa já realizados ou em andamento.

Carta Resposta do Pesquisador: R: Foi inserido no cronograma o período que as pesquisas de

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros 2 Prédio das Pró-Reitorias 2 Hércules Maymone 2 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 6.264.335

coleta das entrevistas ocorrerão. Tendo como pretensão iniciar a partir do mês de setembro até o mês de dezembro/2023. TENDO EM VISTA A APROVAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DO CEP PARA A EXECUÇÃO DAS ENTREVISTA E DEMAIS AÇÕES DA PESQUISA.

Parecer CEP: Pendência atendida.

7. Verificar o item recomendações do presente protocolo.

Parecer CEP: Pendência atendida.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2109224.pdf	01/06/2023 18:20:38		Aceito
Outros	Carta.docx	01/06/2023 18:19:57	Gilmar Ribeiro Pereira	Aceito
Outros	an_afirmativas.pdf	01/06/2023 16:20:49	Gilmar Ribeiro Pereira	Aceito
Outros	termo_banco_de_dados.pdf	01/06/2023 16:17:15	Gilmar Ribeiro Pereira	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	01/06/2023 16:08:04	Gilmar Ribeiro Pereira	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	01/06/2023 16:06:35	Gilmar Ribeiro Pereira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	01/06/2023 16:03:48	Gilmar Ribeiro Pereira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	29/03/2023 20:40:28	Gilmar Ribeiro Pereira	Aceito
Outros	ap_pesquisa.docx	29/03/2023 17:46:48	Gilmar Ribeiro Pereira	Aceito
Outros	oficio_de_pesquisa.docx	29/03/2023 17:21:03	Gilmar Ribeiro Pereira	Aceito

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros 2 Prédio das Pró-Reitorias 2 Hércules Maymone 2 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 6.264.335

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPO GRANDE, 28 de Agosto de 2023

Assinado por:
Marisa Rufino Ferreira Luizari
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros e Prédio das Pró-Reitorias e Hércules Maymone e 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br